



A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios

LIVRO DE RESUMOS PROVISÓRIO

1.1. FORMAS I

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Sala G 2.1 | Moderação: Ivo Oliveira e Nuno Travasso

| | |
|--|---|
| Descodificar a fragmentação urbana: contributos de interpretação morfológica na Área Metropolitana de Lisboa | João Rafael Santos |
| Hipertexto e urbanização difusa. Um fragmento de Vila Nova de Gaia como laboratório de análise | Sara Sucena |
| Da expansão à dispersão: As diferentes escalas da morfologia urbana: as particularidades da formação da cidade industrial brasileira | Luiz de Pinedo Quinto Luiza Naomi Iwakami |
| Mutações Urbanas em Campinas: suas tipologias e padrões de implantação | Daniel Teixeira Turczyn Evandro Ziggatti Monteiro |
| Mutações Urbanas na Região Metropolitana de Campinas: seus padrões de paisagem | Daniel Teixeira Turczyn Evandro Ziggatti Monteiro |
| Formas da expansão urbana na cidade de Campinas no período 2007-2016 | Marcio Rodrigo Barbutti Denio Munia Benfatti |
| As novas ruínas urbanas: leituras a partir de dois projetos suspensos em Guimarães e Vizela, Portugal | João Sarmiento Rui Pereira Ivo Oliveira |
| MORPHO Amazônia? Uma morfologia de áreas rurais | Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggatti Monteiro Silvia Mikami Pina |

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_1

Descodificar a fragmentação urbana: contributos de interpretação morfológica na Área Metropolitana de Lisboa

João Rafael Santos (CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: Territórios metropolitanos, fragmentação territorial, loteamento, Área Metropolitana de Lisboa

Da transformação do território metropolitano de Lisboa ao longo do último século foi resultando um mosaico fragmentário de espaços abertos, na sequência da construção de potentes redes infraestruturais e da implementação de formas muito diversas de expansão urbana. Identificam-se situações problemáticas de desqualificação territorial, nomeadamente efeitos de barreira, descontinuidades da rede de espaços coletivos, degradação de serviços urbanos, segregação socio-espacial e riscos ambientais diversos. Áreas significativas de espaço aberto foram destacadas e desarticuladas do seu suporte ecológico matricial, perdendo utilidade agroflorestal produtiva e económica. Por outro lado, são áreas sujeitas a múltiplas expectativas, servidões e compromissos urbanísticos, frequentemente no sentido da sua ocupação edificada.

A investigação desenvolvida por autores como Secchi (2005) ou Tatom (2009) aponta para a necessidade de traçar novas metodologias e conceptualizações perante um território que se constrói a partir de estruturas de natureza mais elementar, num sistema territorial mais aberto, difuso e centrífugo, intersticialmente caracterizado por espaços incertos e atravessado por elementos arteriais (Font, 1999). Coloca-se, pois, a hipótese de que estas paisagens da fragmentação metropolitana, contêm em si os elementos para uma potencial regeneração multi-escalar e multidimensional, nomeadamente ao nível: 1) da contenção da expansão/dispersão urbana, 2) da redefinição de limites e de formas de transição entre o urbano e o rural, 3) de qualificação do espaço público como instrumento de promoção da mobilidade ativa, 4) de inovação no domínio dos usos agrícolas e florestais em contexto urbano, e 5) no reforço da infraestrutura ecológica e dos serviços de ecossistema.

Neste quadro, o artigo apresenta alguns dos resultados preliminares do projeto de investigação AdaptPolis

– descodificar a fragmentação urbana, em curso na FA-ULisboa, que, tendo por base estudos anteriores (Santos, 2012, 2017), procura contribuir para respostas sociais pós-crescimento e de regeneração territorial. O projecto tem como território de exploração a área envolvente aos aglomerados de Agualva- Cacém e Massamá (Sintra), fortemente caracterizada por fenómenos de fragmentação e descontinuidade espacial.

Os primeiros resultados interpretativos a apresentar incidem sobre a caracterização morfológica e dos processos de formação destes tecidos, numa perspectiva evolutiva desde meados do século XX, em particular nas relações entre uma matriz fundiária rústica e a sua transformação através da figura do loteamento.

Estes primeiros elementos de caracterização e interpretação constituem uma base crítica para a identificação de factores de conflito, mas também de oportunidade para adaptação de políticas e de redes espaciais locais.

Font, A. et al. (1999). *La construcció del territori metropolità. Morfogènesi de la Regió urbana de Barcelona*, Barcelona: Mancomunitat de Municipis de l'Àrea Metropolitana de Barcelona

Santos, J.R. (2017). Discrete landscapes in metropolitan Lisbon: open space as a planning resource in times of latency, *Planning Practice & Research*, 32:1, 4-28

Santos, J.R. (2012). Espaços de mediação infraestrutural: Interpretação e projecto na produção do urbano no território metropolitano de Lisboa, Tese de Doutoramento em Urbanismo, FAUTL

Secchi, B. (2005). *La città nel ventesimo secolo*, Roma: Laterza

Tatom, J. (2009) 'Programs for a metropolitan urbanism' in: Tatom, J., Stauber, J. (eds.), *Making the Metropolitan Landscape*, New York: Routledge, 195- 201

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_2

Hipertexto e urbanização difusa. Um fragmento de Vila Nova de Gaia como laboratório de análise

Sara Sucena (Universidade Fernando Pessoa; Portugal)

Palavras-chave: Cidade contemporânea, Cidade difusa, Hipertexto, Análise hipertextual, Lexia, Urbanismo

O artigo questiona a urbanização contemporânea – as formas e as relações que as produzem – a partir da noção de hipertexto. Tomada da literatura e da informática, essa noção revela agora a sua pertinência no campo do urbanismo e na atribuição de sentido a conjuntos de peças territoriais que parecem não o ter, ou o não revelam meramente pelo desmontar do collage visual em que se figuram. O recurso à identificação de lexias, entendidas como elementos constitutivos do território que se articulam em sentido não-linear, permite então estabelecer relações inusitadas entre informação diversa/fundamental para a compreensão desses elementos e o seu sentido de conjunto, mais além da que se vê e que é manifestamente insuficiente para o explicar/revelar.

A urbanização em contexto de cidade difusa, pela complexidade dos seus processos de formação e pelas morfologias que gera, constitui portanto um cenário privilegiado para o teste da metáfora do hipertexto como ferramenta da sua apreensão, um desígnio impossível para os instrumentos convencionais de análise, projecto ou planeamento quando se quer perceber por que o que está ali, a(s) lógica(s) das relações entre peças, a sua espacialidade topológica, etc. Um fragmento territorial do município de Vila Nova de Gaia é constituído como laboratório, uma área que agrega elementos de distintos tipos, escalas, funções, lógicas,... e se oferece como suporte interessante para a aplicação do método de análise hipertextual, uma interpretação exploratória que procura a sua compreensão, explicação, e, eventualmente, os fundamentos do seu projecto.

Referências bibliográficas:

- Ascensão, A. T., Babo, M. A., e Torres, R. (2014). O hipertexto na cultura contemporânea: do fim da linearidade à abertura conceptual. *Cibertextualidades*, 6, 121-38.
- Babo, A. (2013). Desafios del hipertexto. In J. G. Pinto, e J. A. B. Miranda (Ed.). *Perspectivas de la comunicación: arte, cultura, tecnologia*, (pp.134-45). Madrid: Slurp & Cream.
- Barnett, J. (1995). *The Fractured Metropolis: Improving the New City, Restoring the Old City and Reshaping the Region*. New York: Harper Collins.
- Boeri, S., e Lanzani, A. (1992). Gli orizzonti della città diffusa. *Casabella*, 588, 44-59. Brenner, N., e Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19 (2-3), 151-82. Corboz, A. (1994). L'ipercittà. *Urbanistica*, 103, 6-10.
- Domingues, A. (2016). Território como Hipertexto. In A. Domingues, e N. Travasso. *Território Casa Comum* (38-41). Porto: Edições Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Magnabosco, G. G. (2009). Hipertexto: algumas considerações. *CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários*, 3 (2007), 1389-98.
- Martins, I. P. (2011). O porto do Porto. In *Exposição Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67797>. (Consultado em 19/01/2018)
- Sucena-Garcia, S. (2014). A cidade difusa e os instrumentos para o seu (re)conhecimento: O 'atlas eclético' de Stefano Boeri. *A Obra Nasce*, 8, 113-23.

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_3

Da expansão à dispersão: As diferentes escalas da morfologia urbana: as particularidades da formação da cidade industrial brasileira

Luiz de Pinedo Quinto (FAU-USP; Brasil)

Luiza Naomi Iwakami (C. Universitário B. Artes de SP; Brasil)

O processo de urbanização condicionado pelos diferentes ciclos econômicos no Brasil gerou particularidades na forma de ocupação desenhada pelos eixos estruturadores produzidos pelo sistema viário. A passagem da cidade portuguesa de origem colonial do século XIX para a cidade do capital foi marcada pelo que se chamou de cidade dos fluxos (M. Santos), resultante do complexo agro exportador determinando diferentes formas de ocupação no território brasileiro.

Destaca-se, neste aspecto, as particularidades do desenvolvimento de São Paulo, município sede hoje de um complexo metropolitano composto oficialmente por 39 municípios, estruturado pelo acelerado e intenso processo de industrialização na virada do século XIX ao XX. As ferrovias implantadas permitiram a ocupação industrial nas suas imediações, fazendo surgir povoados-estação que viriam a se tornar sedes de grandes municípios industriais. (Langenbuch, 1971)

A expansão urbana pode ser compreendida no contexto da expansão do complexo agro exportador refletido na articulação da ocupação nas suas diversas formas, seguindo a extensão ferroviária, formando aglomerações operárias junto às primeiras indústrias (bens de consumo não duráveis).

As novas centralidades que surgem neste ciclo de formação da cidade industrial capitalista estabelecem parâmetros espaciais onde as estruturas técnicas de apoio à ferrovia como as paradas técnicas (povoado-estação) provocam uma expansão urbana assim como a localização das indústrias ao longo da ferrovia, pela necessidade dos terrenos plano e do escoamento da produção.

Os atuais municípios de São Caetano, Santo André e Mauá surgiram desta estruturação, constituindo a chamada região industrial do Grande ABC, no vale do rio Tamanduateí, principal afluente do Alto Tietê.

Se até este período é marcado pela expansão industrial e urbana, as centralidades são vinculadas aos elementos estruturadores cuja morfologia urbana se adapta à estrutura de povoado estação (com comércio e serviços – conduzindo ao processo de autonomia regional) e povoado entroncamento.

Na chamada segunda revolução industrial (indústria de bens de consumo duráveis) refletida espacialmente na estruturação rodoviária (autobans) teve na implantação da indústria automobilística um forte elemento de expansão que se deu nas fronteiras do espaço da primeira industrialização.

Neste período pode-se perceber a existência dos primeiros elementos da dispersão urbana, que se pode caracterizar pela ampliação de diferentes formas de ocupação promovidas pelos interesses imobiliários, associados à demanda do forte contingente de trabalhadores migrantes de outras regiões brasileiras, principalmente do nordeste.

Este processo ocorre conjuntamente com o processo de explosão demográfica da metrópole paulistana que, de uma escala intra- metropolitana formada pela expansão ferroviária e posteriormente pela rodoviária, faz surgir o fenômeno da expansão da metrópole para uma escala multiregional (outras regiões metropolitanas e aglomerações urbanas).

Bibliografia:

LAMAS, José Ressano G. Morfologia urbana e Desenho da Cidade. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LANGENBUCH, Jurgen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971

SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo. Edit. Nobel, 1990. Hucitec, 1982.

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_4

Mutações Urbanas em Campinas: suas tipologias e padrões de implantação

Daniel Teixeira Turczyn (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Brasil)

Evandro Ziggiatti Monteiro (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia urbana, Mutação Urbana, Cidade contemporânea, Expansão urbana

O objetivo da pesquisa foi analisar as áreas de urbanização recente do município de Campinas, estado de São Paulo/Brasil, e evidenciar as tipologias e os padrões de implantação que conformam o seu espaço. A urbanização de Campinas ocorreu de forma muito dispersa e potencializada pelos eixos rodoviários, conformando várias áreas que podem ser consideradas como mutações urbanas. Mutação urbana é um conceito forjado por Solà-Morales (2002) que auxilia o entendimento das dinâmicas de formação da cidade contemporânea, que vem se conformando através de formas e paisagens urbanas que são distintas das encontradas nos tecidos urbanos tradicionais do seu entorno. Os eixos rodoviários são a espinha dorsal para o funcionamento das mutações urbanas. Os shopping centers, seu elemento catalisador mais comum. O método proposto baseia-se numa abordagem que utiliza o conceito da mutação como chave para uma sintaxe de leitura espacial. A partir dela é possível enfatizar e delimitar as aglomerações urbanas contemporâneas que compartilham o mesmo conjunto de características morfológicas, possibilitando a demarcação das áreas de estudo. O método inclui procedimentos de análise de imagens aéreas e de fotografias urbanas disponibilizadas pelas ferramentas Google Earth e Google Street View. Os resultados apontam a formação de doze mutações urbanas em Campinas, conformadas por um conjunto de nove tipologias residenciais e quatro tipologias comerciais que se estruturam no território através de dezoito padrões de implantação. No geral, as mutações são aglomerações peri-urbanas que se ligam às rodovias através de avenidas arteriais, formadas por tipologias residenciais e comerciais muradas e controladas, suportadas por grandes shopping centers e lojas de departamentos, e imersas em vazios urbanos. São áreas que contrastam com o restante da cidade, seja pelo espaço público mínimo voltado apenas para a locomoção dos automóveis, pela ausência de comércio e vida pública, ou pela paisagem genérica e de baixa expectativa.

Referência:

Solà-Morales, I. (2002). Territorios. Barcelona: Gustavo Gili.

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_5

Mutações Urbanas na Região Metropolitana de Campinas: seus padrões de paisagem

Daniel Teixeira Turczyn (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Brasil)

Evandro Ziggiatti Monteiro (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Brasil)

O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar áreas que podem ser classificadas como mutações urbanas na Região Metropolitana de Campinas, estado de São Paulo/Brasil, e evidenciar os padrões de paisagens mais recorrentes na sua formação. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi criada pela lei complementar estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e é constituída por vinte municípios: Americana, Arthur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Campinas, sua sede. A área total ocupada pelos municípios é de 379.180,0 hectares, com uma população estimada para o ano de 2017 de 3.168.019 pessoas. Dessas cidades, sete apresentam áreas que podem ser identificadas como mutações urbanas. Mutação urbana é um conceito forjado por Solà-Morales (2002) que auxilia o entendimento das dinâmicas de formação da cidade contemporânea, que vem se conformando através de formas e paisagens urbanas que são distintas das encontradas nos tecidos urbanos tradicionais do seu entorno. Os eixos rodoviários são a espinha dorsal para o funcionamento das mutações urbanas. Os shopping centers, seu elemento catalisador mais comum. O método proposto baseia-se numa abordagem que utiliza o conceito da mutação como chave para uma sintaxe de leitura espacial. A partir dela é possível enfatizar e delimitar as aglomerações urbanas contemporâneas que compartilham o mesmo conjunto de características morfológicas, possibilitando a demarcação das áreas de estudo. O método inclui procedimentos de análise de imagens aéreas e de fotografias urbanas disponibilizadas pelas ferramentas Google Earth e Google Street View. Os resultados apontam a formação de um eixo metropolitano que concentra vinte e uma mutações urbanas, algumas em estágio avançado e outras em estágio inicial de desenvolvimento, mas todas com potencialidade de conurbação. Esse eixo está imerso em vazios urbanos, o terreno mais fértil para a proliferação das mutações urbanas, projetando um cenário futuro bastante distinto das atuais agendas de sustentabilidade urbana. A paisagem urbana que está sendo formada é genérica e carente de elementos típicos da cidade tradicional pública e democrática, sendo estruturada por um conjunto de vinte e cinco padrões de paisagens, que retratam o ambiente construído na escala do pedestre.

Referência:

Solà-Morales, I. (2002). Territorios. Barcelona: Gustavo Gili.

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_6

Formas da expansão urbana na cidade de Campinas no período 2007-2016

Marcio Rodrigo Barbutti (PUC-Campinas; Brasil)

Denio Munia Benfatti (PUC-Campinas; Brasil)

Palavras-chave: sistema de espaços livres, forma urbana, Campinas, urbanização contemporânea

A cidade de Campinas (1.080.113 hab, IBGE, 2010) atualmente ganha contornos e significados distintos quando se trata de vivências em um ambiente metropolitano e, em parte, integrado ao mundo das compras à crédito, ao uso do automóvel, aos passeios nos shoppings e aos cursos universitários noturnos. Trata-se de uma metrópole com características específicas que responde, do ponto de vista de sua legibilidade, às características contemporâneas de metrópole dispersa e fragmentada.

O trabalho proposto trata, inicialmente, de apresentar o resultado de um levantamento e interpretação das formas da expansão e da transformação urbana da cidade de Campinas. Tem como ponto de partida o conjunto dos parcelamentos e das glebas onde ocorreram empreendimentos imobiliários nos últimos 10 anos. O levantamento tem como base o cadastro de aprovação de empreendimentos da prefeitura municipal. Como nem todos os empreendimentos aprovados foram efetivamente realizados, a pesquisa contrapõe as informações cadastrais com as transformações verificadas nas imagens da plataforma Google no período considerado.

Até algumas décadas atrás, o processo de urbanização predominante produziu espaços cuja legibilidade foi determinada por um conjunto de elementos urbanos tradicionais e uma diferenciação nítida entre espaço público e espaço privado: os alinhamentos, a regularidade dos lotes e as múltiplas funções do espaço público comandaram a produção das formas urbanas. Nas últimas décadas esta forma tradicional característica de um período da urbanização tem dado lugar a um urbano alargado. Respondendo a uma outra lógica, o processo de urbanização tem nos apresentado imagens e formas distintas, unidades autônomas relacionadas a usos diversos (habitação, comércio, serviços e industrial), se entrelaçam e se distanciam na formação de um tecido urbano alargado.

Na cidade de Campinas, a primeira observação nos mostra essas formas e/ou representações de cidade, até certo ponto antagônicas, ocorrendo de forma associada, composta por esses dois tipos de tecidos. Os primeiros indícios da investigação apresentam predominâncias distintas de usos e formas de associação de unidades em função das zonas da cidade e também da renda predominante. Os loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social concentram-se nas regiões sudoeste e noroeste, sendo que parte significativas destes estão agrupados como unidades habitacionais autônomas. Os condomínios fechados e loteamentos de renda média e alta, assim como as grandes superfícies comerciais e de serviços, concentram-se na região nordeste e sua localização está fortemente condicionada aos principais eixos rodoviários.

Pretende-se analisar as diferentes formas e processos de urbanização e de constituição dos tecidos urbanos presentes principalmente nas bordas da cidade de Campinas, procurando circunstanciar as diferenças entre a urbanização da qual derivam os espaços urbanos tradicionais e a forma de urbanização alargada destes últimos anos. Considera-se que o sistema viário principal, representado pelas rodovias que recortam e contornam a parte central da cidade, configuram a expressão máxima

1.1. FORMAS 1

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.1_7

As novas ruínas urbanas: leituras a partir de dois projetos suspensos em Guimarães e Vizela, Portugal

João Sarmento (Departamento de Geografia Universidade do Minho; Centro de Estudos Comunicação e Sociedade; Portugal)

Rui Pereira (Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Universidade do Minho; Portugal)

Ivo Oliveira (Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Universidade do Minho; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; Portugal)

Palavras-chave: Palavras-chave: loteamentos inacabados; ruínas; apropriação e usos sociais; metodologias qualitativas.

O abandono, o arruinamento e o vazio são marcas indeléveis da experiência da urbanidade contemporânea (Hell & Schönle, 2010; DeSilvey & Edensor, 2013). A forte especulação imobiliária do início do século XXI, assente num modelo capitalista neoliberal, promoveu o crescimento descontínuo das cidades, replicando lotes para construção e áreas infraestruturadas em diversos territórios. Com a crise financeira que afetou fortemente a expansão imobiliária, muitos destes projetos consolidaram-se como terrenos expectantes e pousios de acumulação de capital, permanecendo vazios. Outros, no entanto, viram a sua construção interrompida por variadas razões e cristalizaram-se como formas parcialmente construídas, não tendo chegado a atingir as finalidades inicialmente propostas (Kitchin, O'Callaghan & Gleeson, 2014). Estes loteamentos semiconstruídos, suspensos no tempo e no espaço, foram-se progressivamente degradando, constituindo atualmente novas formas de ruínas não-históricas ou ruínas modernas e sendo parte importante da paisagem urbana.

Partindo de um entendimento da cidade como um sistema sócio-tecno-natural (Gandy, 2013), estes loteamentos são locais privilegiados de hibridizações sócio-naturais, lugares de interpenetração do tecnológico com o biológico, do humano com o não-humano. Mais ainda, longe de serem espaços abandonados e sem uso humano, são frequentemente apropriados com diversos usos e por vários atores: residentes nas vizinhanças, transeuntes e gente de outras paragens que procura diversão, sossego, aventura, etc.. Um olhar demorado e detalhado do que se passa nestes loteamentos semiconstruídos, permite um melhor entendimento do significado dos espaços abandonados e arruinados, contribuindo para uma melhor compreensão da própria cidade contemporânea.

É isto mesmo que esta comunicação se propõe fazer, ao realizar uma leitura a partir de dois loteamentos inacabados em Guimarães e em Vizela, usando metodologias de observação etnográfica sistemática num trabalho de campo detalhado realizado durante um ano, entre 2017 e 2018.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito do Projeto PTDC/ATP-EUR/1180/2014 (NoVOID - Ruínas e terrenos vagos nas cidades portuguesas: explorando a vida obscura dos espaços urbanos abandonados e propostas de planeamento alternativo para a cidade perfurada).

1.1_8

MORPHO Amazônia? Uma morfologia de áreas rurais

Giselle Fernandes de Pinho (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)
Evandro Ziggianti Monteiro (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)
Silvia Mikami Pina (Brasil)

Palavras-chave: MORPHO, Amazônia Oriental, Morfologia de áreas rurais

O objetivo deste artigo é identificar a necessidade de adaptações aos procedimentos e métricas da metodologia MORPHO para o estudo de aglomerados rurais em território amazônico.

A metodologia foi aplicada em um conjunto de dez aglomerados situados ao longo de cerca de 45km da Rodovia Estadual PA-150 no Município de Moju, Estado do Pará. Os sete critérios originais do método (Oliveira, 2013; Oliveira & Silva, 2013; Oliveira & Medeiros, 2016) sofreram adaptações quanto à métrica e às características morfológicas, como por exemplo o critério referente a relação entre a largura da via e a altura das edificações, uma vez que a grande maioria das edificações são térreas. Como o próprio método prevê, o estudo comprovou que é possível avaliar os aglomerados rurais em termos morfológicos quanto ao tipo de traçado, a acessibilidade, a trafegabilidade, a diversidade, o tipo de ambiência e o tipo de crescimento da forma. O artigo conclui que através das adaptações é possível a determinação de indicadores de urbanidade para áreas rurais.

Referências Bibliográficas

- Oliveira V (2013) 'Morpho, a methodology for assessing urban form', *Urban Morphology*, 17(1), 149-61.
- Oliveira V, Silva M (2013) 'Morpho: urban morphological research and planning practice', *Revista de Morfologia Urbana*, 1(1), 31-44. Oliveira V, Medeiros V (2016) Morpho: combining morphological measures, *Environment and Planning B: Planning and Design* (doi: 10.1177/0265813515596529).

1.2. FORMAS II

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

Sala G 2.2 | Moderação: Marta Labastida e Mariana Abrunhosa Pereira

| | |
|--|---|
| Revitalizar o território do Alto Douro Vinhateiro - de Pocinho a Barca D'Alva | Inês Areia Clara Pimenta do Vale Mariana Abrunhosa Pereira |
| A paisagem do Alto Côa | Maria Isabel Mendonça |
| O território dos arquitetos: o interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades Da produção de energia à produção de território: o Sistema Carbonífero do Douro | Guilherme Silva Graciano Beatriz Ribeiro Soares Daniela Alves Ribeiro |
| Da forma do lugar ao desígnio do 'arruamento', da 'porta', da 'praça'. Princípios de inscrição na paisagem das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna | Filipa de Castro Guerreiro |
| Formas urbanas contemporâneas: o caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa Morfologia Urbana da Agricultura Urbana em Lisboa. Caso de Estudo de Chelas | Ana Mélice Teresa Marat-Mendes Raquel Ponte da Luz Sousa |

1.2. FORMAS 2

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.2_1

Revitalizar o território do Alto Douro Vinhateiro - de Pocinho a Barca D'Alva

Inês Areia (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Clara Pimenta do Vale (CEAU-FAUP; Portugal)

Mariana Abrunhosa Pereira (CEAU-FAUP; Portugal)

O Alto Douro Vinhateiro (ADV), reconhecido pela UNESCO como património mundial em 2001, na categoria de “paisagem cultural, evolutiva e viva”, reflete o trabalho das gerações durienses sobre o território, que moldaram as encostas de xisto do Douro, na “mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo”[1]. As condições geográficas e climáticas ímpares, aliadas às técnicas tradicionais de cultivo, favoreceram a criação dos conhecidos Vinhos do Douro. Em consequência do volumoso interesse internacional, a exploração vinícola apropriou-se, rápida e intensamente, do território duriense e desempenha, até hoje, o papel principal no desenvolvimento da região e na transformação da sua paisagem.

A identidade do ADV encontra-se na repetição desalinhada das montanhas, nos muros de xisto que as torneiam, nos socalcos e patamares, nas cores e variações das vinhas, nas construções de apoio à vinha, nos caminhos estreitos, nas quintas de produção vinícola que pontuam a paisagem e no contacto com o rio Douro.

Trata-se, contudo, de um terreno difícil, de grandes inclinações e altitudes, com uma rede de comunicações escassa e débil. Os povoados, dispersos e, maioritariamente, pequenos, concentram as primeiras necessidades da população, dependendo forçosamente dos núcleos maiores para uma oferta mais abrangente. O acesso entre povoados é tortuoso e demorado. Por sua vez, as ligações entre povoados e principais núcleos urbanos, apesar de terem qualidade superior e mais condições, representam ainda percursos morosos e intrincados.

As crises sobre o Douro e a vinha, os lucros e benefícios do vinho entregues aos grandes produtores e empresas (maioritariamente estrangeiras), o desemprego, a escassa oferta de atividades, serviços, cultura e investimentos, contribuíram para o aumento do despovoamento no Douro. A população opta pela emigração ou por cidades maiores, deixando para trás aldeias envelhecidas, onde não há passagem de memórias e valores.

A classificação, em 2001, direccionou olhares nacionais e internacionais para o ADV, promovendo e diversificando a oferta turística da região. Tornam-se centrais as questões de preservação do património e gestão do território. Contudo, e apesar de um conjunto recente de ações, entidades e investigação, é, ainda, evidente a “falta de uma entidade gestora que concilie os diferentes interesses e planos existentes para o território”[2].

Esta comunicação pretende analisar este território, com especial enfoque na revitalização da linha férrea desativada do Pocinho a Barca D'Alva, e traçar uma estratégia dinamizadora que articule o valor histórico, cultural e patrimonial da região, numa rede integrada de conjuntos com interesse patrimonial, como os edifícios vagos ao longo da linha férrea, novos percursos e pontos atrativos da paisagem. Rede, que reúne o existente com novas necessidades sociais, que perspetiva o desenvolvimento do (eno)turismo a par de novas políticas de economia locais, e que constrói um território plural, evolutivo, de convergência entre viver e visitar.

[1] Aguiar, Fernando Bianchi de (coord.). (2000). “Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial”. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques

[2] Fauvrelle, Natália. (2010). Gestão da paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro: 2001-2010. “Revista de Letras”. II, nº9, 237- 250

1.2. FORMAS 2

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.2_2

A paisagem do Alto Côa

Maria Isabel Mendonça (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Alto Côa, Sabugal, Paisagem rural, Despovoamento

A paisagem do Alto Côa, em tempos, bastante trabalhada pelo Homem, reparte-se em pequenos aglomerados populacionais, ligados à sede do concelho, Sabugal, cujo espaço periurbano se distingue em três tipos: áreas aráveis com culturas e pastagens de prados temporários ou em pousio; áreas de culturas permanentes, em pastagens permanentes; e área florestal ou baldios. Na organização do território e da paisagem é possível perceber como, até meados do século XX, se efetuava o aproveitamento exaustivo das terras para uso agrícola e para a criação de animais, evidenciando uma malha de ocupação onde predominam os muros, de granito e de xisto, que dividem parcelas. Do sistema parcelar destacam-se as propriedades que acompanham os caminhos de ligação ao campo. A ocupação linear ao longo de um caminho gerou, em vários casos, parcelas transversais, geralmente bastante alongadas. Esta configuração, surgindo de forma sistemática pelo território que foi desmantelado de árvores em prol da agricultura, explica-se pela adequação aos meios de fresa da terra, geralmente auxiliada por animais e engenhos. O tipo de organização pode resultar da necessidade de exploração a larga escala de culturas de sequeiro, geralmente milheirais, mato e feno para animais, em lugares cujos solos, pela falta de recursos minerais e hídricos e por se situarem em “cabeços” e planaltos elevados não detêm de grande atratividade. A extensão, explicada pela rotatividade das culturas, pode ser igualmente entendida como uma resposta ao isolamento e à dispersão da população em pequenas aldeias autónomas, como Aldeia da Ponte ou Arrifana (Sabugal, Guarda).

No entanto, o evidente abandono da agricultura, resultante do êxodo para as cidades, que alterou o modelo social e económico desta região por falta de recursos humanos, tem conduzido ao despovoamento e ao desaparecimento deste sistema de ocupação possivelmente bastante antigo. A migração rural e o abandono da agricultura degradaram as condições de atratividade destes locais, dando forma e azo a um rápido agravamento de um conjunto de lógicas sócio-urbanas. Destruído o vínculo assegurado pela população, que regulava a organização económica, espacial e arquitetónica dos lugares, geraram-se consequentemente movimentos desagregadores da identidade paisagística - que têm conotado esta região como “terra incógnita”.

1.2. FORMAS 2

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.2_3

O território dos arquitetos: o interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades

Guilherme Silva Graciano (Universidade Federal de Uberlândia; Brasil)

Beatriz Ribeiro Soares (Universidade Federal de Uberlândia; Brasil)

Palavras-chave: municípios pouco populosos; relação urbano-rural; arquitetura e urbanismo; território

Com o fenômeno da urbanização se expandindo para o território e avançando sobre os limites da cidade, o escopo da disciplina arquitetura e urbanismo passa a abranger o território como um todo. Nesse contexto, a ideia de um planejamento territorial amplo, que abarque os espaços urbanos e rurais, faz-se necessário. O presente artigo busca discutir os desafios para a arquitetura e urbanismo ao pensar alternativas de urbanização para os territórios menos densamente povoados, o espaço rural e as pequenas aglomerações.

O clichê de que as cidades abrigam hoje mais da metade da população mundial está bem estabelecido, apesar de controverso. Isso provoca especulações e previsões de que se vive atualmente o início da “era urbana”, em que houve um “triunfo da cidade” sobre o campo. A discussão atual sobre a urbanização sugere algumas questões para que se possa examinar o fenômeno urbano a partir de outra perspectiva: E se adotarmos uma abordagem territorial em vez de uma visão focada na cidade? Se as cidades cobrem apenas 2% da superfície terrestre, e se focássemos também nos outros 98% de território? Se as cidades cresceram e se transformaram, os territórios estão, inegavelmente, neste mesmo eixo de transformação e urbanização. Nessa perspectiva, é inegável que a relação entre cidade e território precisa ser revisitada. A compreensão da dinâmica dos territórios, sejam eles paisagens produtivas, áreas naturais, espaço rural ou hinterlândias, é central para entender a cidade e sua viabilidade (ou sustentabilidade).

Cabe, portanto, aos arquitetos, além dos demais profissionais dedicados ao planejamento urbano e regional, estabelecerem como se dará o redesenho, não só da cidade, mas do território no século XXI. Neste artigo será feito um apanhado histórico de como o território tem sido abordado na arquitetura e quais os desafios para arquitetos e urbanistas ao pensar “alternativas de urbanizações” para os territórios menos densamente ocupados.

BOLCHOVER, Joshua, LIN, John, LANGE, Christiane (Org.). (2013) Homecoming: contextualizing, materializing and practicing the rural in China. Berlim: Gestalten;

BRENNER, Neil. (2016) A hinterlândia urbanizada?. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, nº25, ano 7, pág. 6-11;

CORBOZ, André. (2015) La Suisse comme hyperville. dans Le Visiteur, nº 6, p. 115, apud: TOPALOVIC, Milica. Architecture of territory – Beyond the limits of the City: Research and Design ou Urbanising Territoties. Zurich: ETH;

DOMINGUES, ÁLVARO. (2010) A rua da Estrada. Dafne Editora, Porto;

ROCHA, Paulo Mendes da. (2013). [Entrevista ao programa Roda Viva]. São Paulo: TV Cultura. 10 de junho de 2013. Programa de televisão;

KOOLHAAS, Rem. (2014). Rem Koolhaas in the country. Recuperado em 20 jan. 2017, de <www.iconeye.com/architecture/features/item/11031-rem-koolhaas-in-the-country>

KOOLHAAS, Rem. (2012). Countryside. Recuperado em setembro de 2017, de <<http://oma.eu/lectures/countryside>>;

MANNA, Eduardo Della. (2008). Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia social. Revista Vitruvius, v. 095. n.02. ano 08, abr. 2008. Recuperado em setembro de 2017, de <vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148>;

PACHECO, Pedro. (2011) Rural-Urbano in Tema e Programa Turma F, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

TOPALOVIC, Milica. (2015) Architecture of territory – Beyond the limits of the City: Research and Design ou Urbanising Territoties. Zurich: ETH.

1.2_4

Da produção de energia à produção de território: o Sistema Carbonífero do Douro

Daniela Alves Ribeiro (CEAU-FAUP; Portugal)

Palavras-chave: Sistema Carbonífero do Douro, Paisagem tecnológica, Dispositivo operativo

As transformações decorrentes da substituição do carvão por eletricidade conduziram a que se entenda hoje a energia como algo adquirido, chegando até aos consumidores sem que estes se apercebam da dimensão do processo de produção daquilo que consomem. No entanto, a energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo.

Da produção de energia a partir do que foi o único combustível nacional –o carvão mineral- emerge o que consideramos Sistema Carbonífero do Douro, estendendo-se desde os pontos de extracção do minério –ao longo da faixa carbonífera do Douro- até aos sistemas domésticos de aquecimento, termoeléctricas e estruturas industriais –maioritariamente no Porto-, e que, a partir da segunda metade do século XIX, foi demarcando uma “paisagem tecnológica” subjugada às lógicas de extracção, transporte, transformação e modo de consumo das antracites durienses.

Enquanto unidade territorial determinada por um dispositivo sociotécnico, a paisagem energética subjacente ao Sistema Carbonífero do Douro define-se, antes de mais, como uma unidade de observação, na qual a infraestrutura de produção energética se assume como fio condutor e que ganha dimensão quando percebemos a relevância que (man)teve na organização territorial.

Esta significação afasta-se da ideia pitoresca e estetizada de paisagem, então obsoleta perante os lugares de hoje – em particular quando nos deparamos com paisagens do trabalho (Galindo Gonzalez, Sabaté Bel, 2009)[1].

Quando em 1966 Gregotti escreve “Il territorio dell’architettura”, apresenta-nos uma ideia de paisagem enquanto conjunto que, como dispositivo operativo, se revela simultaneamente leitura e fundação de critérios de definição de conjuntos formais.

A transformação daqui decorrente revela-se essencialmente hermenêutica e intimamente ligada ao que existe, não podendo desviar-se das discussões em torno do património, particularmente no que diz respeito à sua ascensão mais imediata de relação entre passado, presente e futuro.

Mais do que recuperar a memória dos espaços industriais integrantes desta linha de produção territorial, a abordagem que se pretende desenvolver assume-se como um re-olhar sobre as lógicas subjacentes à infraestruturação carbonífera, de forma a na sua coerência encontrar uma possível estratégia conducente à revalorização do território, enraizado na sua identidade, segundo um modelo economicamente mais viável, ambientalmente mais coerente e socialmente mais justo.

Cauquelin, A. (2017). *Le site et le paysage*. 2.º ed, 3.ª tir. Paris: Presses Universitaires de France [ed. original:2002]

Diedrich, L. (2013). “Entre a Tabula Rasa e a Museificação” em *Paisagem Património*, editado por I. Lopes Cardoso, 83-110. Porto: Dafne Editora |CHAIA.

Galindo González, J. e Sabaté Bel, J. (2009). El valor estructurante del patrimonio en la transformación del territorio. *Apuntes, Revista de estudios sobre patrimonio cultural*, 22(1), 20-33.

Gregotti, V. (2008). *Il territorio dell’ architettura*. 2.ªed. Milão: Feltrinelli [ed. original:1966]. Zampieri, L. (2012). *Per un progetto nel paesaggio*. Macerata: Quodlibet.

[1] É apresentada uma definição de paisagem do trabalho muito próxima do que Sauer propõe para paisagem cultural em *A Morfologia da Paisagem* (1925), correspondendo a uma versão mais sincera do termo, próxima das marcas do trabalho deixadas sobre o território.

1.2. FORMAS 2

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.2_5

Da forma do lugar ao desígnio do 'arruamento', da 'porta', da 'praça'. Princípios de inscrição na paisagem das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna

Filipa de Castro Guerreiro (CEAU-FAUP; Portugal)

Palavras-chave: Colonização, Paisagem, Forma, Lugar

Após um período inicial, onde as colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna decorriam de um somatório de assentamentos de lavoura autónomos, sem um desígnio de estruturação territorial legível, a Junta desenvolveu, nas décadas seguintes – 1940 e 1950 – um conjunto de assentamentos onde se procura desenvolver mecanismos de desenho que permitem não só dotar os conjuntos de um sentido de legibilidade como de uma forte capacidade de inscrição territorial, apesar das suas reduzidas dimensões e da escassez de elementos construídos.

A ausência de modelos contemporâneos para a escala de assentamentos pretendida – a escala da ‘aldeia’ e do ‘lugar’ (entre nove a cinquenta casais agrícolas) –, levou à necessidade de equacionar uma estratégia de intervenção que se adequasse a diversas dimensões e condições geográficas.

Ao contrário das colónias agrícolas espanholas projectadas pela Junta Central de Colonización y Repoblación Interior que partiam da adaptação de um tipo a um determinado contexto físico (MONCLUS, 1988, 324), no caso da JCI estabelece-se um princípio de implantação dos edifícios dos casais relativamente ao ‘arruamento’, sendo que a forma deste decorre do cruzamento entre a forma do lugar e o desígnio de agregação de uma comunidade.

O processo adquire especial densidade pelo modo como define um sistema que, permite responder a um povoamento disperso ou concentrado e garantindo uma economia de meios, explora o cruzamento de escalas – intervindo desde o desenho do território até ao desenho da casa –; recorre a dispositivos de implantação que derivam não só da leitura da génese dos assentamentos portugueses na sua relação com a topografia e condição dos lugares, como da estrutura de assentamentos agrícolas ancestrais Europeus, e incorpora temas de composição dos modelos de cidade desenvolvidos no final do século XIX – ‘Garden Cities’ e ‘Beautiful City’.

A chave deste sistema prende-se com o novo papel atribuído ao ‘arruamento’. Dissipando custos de infraestruturção, o ‘arruamento’ do assentamento dilui-se na estrada territorial estabelecendo uma continuidade de movimento que propõe um deambular contínuo, quer pela paisagem, quer pelo ‘assentamento’. Assim, a estruturação dos assentamentos baseia-se em formas impressas a uma ‘linha’, em detrimento de, por hipótese, uma ideia de ‘grelha’.

Nos assentamentos dispersos, para além do ‘arruamento’, assiste-se ao resgatar de uma ideia de ‘porta’ e de ‘praça’, completando os “3 espaços fundamentais da representação urbana clássica” (Morales, 1991). Estes três elementos deixam de se estruturar numa sequência contínua, cuja forma espacial decorre directamente da relação de cheio-vazio com o edificado, para se autonomizarem, assumindo-se como figuras, como cheios que estabelecem relações à escala do grande espaço aberto do território, introduzindo, neste, elementos passíveis de garantir a sua legibilidade.

MONCLUS, Francisco. Javier; OYÓN, José Luis. Historia y evolución de la colonización agraria en España. Volumen I – Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural. Madrid, MAPA, MAP, MOPU, 1988.

SOLÀ MORALES, Ignasi de. “Mnemosi o retorica: la crisi della rappresentazione nella città e nell’architettura moderne”, in Atlante metropolitano. Quaderni di Lotus. Milão, Electa, 1991. p.91-94.

1.2. FORMAS 2

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.2_6

Formas urbanas contemporâneas: o caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa

Ana Mélice (ISCTE-IUL; Portugal)

Teresa Marat-Mendes (ISCTE-IUL; Portugal)

Palavras-chave: Forma urbana, Tipologias, Agricultura urbana, Planeamento sustentável

A exigência da Sustentabilidade Urbana tem levado os municípios a identificarem a agricultura urbana como uma das possíveis respostas a esta problemática, nomeadamente pelo seu contributo ecológico e mais valia social (Lo, 2016; Parham, 2015; Wiskerke, 2012). As formas urbanas que têm sido exploradas para dar resposta à agricultura urbana não mereceram ainda a atenção necessária, impossibilitando uma leitura mais atenta deste fenómeno e das suas implicações para o estudo das formas urbanas da cidade contemporânea (<http://detroitagriculture.net/>, <http://incredibleediblenetwork.org.uk/>, <https://work.ac/pf-1/>).

Esta apresentação incide sobre o estudo das formas que se projetam na contemporaneidade, especificamente no âmbito da agricultura urbana. Apresentam-se os primeiros resultados de uma investigação em curso que procura construir as bases para esse entendimento. Esta comunicação discute a os primeiros resultados da análise das formas urbanas de casos de estudo identificados na Área da Grande de Lisboa.

A análise realizada identificou um número de soluções de espaços agrícolas em dois municípios, Lisboa e Cascais, procurando aferir:

(i) as suas tipologias; (ii) a sua relação com o tecido urbano; (iii) as fontes teóricas que informaram as soluções tipológicas; (iv) a relação das formas identificadas com outras soluções sustentáveis; (v) e a estratégia urbana a nível municipal em que se inserem.

As primeiras conclusões deste trabalho permitem-nos identificar os motivos que parecem ter fundamentado a variedade de soluções tipológicas identificadas. Nomeadamente, nas diferentes prioridades de planeamento urbano seguidas pelos dois municípios. Apesar de ambos destacarem o tema nas suas políticas urbanas, através de ferramentas de planeamento específicas, a abordagem formal é diferenciada. Enquanto que em Lisboa, se identificam espaços de maiores dimensões, facilitando a articulação com o sistema de espaços verdes e de lazer do município; em Cascais a aposta incidu na criação de espaços de menores dimensões, todavia com um maior impacto na economia local.

Entender de uma forma mais sistematizada o impacto destas diversas formas urbanas nas mais variadas dimensões do tecido urbano (social, físico e económico) parece-nos de todo essencial para podermos contribuir de forma construtiva para o debate da sustentabilidade. No entanto, a crescente desconfiança social para com a produção alimentar em grande escala (Steel, 2013) eleva a urgência da discussão deste tema no âmbito municipal. O estudo das formas tipológicas de âmbito agrícola em meio urbano, existentes em alguns municípios, poderá contribuir para identificarmos as melhores características formais e adapta-las a futuras iniciativas no tecido urbano das cidades.

Referências:

Lo, A. Y. (2016). Small is green? Urban form and sustainable consumption in selected OECD metropolitan areas. *Land Use Policy*, 54, 212–220. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.02.014>

Parham, S. (2015). *Food and Urbanism: The Convivial City and a Sustainable Future* (pp. 157–182). London: Bloomsbury Academic.

Steel, C. (2013). *Hungry City*. London: Vintage.

Wiskerke, J. S. C. (2012). A Tale of Two Hungry Cities. In M. Lauwaert, P. de Rooden, & F. van Westrenen (Eds.), *Food for the City: A future for the Metropolis* (pp. 122–128). Bruges: Nai Publishers | Stroom Den Haag.

1.2_7

Morfologia Urbana da Agricultura Urbana em Lisboa. Caso de Estudo de Chelas

Raquel Ponte da Luz Sousa (ISCTE; Portugal)

Este trabalho extrai padrões morfológicos da agricultura urbana (AU), observando e analisando macro e micro escalas, através da sua ligação e ao estudo dos elementos que a definem, para a área de Chelas. A metodologia dividiu-se em três partes:

1- A análise macroscópica da AU, através dos instrumentos de planeamento e do Google maps, mostra uma grande área de vazios, onde se situa o corredor verde oriental da cidade. A este nível, as diferenças existentes são visíveis entre as duas tipologias maioritariamente existentes (Sousa R. 2016): projectos municipais e hortas espontâneas, permitindo perceber as diferenças entre uma estrutura morfológica regular, correspondente à planificação das hortas municipais e uma estrutura mais complexa e segundo a topografia, das hortas espontâneas.

2- Na análise micro, a selecção dos seguintes indicadores, presentes nas imagens de Google maps e fotografias, foi baseada em critérios de sustentabilidade e ciclo dos recursos envolvidos (Niza et al, 2016): reutilização de materiais; biodiversidade existente na área cultivada e à sua volta, na parcela; biodiversidade no exterior da parcela (sebes); área da parcela, produtividade bruta e disponibilidade de água. Foram também seleccionados parâmetros de qualificação da paisagem (ICN), dado esta ser um indicador abrangente, na tentativa de mostrar que a maior complexidade morfológica corresponde maior sustentabilidade. Estes indicadores foram complementados por parâmetros relacionados, mais finos, em entrevistas. Foram seleccionados também critérios de caracterização social relacionáveis com a morfologia, de forma a responder às seguintes questões: quais os factores sociais originários das diferentes concepções de espaço e de manutenção destas estruturas. Assim indicadores como a origem do hortelão, onde fez agricultura antes, escolha das culturas etc., integraram o questionário.

Nesta fase da análise abordaram-se áreas iguais para as duas tipologias, o que abrangeu a área total do projecto CML, mas não a de hortas espontâneas, mais extensa.

3- A utilização de um drone para completar as filmagens das hortas espontâneas, depois de extraídas as conclusões da primeira fase, serviu como teste destas para as áreas já estudadas. Os resultados positivos adquiridos permitiram analisar toda a área de hortas espontâneas e também uma maior rapidez e detalhe na obtenção e análise dos indicadores/parâmetros seleccionados.

A análise permite concluir a maior complexidade das estruturas e estratégias criadas pelos hortelões nas hortas espontâneas, avaliadas a partir dos parâmetros/indicadores seleccionados, depois de efectuada a caracterização extensiva destes. Assim, existe uma maior complexidade dos padrões morfológicos nas hortas espontâneas, indexada aos indicadores estudados, permitindo concluir a ligação entre morfologia complexa e maior sustentabilidade. Permite também validar a utilização do drone como ferramenta válida, como forma de identificação de padrões morfológicos com significância sustentável.

Niza, S., Ferreira, D., Mourão, J., Bento d'Almeida, P. & Marat-Mendes, T., 2016, 'Lisbon's womb: an approach to the city metabolism in the turn to the twentieth century', *Regional Environmental Change* 16(6), 1725-1737.

Sousa R., 2016, "Combining top-down and bottom-up gardens in Lisbon as an improved planning strategy", in *proceedings Growing in cities, Cost conference on Urban Allotment Gardens, Setembro, Basel*.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

Sala G 3.2 | Moderação: Rui Mealha e Daniel Casas-Valle

| | |
|---|---|
| A rua como resistência: desenho e agentes na construção do espaço público no bairro do Bexiga em São Paulo-SP | Silvia A. Mikami Gonçalves Pina Lucas Ariel Gomes Camilla Massola Sumi Viviana Pereira Gonçalves |
| Lugares da colectividade: apropriação do espaço urbano público | Ana Lucia Krodel Rech |
| Igreja Nossa Senhora de Fátima: micro acessibilidade em área de patrimônio na cidade de Brasília | João Da Costa Pantoja Viridiana Gabriel Gomes |
| Paisagem sonora, memória e cultura urbana - Os sons de cinco praças cariocas | Andrea Queiroz Rego |
| Tendências contemporâneas da Rua: A decomposição sistémica como instrumento de leitura morfológica | Andrea Queiroz Rego |
| Estudo da dinâmica da paisagem: do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira, Vitória/ES, Brasil | Michela Pegoretti Eneida Mendonça |
| Arborização e conforto higrotérmico em praças | Ines Gaggero Joyce Pereira Julia Pinheiro Virginia Vasconcellos |

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_1

A rua como resistência: desenho e agentes na construção do espaço público no bairro do Bexiga em São Paulo-SP

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Lucas Ariel Gomes (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Camilla Massola Sumi (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Viviana Pereira Gonçalves (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Palavras-chave: Cotidiano, Direito à cidade, Diversidade, Bexiga - São Paulo

O desenho das ruas, edifícios e espaços públicos podem circunscrever condições sociais no cotidiano de seus habitantes, mas também podem ser reflexo da interferência destes no modo de apropriação espacial em um processo complexo e em constante mutação, que são as cidades. As relações entre o desenho urbano e a construção coletiva do espaço viabilizam um entendimento da realidade urbana como processo coletivo, heterogêneo e dinâmico. O bairro do Bexiga, localizado na região central da cidade de São Paulo (Brasil), é conhecido por seu caráter histórico, por sua cultura popular e por abrigar diversidade construtiva e populacional, características que são refletidas no uso e configuração de seus espaços públicos. O atual traçado urbano do bairro é resultado de sua história, desde suas origens como quilombo urbano no final do século XIX, até sua construção como bairro italiano e a posterior consolidação de sua importância histórica e cultural para a cidade de São Paulo. O presente artigo apresenta um estudo das relações sociais e a construção coletiva dos espaços públicos do Bexiga, através da análise comparativa do uso e da configuração de duas importantes vias do bairro: as Ruas Rui Barbosa e Treze de Maio, bastante distintas entre si. O processo metodológico inclui a releitura deste espaço através do trabalho e escritos de Jane Jacobs em *Morte e Vida de Grandes Cidades* (1961). São analisadas a morfologia das próprias ruas e os desenhos das fachadas no sentido de favorecer ou não a permanência da população local e de visitantes, no sentido de oferecer condições adequadas para a vivacidade, segurança e diversidade social no espaço público. De forma geral, nota-se que os espaços com maior uso e apropriação são os que se aproximam da escala humana e que incentivam as trocas entre os espaços públicos e privados. O papel determinante que o desenho urbano desempenha na construção coletiva desses espaços aponta para sua importância no fortalecimento do direito à cidade em seu pleno potencial, ou seja, com a presença de complexidade urbana e possibilidades de interações sociais diversas. Espera-se que o trabalho esclareça o papel de agentes importantes nessa construção, para revelar a atual condição de desenho morfológico do bairro, bem como as forças e interesses intrincados neste território.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_2

Lugares da colectividade: apropriação do espaço urbano público

Ana Lucia Krodel Rech (Universidade do Minho; Brasil)

Palavras-chave: lugar-colectividade-identidade- apropriação

Um dos desafios enfrentados na vida profissional e académica, nos processos de planeamento e projecto do espaço urbano público, é a incessante busca pelo entendimento da realidade urbana revelada por sua morfologia e apropriação de identidade colectiva dos diversos actores participantes de tais processos.

Segundo Yi-fu Tuan, são nossos valores ambientais e relações afetivas que transformam espaços em lugares. Pierre Levy coloca que vivemos num tempo em que se colocam outras possibilidades de relações com a experiência espacial. A Cibercultura provoca mudanças nas formas de nos relacionarmos com o espaço urbano público? Documentos como a Nova Carta de Atenas, 1998/2003 e Cidades de Amanhã, 2011, colocam como importantes desafios para as cidades no século XXI, a responsabilidade de manter suas identidades colectivas e para os arquitetos, de serem um dos mediadores das múltiplas dimensões interactuantes, culturais, sociais, económicas e políticas juntamente com os sujeitos activos participantes dos processos urbanos.

É necessário então, identificar nos espaços urbanos públicos sistemas espaciais e relacionais que permitem manter práticas e significados que fazem parte da construção dessa apropriação da identidade colectiva. E então, em que lugar fica o lugar urbano público da identidade colectiva?

O objetivo da comunicação, que constitui o momento inicial de uma investigação de doutoramento, será apresentar e debater a aplicabilidade e operatividade de uma metodologia de investigação que permita identificar e fortalecer processos e práticas de identidade coletiva nos lugares da colectividade revelados nos espaços urbanos públicos no momento atual. Pretende-se dar início a uma reflexão sobre metodologias importantes porém de aplicação difícil por envolverem mecanismos espontâneos de participação colectiva para reconhecimento da realidade.

Será apresentada e defendida uma metodologia fortemente suportada na observação directa, no registo e contacto com a população. Convoca diversas disciplinas e recorre a variados meios de registo: anotações, desenhos, fotografias, cartografia, iconografia, cinema, literatura, entrevistas aplicadas à população e reflexão desta sobre o papel da arquitetura na transformação do espaço urbano público.

A defesa da metodologia será feita com recurso à apresentação sucinta de investigações que recorreram à metodologia semelhante, uma realizada no mestrado em geografia humana, sobre o centro de São Paulo, juntamente com duas apresentadas no livro “Percepção ambiental: a experiência brasileira.”

No doutoramento a metodologia proposta será testada nos espaços urbanos públicos de Guimarães, que serão observados em proximidade e durante intervalo temporal alargado. Elegeu-se Guimarães pelo facto de seus espaços públicos exercerem papel fundamental na vida colectiva da população com acolhimento, ao longo do tempo, de inúmeras manifestações culturais que fizeram a cidade ser reconhecida, como Capital Europeia da Cultura 2012 e assim reafirmar-se enquanto construção colectiva. Ressalta-se que, segundo Maria Manuel Oliveira, a renovação urbana da área central evidenciou a questão patrimonial e novas formas de apropriação articulando urbanidade contemporânea e memória.

Referências bibliográficas:

DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (organ.). Percepção ambiental: experiência brasileira. São Paulo: Nobel; São Carlos- SP: UF São Carlos, 1996.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

TUAN, Yi – Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_3

Igreja Nossa Senhora de Fátima: micro acessibilidade em área de patrimônio na cidade de Brasília

João da Costa Pantoja (UNB - FEUP; Portugal)

Viridiana Gabriel Gomes (UniCeuB - FEUP; Portugal)

Palavras-chave: pedestre, patrimônio, micro-acessibilidade

Para o projeto urbanístico de Brasília, Lúcio Costa estabeleceu quatro escalas de macrozoneamento: a bucólica, a monumental, a gregária e a residencial. As Unidades de Vizinhança, cerne do tipo morfológico aplicado à escala residencial, eram compostas por um conjunto de 4 Superquadras, ruas de comércio local e equipamentos comunitários. A Igreja de Nossa Senhora de Fátima, o primeiro equipamento público da cidade, foi executada em 1958 a partir dos traços sutis de Oscar Niemeyer; chamada carinhosamente pela população de “Igrejinha”, tornou-se elemento fundamental na proposta de fomentar a socialização e a aproximação dos moradores no espaço de uso cotidiano. A grande esplanada sobre a qual se assenta a Igrejinha foi concebida por Roberto Burle Marx em um desenho que dava continuidade ao paisagismo aplicado à superquadra residencial da 308 sul. Os acessos à esplanada da igreja foram pensados dentro de um sistema que previa pontos de origem a partir das quadras residenciais, imaginando que os moradores desceriam de seus prédios e caminhariam até o local. No entanto, à medida que o bairro se consolidou o equipamento ganhou maior importância e extrapolou sua influência a um público maior cujo meio de locomoção era prioritariamente o carro. O desnível da esplanada em relação à rua trouxe a demanda por escadas e rampas de acesso, implementadas em soluções paliativas, das quais derivaram outros problemas de acessibilidade. Atualmente, a praça da igreja guarda características de sua morfologia original, do desenho do piso e do calçamento, que preserva o material original desgastado e avariado, apresentando inúmeras patologias. Os acessos ao edifício principal encontram-se prejudicados por numerosos obstáculos, dificultando a locomoção dos pedestres conforme será mostrado. O artigo proposto traz a avaliação da implementação e estado atual da esplanada diante da igreja inserida na entrequadra 307/308 sul, incluindo as margens laterais que tocam as superquadras. Uma metodologia de análise baseada em observação e classificação sistemática dos principais tipos de patologias foi aplicada em toda a extensão da Praça e adjacências. Os resultados encontrados por meio de mapeamento dos pontos críticos apontam diversas irregularidades sob o ponto de vista da norma de acessibilidade 9050, a qual define critérios voltados a salvaguardar um movimento seguro aos pedestres nos espaços públicos. Demonstrada a situação atual do sítio, pretende-se utilizar o caso como elemento de discussão sobre o espaço do pedestre na cidade contemporânea, tendo em vista o princípio modernista de segregar os espaços destinados ao movimento de carros e pessoas.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_4

Paisagem sonora, memória e cultura urbana - Os sons de cinco praças cariocas

Andrea Queiroz Rego (Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: paisagem sonora, memória sonora, praças cariocas

O trabalho apresentado é vinculado à pesquisa Paisagem Sonora, Memória e Cultura Urbana coordenado pela Prof. Andrea Queiroz Rego, com apoio da FAPERJ desde 2009, desenvolvida no PROARQ-FAU/UFRJ, na linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

A pesquisa aborda as relações que se estabelecem entre a paisagem construída visível e a paisagem sonora invisível das cidades. O estudo das paisagens sonoras se dá no espaço livre público o qual é palco das diversas transformações urbanas e culturais da sociedade.

Os sons participam desses espaços sendo reflexo das apropriações ao longo do tempo. A arquitetura, por seu desenho, define os espaços livres de edificação, conceito cunhado por Miranda Magnoli, e gera os “caminhos sonoros”. A legislação urbanística define o uso do solo e, conseqüentemente, o posicionamento das diferentes fontes sonoras.

Objetiva-se entender se e como as paisagens sonoras são capazes de contribuir para a identificação de praças em diferentes ambientes urbanos e como os sons participam da construção da memória do lugar, que está diretamente relacionado com as questões de identidade do lugar.

De modo específico, objetiva-se estudar a relação que se estabelece entre paisagem sonora e o uso e apropriação das praças na Cidade do Rio Janeiro, verificando a influência do contexto urbano nas mesmas.

O objeto de estudo são, então, cinco praças, espaços livres de caráter de permanência, destinados aos encontros, ao uso social, e às apropriações por parte da população.

Metodologicamente, a pesquisa adota os procedimentos de Schafer, Rego e Truax, com base nos passeios sonoros e se divide nas seguintes etapas:

- (1) estudo dos conceitos adotados;
- (2) definição de cinco praças uma em cada centralidade, a partir das Áreas de Planejamento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro, observando a morfologia (espaço edificado adjacente, dimensão e arborização da praça) e a funcionalidade (estrutura viária e uso do solo no entorno da praça);
- (3) visita técnica exploratória para a definição de pontos de gravação e medição dos eventos sonoros relevantes do dia-dia a serem incluídos no passeio sonoro;
- (4) realização do passeio sonoro, gravação em campo, e também da medição do nível de pressão sonora, do fichamento com as observações da paisagem urbana e sonora e visão serial fotográfica;
- (5) documentação e fichamento dos sons gravados;
- (6) análise comparada - quantitativa e qualitativa.

A pesquisa já aponta alguns resultados

- (1) a forma do entorno, gabarito e afastamento das edificações, influencia na penetração dos ventos e na propagação dos sons;
- (2) o uso e a ocupação das edificações do entorno da praça alteram de modo direto e indireto na paisagem sonora;
- (3) o mobiliário urbano instalado nas praças pelo poder público direcionam fortemente o uso e as apropriações das mesmas, fazendo com que a paisagem sonora percebida seja fortemente influenciada por estes;
- (4) a presença da arborização atrai pássaros alterando significativamente a paisagem.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_5

Tendências contemporâneas da Rua: A decomposição sistémica como instrumento de leitura morfológica

João Silva Leite (Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, CIAUD – FormaUrbis Lab; Portugal)

Palavras-chave: Rua, Formações Urbanas Lineares, Configurações emergentes, Decomposição sistémica

A Rua como elemento urbano tem, nas últimas décadas, visto o seu conceito mais clássico questionado, em certa medida, através do desenvolvimento de determinadas formações urbanas de carácter linear. O processo de transformação incorporado por alguns eixos de mobilidade têm colocado estas infraestruturas numa dimensão formal, e funcional, comparável à Rua da cidade consolidada. A condensação progressiva de urbanização ao longo de uma estrada, a sua metamorfose total ou a sobreposição de uma via rápida sobre um território pré-urbanizado incute intensos processos de transformação urbana que redefinem a identidade destas infraestruturas de mobilidade.

Estas formações lineares contêm, cada vez mais, características morfológicas e funcionais semelhantes à Rua tradicional. Sobre o seu eixo de mobilidade desenvolve-se uma estrutura de parcelário que serve de suporte à urbanização, a infraestrutura permite a deslocação pelo território, a regularidade da urbanização marginal é constante e ocorrem diversas actividades sociais, ao longo do seu percurso. Assim, características essenciais para o entendimento do elemento urbano Rua estão asseguradas, isto é: suporte [de urbanização]; ligação, compactação e espaço de interacção social.

Contudo, a expressão formal e o próprio modo como interagem com o território constitui-se através de configurações emergentes e nem sempre são perceptíveis de forma clara e legível. A sofisticação morfológica e os processos de formação recorrem a mecanismos variados, por vezes, bastante distintos dos observados no tecido urbano mais consolidado, e resultam de estímulos que provêm de agentes e tempos variados.

A sua leitura, e descodificação, torna-se um exercício de grande complexidade. Nesse sentido importa construir um processo de análise que procure simplificar estes objectos urbanos. A decomposição do objecto através do destaque dos seus sistemas fundamentais permite numa fase posterior sistematizar as suas características mais elementares e essenciais.

O artigo procura, então, através da aplicação de uma metodologia assente na decomposição sistémica, evidenciar a sua utilidade na descodificação de um conjunto de formações lineares entendidas como tendências contemporâneas da Rua, observáveis na realidade urbana portuguesa. A decomposição sistémica possibilita num primeiro momento simplificar o elemento urbano mas permite, igualmente, num segundo momento construir uma leitura cruzada entre sistemas, conduzindo e apoiando a análise interpretativa do objecto em estudo. O seu uso como ferramenta de interpretação auxilia a identificação dos códigos morfológicos e constitutivos subjacentes a estes objectos e cuja forma se apresenta pouco estável, sedimentada e com dinamismo urbano intenso.

Referências:

- Ascher F., Apel-Muller M. (2007) - *La Rue est à nous... tous! Au Diable Vauvert*: Paris.
- Bohigas O. (2004) - *Contra la incontinencia urbana. Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*. Electa: Barcelona.
- Dias Coelho C. coord. (2013) - *Os Elementos Urbanos*. Argumentum: Lisboa.
- Domingues A. (2006) - *Cidade e Democracia, 30 Anos Transformação Urbana em Portugal*. Argumentum: Lisboa.
- Mangin D. (2004) - *La Ville Franchisée – Formes et structures de la ville contemporaine*. Éditions de la Villette: Paris.
- Marshall S. (2005) - *Streets & Patterns*. Spon Press: London, New York.
- Panerai P., Mangin D. (1999) - *Project Urbain*. Éditions Parenthèses: Marselha.
- Vecslir, L. (2007) - *Paisajes de la nueva centralidad*. in URBAN 12. DOT-ETSA UPM, Madrid, 34-55.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_6

Estudo da dinâmica da paisagem: do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira, Vitória/ES, Brasil

Michela Pegoretti (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Eneida Mendonça (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia Urbana. Paisagem Urbana. Praça

A paisagem urbana de uma cidade retrata, para um determinado momento e contexto, a história da relação do homem com seu ambiente físico. As praças públicas das cidades são estruturas urbanas que compõem o cenário de sua paisagem, fato expressivo na praça Costa Pereira localizada no centro histórico de Vitória, capital do Espírito Santo, no sudeste do Brasil. Desenhada no início do século XX, a praça fora um largo no período colonial. As intervenções realizadas e inspiradas no advento republicano e na negação da cidade tradicional/colonial portuguesa transformaram o Largo da Conceição em Praça Costa Pereira e modificaram a paisagem urbana da cidade (Derenzi, 1995). O artigo aqui apresentado tem como objetivo compreender a dinâmica da paisagem do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira, tendo como parâmetros mudanças no sítio físico e estruturas do entorno, mediados por forças produtivas vigentes. A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica sobre conceitos de largo/prança (Marx, 1980; Robba e Macedo, 2010), lugar (Tuan, 1983) e paisagem (Besse, 2006; Claval, 2004). Estes conceitos desencadearam outras discussões como a origem e os diferentes formatos assumidos pelas praças no decorrer da história (Lamas, 2011), a importância da praça como espaço público articulador nos lugares das cidades (Carlos, 2011), além da análise da paisagem à praça relacionada, como produto de determinado momento histórico, político e cultural (Santos, 1996). Também foram realizados levantamento de dados históricos, plantas e fotografias visando a compreensão das mudanças ocorridas e análise de mapas de figura/fundo para assimilação de estruturas morfológicas presentes nos dois cenários propostos. As intervenções realizadas, sobretudo sobre aterros e visando a reestruturação do tecido urbano, produziram novos desenhos com traçado mais regular e formal. A praça passou a ser local de passeio da elite capixaba e outros modelos construtivos e modos de vida foram incorporados à cidade, moldaram uma nova paisagem, atenuando, em processo gradativo, as visuais das Igrejas e morros e estabelecendo novas aberturas em amplas perspectivas a partir de eixos viários construídos. A mudança na paisagem revela a força dos conceitos de modernização e civilidade vigentes na configuração do cenário em transformação a partir do recorte temporal proposto que, no entanto, não descaracterizou a importância daquela localização como lugar público do Centro de Vitória.

Referências:

Besse, Jean-Marc (2006). *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva.

Carlos, Ana Fani (2011). *A condição espacial*. São Paulo: Contexto.

Claval, Paul (2004). *A paisagem dos geógrafos*. In: Correa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Derenzi, Luiz Serafim (1995). *Biografia de uma ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Cultura e Turismo.

Lamas, José Garcia (2011). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Marx, Murillo (1980). *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.

Robba, Fabio; Macedo, Silvio (2010). *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, Milton (1996). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.

Tuan, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

2.1. PROCESSOS I

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.1_7

Arborização e conforto higrotérmico em praças

Ines Gaggero (UFRJ; Brasil)

Joyce Pereira (UFRJ; Brasil)

Julia Pinheiro (UFRJ; Brasil)

Virginia Vasconcellos (UFRJ; Brasil)

Palavras-chave: conforto higrotérmico, praças, arborização

O artigo trata as relações que se estabelecem entre a arborização e o conforto higrotérmico em praças, em cidade de clima tropical úmido, tendo como estudo de caso, uma praça que sofreu intervenção drástica, com a introdução de um projeto de infraestrutura urbana. O conforto higrotérmico é fator determinante para o uso dos espaços livres públicos, sobretudo os de permanência. Observa-se que as últimas intervenções em praças na cidade, foco deste estudo, não levaram em conta o papel preponderante da arborização, em sua (re)construção, sobretudo visando ao conforto e ao bem estar da população. O olhar sobre a vegetação precisa e deve ser observado e discutido. Desta forma, este trabalho identifica as mudanças percentuais de sombreamento por árvores em praças, ao longo do tempo, verificando as possíveis causas deste processo e estabelecendo diretrizes para que se mantenha a massa arbórea mínima para o conforto ambiental, em clima tropical úmido. Seu objetivo principal é analisar, a partir do estudo de caso, a (in)evolução da qualidade ambiental do espaço ao longo dos anos, avaliando a nova especificação da vegetação, em função da funcionalidade e do conforto higrotérmico do ambiente. A obra realizada no local teve com principal objetivo a construção de um amplo reservatório de águas pluviais – bacia de contenção-, na tentativa de resolver os transtornos frequentes que o bairro sofre por alagamentos recorrentes. Em termos projetuais a praça não foi pensada para permitir o plantio de novas espécies arbóreas, que garantissem o conforto da população, uma vez que não previu espaço necessário para o desenvolvimento das espécies. A pesquisa foi realizada, com base em documentos bibliográficos, iconográficos e Base Google Earth, visitas ao local e registros fotográficos, com uma análise crítica dos resultados apresentados na área. Os resultados registam a redução da massa arbórea ao longo do tempo e permite que a pesquisa avance em outras direções, como medições por instrumentos, avaliação pós-ocupacional e simulações computacionais, já em andamento. Os resultados já alcançados apontam para a grande dificuldade de coleta de informações anteriores e, sobretudo a falta de interação entre os profissionais envolvidos no processo. Ao finalizar parte do trabalho, já é possível traçar um quadro geral dos percentuais de massa vegetal arbórea da praça em diferentes épocas e esboçar as primeiras análises interpretativas dos fatos que concorrem para a variação desses percentuais de sombreamento. Assim, espera-se relacionar os dados obtidos, com o tempo de permanência dos usuários, nos diferentes usos da praça, a partir de um mapeamento de permanência e da simulação de conforto higrotérmico em três situações distintas.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

Sala G 3. 3 | Moderação: João Castro Ferreira e Ana Silva Fernandes

| | |
|---|---------------------------------------|
| A geometria da cidade ideal, de Filarete a Villalpando | Eduardo Fernandes João Cabeleira |
| Formas da cidade: Utopias e realidades | Luiz Fernando Silva Mello |
| Produção do espaço e direito à cidade: Instrumentos críticos de análise para a inclusão sócio-espacial | Sílvia Viegas |
| Da Cidade-Presépio à cidade-ilha ficcional: a imagem simbólica (in)visível de Vitória (Espírito Santo-Brasil) | Linda Kogure Milton Esteves Junior |
| Campo Alegre: a evolução e persistência de um desígnio. O “Plano Parcial do Campo Alegre”, 1952-66 | Sílvia Ramos |
| PP4 e Vila Expo’98: 20 anos de uma ideia de cidade | Pedro Pinto |
| Arquitetura, infra-estrutura, paisagem: construir a urbanidade na “cidade sem forma” | Rodrigo Coelho |

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_1

A geometria da cidade ideal, de Filarete a Villalpando

Eduardo Fernandes (Escola de Arquitetura da Universidade do Minho; Portugal)

João Cabeleira (Escola de Arquitetura da Universidade do Minho; Portugal)

Palavras-chave: cidade ideal, geometria, Renascimento

A inscrição do corpo humano ao círculo e ao quadrado, presente no terceiro livro do tratado de Vitruvius (De architectura libri decem, escrito no século I a. C.) e celebrizada no famoso desenho de Leonardo Da Vinci, “O Homem Vitruviano” (1490), está na origem das matrizes geométricas que regem a visão da cidade ideal na tratadística renascentista.

António Averlino (também conhecido pelo nome “Filarete”, que significa “amigo da virtude”), no seu Trattato d’Architettura (1457- 64), é o primeiro a dar forma a este ideal, no esquema que apresenta para Sforzinda; embora a sua descrição tenha evidentes influências dos anteriores tratados de Alberti e Vitruvius (cuja cópia, no Códice Harleianus, tinha sido descoberta na Abadia de St. Gall por Poggio Bracciolini em 1416), Averlino tem o mérito de ser o primeiro a traduzir graficamente os seus enunciados compositivos.

Ao longo dos séculos XV e XVI, vários tratadistas vão abordar esta temática da cidade ideal, com propostas que, de uma forma ou de outra, trabalham a mesma ideia de centralidade e composição geométrica já presente no esquema de Sforzinda: entre outros, salientam-se os desenhos de Giorgio Martini (Trattato d’Architettura, 1495), Pietro Cataneo (Architettura, 1554) e Danielli Barbaro (na sua tradução dos 10 livros de Vitruvius, publicada em 1567 com ilustrações de Andrea Palladio). Mas, apesar de toda esta especulação teórica e dos vários esquemas propostos, é só no final do século XVI, no traçado da cidade de Palma Nova (1593), que se inicia a materialização em obra deste ideal de cidade centralizada, com um esquema derivado da matriz geométrica de Sforzinda; a sua autoria é muitas vezes atribuída a Vincenzo Scamozzi, embora a relação que podemos estabelecer com os desenhos publicados no seu tratado (L’Idea dell’Architettura Universale, 1615) não seja completamente evidente.

Palma Nova chega até nós como um exemplo raro da materialização dos princípios da tratadística quinhentista numa cidade nova, coincidindo com a emergência de um novo paradigma no plano teórico, apresentado por Juan Bautista Villalpando e Jerónimo del Prado em Ezechielem Explanationes (1596-1604): a sua visão do templo de Salomão exhibe um esquema de 9 quadrados, gerado por 12 pontos correspondentes à disposição das tribos de Israel em redor do tabernáculo. Um projeto de inspiração divina (de acordo com a narrativa bíblica do profeta Ezequiel) que aponta uma nova matriz geométrica para o ideal de cidade ocidental.

Assim, cruzando a especulação teórica com a respectiva conversão gráfica, o percurso aqui enunciado explora modelos de cidade ideal moderna cujos esquemas de composição revelam opções autocentradas, e finitas por via da matriz derivada do irresolúvel problema da quadratura do círculo (lugar de encontro a esquemas ad quadratum e ad circulum, e fonte de uma infinita possibilidade de variações poligonais) ou de uma estrutura absoluta, universalizante e potencialmente infinita vinculada pelas malhas modernas que regulam imagem, forma e espaço renascentistas.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_2

Formas da cidade: Utopias e realidades

Luiz Fernando Silva Mello (Universidade Federal de Santa Maria; Brasil)

Palavras-chave: UTOPIA URBANA E MORFOLOGIA

Tratar de utopias é também tratar de lugares conforme Marin (1973). A palavra utopia, que pode significar tanto bom lugar quanto *não-lugar* não deixa dúvida quanto a ideia de espaço implícita no significado de lugar enquanto objeto que pode ser qualificado como “bom” ou como “inexistente”. De fato, pode-se observar que não só nas concepções utópicas anteriores à Utopia de Thomas More (1478-1535), como nas posteriores, a ideia de espaço é recorrente. Mesmo naquelas utopias de viés filosófico, religioso ou político descritas por Moncan (2003) e Shaer et al. (2000), cujos *leitmotivs* e discursos escapam da materialidade, encontram-se referências a uma localização, a um território, a uma estrutura espacial e a uma necessária articulação funcional entre espaços que se complementam de forma a garantir aquele ambiente ideal.

As análises deste trabalho demonstram que a utopia quando busca materializar-se, perde sua essência perfeita e, principalmente, abandona o imaginário – campo de sua existência - pois a coloca sob as circunstâncias das relações sociais e destas com a ambiência. Tais ideias utópicas, submetidas às inevitáveis engrenagens do tempo e do espaço, quando e onde suas dinâmicas têm nos agentes sociais e na natureza, seus estímulos e motivações as forças que os movimentam, tornam-se passíveis de análise e de crítica, pois as tensões do presente vão exigir soluções imediatas onde a perspectiva do futuro das formulações utópicas não mais existe. Então, tencionada pelo passado e pelo futuro, a utopia se esfaca no confronto com as necessidades emergenciais sejam individuais, sejam coletivas. Desta forma, um projeto utópico perde uma de suas principais características: a coesão e harmonia entre processos sociais e espaços – característica só possível no campo imaginário.

Pode-se então tentar compreender o que teria sido um projeto urbanístico utópico mediante a análise dos fragmentos resultantes de tentativas de sua reificação. Fragmentos de um espelho que refletia um sonho inalcançável nos quais podem ser encontrados significados peculiares, principalmente pela possibilidade de serem localizados espacialmente. Assim, a dinâmica social decompõe a estrutura da ideia utópica em subprodutos como projetos, planos, e processos isolados ou autônomos que deixam permanências morfológicas no espaço como testemunhos de concepções imaginárias.

Estas considerações decorrem de pesquisa e análise de propostas morfológicas identificadas em ideias e projetos utópicos urbanísticos parcialmente implantadas como os princípios do Falanstério de Charles Fourier (1772-1837) materializados no Familistério de Guise de Jean-Baptiste Godin (1817-1888) e da utopia modernista em Brasília.

Desta forma, este trabalho conclui que projetos utópicos urbanísticos cujos discursos se apóiam em perfeita articulação espacial, unicidade, indivisibilidade, homogeneidade, coesão, equilíbrio social, quando materializados no espaço mediante suas morfologias, dificilmente sustenta seus objetivos. O espaço/tempo do seu exercício tem a propriedade de decompor, de expor suas parcelas constitutivas até então obliteradas por um verniz por vezes mitológico cujo desvelar a faz enfraquecer.

Referências bibliográficas:

Marin, Louis (1973). *Utopiques: jeux d'espaces*. Paris: Les éditions de minuit.

Moncan, Patrice (2003). *Villes utopiques, Villes rêvées*. Paris: Editions du Mécène.

Shaer, Roland et al. (2000). *Utopie. La quête de la société idéale en Occident*. Le Cahier. Paris: BNF.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_3

Produção do espaço e direito à cidade: Instrumentos críticos de análise para a inclusão sócio-espacial

Sílvia Viegas (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC); Portugal)

Palavras-chave: Espaço político, Espaço social, Produção do espaço, Direito à cidade, Inclusão sócio-espacial

Esta apresentação visa potenciar e cruzar duas importantes obras de Henri Lefebvre, *La production de l'espace* e *Le droit à la ville*, enquanto ferramentas de análise apontadas para uma produção sócio-espacial inclusiva e para contextos sócio-espaciais de inclusão. Para o efeito, recorre-se a um duplo cruzamento com contextos empíricos diferenciados em África e em Portugal, enunciadores de determinadas políticas, instrumentos e práticas públicas e/ou privadas excludentes, mas também de estratégias e intervenções promovidas por comunidades de base que têm influenciado positivamente o sistema governativo, transformando-o. A adoção de uma visão interaccionista é consonante com o pensamento crítico de Lefebvre, sendo que este integra três conceitos estruturantes da reflexão teórica: produção de espaço político (e da política do espaço), produção (social) do espaço social e construção (colectiva) do direito à cidade.

Em *La production de l'espace*, Lefebvre (1974) aborda a complexidade dos processos de produção do espaço político e/ou social. Neste quadro, o espaço político, promovido ou incentivado pelos órgãos de poder, de natureza legal, contrasta e por vezes conflitua com o espaço social, sendo este (auto)produzido por indivíduos e/ou comunidades. Por sua vez, segundo o autor, os espaços políticos são muitas vezes (re)produzido por urbanistas tecnocratas, agentes diligentes do sistema administrativo capitalista dominante, enquanto que a produção do espaço social materializa e espelha as práticas quotidianas que estão na origem da sua (auto)produção e gestão local. Assim, os espaços políticos são espaços concebidos e de representação abstracta apontados para a construção de uma sociedade idealizada, formatada e burocrática, forjada para suportar e reforçar a agenda (neo)liberal em curso. Já os espaços sociais são antes espaços vividos e de representação, simbólicos na forma como articulam o espaço da prática social e a sua materialidade. Aqui os indivíduos geram uma espacialidade própria em função de um contexto que se exterioriza.

Em *Le droit à la ville*, Lefebvre (1968) focou-se na produção de caminhos e horizontes alternativos perspectivando o acesso a direitos fundamentais inscritos no próprio conceito de direito à cidade. Esta espacialização de direitos associada à vida urbana transformada e renovada encontra-se inscrita na sua dupla vertente, produit et oeuvre: a primeira vinculada ao acesso a condições de habitabilidade, nomeadamente a habitação infraestruturada e, também, aos benefícios da urbanização, com o uso de equipamentos, serviços, comércio e lazer, etc. ; a segunda associada à apropriação do espaço e poder por complemento a práticas de participação em cenários governativos democráticos. No entanto, apesar de identificada como ideia-chave na base de um certo pensamento científico e/ou operativo, esta noção de direito à cidade tem vindo a ser criticada e questionada, por uns, e apropriada e esvaziada do seu sentido original, por outros, no actual quadro hegemónico de fortalecimento das estratégias e políticas neoliberais em curso. Por este motivo, têm-se levantados algumas vozes mais radicais na defesa da sua acepção original e das buscas que lhes estão associadas.

Lefebvre, H. ([1968] 2009). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. ([1974] 2000). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_4

Da Cidade-Presépio à cidade-ilha ficcional: a imagem simbólica (in)visível de Vitória (Espírito Santo-Brasil)

Linda Kogure (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Milton Esteves Junior (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: Geomorfologia e morfologia urbana. Cidade-Presépio e Vitória-Cidadilha . Transdisciplinaridades e recursos interpretativos/metanarrativas

Cidade-Presépio é o tradicional cognome-símbolo de Vitória, ilha-capital do Espírito Santo (Sudeste do Brasil). Esta designação deve-se: 1) à própria imagem da Vitória-colônia quinhentista que perdurou até o início do século XX: construída sobre uma conformação físico-territorial de relevos acentuados e no padrão urbanístico de colina, frequentemente observado na morfologia luso-brasileira, imprime uma “semelhança explícita do desenho natural da cidade a um presépio, tanto pela configuração quanto pela dimensão de seus objetos: ilhas, baías, canais, pedras, morros” (MONTEIRO); 2) ao resultado da vivência fenomênica dos capixabas que, no ato de (re)nomear seu território, associam o cognome ao “Genius loci”, o “espírito” ou a “essência” do lugar, apossando-se do poder de dominação e do imaginário cristão. O primeiro substantivo da junção Cidade-Presépio também conota o habitar, o que remete à permanência e ao pertencimento: “habitar significa pertencer a um lugar concreto” (NORBERG-SCHULZ), aqui, à Cidade-Presépio que, mesmo sem manjedoura, conecta-se ao símbolo-imaginário do abrigo, do porto seguro existencial. Enfatiza-se que o cognome só surgiu em torno dos anos 1920 (ELTON): nasceu via literária e da memória afetiva do médico e jornalista Areobaldo Lélis (ELTON), quando a ilha perdia suas feições e atmosfera com as intensas intervenções urbanísticas. Ao (re)nomear, Lélis perpetua o *Zeitgeist*, o espírito daquele tempo, revigorando simultaneamente os espíritos do lugar/pertencimento. Desde então, a Cidade-Presépio se presentifica na memória afetiva das antigas gerações e em outras páginas literárias. E é pela verve ficcional do escritor e historiador Luiz Guilherme Santos Neves que identificamos a essência do exposto até agora. Ali estão o “Genius loci”, iluminando o mundo-da-vida dos moradores, a imagem viva e a cartografia da Cidade- Presépio, ou melhor, de Cidadilha, a cidade-ilha (in)visível de Vitória, por ser análoga às duas e ao traçado original do núcleo fundacional ainda existente.

O objetivo é analisar e debater: a imagem-símbolo da Cidade-Presépio via historiografia urbana (concretude morfológica originária); a experimentação fenomênica na referida concretude; alguns métodos analíticos/expressivos destinados ao mapeamento cognitivo/sensitivo para enunciação da citada experimentação. A literatura é o ponto de partida por tornar visíveis tanto a cidade “real” de Vitória (referência) quanto a Cidade-Presépio (referente), sem simular ou mimetizar o já visível; desdobramentos posteriores buscam multiplicar interlocuções entre arquitetura e urbanismo, história, filosofia e geografia, entrecruzando simbolismo, ficção, metalinguagens etc. Neste trabalho, sintetizamos o conjunto de estratégias, paradigmas e táticas utilizado em nossas práticas didáticas para disseminar nosso desígnio-mor: o de “um conhecimento actual e útil”, conforme designado na linha 3 do PNUM 2018.

Referências:

Derrida J (2006) Uma arquitetura onde o desejo pode morar, entrevista a Eva Meyer, in Nesbitt K (ed.) Uma nova agenda para a arquitetura, Cosac Naif, São Paulo, 165-171.

Elton E (1986) Logradouros Antigos de Vitória, IJSN, Vitória.

Monteiro PL (2005) Vitória: identidade e visibilidade. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labim/simposio/PAPERS/SCV3AU13.htm>.

Norberg-Schulz C (2006) O fenômeno do lugar, in K Nesbitt (ed.). Uma nova agenda para a arquitetura, Cosac Naif, São Paulo, 443-460.

Santos Neves LG (2008) Cidadilha: crônica inverossímil de uma cidade inexistente, Cultural & Edições Tertúlia, Vitória, 2008.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_5

Campo Alegre: a evolução e persistência de um desígnio. O “Plano Parcial do Campo Alegre”, 1952-66

Sílvia Ramos (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Teoria, História, Arquitectura, Projeto, Porto, Robert Auzelle

Há cerca de meio século, o lugar em que decorrerá o PNUM 2018 encontrava-se em plano. A recuperação da intenção de construção da ponte da Arrábida, no início dos anos 30, havia-se traduzido num interesse renovado do Porto pelo lugar testa-de-ponte, a que se associou o investimento no seu planeamento. Em meados dos anos 50, o lugar já havia sido objeto de três Planos Parciais de Urbanização e o ano de 1963 revelava um novo projeto aos portuenses – o “Plano Parcial do Campo Alegre”, concebido no âmbito do “Plano Diretor da Cidade” sob consultadoria do arquiteto-urbanista francês Robert Auzelle. O Plano não havia sido publicado nos documentos do “Plano Diretor da Cidade” e era apresentado com especial destaque na exposição “O Porto de Amanhã”, daquele ano.

O trabalho a apresentar propõe uma leitura possível sobre este Plano, atendendo especialmente à discussão dos propósitos e intenções que visou concretizar no quadro de circunstâncias, possibilidades, vontades e visão de futuro associados ao lugar no seu “tempo longo”, nomeadamente à discussão da estratégia de intervenção no conjunto dos demais planos parciais de urbanização desenvolvidos para o Campo Alegre pelos arquitetos Giovanni Muzio, Fernando Távora e Januário Godinho.

Concluir-se-á que, o “Plano Parcial do Campo Alegre” não encontrou paralelo no “Plano Diretor da Cidade”, pela moderna/contemporânea urbanidade que propôs, cruzando a circunstância local com conceitos sedimentados por Robert Auzelle e modelos conceituais de desenho da cidade experimentados, por exemplo, na Grã-Bretanha da década anterior. Revelar-se-á que o Plano apostou em exponenciar a urbanidade que o nó da Arrábida, integrado na Autoestrada do Norte, potencialmente associava ao Campo Alegre, pelo conjugar dos temas da “circulação viária rápida”, das “telecomunicações” e da “megaestrutura”. À passagem da Autoestrada, o Plano projetou a torre de radiotelevisão do Emissor Regional do Norte (à imagem das de Brasília e Roterdão), concebeu uma enorme estrutura edificada a agregar programas de centro cívico, comercial e religioso (lembrando o centro de “new towns” como a de Cumbernauld) e planeou densificar a área residencial. O conjunto perseguia o atualizar e fortalecer da imagem do Porto no território, simbolizando o progresso da cidade e a modernidade da sua sociedade.

Nesta condição, acredita-se que o “Plano Parcial do Campo Alegre”, ainda que sendo caso particular de transformação urbana, menos conhecido, de formas miscigenadas e não concretizado, incidindo, ao mesmo tempo, sobre o desígnio do lugar e sobre teorias e utopias estabelecidas, constitui um repositório de temas de desenho da cidade que continuam a ser pertinentes ao estudo da morfologia urbana e à conceção de novas realidades morfológicas, simultaneamente, locais e universais.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_6

PP4 e Vila Expo'98: 20 anos de uma ideia de cidade

Pedro Pinto (Dinâmia-CET (ISCTE-IUL); Portugal)

Palavras-chave: Expo'98, PP4, Desenho Urbano, Cidade

“Em face da escassez, hoje inquestionável, dos recursos materiais e ambientais disponíveis, é altura de nos perguntarmos se não terá chegado o tempo de retomar criticamente a ética projectual do funcionalismo mais empenhado do início do século XX, ou seja, daquele funcionalismo que nunca se fechou na superstição de que existia um ajuste perfeito e dogmático entre as formas e a vida que deveriam acomodar e que se manteve atento à evolução de ambas” (Duarte Cabral de Mello, 2009, A Arquitetura Dita, Tese de Dot., FAUL, p:232)

Em 2018 assinalam-se 20 anos da inauguração da Expo'98. A operação reconversão da frente ribeirinha nesta zona da oriental de Lisboa transformou de 330 hectares de terrenos industriais e portuários em tecido urbano, estendendo-se por uma frente fluvial de aproximadamente 4 km. A operação seria estruturada com um plano geral e cinco planos executivos, de pormenor, e respectivos projectos de espaço público.

Este artigo aborda o Plano de Pormenor 4 (PP4, 1994) e Projeto do Espaço Público (1996) correspondente, da Zona 4 da Expo'98, que seria projetado pela Utopos Planeamento e Arquitetura Lda., coordenado pelos arquitetos Duarte Cabral de Mello e Maria Manuel Godinho de Almeida. Este plano e projeto acolheriam a Vila Expo, uma área residencial para os funcionários da feira, que seria após o certame colocada no mercado de venda livre. Nos anos seguintes, a implementação do plano teria um sucesso comercial assinalável. Como morfologia urbana o plano almejava a concordância de vários sentidos: entre um modelo de cidade histórica lisboeta e a cidade moderna da Lisboa dos anos 50, entre as estruturas urbanas circundantes e a nova cidade projetada, entre um sistema de espaços públicos contínuo e uma conformação de edifícios em quarteirões semiabertos ou, ainda, entre operação urbanística orientada para o lucro e a necessária integração de várias linhas edificadas frente ao rio, e a incorporação de valores paisagísticos e ambiental gerais. Ensaiaava uma ideia de cidade conciliadora de modelos tradicionais e “modernos”. Passados vinte anos do início da sua execução, propomos uma leitura do projeto e da cidade construída seguindo uma chave de dialéticas sucessivas: (i) modernidade-tradição; (ii) continuidade-rutura; (iii) edificado-ambiente construído; (iv) arquitetura-planeamento. Metodologicamente, a leitura apoiar-se-á nos documentos do Plano Geral da Expo'98 e na documentação do Plano de Pormenor e do Projeto de Espaço Público do PP4. Terá ainda como suporte diversos textos críticos sobre a Epo'98, incluindo artigos e apresentações de Duarte Cabral de Mello.

3.1. DESÍGNIOS I

TEORIAS E UTOPIAS

3.1_7

Arquitectura, infra-estrutura, paisagem: construir a urbanidade na “cidade sem forma”

Rodrigo Coelho (CEAU-FAUP; Portugal)

Palavras-chave: Espaço Público, Projecto Urbano, Arquitectura, Paisagem, infra-estrutura

A imagem da cidade actual como um arquipélago, fundada, como refere Manuel de Solà-Morales[1], num “mar de descontinuidades” (Solà-Morales, M, 2009), é porventura a descrição que nos permite hoje reflectir e interpretar de forma mais realista a “cidade” e o “urbano”. A noção de arquipélago reenvia-nos para a leitura da cidade que, nas suas franjas, se constitui como uma acumulação de fragmentos artificiais e naturais, dispostos de forma aparentemente aleatória no território, gerando aglomerações e espaços peri-urbanos, que, não sendo propriamente centrais nem periféricos, constroem centralidades territoriais alternativas, alterando os pressupostos que construíam a cidade compacta.

A partir de uma observação directa do real, no que à natureza dos espaços públicos abertos diz respeito, podemos constatar que, na maioria dos casos, as novas partes da cidade não se “organizam” a partir de vazios escavados num edificado denso, mais ou menos homogéneo e contínuo (como na cidade tradicional, compacta), mas sim através de interstícios resultantes da construção autónoma de edifícios e de infraestruturas. Somos assim levados a concluir que, como tendência genérica, a natureza dos vazios que se geram nesta cidade emergente - pela escassa função social que possuem, e pelo seu carácter aberto no espaço e no tempo - se traduz por regra na infra-urbanidade e no desvanecer dos valores da urbanidade.

Assim, a questão ou problema que se pretende abordar nesta comunicação prende-se essencialmente com o reconhecimento da importância e urgência da (re)construção da cidade contemporânea “sem forma” que, de um modo geral, associamos às periferias urbanas. Procuraremos evidenciar, a partir da análise de casos concretos – na áreas metropolitanas de Porto e Lisboa (designadamente na Maia e Cacem, no âmbito dos projetos do Metro do Porto e do Programa Polis respectivamente) sob que condições o projecto do espaço público pode actuar a posteriori, em sectores urbanos de formação recente, onde em muitas situações o espaço público não teve um papel estruturador na sua urbanização, vendo a sua presença reduzida a um carácter residual.

Defenderemos que nesses projetos (e em contextos semelhantes), o espaço público é não apenas um factor de estruturação da cidade e do território que, tal como no passado, é vital para o reconhecimento de princípios de ordem e identidade, mas que para esse desígnio se cumprir é vital a consideração conjugada da arquitetura, da infra-estrutura e da paisagem.

Isto é, nestes exemplos de regeneração urbana programada, procuraremos colocar em evidência como, e sob que condições, os equipamentos públicos ou colectivos, as infraestruturas (designadamente as de mobilidade “mais pesada”), assim como as redes contínuas de espaços verdes e demais elementos da paisagem são importantes e decisivos na configuração de novos (ou renovados) sistemas de espaços urbanos capazes desenhar e dar forma à cidade, tornando-a simultaneamente mais legível, mais habitável e mais funcional.

[1] Manuel de Solà-Morales, M. (2009). Los Vacios de la metropolis. In L.G. Alfaya, P. Muñiz, (eds). La ciudad, de nuevo global (pp. 129- 140). La Coruña: COAG.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Sala G 2. 1 | Moderação: Vítor Oliveira e Bruno Moreira

| | |
|---|--|
| Análise espacial em Favelas: uso da Sintaxe Espacial e Sistemas de Informação Geográfica para estudos configuracionais comparativos | Vânia Loureiro Valério Medeiros Maria Guerreiro |
| Convergência de métodos de descrição da forma urbana: sintaxe espacial e espacial análise de textura de imagens de satélite | Luiz Amorim Mauro Normando Barros Filho |
| Geoprocessamento, Sintaxe Espacial e modelagens configuracionais para a leitura da expansão urbana em cidades lusófonas | Valério Medeiros Vânia Loureiro |
| Formas e usos de dois espaços públicos do centro de Poços de Caldas, MG: um resgate histórico a partir da sintaxe espacial | Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggatti Monteiro Rodrigo Argenton Freire |
| A Modelagem da Informação como Ferramenta de Análise da Qualidade do Espaço Público | Sílvia Filipe José Almir Farias Filho Daniel Cardoso José Nuno Beirão |
| Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil) | Rodrigo Nascimento George Alexandre Ferreira Dantas Edja Bezerra Faria Trigueiro |
| A expansão que fragmenta: configuração urbana em cidades lusófonas | Valério Medeiros Vânia Loureiro |
| Corpografia urbana: método do observador | Adriana Nascimento Amon Lasmar |

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_1

Análise espacial em Favelas: uso da Sintaxe Espacial e Sistemas de Informação Geográfica para estudos configuracionais comparativos

Vânia Loureiro (Universidade de Brasília; Brasil)

Valério Medeiros (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Maria Guerreiro (CRIA/ISCTEIUL; Portugal)

Palavras-chave: favela, sintaxe espacial, SIG, configuração urbana

O presente trabalho explora métodos e ferramentas para analisar a configuração de favelas com o intuito de entender em que medida a configuração destas frações urbanas, lidas a partir de seus padrões espaciais e de sua complexidade, afeta a dinâmica socioespacial associada. Também é intenção discutir a importância de ferramentas SIG e dados espaciais livres em processos de pesquisa em sítios cujas bases de dados ainda não são consolidadas. A hipótese é de que a configuração das favelas expressa padrões provenientes das suas práticas de auto-organização, que são responsáveis por dinâmicas urbanas de sucesso. Para tanto, o estudo ampara-se na investigação de 120 assentamentos ao redor do mundo observados de acordo com um conjunto de 26 variáveis configuracionais (entre qualitativas e quantitativas). A Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984) é a abordagem teórica, metodológica e ferramental escolhida por permitir a leitura desse fenômeno em sua complexidade espacial. Ferramentas como os softwares Depthmap® e QuantumGis® (Qgis) e os plugins Space Syntax Toolkit® e Open Layers Plugin® integram as estratégias adotadas para a produção e processamento das informações. Os achados revelam que a favela busca, na medida do possível, organizar-se dentro do sistema maior que a recebe, estabelecendo conexões com a envolvente direta além de se estruturar internamente. O estudo configuracional aponta que os padrões espaciais reconhecidos são comuns a outras estruturas orgânicas, sendo a favela produto de dinâmicas orgânicas e auto-organizadas na cidade contemporânea. A espontaneidade inerente, frequentemente subvalorizada pela sua sintaxe de difícil apreensão, indica um processo urbano catalisador de qualidade espacial a partir do momento em que sua complexidade é entendida e decodificada. Por outro lado, a aplicação de um conjunto de ferramentas e os respectivos resultados demonstraram a relevância do uso de estratégias de modelagem espacial de uso livre para estudos sobre complexidade urbana. Imagens de satélite e ferramentas de processamento em SIG permitiram sistematizar adequadamente grandes conjuntos de dados espaciais, tais como aqueles oriundos da Sintaxe Espacial.

Referências Bibliográficas:

Al_Sayed, K., et al (2014). Space Syntax Methodology. (4th Edition) London: Bartlett School of Architecture, UCL.

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) The social logic of space. Cambridge: CUP.

Hillier, B. (1996) Space is the machine. Cambridge: CUP.

Hillier, B.; Vaughan, L. (2007) The city as one thing. Progress in Planning, v.67, n.3, pp.205-230.

Loureiro, V. (2017). Quando a gente não tá no mapa. Tese de doutorado, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Medeiros, V. (2013). Urbis Brasiliae. Brasília: EdUnB.

Medeiros, V. (2016). Uma herança do ultramar 05 (Relatório de Pesquisa/2017), Brasília, Df, FAU/UnB.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_2

Convergência de métodos de descrição da forma urbana: sintaxe espacial e espacial análise de textura de imagens de satélite

Luiz Amorim (Universidade Federal de Pernambuco; Portugal)

Mauro Normando Barros Filho (Universidade Federal de Campina Grande; Portugal)

Palavras-chave: Sintaxe espacial, Análise de textura, Lacunaridade

O artigo apresenta método que visa integrar abordagens de análise da forma urbana associadas às teorias da sintaxe espacial, desenvolvida por Bill Hillier e Julienne Hanson (1984), e dos Fractais, proposta por Benoit Mandelbrot (1967, 1982), com o objetivo de obter ferramentas eficientes para representar e compreender fenômenos intraurbanos complexos, como a relação entre propriedades formais, espaciais e do comportamento humano. As duas abordagens têm em comum uma natureza quantitativa e envolvem a aplicação de métodos que buscam descrever a forma urbana a partir da mensuração de suas propriedades topológicas, a primeira, e geométricas, a segunda. São de interesse os procedimentos para a representação e descrição do espaço urbano segundo suas propriedades configuracionais (Hillier e Hanson, 1984) e aqueles baseados em medidas fractais para a análise de textura de imagens digitais. Busca-se, portanto, associar procedimentos analíticos relacionados à estrutura (propriedades configuracionais) e à ordem (imagem do satélite) dos elementos constituintes da forma urbana.

A metodologia proposta é estruturada em três etapas: a) análise de textura de imagens de satélite de alta resolução com o uso de medidas fractais, particularmente aqueles que observam os padrões de lacunaridade (Gefen et al., 1984), para descrever a distribuição espacial de pixels com níveis de cinza semelhantes de fragmentos urbanos selecionados para representar importantes processos de construção da cidade e apresentarem distintas estruturas formais, diversidade em termos de uso do solo, classes sociais e dinâmica urbana; b) análise configuracional dos fragmentos selecionados segundo suas dimensões lineares (na forma de mapas axiais, de segmentos e de linhas de continuidade), convexa, visual (a partir da Análise Gráfica Visual, do inglês Visual Graph Analysis ou VGA) e da relação de permeabilidade entre os espaços público e privado; c) análise de segunda ordem que descreve a textura dos mapas configuracionais segundo as variáveis sintáticas (conectividade, integração, escolha, dentre outras) como procedimento padrão para investigar em que medida os padrões subjacentes de configuração e textura estão correlacionados.

Estudos empíricos são apresentados para demonstrar o procedimento analítico proposto, discutir os resultados obtidos e suas limitações, notadamente à necessidade de explorar escalas de tons de cinza que possam reduzir as divergências entre as imagens de satélite e os mapas configuracionais. Espera-se que a aplicação do procedimento analítico proposto em estudos de áreas urbanas com distintas características formais e configuracionais venham aperfeiçoar o modelo proposto e proporcionar uma ferramenta eficiente para capturar e correlacionar propriedades urbanas de natureza geométrica e configuracional.

Referências:

Gefen, Y., Aharony, A. e Mandelbrot, B. (1984) 'Phase transitions on fractals: III infinitely ramified lattices', *Journal of Physics A* 17, 1277-89.

Hillier, B. e Hanson, J. (1984) *The Social logic of space* (Cambridge University Press, Cambridge).

Mandelbrot, B. B. (1967) 'How long is the coast of Britain? Statistical self-similarity and fractional dimension', *Science* 156, 636-8.

Mandelbrot, B. B. (1982) *The fractal geometry of nature* (Freeman, Nova Iorque).

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_3

Geoprocessamento, Sintaxe Espacial e modelagens configuracionais para a leitura da expansão urbana em cidades lusófonas

Valério Medeiros (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Vânia Loureiro (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Palavras-chave: Cidades de Origem Portuguesa, Urbanística Portuguesa, Configuração Espacial, Sintaxe Espacial, Mapas Axiais, Geoprocessamento

O artigo se associa à pesquisa “Uma herança do ultramar 05: análise da configuração urbana em cidades lusófonas” (Medeiros, 2016) e compreende, nesta etapa, a produção/atualização de novas análises configuracionais para cidades de origem portuguesa ao redor do mundo (com foco em exemplares de Portugal), de modo a avançar nos procedimentos teóricos, metodológicos e ferramentais vinculados à Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe do Espaço). Em linhas gerais, a investigação procura (a) alargar a base de dados que vem sendo desenvolvida nas etapas prévias da investigação, iniciada em 2010 e (b) refinar o debate técnico a respeito da modelagem de estruturas urbanas, segundo a abordagem escolhida. Adota-se como arcabouço teórico, metodológico e técnico a Teoria da Lógica Social do Espaço (Hillier e Hanson, 1984; Hillier, 1996; Holanda, 2002; Medeiros, 2013), que compreende um conjunto de estratégias para a análise da configuração urbana. Para a pesquisa, são utilizados como ferramenta os “mapas axiais/de segmentos”, que consistem numa representação da rede de caminhos da cidade de modo a explorar as relações entre as partes constituintes dos assentamentos urbanos. A partir das 102 modelagens elaboradas e das análises de 15 variáveis de pesquisa (entre topológicas e geométricas), pôde-se extrair uma série de características morfológicas para as cidades analisadas, que, no caso das portuguesas, possuem predominantemente um formato irregular e localização em terreno acidentado, com expansão fragmentada sobre o território, o que dificulta, em alguns casos, a própria compreensão dos limites urbanos. Observou-se em todos os casos um traçado mais orgânico na parte mais antiga das cidades e a tendência para uma malha mais parecida com a configuração do “tabuleiro de Xadrez” e/ou de cidades jardins nas expansões, estruturadas pelo sistema rodoviário que avança sobre o território. A análise espacial das cidades segundo a modelagem fornecida pela Sintaxe Espacial permite compreender a lógica da relação entre espaço e sociedade, a partir do confronto com dados históricos e sócio-econômicos dos assentamentos. Nota-se que as áreas mais vivas das cidades coincidem com as ruas que são mais integradas, correspondentes àquelas vias que intuitivamente mais utilizamos. Pelo estudo foi possível perceber que a Sintaxe Espacial, embora valendo-se exclusivamente de aspectos morfológicos, fornece pistas sobre como a sociedade atua e se apropria dos espaços.

Referências Bibliográficas:

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The social logic of space*. Cambridge: CUP.

Hillier, B. (1996) *Space is the machine*. Cambridge: CUP.

Holanda, F. (2002) *O espaço de exceção*. Brasília: EdUnB.

Medeiros, V. (2013). *Urbis Brasiliae*. Brasília: EdUnB.

Medeiros, V. (2016). *Uma herança do ultramar 05 (Relatório de Pesquisa/2017)*, Brasília, Df, FAU/UnB.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_4

Formas e usos de dois espaços públicos do centro de Poços de Caldas, MG: um resgate histórico a partir da sintaxe espacial

Leandro Letti da Silva Araújo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Brasil)

Evandro Ziggiatti Monteiro (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Rodrigo Argenton Freire (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Palavras-chave: Espaços Públicos, Poços de Caldas, Sintaxe Espacial

As praças públicas possuem papel relevante na história das cidades brasileiras. Parte integrante do processo de configuração inicial do espaço urbano, foram ao redor destes espaços públicos que os primeiros casarios e instituições se instalaram. Desenhadas com a finalidade principal de promover o convívio social e urbanidade, suas formas e elementos também permitem a construção de significados e promoção de vitalidade, características desejáveis a qualquer centralidade urbana. Atualmente, aspectos de segurança, bem-estar e qualidade ambiental são virtudes que se apresentam cada vez mais presentes nos anseios da sociedade, possibilitadas pela escolha de suas formas e pelo desenho de seus elementos. Diante disso, pretende-se com este artigo realizar uma análise no tempo e espaço de dois espaços públicos, no intuito de estabelecer relações entre suas características morfológicas e a percepção de seus usuários, com foco em critérios de movimento, copresença e visibilidade, considerados nesse trabalho como essenciais para sensação de segurança e potencial de uso. Para isso, são utilizados como estudo de caso dois espaços públicos, sendo uma praça e um parque, localizados no município de Poços de Caldas, sul do Estado de Minas Gerais, que, além de grande relevância histórica regional, compõe o sistema de espaços abertos e a paisagem urbana da área central. A praça selecionada para o estudo denomina-se Praça Dom Pedro II, conhecida como Praça dos Macacos, cuja origem remonta à descoberta das águas termais sulfurosas e seu uso medicinal a partir do século XVIII. O parque selecionado, José Affonso Junqueira, integra o Complexo Hidrotermal composto pelos edifícios do Palace Casino, Palace Hotel e Thermas Antônio Carlos e Praça Pedro Sanches, desenhado por João e Reynaldo Dierberger, importantes paisagistas brasileiros da primeira metade do século XX, distante cerca de 700 metros da Praça Dom Pedro II. Como método, é utilizada abordagem multidisciplinar constituída por pesquisa histórica para identificação de períodos de alterações morfológicas até a atualidade e análise configuracional de cada período. A análise configuracional é conduzida por meio de sintaxe espacial e são elaborados mapas de integração, conectividade e isovista, permitindo uma interpretação do funcionamento da praça e do parque por seus usuários, com base em seus elementos constituintes, como caminhos, paisagismo, estruturas edificadas e mobiliário. Além das análises históricas, é realizado levantamento de campo de fluxo e de copresença de pessoas na praça e no parque, para comparação entre os resultados obtidos pela análise sintática e a realidade local. Como resultados, espera-se (i) efetuar o resgate dos períodos históricos das praças e entorno associado à abordagem quantitativa da sintaxe espacial e (ii) compreender, a partir da pesquisa e levantamento de movimentos e copresenças, o efeito das alterações no tempo e espaço sobre as formas de uso pela sociedade atual. Por fim, estima-se que a caracterização das praças por sua morfologia e usos podem fornecer informações relevantes para futuras reformas ou intervenções nos locais de estudo e ou fornecer referências para novos projetos.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_5

A Modelagem da Informação como Ferramenta de Análise da Qualidade do Espaço Público

Sílvia Filipe (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Brasil)

José Almir Farias Filho (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Brasil)

Daniel Cardoso (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Portugal)

José Nuno Beirão (FAUL; Portugal)

Palavras-chave: Qualidade do Espaço Público, Sintaxe Espacial, Capital Espacial, Modelagem da informação

O presente estudo, parte integrante de um projeto de pesquisa de mestrado ora em andamento, tem por objetivo identificar indicadores, parâmetros e variáveis que caracterizem a qualidade do espaço público e com eles proceder ao desenvolvimento de protótipos computacionais de apoio ao processo de planeamento e gestão urbana. Este dispositivo possibilitará a proposição de cenários para os espaços públicos, extraíndo deles análises, juntamente com a identificação de possíveis orientações para potenciais conflitos e disfunções. Ademais, o modelo paramétrico possibilitará não só analisar e avaliar a qualidade do espaço urbano, a partir dos indicadores propostos, mas também sugerir orientações com vista à redefinição do espaço urbano existente ou à elaboração de novos espaços de maior qualidade, ajudando no desenvolvimento, manutenção e gestão de espaços públicos existentes ou em fase de concepção. Assim, o esforço empreendido pelos estudiosos do tema é no sentido de construir um conjunto de parâmetros e indicadores operacionais, passíveis de serem inter-relacionados, correlacionados e ponderados, capazes de lidar, de modo coerente, com o quadro de problemas e de dinâmicas multidisciplinares presentes em diferentes contextos urbanos. O método adotado lança mão da Sintaxe Espacial para caracterização da morfologia urbana, onde estudos apontam que a aferição correlacionada aos indicadores acessibilidade, densidade e diversidade traduz o valor da forma urbana em Capital Espacial (Marcus, 2007) e, desta forma, aferem a sua qualidade e permitem a sua validação através de simulação. Embora a pesquisa ainda se encontre no seu estágio inicial, os resultados preliminares apontam que é possível a generalização da aplicação de parâmetros e indicadores, sugerindo assim, a viabilidade da sua utilização a realidades urbanas distintas, através de pequenas modificações nas variáveis utilizadas.

Referências:

Marcus, L. (2007). Spatial Capital and How to Measure it - An Outline of an Analytical Theory of the Social Performativity of Urban Form. In 6th International Space Syntax Symposium İstanbul 2007 (p. 1–11). İstanbul.

Orsi, Francesco; Fiorito, Stefano; Beirao, Jose Nuno; Gil, Jorge; Colombo, Marta; Giachino, E. (2014). A Generative System Supporting the Decision-Making Process for Regional Strategic Planning. In O. Marina & A. Armando (Orgs.), Projects for an Inclusive City: Social Integration through Urban Growth Strategies (p. 328). Skopje: City of Skopje.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_6

Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil)

Rodrigo Nascimento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

George Alexandre Ferreira Dantas (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Edja Bezerra Faria Trigueiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Palavras-chave: Acessibilidade espacial, grandes obras urbanas de megaeventos, valorização imobiliária

Grandes obras urbanas exigem a transformação do espaço preexistente, estratégia capitalista para garantir frentes de circulação e acumulação do capital especialmente em cidades sedes de megaeventos (Harvey, 1996, 2005 e Lefebvre, 2001). A literatura aponta que obras de eventos esportivos tem beneficiado o setor imobiliário (Santos Júnior et al., 2015 e Cuenya e al 2013) que busca lucrar com as alterações espaciais e com novas oportunidades de produtos imobiliários (imóveis ou parcelamentos do solo), em centralidades consolidadas ou em áreas de expansão (Corrêa, 2015). O espaço torna-se palco e produto de interesses econômicos que reconfiguram as cidades que por sua vez assumem propriedades configuracionais capazes de gerar outros potenciais de acessos e de lucros. Assim, conforme Vainer (2013) os projetos de megaeventos pesam sobre o processo de valorização do espaço porque são estrategicamente implantados de modo a gerar acessibilidade ou se beneficiar dela. Ou seja, a acessibilidade (Villaça, 2001) espacial representa valor agregado sobre a localização e sobre o que se produz no espaço (Lefebvre, 1991), atuando enquanto mecanismo de contatos (Hillier, 1996 e Penn, 2001), viabilizados pela sua configuração - dotada de barreiras e permeabilidades - e reforçados pela presença de atratores. No bairro de Lagoa Nova (Natal - Brasil) a implantação da Arena das Dunas, por ocasião da Copa do Mundo de 2014, parece confirmar o fenômeno (Dantas et al., 2014): a gradual valorização do espaço e imobiliária desde pelo menos 2007 (Silva, 2014) em uma área de centralidade consolidada (integração espacial) e elevada acessibilidade (Medeiros & Trigueiro, 2007 e 2009 e Carmo Júnior, 2014). Partindo-se disso, adota-se aqui a Análise Sintática do Espaço (Hillier & Hanson, 1984) enquanto campo metodológico para relacionar acessibilidade topológica (gerada pela própria configuração espacial), obras urbanas de grande impacto (Arena das Dunas) e a valorização imobiliária, aplicando medidas gráficas e numéricas de integração e choice (escolha), calculados a partir de representações lineares axiais e de segmentos (Hillier, et al. 2008 e Hillier et al., 2012), respectivamente. A primeira variável vincula-se a ideia de centralidade de um conjunto de linhas que representam acessos, a outra refere-se ao quão escolhida é um fragmento de linha, entre uma origem e um destino (Turner, 2001). As duas análises são precisas para interpretar se há situações em que valores de imóveis estão melhor relacionados à sua localização enquanto centralidade (integração) e/ou se há valorização de imóveis atrelados a localizações mais reservadas (choice), porém não muito distantes de áreas de intensa acessibilidade. Esses valores coletados nas escrituras de compra e venda cartoriais estão associados à tipos de imóveis residenciais – com ênfase em apartamentos agrupados por categorias de 1 a 4 quartos – comercializados entre 2012 e 2016. Busca-se perceber se houve valorização imobiliária no bairro e entender qual o peso da acessibilidade espacial sobre a localização de imóveis, tendo como marco temporal e projetivo a Arena das Dunas e (re)estruturação viária do entorno.

1.3. FORMAS III

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.3_7

A expansão que fragmenta: configuração urbana em cidades lusófonas

Valério Medeiros (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Vânia Loureiro (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Palavras-chave: Cidades de Origem Portuguesa, Urbanística Portuguesa, Configuração Espacial, Sintaxe Espacial, Mapas Axiais, Geoprocessamento

A pesquisa tem por objetivo comparar as estruturas de cidades de origem lusófona ao redor do mundo, por meio de sua configuração urbana. O estudo procura: (a) consolidar aspectos morfológicos previamente estudados (Medeiros, 2016); (b) avaliar o desempenho configuracional; e

(c) ampliar a base de exemplos de cidades de origem portuguesa em diversos países. Adota-se como estratégia de investigação a Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe Espacial: Hillier e Hanson, 1984; Hillier, 1996; Holanda, 2002; Medeiros, 2013), útil para a leitura das relações entre os elementos componentes da estrutura de deslocamento nas cidades. O principal instrumento de análise é o “mapa axial/de segmentos”, que consiste em uma representação das interdependências e hierarquias das partes dos assentamentos urbanos. Para a pesquisa, as modelagens foram produzidas no programa QGIS associado ao aplicativo Depthmap em fases de representação, revisão e processamento, a partir de imagens de satélite (plataformas Google Satellite/Streets, e Bing Aerial/Roads). A amostra compreendeu 143 sítios urbanos distribuídos nos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Uruguai. Complementarmente foi realizada uma breve pesquisa histórica sobre cada assentamento, abrangendo dados geográficos e históricos a respeito do processo de crescimento urbano. Os resultados obtidos consoante 18 variáveis configuracionais e sócio-econômicas auxiliam na compreensão de como a organização da malha urbana tem desempenhos distintos conforme a avaliação configuracional procedida, a considerar processos distintos de ocupação territorial que, entretanto, se aproximam em seu gesto fundador. Além de estruturas coloniais assemelhadas cujo desenho inaugural oscila segundo o propósito gerador do assentamento, percebe-se que as cidades expandidas possuem algumas características aproximadas, como o a) padrão da “colcha de retalhos” (em que a malha da cidade tem diversas pequenas malhas desconexas entre si – Medeiros, 2013; Loureiro, 2017), cujo planejamento não considerou uma perspectiva global, b) a cidade bipartida angolana ou c) o modelo de fragmentação territorial portuguesa. Algumas cidades aparentam ser mais ortogonais, assemelhando-se a um tabuleiro de xadrez, enquanto outras conformam uma melhor distribuição das hierarquias. Ao confrontar a pesquisa histórica, identificou-se que quando um núcleo cidade cresce rapidamente, há uma quebra em toda sua estrutura espacial, o que leva a uma fragmentação no sistema, a comprometer as qualidades urbanas contemporaneamente. Os resultados obtidos a partir da leitura da amostra permitem compreender a importância de um planejamento que considere relações globais na cidade e o quanto a fragmentação acaba por influenciar negativamente em aspectos da vida urbana e de transportes, legíveis por meio da configuração.

Referências Bibliográficas:

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The social logic of space*. Cambridge: CUP.

Hillier, B. (1996) *Space is the machine*. Cambridge: CUP.

Holanda, F. (2002) *O espaço de exceção*. Brasília: EdUnB.

Loureiro, V. (2017). *Quando a gente não tá no mapa*. Tese de doutorado, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Medeiros, V. (2013). *Urbis Brasiliae*. Brasília: EdUnB.

Medeiros, V. (2016). *Uma herança do ultramar 05 (Relatório de Pesquisa/2017)*, Brasília, Df, FAU/UnB.

1.3_8

Corpografia urbana: método do observador

Adriana Nascimento (Universidade Federal de São João Del Rei; Brasil)

Amon Lasmar (Universidade Federal de São João Del Rei; Brasil)

Palavras-chave: espaço, paisagem urbana, cartografia, corpo, movimento

O reflexo das múltiplas relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais, e destes com o meio em que vivem, ocorre num processo contínuo de transformação, tanto dos espaços, quanto de vivências e manifesta-se de forma reconhecível na paisagem urbana. Tais formas, resultado de construções históricas, estão preenchidas de sentidos, de símbolos, de identidades e de sentimentos de pertencimento a determinados grupos e, portanto, a determinadas realidades espaciais. Sendo assim, entende-se como corpografia urbana, no contexto teórico e metodológico que norteia este trabalho, o registro do deslocamento do observador em movimento no meio urbano, buscando, desse modo descrever – através de texto, notações gráficas e sequências de imagens – os efeitos da paisagem urbana sobre a relação que se estabelece entre usuários e espaços. Desta relação entende-se aqui como efeitos da paisagem urbana inerentes às tensões – de fricção (negativas) ou de empatia (positivas) – que permeiam a relação entre as nossas ações e a configuração dos espaços onde ocorrem. Estamos portanto, lidando com a representação gráfica do movimento do corpo no espaço como método de estudo em morfologia urbana, nas suas diferentes escalas, camadas, texturas, do edifício à cidade. O procedimento ora delineado está fundado na observação e registro – planimétrico e fotográfico – por um observador que se desloca a pé, sensível aos efeitos espaciais produzidos pelas situações por onde passa e com a intenção de descrevê-las. O método assim, se propõe a descrever graficamente aquilo que é captado pelos sentidos do observador em seu percurso através de uma determinada situação espacial, objeto de estudo, trabalhando de modo associado com procedimentos e categorias vindas dos estudos da percepção espacial e da estética, incluída aí a fenomenologia e, por outro lado, dos estudos da configuração espacial, incluída aí a sintaxe espacial. Duas questões servem como guia ao andamento do texto. A primeira delas explora o modo como as pessoas se relacionam com os espaços centrais, através dos diferentes sentidos. Já a segunda se refere ao que exatamente nestes espaços viria a afetar esses mesmos sentidos. O modo descritivo, assim delineado reúne tanto as percepções desse observador que se desloca no espaço, registrada em imagens e texto, quanto a informação privilegiada de natureza configuracional, mapas e plantas, o material cartográfico e diagramático que instruíra os deslocamentos desse observador. A utilização da caminhada como modo de produção de conhecimento em arquitetura e urbanismo implica a explicitação de um conjunto de procedimentos que denominaremos de método do observador e, ademais, uma breve revisão da literatura que, pretende-se venha a subsidiar tal procedimento desde um ponto de vista teórico. O artigo apresenta um detalhamento desse procedimento e, ao final, um estudo de caso que consta da realização de caminhadas através de um recorte urbano aferido na área urbana central de um município, um percurso que propiciará apreensões estéticas da qualidade da fruição espacial urbana.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

Sala G 2.2 | Moderação: Marta Labastida e Ana Silva Fernandes

| | |
|--|---|
| (IN)Dignidade Urbana. Conflitos e Rupturas no contexto dos Fragmentos Introspectivos da Cidade Contemporânea | Ana Paula Rabello Lyra Raquel Correa Mesquita Nayra Carolina Segal Da Rocha |
| Análise ambiental, social e urbana de um sistema complexo: Comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro | Angela Maria Gabriella Rossi Gisele Silva Barbosa Roberto Machado Correa Gabriela Wolguemuth Machado Barbara Canuto Esser Bertrand Ulacia B. de Morais |
| Condomínios fechados e segregação urbana: efeitos da configuração e morfologia na qualidade da habitação social | Márcia Azevedo de Lima Maria Cristina Dias Lay |
| Nova forma, outros padrões de uso? Estudo da alteração da forma espacial e modos de uso no reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN/Brasil | Flávia Lopes Rubenilson Brazão Teixeira Edja Trigueiro Lucy Donegan |
| Um olhar sobre a região portuária e a operação urbana Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro: preexistências, transformações e desdobramentos | Julio Claudio da Gama Bentes |
| Uma leitura socioespacial da favela: padrões urbanos orgânicos e configuração urbana | Vânia Loureiro Valério Medeiros Maria Guerreiro |
| Diversidade de usos, forma construída e a apropriação do espaço: uma análise local | Geruza Kretzer Renato Tibiriça de Saboya |
| Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana | Jose Mario Daminello Adriana Nascimento |
| Morfologia e Apropriação: Mapeamento dos Lugares no Centro de Vitória | Bárbara Uneida Maciel Viviane Lima Pimentel |

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_1

(IN)Dignidade Urbana. Conflitos e Rupturas no contexto dos Fragmentos Introspectivos da Cidade Contemporânea

Ana Paula Rabello Lyra (Universidade Vila Velha; Brasil)

Raquel Correa Mesquita (Universidade Vila Velha; Brasil)

Nayra Carolina Segal Da Rocha (Universidade Vila Velha; Brasil)

Palavras-chave: arquitetura introspectiva, rupturas urbanas, dignidade urbana

O Tema do Planejamento em busca de Cidades Dignas faz parte desse estudo sobre as discussões relacionadas às cidades que permanecem na busca por propostas para materializar a Qualidade de Vida necessária à manutenção da dignidade diante dos desafios da atual complexidade urbana. Temática esta ressaltada pelo próprio Ministério das Cidades ao declarar que o modelo de urbanização brasileiro produziu nas últimas décadas cidades caracterizadas pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial onde o desordenamento do crescimento associado à profunda desigualdade na distribuição dos recursos urbanos tem reforçado a injustiça social e inviabilizado a cidade para todos. Destacam-se no contexto desta complexidade os efeitos das formas de uso e ocupação do solo no modo de vida contemporâneo evidenciado pela arquitetura do medo, introspectiva e isolada no seu interior. Efeitos estes identificados nos crescentes dispositivos de segurança e proteção incorporados às edificações das cidades e nos modos de vida fragmentados dos condomínios residenciais e complexos de consumo murados que se multiplicam pelas cidades. Este estudo identifica o problema desta fragmentação como rupturas na integração da malha urbana e suas consequentes possibilidades de gerar oportunidades de interação para a socialização das pessoas na cidade. Parte do questionamento de como se encontra atualmente a distribuição da configuração atual destes complexos introspectivos no tecido urbano da cidade em relação às áreas livres de uso públicas destinadas ao encontro de pessoas. A partir desta inquietação, estabelece como meta o interesse em avaliar as oportunidades de conexões sociais resultante da relação entre espaços privados introspectivos e livres de uso públicos consolidados em uma parcela urbana da cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com algumas abordagens de análise quantitativas, tendo como objeto de estudo o município de uma região metropolitana brasileira, utilizando como recortes dos estudos sua divisão em Regionais Administrativas. O Mapeamento utiliza a base de dados georreferenciados do município, complementado por um levantamento de campo. Foram adotadas duas classificações para esse mapeamento. As áreas classificadas como “Práticas Sociais”, identificadas pelos espaços livres de lazer destinados ao uso público e às classificadas como “Rupturas Urbanas”, identificadas pelo uso privativo ou coletivo que apresentam ocupações de quadras introspectivas, muradas e contínuas na cidade. A partir deste mapeamento foi possível visualizar extensas porções de áreas introspectivas e em expansão em contraste com isoladas amostras de espaços existentes para práticas sociais. A análise das sobreposições dos mapas com os de uso e ocupação do solo sugerem uma vulnerabilidade do ponto de vista das fragmentações introspectivas geradoras de insegurança para a região estudada em conflito com as oportunidades de conexões sociais demandas pela população. Ademais, identificaram-se neste contexto vários terrenos ociosos e vazios com oportunidades de reconexão e requalificação para a região. O resultado traz contribuições para o processo de revisão do Plano Diretor do município na definição dos novos zoneamentos e critérios de uso e ocupação da área de estudos.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_2

Análise ambiental, social e urbana de um sistema complexo: Comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro

Angela Maria Gabriella Rossi (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Gisele Silva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Roberto Machado Correa (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Gabriela Wolgumuth Machado (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Barbara Canuto Esser (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Bertrand Ulacia B. de Moraes (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: Infraestrutura Urbana e Ambiental, Morfologia Urbana, Sistemas Adaptativos Complexos, Aglomerados Subnormais, Rocinha

A urbanização brasileira ocorreu de forma intensificada no último século chegando a um percentual de mais de 80% de pessoas residindo em cidades no início do século XXI (IBGE, 2010). Infelizmente, esse crescimento populacional exacerbado não foi acompanhado do aumento das infraestruturas e condições mínimas de moradias na mesma proporção. Além disso, a falta de políticas públicas e de equidade no crescimento econômico brasileiro também refletiu uma sociedade com uma grande disparidade social. O resultado desses fatores foram cidades que também refletem em seus espaços urbanos as dicotomias da sociedade brasileira, extremadas nos condomínios fechados de luxo e nas favelas sem nenhuma ou com pouquíssima infraestrutura. Uma das maiores favelas da América Latina, a Rocinha, encontra-se na cidade do Rio de Janeiro e, apesar de fazer fronteira exatamente com condomínios de luxo, possui inúmeros problemas de natureza urbanística e habitacional, caracterizada por altíssima densidade do solo e populacional, alto grau de insalubridade, limitada acessibilidade e carência de espaços públicos. Esse artigo teve como objetivo analisar o território da Rocinha a partir de um diagnóstico social, ambiental e urbano. Além da análise de campo e pesquisas sociais, no intuito de realizar uma investigação urbana por camadas, foi utilizado o IMM (Integrated Modification Methodology), uma metodologia que considera áreas urbanas como sistemas complexos adaptativos (SCA) com o uso de indicadores específicos. Através do levantamento de dados e com a utilização do software ArcGis (sistema de informação geográfica utilizado na compilação de dados geográficos, criação de mapas e análise de informações georreferenciadas), foram obtidos resultados demonstrados em gráficos e mapas que facilitaram a análise da área de estudo para que a mesma seja visualizada com suas inúmeras interfaces. Através dos dados já consolidados foi possível analisar o atual desempenho do sistema através de indicadores, reconhecendo zonas negligenciadas ou desfavorecidas passíveis de projetos de intervenção visando melhorias da comunidade.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_3

Condomínios fechados e segregação urbana: efeitos da configuração e morfologia na qualidade da habitação social

Márcia Azevedo de Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Maria Cristina Dias Lay (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: Habitação social, Condomínios fechados, Segregação urbana

O artigo discute os efeitos da configuração e morfologia dos conjuntos habitacionais na qualidade da habitação social. Utiliza como objeto de estudo conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Porto Alegre. Após identificação da existência de padrões espaciais de localização diferenciados para as diferentes faixas de renda do Programa, que poderiam gerar diferentes níveis de integração do conjunto no tecido urbano consolidado, foi verificado se o modo de implantação dos conjuntos habitacionais (condomínios fechados) afetou a relação dos moradores dos conjuntos com o entorno imediato e com a cidade, contribuindo ainda mais para a segregação urbana. Foram analisados os impactos sobre as condições de mobilidade e de acesso a oportunidades de desenvolvimento humano e econômico desses padrões espaciais de localização, bem como os impactos do modo de implantação dos conjuntos habitacionais na relação com o entorno urbano. Os procedimentos metodológicos adotados incluem múltiplos métodos de coleta de dados e análises que possibilitaram complementariedade entre os dados obtidos através de levantamento de arquivo, levantamento físico e aplicação de questionários (LAY e REIS, 2005). Foi utilizada a análise sintática para medir os níveis de integração global e local, profundidade e conectividade (HILLIER e HANSON, 1984; HOLANDA, 2002; entre outros). Os resultados obtidos confirmam que a produção do Programa Minha Casa Minha Vida apresenta um padrão espacial de localização, especialmente para as faixas de renda mais baixas, com empreendimentos de médio e grande porte, distantes do centro urbano consolidado e segregados do entorno. Também confirmam que o modo de implantação e as barreiras físicas que definem esses condomínios fechados afetam a relação dos moradores dos conjuntos habitacionais com o entorno imediato e com a cidade, implicando negativamente na percepção de segurança e na forma de apropriação dos espaços urbanos, decorrentes da falta de conexão visual e funcional, o que contribui ainda mais para a segregação urbana. Quando comparados com a produção habitacional de Programas implementados anteriormente pelo Banco Nacional de Habitação, os resultados obtidos indicam que os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida apresentam um retrocesso no tocante aos padrões espaciais de localização dos empreendimentos e seus impactos nas condições de mobilidade, acesso a oportunidades e desempenho dos conjuntos. Concluindo, é ressaltada a importância de avaliar os impactos da localização e do modo de implantação dos conjuntos habitacionais na satisfação geral dos moradores, na busca da produção de espaços residenciais qualificados que contribuam para a integração urbana e interação social entre os moradores, favorecendo a percepção de segurança nos espaços coletivos, a vitalidade e sustentabilidade urbana.

Referências bibliográficas:

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne (1984) *The Social Logic of Space*, Bath: Pitman Press.

HOLANDA, Frederico de (2002) *O espaço de exceção*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio (2005). Análise quantitativa na área de estudos ambiente comportamento. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 21-36.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_4

Nova forma, outros padrões de uso? Estudo da alteração da forma espacial e modos de uso no reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN/Brasil

Flávia Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Rubenilson Brazão Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Edja Trigueiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Lucy Donegan (Universidade Federal da Paraíba; Brasil)

Palavras-chave: Favela, Favela do Maruim, Reassentamento, Sintaxe Espacial

Este artigo é recorte de uma dissertação que investiga o reassentamento de uma comunidade proveniente de uma favela para um conjunto habitacional em Natal (RN, Brasil), buscando compreender se, e como, alterações morfológicas ocasionadas pela mudança afetaram modos de uso do espaço aberto pela população. Especificamente, este trabalho compara os espaços dos dois assentamentos na perspectiva de potenciais efeitos exercidos por características morfológicas que criam possibilidades e restrições ao ir e vir, estar e enxergar, ao definir campos potenciais de presença e movimento conforme o referencial teórico da Sintaxe do Espaço (SE) (HILLIER; HANSON, 1984).

Parte-se do pressuposto que a mudança de um assentamento orgânico, autoconstruído, horizontal –Favela do Maruim – para um conjunto vertical composto por 25 edifícios de quatro pavimentos de traçado geométrico, planejado pelo Estado pelo Programa Federal de provisão habitacional Minha Casa Minha Vida –Residencial São Pedro – causou impactos sobre o uso dos espaços abertos comuns, parte essencial da vida cotidiana na favela. Para verificar instâncias potenciais e episódios reais de encontro vis-à-vis características espaciais na favela e no conjunto, e aferir mudanças nas lógicas preexistentes, analisou-se o espaço e observaram-se modos de uso in loco. Análises axiais e de segmentos caracterizaram a inserção de cada assentamento na estrutura da cidade em diversos raios métricos e topológicos; a estrutura interna e do entorno imediato de cada assentamento foi examinada através de potenciais intervisibilidades por Visual Graph Analysis (principalmente integração visual). Para entender a relação entre a massa construída e a estrutura de espaços abertos – i.e. entre configuração e edifícios – foram criados mapas de usos do solo e de interfaces entre os domínios públicos e privados. Para a análise dos modos de uso real foram realizadas observações in loco de pessoas estáticas e em movimento. Resultados mostram que a configuração da favela, desordenada e menos integrada ao tecido urbano da cidade, delineava um enclave que, internamente, tinha uma forte hierarquia e centralidade, que privilegiava certos espaços abertos. Estes funcionavam como extensão da casa dos moradores, confluência de encontros e passagem de pedestres, e de atividades com forte ligação público/privado. Uma lógica espacial diferente guia o conjunto habitacional, de ordem homogênea, mais esparsa e pouco hierárquica. A ordem planejada do residencial parece, no entanto, estar sendo engolida por reminiscências da lógica de enclave existente outrora na favela, consubstanciada na presença de tapumes (de proteção, erguido na fase de construção). Os tapumes apartam o conjunto do contínuo espacial da cidade e os moradores insistem em mantê-los (ou ainda substituir por barreiras mais sólidas), alegando motivos diferentes, mas confluem no desejo de permanecerem apartados da rua, e dentro do conjunto. Ao criar barreiras mais contínuas, que antes na favela não existia, o residencial assimila práticas de cisão com o espaço público recorrentes na construção de residências em cidades brasileiras nos últimos anos.

Hillier, B.; Hanson, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Holanda, F. de. *Os 10 Mandamentos da Arquitetura*. Brasília: Frbh, 2013.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_5

Um Olhar Sobre a Região Portuária e a Operação Urbana Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro: preexistências, transformações e desdobramentos

Julio Claudio da Gama Bentes (Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Palavras-chave: Operação Urbana, Revitalização, Região Portuária, Porto Maravilha, Preexistências Urbanas

A urbanização contemporânea é marcada pela ocorrência simultânea dos processos de concentração e dispersão urbana, que se desenvolvem conjuntamente e, em grande parte, nas áreas metropolitanas. Isso leva a configurações urbanas com novas formas espaciais (GOTTDIENER,1993) que abrangem a reestruturação das áreas centrais e a expansão nas franjas urbanas e nas formas de dispersão urbana. Essas transformações possibilitam a criação e o reforço de centralidades, tornando-as múltiplas, distribuídas e interconectadas (CASTELLS,1996).

Nesse sentido, os grandes projetos e operações urbanas, como também os megaeventos, fazem parte das estratégias de venda das cidades, envolvendo complexas táticas de reestruturação urbana visando a inserção no mundo globalizado.

A Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro, parte de sua área central, passa por uma “revitalização” com a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Essa região começou a ser ocupada no século XVIII e sofreu seguidas transformações, sendo a mais marcante delas o aterramento de uma grande área para construção de um moderno porto no começo do século XX. Essas transformações podem ser percebidas nas preexistências de diferentes períodos, a partir da morfologia urbana e das tipologias arquitetônicas de distintas épocas.

A mais recente transformação nessa região ocorre com essa operação, institucionalizada em 2009. O Porto Maravilha, assim como outras operações urbanas, tem princípios e objetivos norteadores que seguem uma lógica estruturante: delineiam a reurbanização e a configuração do ambiente construído utilizando-se de âncoras (equipamentos emblemáticos) que funcionam como pontos focais e de marketing, sendo marcos simbólicos que visam alavancar as próprias intervenções e estimular os investimentos privados. Grande parte das intervenções urbanísticas foram concluídas a tempo dos Jogos Olímpicos Rio-2016.

Nessa operação urbana os aspectos econômicos e políticos sobrepõem-se aos técnicos. As questões sociais foram postas em segundo plano, principalmente no que tange à população local, seu modo de vida, história e identidade, sendo deixada de lado na elaboração e implantação das intervenções. O patrimônio cultural relativo à constituição da cidade, ao uso portuário e à vinda e resistência de negros escravizados da África padece com o descaso do poder público municipal (apesar do Cais do Valongo ter sido recentemente declarado Patrimônio da Humanidade). Além disso, foram realizadas remoções arbitrárias pelo poder público, ocorrendo também a gentrificação da região, com a expulsão da população para locais distantes e de baixa qualidade urbanística, ajudando a expandir ainda mais a mancha urbana.

As edificações recém construídas têm uso empresarial ou de serviços, repetindo-se na região o esvaziamento de moradias do centro do Rio. Os lançamentos imobiliários arrefeceram com a atual crise econômica, com muitas dessas edificações encontrando-se vazias ou subutilizadas.

Apesar desses problemas, da corrupção, má gestão e do mau uso de recursos públicos, o Porto Maravilha é apontado como um exemplo positivo pelas administrações de outras cidades que querem desenvolver operações urbanas semelhantes.

Este trabalho tem como objetivo analisar a operação Porto Maravilha, sua estruturação, desenvolvimento e desdobramentos após o término das principais intervenções. São observadas as preexistências que funcionaram como condicionantes ou que foram apropriadas pela operação, bem como a atualidade da região e da operação urbana.

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_6

Diversidade de usos, forma construída e a apropriação do espaço: uma análise local

Geruza Kretzer (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Renato Tibiriça de Saboya (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Tipos Edifícios, Diversidade de Usos, Vitalidade Urbana, Morfologia Arquitetônica

Os diferentes tipos de usos mantêm uma relação de interdependência com os edifícios que ocupam, e por mudarem rapidamente, exigem da forma construída a capacidade de se adaptar às demandas de cada atividade. Em estudos que examinam os efeitos das edificações no espaço urbano, Netto, Vargas e Saboya (2012) apontam que as características arquitetônicas tendem a ter relações consistentes com a presença de atividades microeconômicas, e van den Hoek (2008) revela que, quanto maior a integração, intensidade e compacidade de um conjunto de edificações, maior tende a ser a diversidade de usos em uma área.

Nesses casos, a combinação de usos do solo que compõem a diversidade não é analisada de forma minuciosa, bem como as nuances da sua relação com características da forma construída, fato que pode levar à falta de compreensão dos aspectos da vida urbana resultante. Por serem primordialmente estudos quantitativos, nenhum se aprofunda nas singularidades das diferentes combinações de atividades e o modo como influenciam na configuração das edificações e dinâmicas urbanas locais.

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar as relações existentes entre os tipos edifícios e os usos do solo, assim como o modo como influenciam na dinâmica de uso desses locais. A hipótese adotada é a de que trechos que apresentam edificações mais contínuas e próximas à rua com maior complementariedade entre os usos do solo – diferentes horários de funcionamento e diferentes abrangências – têm uma maior apropriação e utilização.

Para o desenvolvimento deste trabalho, as unidades de análise a serem estudadas – trechos viários - serão selecionados de um estudo em andamento que investiga as relações de influência entre os tipos arquitetônicos e a diversidade de usos do solo. As seguintes etapas serão observadas:

1. Seleção de trechos viários com alta diversidade e diferentes combinações de uso do solo.
2. Levantamento das volumetrias, identificação dos usos, horários de funcionamento das atividades e mapeamento dos elementos que podem influenciar no modo de utilização da área;
3. Registros fotográficos e observações do modo como ocorre a apropriação do espaço. Esta etapa será realizada em diferentes dias e abrangerá todo os horários de uso do ambiente;
4. Análise das dinâmicas urbanas existentes em cada trecho, examinando as diferenças em apropriação e forma construída, e buscando relações, de forma exploratória, com as combinações de usos encontradas.

Os resultados obtidos poderão auxiliar na melhor compreensão dos efeitos da diversidade de usos do solo e dos tipos edifícios na escala local. Além disso, este trabalho poderá fornecer reflexões quanto aos índices utilizados para medir a diversidade de usos e a forma como se refletem na vida urbana. O produto deste estudo pode ser um passo importante para o planejamento de espaços com maior vitalidade urbana.

Netto, V.M., Vargas, J.C., & Saboya, R.T. (2012). (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.4, n.2 (jul./dez.2012), p.261-282.

van den Hoek, J. (2008). *The MXI (Mixed-use Index) as Tool for Urban Planning and Analysis. Corporations and Cities: Envisioning Corporate Real Estate in the Urban Future.*

1.4. FORMAS IV

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.4_7

Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana

Jose Mario Daminello (Departamento de Arquitetura Urbanismo e Artes Aplicadas – DAUAP. Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Brasil)

Adriana Nascimento (Departamento de Arquitetura Urbanismo e Artes Aplicadas – DAUAP. Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Brasil)

Palavras-chave: Paisagem, Barreiras, Estrutura Urbana, Tempo-Espaço, Forma Urbana

Este estudo abarca o município de Itararé, localizado geograficamente a Sudoeste do estado de São Paulo, na divisa com o estado do Paraná. A cidade origina-se por seu posicionamento em um importante eixo de ligação entre as regiões Sul e Sudeste brasileiro. Compreendemos a cidade enquanto processo em curso, no qual sua forma, segundo a ótica de Santos (1996), seria um “acúmulo desigual de tempos” e, dizemos também, de uma sobreposição desigual de espaços que afirmam a complexidade de paradigmas nas diferentes escalas, do território, da cidade e da forma urbana. De origens e movimentos diversos, de lugar à passagem e de passagem à lugar, a posição geográfica da cidade em estudo é marcada por tempos de diferentes permanências (etnia indígena Guaianases até o séc. XVI) e, de deslocamentos: Bandeirismo no séc. XVII; Tropeirismo entre os sécs. XVIII e XIX; e, Ferrovianismo no séc. XX. Tais fatores marcaram a paisagem do município, sua estruturação enquanto lugar, como também as memórias e afetividades da população. Este estudo urbano e morfológico embasou-se em referencial teórico-metodológico interdisciplinar, associando teoria da arte com o debate sobre paisagem, história da cidade e do urbanismo, via geografia humana, geografia urbana e estruturação espacial urbana, com ênfase nos elementos urbanos de ruas e quadras.

Cauquelin (2008) ao tratar do “tangenciar o espaço do incorporal”, nos auxilia a lançar questões relacionadas às diferentes temporalidades históricas seja do lugar, da paisagem e da cidade na contemporaneidade, orientando novos paradigmas e desafios para cenários possíveis. Já o estudo da cidade, segundo Secchi (2006), nos auxiliou na compreensão das camadas de “signos” deixados por aqueles que vieram vivendo o acúmulo de tempos. Tais tempos, muitas vezes diferentes, dissonantes e até mesmo antagonicos. Desses reflexos materiais e imateriais, com “depósito de signos”, emanam modos de uso da forma espacial pelos sujeitos, grupos e sociedades. A presença de sucessões de “barreiras” na posição territorial do município: a geomorfológica (natural), delimitada por um importante curso d’água; a fiscal, com funções de coleta de impostos e, posteriormente, (física antrópica) pela criação da Ferrovia no séc. XX marcaram o território por diferentes modos de usos de seus espaços (deslocamentos) que carregam consigo diferentes modos de produção da forma espacial atingindo o urbano atual (produtos). Os resultados e a produção de tais leituras a partir de seus signos testemunham o conjunto de práticas e discursos acumulados no trânsito temporal. Esse conjunto de práticas espaciais são testemunhos concretos das transformações do fazer humano espacial e apontam o dinamismo do “fenômeno humano” que, segundo Santos (1996) está diretamente ligado às transformações dos padrões qualitativos da forma urbana, implicados também na velocidade da transformação dessa mesma forma. A evolução da cidade, segundo Santos (1988), vai “mudando desigualmente de forma” por meio daquilo que Harvey (1993) entende como “mudança das técnicas” que criam paisagens artificiais nas quais os signos fabricados pelo homem ganham e perdem significados, por um lado tradicionais, por outro, hegemônicos e violentos. Processos complexos, sócio- econômico-espaciais que carregam consigo uma série de marcas materiais e espaciais na forma urbana.

1.4_8

Morfologia e Apropriação: Mapeamento dos Lugares no Centro de Vitória

Bárbara Uneida Maciel (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Viviane Lima Pimentel (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia;, Apropriação;, Lugares;, Espaço Urbano;, Espaço Público.

Este artigo propõe a análise da apropriação do espaço público no Centro de Vitória/ES, que, assim como outros centros de cidades brasileiras, passou por um processo de modernização a partir do início do século XX. Para atribuir a Vitória um caráter de centro comercial moderno, procedeu-se à realização de aterros, abertura de grandes avenidas e ao projeto de um Novo Arrabalde. Capitanado pelo engenheiro Saturnino de Brito, o novo bairro previa a expansão da área urbana da cidade para as áreas junto às praias, ao norte da ilha, com o objetivo de transformar Vitória num centro agroexportador de café, base da economia à época. Tendo em vista que os primeiros aterros foram incorporados ao centro da cidade, houve a concentração de investimentos na infraestrutura urbana nessa área, que então abrigou a construção do primeiro edifício vertical da capital, iniciando o processo de verticalização. No entanto, a configuração morfológica do Novo Arrabalde, com terrenos amplos ocupados por palacetes dispostos ao longo de vias largas, provocou a reorientação deste processo para os terrenos junto às praias. Somado a isso, ocorre a transição do foco da economia da agroindústria exportadora de café para a grande indústria da siderurgia, ampliando a classe média e a demanda por empreendimentos imobiliários verticalizados. Essas circunstâncias contribuem para o deslocamento de investimentos do capital local, tendo como consequência o início de um processo de metropolização e o surgimento de novas centralidades. O desinteresse imobiliário, combinado com o esvaziamento de funções dos edifícios do centro, colaboram para um processo de obsolescência da região, que compõe o imaginário atual sobre o centro da cidade como "região deteriorada". Por meio do mapeamento das práticas cotidianas na área em estudo e da análise morfológica da configuração espacial onde ocorrem, pretende-se analisar a relação estabelecida entre apropriação e forma do espaço urbano no Centro de Vitória. Para tanto, serão realizados levantamentos bibliográficos e pesquisa em bases cartográficas, análise documental em arquivos e acervos públicos, análise de fotografias, além da técnica do Observador Participante. Este artigo se apoia em conceitos de revitalização de autores que criticam a monotonia de usos e defendem a "irrigação" da cidade com a diversidade de usos, de ocupações, de etnias, de tipologia de edificações e de níveis socioeconômicos da população; oportunizando a criação de territórios potencias capazes de favorecer a instauração de processos abertos, hibridações e a reinvenção do espaço urbano. Tem, portanto, como objetivo mapear a apropriação de espaços públicos no Centro de Vitória, identificando os lugares existentes na região e verificando a possível relação existente entre estas apropriações e a configuração morfológica do local onde ocorrem.

Cullen, G. (2010). Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.

Holston, J. (1996). Espaços de Cidadania Insurgente. Revista do IPHAN, Brasília, nº 24, p. 243-254.

Jacobs J. (2000). Morte e Vida das Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes.

Koolhaas R. & Mau B. (1995). S, M, L, XL. Nova Iorque: The Monacelli Press.

Leite, R. (2008). Usos e Contra Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público Na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas: Editora Unicamp

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

Sala G 3.2 | Moderação: Eneida Mendonça e Sara Sucena

| | |
|---|---|
| Espaço de Todos ou de Ninguém: Analisando reconfigurações espaciais do espaço coletivo de conjuntos habitacionais à luz de interpretações configuracionais. | Fabício Lira Barbosa Flávia Monalisa Lopes |
| O impacto da estrutura social da produção na morfologia urbana das intervenções nas Favelas no Rio de Janeiro | Nuno André Patrício |
| Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo: O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A | Jéssica Lage |
| Ocupação da Ilha dos Valadares: dos escravos aos meandros urbanos espontâneos | Edson Maia Villela Filho |
| Ocupação planejada no oeste do Paraná: continuidades e rupturas | Mariana Pizzo Diniz Sirlei Maria Oldoni |
| Verticalizar e ver o mar: Identificando atores na construção do Altiplano “nobre”, João Pessoa, Brasil | Thuany Guedes Medeiros Marcele T. de Araújo Morais Lucy Donegan |
| Paisagem Urbana da cidade Macapá e os reflexos das alterações na lei de uso e ocupação do solo | Ana Corina Maia Palheta Ana Maria de Souza Freitas |

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_1

Espaço de Todos ou de Ninguém: Analisando reconfigurações espaciais do espaço coletivo de conjuntos habitacionais à luz de interpretações configuracionais.

Fabrcio Lira Barbosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Flávia Monalisa Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Palavras-chave: Conjuntos Habitacionais, Forma espacial, Espaços públicos

Este artigo apresenta os resultados finais de uma pesquisa de mestrado que analisou os efeitos da forma sobre transformações espaciais em conjuntos habitacionais construídos entre as décadas de 1980 e 1990 em Natal/ RN - Brasil. Adotou-se o referencial teórico metodológico proposto pela Lógica Social do Espaço (LSE) (HILLIER e HANSON, 1984) para verificar em que medida a adoção de um partido arquitetônico fortemente associado ao urbanismo modernista já potencializava os distintos modos de apropriação e transformação verificados, em cada conjunto, ao longo do tempo. Os conjuntos habitacionais Parque Serrambi foram construídos como resposta à crescente demanda por habitação social em Natal, especialmente a partir de fins da década de 1970. Após um processo de implantação de uma série de conjuntos habitacionais horizontais de casas isoladas, experimentou-se, através de uma cooperativa habitacional (INOCOOP) a construção de diversos conjuntos de 3 a 4 pavimentos de modo a assentar um número maior de famílias em espaços cada vez menores. Os conjuntos Serrambi I e II, universo de pesquisa deste estudo, romperam com a lógica de “mais famílias em menos espaço” e foram implantados em duas grandes áreas adotando a unidade de vizinhança como uma das prerrogativas primordiais de projeto. Após a ocupação dos moradores, ambos os conjuntos passaram por transformações que subverteram a lógica proposta, principalmente, alterando a estrutura de interfaces entre espaços públicos e privados. Através da representação, quantificação e análise de mapas axiais e VGA de cada conjunto, foram comparadas as formas espaciais originais e atuais, individualmente, assim como entre conjuntos, que tivessem relação com o surgimento de novos padrões espaciais encontrados após a ocupação dos usuários. À análise configuracional foram acrescentados dados referentes aos padrões sociais dos moradores de ambos os conjuntos. Os padrões sociais foram identificados a partir de duas fontes: 1 – pesquisa cartorial que identificou como se constituíam os perfis sociais dos primeiros e atuais moradores e, 2 – entrevistas que complementavam informações sobre os atuais. Identificou-se que as configurações originais do Serrambi I e II e as relações morfológicas estabelecidas entre eles e a cidade já potencializavam as transformações que o espaço coletivo desses conjuntos sofreu, independente de quaisquer outras variáveis não morfológicas. Por outro lado, as sutis alterações no perfil social dos moradores não foram, por si, suficientemente atuantes na reconfiguração dos espaços públicos. As transformações espaciais as quais os conjuntos analisados foram submetidos sugerem indicar uma necessidade implícita de ressignificação da qualidade do espaço coletivo que o aproxima mais da realidade dos usuários do que seu aparente controle por parte dos arquitetos projetistas.

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_2

O impacto da estrutura social da produção na morfologia urbana das intervenções nas Favelas no Rio de Janeiro

Nuno André Patrício (Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: Estrutura Social, Urbanização de Favelas, PAC-UAP, PMCMV, Teoria Crítica Urbana

O artigo insere-se no estudo da política habitacional brasileira na última década focando-se na análise comparativa dos dois maiores programas destinados à população de baixa renda: o Programa de Aceleração de Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) lançado em 2007 e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) lançado em 2009. Recorreu-se ao campo da morfologia urbana na análise de projetos de urbanização de favelas procurando relacionar a estrutura social da produção com os aspectos morfológicos das intervenções.

A morfologia urbana tem a sua gênese na caracterização das relações físicas das cidades entre os vários elementos espaciais. Entretanto, a introdução de uma “lógica social do espaço” nos estudos morfológicos permitiu a construção de metodologias que relacionam os fenômenos sociais e espaciais, com claro destaque para a sintaxe espacial. Apesar de ter obtido grande aceitação pela sua capacidade de mensuração de fenômenos sócio-espaciais, tradicionalmente analisados através de abordagens discursivo- qualitativas, tem sido criticada pela simplificação da dimensão social na sua relação com o espaço. (Netto, 2013)

Recentemente, pesquisas no Brasil contribuíram para o tema, com destaque para o livro "The social fabric of cities". (Netto, 2017). Contudo, a dimensão social tem incidido no seu momento de consumo, ou seja, na maneira como a sociedade utiliza a cidade e não tanto de como esta é produzida. (Maricato, 2009) Nesse sentido, pretende-se trazer para o campo da morfologia urbana as concepções da Teoria Crítica Urbana: a cidade enquanto espaço em disputa em particular no seu momento de produção. ensaiando o que poderia ser uma morfologia crítica urbana. Em síntese, discutiremos a lógica da forma através da disputa sociopolítica da produção do espaço urbano interpretando as configurações espaciais através das estruturas sociais que as produziram. (BRENNER, 2009) (Harvey, 2006) (Bourdieu, 2000)

Os casos em estudo são intervenções em cinco Favelas no Rio de Janeiro, Complexo do Alemão, Mangueiras, Rocinha, Pavão- Pavãozinho/Cantagalo e Colônia Juliano Moreira. Os territórios foram selecionados uma vez que foram produzidos conjuntos habitacionais nos diferentes programas e modalidades permitindo uma análise comparativa dos diferentes arranjos entre os agentes na estrutura social da produção. Através de três escalas de análise, inserção, implantação e edificado, identificamos as alterações na evolução dos projetos desde as primeiras fases de planejamento até à execução da obra. Discute-se os fatores, agentes e interesses, que determinaram a forma final executada tendo em vista entender as concepções urbanísticas presentes e como estas atendem ou não ao objetivo de promoção do direito à cidade das populações de baixa renda.

Referências:

- Bourdieu, P. 2000 As Estruturas Sociais da Economia Lisboa: Instituto Piaget
- Hillier, B., Hanson, J. 1984 The social logic of Space. Cambridge: Cambridge University Press
- Netto, V.M. 2013 O que a sintaxe espacial não é? Arquitectos 161.04
- Netto, V.M. 2017 The social fabric of cities New York: Routledge
- Harvey, D. 2005 A produção capitalista do espaço (2ªed.) São Paulo: Annablume
- Brenner, N.2009 What is critical urban theory? CITY, VOL. 13, NOS. 2-3 pp. 15-39
- Maricato, E. 2009. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. Cadernos Metrópole, n° 21, pp. 33-52

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_3

Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo: O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A

Jéssica Lage (FAPF UEM; Moçambique)

Palavras-chave: Processos Urbanos, Bairros pericentrais

A história urbana da cidade de Maputo é resultado de transformações contínuas socioeconómicas, políticas e culturais que marcam igualmente os processos de produção do tecido urbano e habitacional. Identificam-se quatro contextos principais que determinam estes processos urbanos ao longo da história da cidade. O Contexto Colonial, que marca o início de uma segregação espacial, social e racial representada por duas cidades distintas – a cidade “cimento”, dita urbanizada, e a cidade “caniço”, periférica e composta por áreas consideradas semi-urbanizadas. O Contexto Socialista, após a declaração da independência e da nacionalização da terra e do edificado, é marcado pelo êxodo rural que promoveu a expansão e ocupação das áreas periféricas à cidade. O Contexto de Transição e Abertura do Mercado, é marcado por programas de ajustamento estrutural e pelo fomento da privatização de vários sectores, incluindo o imobiliário, durante o qual os assentamentos periféricos se continuaram a consolidar. Por fim, o Contexto de Municipalização, que ainda permanece, é marcado pelos esforços de elaboração de planos urbanos com estratégias gerais para o melhoramento das condições urbanas, mas com maior preocupação nas áreas periféricas que se foram consolidando e densificando sem as condições básicas de habitabilidade e infraestruturas.

Ao longo destes períodos, o tecido periférico sofreu diversas acções de intervenção no enquadramento de políticas urbanas e habitacionais, através de iniciativas de autoconstrução assistida, de tentativas de reordenamento e de ordenamento, estas últimas associadas ou não a parcelamentos no âmbito de reassentamentos e realojamentos, que contam com o envolvimento de outros agentes no subsídio da produção habitacional. A história da ocupação da capital moçambicana e as diversas intervenções que sofreu, marcadas também pela falta de recursos do Estado e dos moradores, influencia a variedade de tipos de tecido urbano encontrados nos bairros periféricos à cidade – que são o caso de estudo desta comunicação.

Propõe-se analisar três bairros pericentrais, que apesar de similares pelo seu desenvolvimento na cintura periférica do centro urbanizado da cidade, pelas altas densidades populacionais e habitacionais e pela predominância da autoconstrução, possuem tecidos urbanos distintos: o bairro de Chamanculo C é de génese não planificada e espacialmente irregular; o bairro da Polana Caniço A, apesar de ser de génese planificada, com talhões formalmente demarcados, sofreu processos de “informalização” durante a sua ocupação; e o bairro de Maxaquene A possui um tecido urbano misto que junta características dos dois bairros anteriores. Através de uma análise diacrónica e sincrónica, e atendendo às diferenças urbanas mencionadas, pretende-se compreender que factores ao longo da história destes bairros influenciaram e determinaram os diferentes processos de produção do tecido urbano. Resultados preliminares indicam que, por possuírem diferentes histórias de ocupação, estes bairros se inserem em diferentes tipologias da classe das áreas semi-urbanizadas.

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_4

Ocupação da Ilha dos Valadares: dos escravos aos meandros urbanos espontâneos

Edson Maia Villela Filho (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR; Brasil)

Palavras-chave: Ilha dos Valadares, Ocupação, Urbanização, Regularização

Com sua história relacionada ao comércio de escravos, a Ilha dos Valadares está localizada a 300 metros de distância do centro de Paranaguá, uma das principais cidades portuárias do Brasil. No século XIX a família Valadares exerceu domínio sobre essa porção de terra para estabelecer sua base do tráfico negreiro. As construções da época não existem mais, porém os cajueiros, plantados para alimentar os escravos e utilizados para combater o escorbuto, ainda estão presentes na ilha. Os negócios da família perduraram entre 1830 e 1870, entretanto desde 1831 já era proibido o comércio de africanos. Em meados do século XX, iniciou-se a invasão de parte insular de Paranaguá por pescadores e pessoas vindas da área rural de outros estados em busca de emprego e serviços públicos (saúde e educação, principalmente). A região cresceu exponencialmente com o passar dos anos e só em 1980 foi construída uma ponte para ligar o continente com a ilha. Enquanto os primeiros registros oficiais realizados pelo poder público contavam com 4.340 habitantes, em 2010 esse número chega a 13.798, mas moradores afirmam que já são mais 32 mil pessoas vivendo na ilha. Os habitantes ainda enfrentam muitos problemas relacionados a saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo. Visto que a invasão ocorrida no século passado não teve planejamento, o traçado das ruas é um dos principais aspectos que provam a espontaneidade da ocupação pela população caiçara (povo que vive entre o mar e a serra do mar, entre Santa Catarina e Rio de Janeiro). As ruas são nomeadas por números e só quando a prefeitura criou um anel de mobilidade, em 2014, algumas ruas receberam outros nomes. Pela falta de aplicação de parâmetros urbanísticos, não existe, por exemplo, alinhamento predial e taxa de ocupação e permeabilidade determinada por lote. Foram utilizados artigos, livros, documentos públicos, mapas e imagens e para realizar a ligação entre a história da ilha e sua situação atual. Foram realizadas visitas técnicas à parte insular de Paranaguá para conversar com moradores e conhecer na prática a cultura caiçara. O artigo investiga a ocupação da ilha e a regularização fundiária e demais processos urbanísticos propostos pelo poder público.

Referências:

- Benevolo, L. (2009). *História da cidade* (4a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Choay, F. (2013). *O urbanismo: utopias e realidades* (7a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Gehl, J. (2014). *Cidades para pessoas* (2a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Lamas, J. (2014). *Morfologia urbana e o desenho da cidade* (7a ed.). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, J. Abrahão, C. (2016). *Ilha dos Valadares: história cultura e meio ambiente*. Paranaguá: Fundação Municipal de Cultura de Paranaguá.

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_5

Ocupação planejada no oeste do Paraná: continuidades e rupturas

Mariana Pizzo Diniz (Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz; Brasil)

Sirlei Maria Oldoni (Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz; Brasil)

Palavras-chave: Urbanismo, Morfologia Urbana, Toledo-PR-BRASIL.

Investigando a configuração urbana e morfológica, o presente trabalho congrega estudos referentes ao planejamento e a inserção dos grupos humanos no contexto das mudanças e permanências do espaço urbano. A pesquisa leva a cabo o estudo da cidade de Toledo, no oeste do Paraná no Brasil, implementada pela companhia privada de colonização Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ dentro de um contexto específico da história do Brasil do século XX, quando o governo de Getúlio Vargas incentivou a ocupação dos vazios territoriais do país. Neste sentido, a pesquisa configurou-se a partir da seguinte problemática: Na configuração urbana atual da cidade de Toledo, no Oeste do Paraná, há continuidade com a proposta de colonização e urbanização implantada em meados da década de 1940 pela Colonizadora Maripá? Para responder tal questionamento, a investigação pauta-se no viés cognitivo da escola inglesa de morfologia urbana, que define, segundo Conzen (1960), Oliveira (2016), Costa e Neto (2015), Rego e Meneguetti (2011) e Moudon (2015), parâmetros de estudo da evolução das formas urbanas com o propósito de estabelecer uma teoria sobre a construção da cidade. Neste sentido, Lamas (2004), esclarece a conceituação da morfologia urbana a partir dos aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, investigando e elucidando a paisagem urbana e sua complexa estrutura. A cidade de Toledo, município foco da presente pesquisa é considerada a principal cidade dentre as implementadas pela colonizadora Maripá, pois se tornou a sede da Colonizadora e também a porta da Colonização dos migrantes vindos do sul do país que ali se fixaram após incentivos governamentais. Como resultado e em resposta ao problema inicial, através do método indutivo, constatou-se que Toledo, em sua configuração urbana atual possui continuidades, mas também rupturas do traçado original proposto pela Maripá em 1946. Considerou-se a dimensão das vias, lotes, quadras, entre outros elementos, nos quais se constatou a redução das dimensões entre a proposta original e a configuração atual. Tais divergências, por sua vez, foram justificadas à partir do viés econômico, relativo a especulação imobiliária das cidades atuais, mas também pelas questões geográficas, sociais.

Referências:

Conzen, Michael Robert Gunter. (1960). Alnwick, Northumberland: A study in town plan analysis. Inst. Br. Geogr., Londres, n.27.

Lamas, José Manuel Rossano Garcia. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian.

Moudon, Anne Vernez. (1997). Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. In: Urban Morphology, v.1, n.1, 3-11. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/Pdf/moudon1997.pdf>>. Acesso em: 15/01/2018.

Netto, Maria Manoela Gimmler Netto; Costa, Stael de Alvarenga Pereira; Lima, Thiago Barbosa. (2014). Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. In: Paisagem e Ambiente, n. 33, 29-48. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309/92977>>. Acesso em: 29/01/2018.

OLIVEIRA, Vitor.(2016). Morfologia Urbana: diferentes abordagens. In: Revista de Morfologia Urbana, n.4, p. 65-84, 2016. Disponível em: <Users/Sirlei/Downloads/2.%20RMU%204.2_Artigo%201.pdf>. Acesso em: 07/02/2018.

Rego, Renato Leão; Meneguetti, Karin Schwabe. (2011). A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. In: Acta Scientiarum Technology, v.33, n.2, 123-127, Maringá. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewFile/6196/6196>>. Acesso em: 23/04/2017.

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_6

Verticalizar e ver o mar: Identificando atores na construção do Altiplano “nobre”, João Pessoa, Brasil

Thuany Guedes Medeiros (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Marcele Trigueiro de Araújo Morais (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Lucy Donegan (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Este trabalho caracteriza atores envolvidos na fabricação do bairro Altiplano Cabo Branco, na cidade de João Pessoa, Brasil. A pesquisa constata um processo acelerado de alteração espacial do bairro, principalmente nos últimos 10 anos. O Altiplano situa-se em uma planície elevada próxima a Cabo Branco, um dos primeiros bairros urbanos consolidados à beira-mar que completou a expansão da cidade de João Pessoa do centro antigo até o mar. Apesar de o bairro permanecer com áreas de adensamento restrito (Zona de Restrição Adicional, ZRA) do Plano Diretor de João Pessoa (1992), em 2007 a municipalidade (no Decreto nº 5.844) criou uma Zona Adensável Prioritária (ZAP) em parte do bairro. Esta delimitação instituiu novos parâmetros urbanísticos e reconfigurou o bairro, que até então era predominantemente ocupado por residências unifamiliares e terrenos vazios, originando uma área atualmente conhecida como Altiplano “Nobre”. Interpreta-se que o decreto foi uma consequência da pressão dos promotores imobiliários e setores da construção civil sobre os órgãos públicos, visando uma área até então pouco explorada, próxima a setores consolidados e com vistas privilegiadas do mar e da cidade. As experiências descritas neste artigo apoiam-se em teorias que vislumbram a atividade social humana na cidade e os instrumentos que a facilitam. Nos termos de Latour (2004), a atividade social urbana compreende duas formas de interação implicando “humanos” e “não-humanos”. O Altiplano “Nobre” é objeto privilegiado desta investigação que identifica e caracteriza os atores humanos e não-humanos envolvidos em seu processo de “fabricação” (Toussaint, 2003). Quem são e como agem no bairro? A que parâmetros os espaços fabricados atendem? Os métodos usados aproximam dimensões espaciais e sociais desta problemática, como: leitura espacial e apreensão da evolução dos espaços físicos da área, entrevistas semiestruturadas e análise de seus conteúdos. O termo “nobre” é explorado pelo marketing de vendas locais: agentes de promoção imobiliária têm investido maciçamente no Altiplano, mobilizando técnicas para cativar um público-alvo economicamente privilegiado. Esse processo culminou na acentuada especulação imobiliária e verticalização de parcelas do bairro, gerando impactos sociais, econômicos e ambientais. As autoridades responsáveis, ao passo que facilitam a moldagem da paisagem do bairro, são omissas no destino dos espaços públicos. Verifica-se no “coletivo” de atores não-humanos repercussões na morfologia urbana, conjuntos edificados e espaços públicos. O adensamento prioritário do Altiplano “Nobre” liga-se diretamente ao perfil fundiário original do bairro, com grandes lotes. O Estado, enquanto “coletivo” de atores humanos regulamentou o processo, coparticipando na difusão de ideias vinculando os novos empreendimentos a um status social, de bem-estar e segurança. As grandes incorporadoras beneficiam-se deste envolvimento. Apesar do título de “nobre”, o bairro é ainda considerado “esquisito” por muitos, com paisagens contrastantes e desconectadas entre si, dentre prédios de luxo, residências unifamiliares densamente construídas (conjuntos e favelas) e espaços vazios.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social. Uma introdução à teoria Ator-Rede*. EDUFBA, Salvador.

Toussaint, J.-Y. (2003). *Projets et usages urbains. Fabriquer et utiliser les dispositifs techniques et spatiaux de l'urbain*. Géographie. Lyon II: Université Lumière.

2.2. PROCESSOS II

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.2_7

Paisagem Urbana da cidade Macapá e os reflexos das alterações na lei de uso e ocupação do solo

Ana Corina Maia Palheta (FAULISBOA; Brasil)

Ana Maria de Souza Freitas (FAULISBOA; Brasil)

Palavras-chave: : Macapá, Plano Diretor, Lei de uso e ocupação do solo, Paisagem urbana.

O planejamento urbano é processo de extraordinária importância para os centros urbanos na atualidade, servindo como modelo de auxílio para regulamentação das ocupações e harmonização entre o meio ambiente e o urbano, buscando uma melhor qualidade de vida para população da área urbana. Para ajudar nesse processo as cidades brasileiras aderiram aos planos diretores, instrumento este, importante para o apoio ao planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental do município. Levando em consideração esse princípio, este artigo tem objetivo primeiro é contribuir com essa temática, por meio da relação de uso e ocupação do solo e a produção da habitação coletiva em cidades médias, considerando as questões ambientais, tenho como estudo de caso a realidade da cidade de Macapá, município brasileiro, capital do estado do Amapá, região norte do Brasil, é a única capital brasileira a margens do Rio Amazonas, no período entre 2004 a 2016. A metodologia utilizada foi desenvolvida em pesquisa qualitativa e quantitativa, com foco em levantamentos de campo das habitações coletivas escolhidos segundo três aspectos: surgimento de novas habitações coletivas após as alterações da Lei de Uso e Ocupação do Solo, aspectos arquitetônicos e aspectos ambientais. Verifica-se uma realidade de adaptação do município analisado, cujas leis urbanísticas complementares, como a lei de uso e ocupação do solo nº 029/2004 (lei onde é definida a setorização da cidade, com indicação das diretrizes específicas para os setores urbanos, de transição urbana e de proteção ambiental, para fins de regulamentação do uso e da ocupação do solo no âmbito municipal), vem sofrendo alterações durante o período analisado e essas alterações proporcionaram o crescimento de habitações coletivas em torres habitacionais e consequentemente mudanças na paisagem urbana.

Referências Bibliográficas:

Freitas, A. M. d. S. (2017). Macapá: do legado Português à contemporaneidade (1 edição ed. Vol. 7 Diversidades Urbanas e Arquitectónicas na Lusofonia). Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, AEAULP.

Macapá, P. M. (2004). Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá: Macapá, 2004.

Macapá, P. M. (2006). Lei Complementar nº 035/2006 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 029/2004-PMM: PMM, Macapá, 2006.

Macapá, P. M. (2007). Legislação Urbanística do Município de Macapá: Macapá, 2007.

Macapá, P. M. (2007a). Lei Complementar nº 044/2007-PMM - Altera os dispositivos e anexos I, II, III e V da Lei Complementar nº 029/2004-PMM e dá outras providências. (PMM ed.).

Macapá, P. M. (2009). Lei Complementar nº 060/2009-PMM - Dispõe sobre as alterações nos anexos III e VI da Lei Complementar nº 029/2004-PMM (PMM ed.).

Macapá, P. M. (2012). Lei Complementar nº 101/2012-PMM - Estabelece normas para implantação e regularização de loteamentos com perímetro fechado e acesso controlado no âmbito do município a conceder o direito real de uso resolúvel de áreas públicas nos loteamentos fechados implantados e dá outras providências. (PMM ed.).

Tostes, J. A. (2009). Planos Diretores no Estado do Amapá: a experiência do Município de Laranjal do Jari: uma contribuição para o desenvolvimento regional: UNIFAP.

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

Sala G 3.3 | Moderação: Rui Mealha e Daniel Casas-Valle

| | |
|---|--|
| <p>Teresina e seus aspectos urbano-ambientais: leitura do seu primeiro plano urbanístico do século XXI</p> <p>Projectar Macau: a importância do espaço público para a integração territorial</p> | <p>Karenina Matos Sonia Afonso</p> <p>Paula Morais</p> |
| <p>A mobilidade e a acessibilidade como elementos de intervenção para conetar áreas urbanas. O caso de Sintra</p> <p>As matrizes temáticas como espirais de reflexão e ação rente aos desafios da leitura urbana</p> <p>Modernização de ontem, Vitória de hoje: Uso comercial na Avenida Jerônimo Monteiro em Vitoria/ES – Brasil</p> | <p>Ana Rita Moreira Queirós José Luís Crespo</p> <p>Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe</p> <p>Viviane Lima Pimentel Brenda Aurora Pires Moura Flavia Santos Sanz Samira Medeiros Liittig</p> |
| <p>Escala territorial e a forma urbana: a participação das estruturas naturais</p> <p>Forma urbana e mobilidade: os desafios da mobilidade ativa na cidade informal</p> <p>Interação social e morfologia urbana: caminhabilidade no Centro de Vitória (ES)</p> | <p>Gislaine Elizete Beloto Rafael Rossetto Ribeiro</p> <p>Sabrina da Rosa Machry Julio Celso Borello Vargas Bibiana Valiente Umann Borda Lourenço Marques Valentini</p> <p>Rodrigo de Carvalho Martha Machado Campos</p> |

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

3.2_1

Teresina e seus aspectos urbano-ambientais: leitura do seu primeiro plano urbanístico do século XXI

Karenina Matos (Universidade Federal do Piauí-UFPI; Brasil)

Sonia Afonso (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Teresina, aspectos urbano-ambientais

A paisagem ribeirinha pode ser um fator de solução para os problemas da cidade ou pode ser um obstáculo para o desenvolvimento urbano. Esses dilemas têm sido enfrentados por urbanistas em outras partes do mundo, especialmente na Europa, nos últimos dois séculos, foram incorporados ao debate no Brasil na segunda metade do século XX e ainda não foram adequadamente tratados no contexto do planejamento urbano de Teresina.

No Brasil, a legislação de preservação ambiental, ao mesmo tempo em que impediu maior degradação das suas margens, dificultou a maior integração dos rios no ambiente urbano, o que torna, em certa medida, o caso da maioria das cidades brasileiras distinto da experiência europeia. O caso de Teresina se enquadra na última situação, ainda que o referencial europeu seja imprescindível para a compreensão do fenômeno de forma mais abrangente. Assim, o dilema brasileiro está relacionado ao desafio de saber como incorporar sem degradar e de como preservar e integrar os rios no desenvolvimento e planejamento urbano.

Um marco relevante no caso brasileiro foi a aprovação do Código Florestal, em 1965, que fixava regras de preservação permanente para florestas e demais formas de vegetação, incluindo margem de rios. Em 2012, nova alteração do Código Florestal deu aos municípios mais responsabilidades para a regulamentação e aplicação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e inseriu o termo paisagem na definição de APP; o novo Código ampliou a esfera de proteção, com implicações urbano-ambientais relevantes, tais como: preservação da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos, do sistema climático e bem-estar da população.

As paisagens ribeirinhas, enquanto cenários das relações ambiental e social, são capazes de serem atores principais nas cidades, pois sua linearidade traz o equilíbrio de espaços verdes essenciais para qualidade de vida urbana e ambiental. Deve haver um equilíbrio na rigidez e na identidade dos projetos. E para que esse espaço seja duradouro, é necessário conhecer, planejar e saber conduzir, não basta limitar uma porcentagem de área verde por habitantes.

O tema central desta pesquisa é a incorporação dos rios no planejamento e no desenvolvimento urbano das cidades, acompanhando o processo de mudança dos paradigmas urbanísticos e ambientais no final do século XX e no início do século XXI, impulsionados por novas exigências contemporâneas, especialmente depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) e da difusão da ideia de desenvolvimento sustentável.

No artigo foram ressaltados ideias em torno do processo de urbanização e integração no planejamento urbano; compreendendo a formação da cidade e o papel do rio como elemento urbano e ambiental, os usos dos espaços livres, contemplando as APPs e os parques ambientais, os novos dispositivos legais e as relações de urbanidade na margem do rio. Estuda as estratégias adotadas para a incorporação da paisagem ribeirinha a partir dos instrumentos normativos vigentes, especialmente a legislação urbana e ambiental municipal, bem como a Agenda 2015 e o Plano Diretor de 2006.

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

3.2_2

Projectar Macau: a importância do espaço público para a integração territorial

Paula Morais (Bartlett School of Planning – UCL; Reino Unido)

Palavras-chave: transformação urbana, desterritorialização, espaço público, Macau e China

A história urbana de Macau é um símbolo do significado do espaço público e do poder que as estruturas espaciais podem exercer para os estados controlarem as suas acções e fortalecerem a nacionalidade, para o desenvolvimento da competitividade da economia local-global e redefinição territorial (Morais 2014, 2009).

A transformação do território é definida por três principais ordens espaciais e projetos de estado: ou seja, um período de territorialização (de 1557 a 1987), que essencialmente visou assegurar a presença portuguesa no território e os seguintes processos de desterritorialização e reterritorialização, ambos impulsionados pela economia capitalista pós-1987, pelo projeto Chinês de modernização nacional e pelas forças gerais da globalização (Morais 2017). Este artigo centra-se no período de desterritorialização e reterritorialização em que a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) está a ser planeada para integrar a cidade-região do Grande Rio das Pérolas (PRD) até 2049. Argumenta que o espaço público tem a possibilidade de mediar a mudança e nutrir uma integração bem-sucedida através de um projecto urbano construtivo que capitaliza nos contextos culturais e espaciais e proporciona continuidade entre a rápida transformação urbana. Macau nunca foi uma criação homogénea - a população era diversa, o poder político ambíguo e o espaço polissémico. O território estava em constante fluxo e, no entanto, foi capaz de projectar uma sociedade enraizada devido ao papel do espaço urbano (público), que proporcionou a interação e abertura necessária para o diálogo - no tempo e entre as diferentes culturas. O exemplo de Macau demonstra que o espaço público pode desempenhar um papel no equilíbrio da nova produção territorial da China no século XXI.

Este estudo baseia-se em publicações anteriores e numa longa pesquisa sobre a transformação urbana de Macau e política de identidade territorial (1557-2009 / 2049). Teoricamente, combina noções de desenho urbano e antropologia e globalização (ideias de territorialização, desterritorialização e reterritorialização), e explora a produção de identidade a serviço de projetos políticos e económicos de um estado. Metodologicamente, a análise qualitativa uniu morfologia e uma abordagem etnográfica analisando fontes primárias e secundárias, narrativas, documentos e mapas de fontes portuguesas e chinesas: uma amostra total de 86 entrevistas recolhidas em sete praças públicas (Leal Senado, Lilau, Templo de Hong Kung, Carlos da Maia, Triangular, Tap Seac e Lotus) e 25 entrevistas a arquitectos, funcionários públicos e decisores políticos de grupos chineses, portugueses e de Macau em 2009. No entanto, este estudo é uma perspectiva portuguesa devido à complexidade do objecto examinado e à pluralidade de interpretações quanto à "questão de Macau"[1].

Morais, Paula (2017) "Designing Macao: the importance of public space for territorial integration", in Tsinghua Urban Design Journal N.09

Morais, Paula (2014) "Macau's urban identity question 1557-1999/2009: spatializing territory", in Macao: The Formation of a Global City, ed. George Wei, Routledge

[1] A "questão de Macau" refere-se à divergência entre as autoridades portuguesas e chinesas em relação à presença portuguesa em Macau, que se baseou na diferença de interpretações que ambos os poderes tinham sobre a questão da soberania e do verdadeiro estatuto do território.

3.2_3

A mobilidade e a acessibilidade como elementos de intervenção para conectar áreas urbanas. O caso de Sintra

Ana Rita Moreira Queirós (Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa; Portugal)

José Luís Crespo (Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: Mobilidade; acessibilidade; cultura; áreas urbanas; zona histórica

Nos últimos anos temos assistido a um crescente interesse pelas implicações e impactes que projetos e intervenções podem provocar e alterar os territórios, mas também o que podem induzir a curto, médio e longo prazo, nas áreas urbanas, nos centros históricos e outras zonas. Nesse âmbito têm-se procurado soluções e estratégias de valorização territorial, incorporando a acessibilidade e a mobilidade como instrumentos estratégicos que procuram dar resposta às atuais necessidades das áreas urbanas, dos residentes e visitantes que aí procuram uma melhor qualidade de vida.

O transporte serve a cidade e é parte integrante das áreas urbanas uma vez que é responsável pelo consumo de uma parte importante do tempo dos habitantes e tem uma expressão importante em termos de ocupação no espaço, com diferentes variáveis no que toca ao nível de cobertura, custos e qualidade o que contribui para uma diferenciação espacial da cidade.

Esta comunicação apresenta uma proposta de projeto urbano para Sintra, numa área de estudo classificada pela UNESCO como Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, que com a forte pressão causada pelo território da Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem levado à destruição de importantes valores paisagísticos, sem que se tenham adotado medidas minimizadoras desses impactes. O município de Sintra é também um espaço onde se manifestam conflitos urbanos, que acabam por comprometer certos pontos, como a mobilidade, a qualificação e inserção urbana, a revitalização de centros históricos, a proteção e valorização do património natural.

Através do método experimental de projeto, pretende-se apresentar um exemplo de um território que hoje em dia sofre de uma desconexão com a envolvente, devido à implantação de uma rede de transportes deficiente, e propor uma possível solução de um eixo de acessibilidade com a intenção de conectar e colmatar a fragmentação existente entre a zona histórica com o território adjacente, e ampliar e valorizar estas zonas de modo a qualificá-las, tornando-as atrativas para residentes e visitantes.

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

3.2_4

As matrizes temáticas como espirais de reflexão e ação rente aos desafios da leitura urbana

Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe (Universidade Estadual do Maranhão; Brasil)

Palavras-chave: Matrizes temáticas, Leitura Urbana, Investigação metodológica

O tema do presente artigo toma por base um conjunto de investigações empreendidas até o momento no âmbito da avaliação da performance nos ambientes construídos, com ênfase no grau de vitalidade presente tanto na arquitetura como na cidade. O texto foi estruturado de modo a contribuir na construção gradual de uma narrativa acerca do método de trabalho adotado, que se fundamenta na práxis (pesquisa-ação). As cidades, como instâncias sociais, são palco das diferentes dimensões da vida humana e revelam nas dinâmicas urbanas, os conflitos inerentes à sua natureza diacrônica. A arquitetura, ao mesmo tempo, encapsula e se impõe à condição humana. A acomodação das atividades humanas no território, desde as mais pragmáticas (consideração das coisas de um ponto de vista prático como o trabalhar, o produzir, o deslocar), até aquelas cujas essências possuem caráter mais subjetivo e, de certa forma, de natureza abstrata (como festivais, festas típicas, eventos ou rituais ancestrais, feiras, e tantos outros) somente é possível, quando analisamos o repertório das dinâmicas e de seus elementos de composição (separada e conjuntamente). As investigações se justificam na medida em que buscam compreender os critérios a partir dos quais se estabelecem as conexões entre as dinâmicas humanas e as formas urbanas impressas no território citadino, em especial, das nações lusófonas. Dadas as numerosas possibilidades de entendimento e interpretação dessas dinâmicas, o ponto fulcral das investigações tem se assentado na observação metódica do contexto fenomenológico resultante, ou no grau de vitalidade dos ambientes estudados, a partir do que se desenvolvem raciocínios baseados em uma seleção de teorias convergentes. Longe de tentar estabelecer paradigmas capazes de referenciar toda e qualquer abordagem, a avaliação das constantes alterações do traçado urbano desafiam o discurso acadêmico e, em algum momento, a incongruência entre a teoria a prática se evidencia. O método propõe antes de tudo, um repensar as ferramentas de análise e de intervenção, como tentativa de driblar as lacunas morfológicas que surgem nos processos a produção das cidades.

Netto, V., Saboya, R., Vargas, J., Carvalho, T. (2017). Efeitos da Arquitetura: os impactos da urbanização contemporânea no Brasil. Brasília, Brasil: FRBH.

Portas, N. (1964). A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. Lisboa, Portugal: Augusto Sá da Costa LTDA.

Thiollent, M. (1986). Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez e Autores Associado

3.2_5

Modernização de ontem, Vitória de hoje: Uso comercial na Avenida Jerônimo Monteiro em Vitória/ES – Brasil

Viviane Lima Pimentel (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Brenda Aurora Pires Moura (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Flavia Santos Sanz (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Samira Medeiros Liittig (FAESA Centro Universitário; Brasil)

Palavras-chave: Vitória-ES/Brasil, Centro Histórico, Avenida Jerônimo Monteiro, Grandes Avenidas

Este artigo apresenta estudo sobre a Avenida Jerônimo Monteiro, via arterial localizada no Centro de Vitória/ES, cuja abertura na década de 1920 materializou os anseios de modernização e embelezamento à imagem das remodelações ocorridas nas capitais latinoamericanas. A avenida dotou a cidade de um grande eixo articulador, na intenção de promover a transformação da acanhada capital em grande centro exportador. Até meados da década de 1970, a Avenida Jerônimo Monteiro consistia no principal eixo comercial de Vitória, mantendo a hegemonia da região frequentada por comerciantes e exportadores de café. Originalmente com predomínio dos sobrados ecléticos de uso misto, a avenida acompanhou o crescimento urbano da capital e, entre as décadas de 1920 e 1960, sofreu transformações em prol do desenvolvimento comercial e de serviços. Com a instalação de grandes indústrias e o replanejamento urbano na década de 1970, a formação da aglomeração urbana da Grande Vitória ganhou impulso e a capital tornou-se o centro que aglutinava todo o comércio, serviços e principais instituições públicas da região, além de reunir as alternativas de lazer e cultura e abrigar a moradia das classes abastadas. Os problemas gerados pela excessiva carga de atividades provocou a evasão da elite para norte da ilha, concretizando a expansão da capital e o surgimento de novas centralidades. Paulatinamente, o Centro perdeu importância econômica, social e cultural e os investimentos públicos foram remanejados para as áreas de expansão. Estes investimentos contaram com planejamento urbano de infraestrutura pública e vias aptas para o que viria a ser o principal meio de transporte, o automóvel. A construção do Shopping Vitória (1993) assim como a transferência do Palácio do Café (1987), da Assembleia Legislativa (2000) e de outras instituições públicas tradicionalmente estabelecidas no Centro que migraram para os novos aterros ao norte da ilha, concretizaram uma inflexão na trajetória da avenida. Seguindo este movimento, tradicionais lojas do Centro foram realocadas para as proximidades do novo polo comercial e empresarial da Enseada do Suá e a Avenida Jerônimo Monteiro passou a abrigar comércio varejista popular. Atualmente, se apresenta nova realidade onde o esvaziamento da avenida é comprovado pela somatória de imóveis vazios, abandonados ou disponíveis para aluguel. O objetivo deste trabalho é analisar as razões que levaram ao declínio da função comercial e de serviços da avenida, com foco nas ações do poder público e na construção de shopping centers nos demais municípios da Grande Vitória como possíveis motivadores do paulatino abandono do local. A pesquisa baseia-se em documentos históricos, planos governamentais, mensagens de governo e estudos relacionados à área, além de mapeamento de usos do solo atualizado para a extensão da avenida. Conceitualmente, autores como Jane Jacobs, Flavio Villaça e Ana Fani Alessandri Carlos, contribuem para a compreensão e análise dos eventos que motivaram a situação que atualmente se apresenta.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Villaça, F. (2012). *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel.

Carlos, A. F. A. (2004). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

3.2_6

Escala territorial e a forma urbana: a participação das estruturas naturais

Gislaine Elizete Beloto (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)
Rafael Rossetto Ribeiro (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Palavras-chave: Forma urbana, escala territorial, estruturas naturais

A dispersão territorial das grandes capitais nacionais e globais sob nenhuma hipótese é um fenômeno recente, muito menos seus estudos e propostas para limitar ou reduzir o crescimento são novas contribuições acadêmicas e profissionais. Certamente que nas últimas três décadas a conceituação deste fenômeno se intensificou, no entanto manteve-se dentro da descrição da dinâmica e organização territorial dos grandes centros urbanos. Trabalhos como os de Francesco Indovina que aborda a difusão urbana na região central de Vêneto, Itália, são exemplos de que o espalhamento da cidade sobre o território é um fenômeno que também ocorre em regiões formadas por cidades de porte médio.

No Brasil, estudos que englobam as cidades médias quase sempre se referem aos aglomerados urbanos, sendo que alguns deles são colocados na condição de área de expansão das grandes metrópoles. De maneira geral, estes são trabalhos que enfatizam a periferação sócio-urbano, a descontinuidade dos tecidos urbanos e as ações dos agentes produtores do espaço urbano como aqueles vinculados ao mercado imobiliário e ao Estado. Menos explorada é a perspectiva da forma propriamente dita que estas manchas urbanas assumem e como as estruturas naturais e antrópicas contribuem para a organização desta mancha no território.

Com base nessas considerações, a rede urbana do norte do estado do Paraná, Brasil, vem sendo recentemente estudada através da configuração de suas manchas urbanas. A primeira delas foi a mancha urbana de Maringá e, no presente, as primeiras leituras sobre a mancha urbana de Londrina estão sendo apresentadas. Estas são cidades ex novo implantadas entre os anos de 1930 e 1945 a partir de um plano sistematizado de parcelamento e ocupação regional que envolvia tanto glebas rurais quanto a instalação de um conjunto de cidades articuladas por um eixo rododiferroviário, imprimindo singularidade ao território

Dito isso, o presente artigo objetiva traçar um paralelo entre as características da mancha urbana de Maringá e de Londrina naquilo que se refere à forma sobre o território ao longo de uma linha temporal. O modelo de expansão e organização do território formado por ambas as cidades é demonstrado através de duas variáveis: (1) forma compacta e (2) forma fragmentada da mancha urbana. Diante da comparação entre tais manchas urbanas, similaridades e disparidades compõem os três pontos em destaque. O primeiro diz respeito ao quanto fragmentada é a forma de uma mancha diante da outra; o segundo refere-se ao período morfológico que oscila entre a forma compacta e a forma fragmentada; e o terceiro e mais importante ponto avalia o quanto as estruturas naturais, neste caso os corpos hídricos, influenciam numa maior ou menor fragmentação da forma urbana, tendo em vista que a posição destas estruturas em relação aos vetores de crescimento das cidades é oposta para ambos os casos.

Arellano, A. F. (2007). La explosión de la ciudad: transformaciones territoriales en las regiones urbanas de la Europa Meridional. Madrid: Ministerio de la Vivienda.

Portas, N. (2004) De una ciudad a otra: perspectivas periféricas. In A. M. Ramos (ed), Lo urbano en 20 autores contemporáneos (221- 229). Barcelona: UPC.

3.2. DESÍGNIOS II

NOVOS PARADIGMAS E DESAFIOS

3.2_7

Forma urbana e mobilidade: os desafios da mobilidade ativa na cidade informal

Sabrina da Rosa Machry (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Julio Celso Borello Vargas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Bibiana Valiente Umann Borda (Portugal)

Lourenço Marques Valentini (Portugal)

Palavras-chave: forma urbana, mobilidade urbana, caminhabilidade, tecido informal

Estudos sobre forma urbana e mobilidade atestam que ambientes com determinadas características físicas e funcionais estimulam os deslocamentos por modos ativos. A chamada “caminhabilidade” seria então uma condição própria dos contextos urbanos que favorecem deslocamentos a pé: alta densidade, grande miscigenação de usos e um traçado urbano conectado e acessível. Por outro lado, características socioeconômicas, como alta renda associada à disponibilidade de automóveis, apresentam-se como fortes preditoras da escolha por modais motorizados.

Coerentemente, os atributos da caminhabilidade são mais comumente encontrados em áreas urbanas centrais e bem estruturadas, negligenciando as condições de transporte ativo às periferias, especialmente de países em desenvolvimento. Por forças do mercado, as populações de baixa renda são afastadas das centralidades urbanas, ampliando a distância entre seus locais de residência e trabalho/estudo e, conseqüentemente, dificultando a adoção da caminhada e da bicicleta para deslocamentos utilitários. Contudo, uma característica bastante comum às cidades brasileiras é a presença de enclaves de baixa renda nas regiões centrais. Estes aglomerados informais, conhecidos por “favelas”, geralmente estão localizados em áreas de fragilidade ambiental e ocupação de risco, mas oferecem boa condição de acesso a oportunidades urbanas. Isolando questões de macroacessibilidade, é possível analisar padrões morfológicos internos às áreas relacionado-os à opção por modos ativos de transporte. Dessa forma, este trabalho utiliza dados empíricos de pesquisa em andamento para investigar a caminhabilidade em assentamentos autoproduzidos na cidade de Porto Alegre, comparando atributos do ambiente construído e comportamentos de viagem em tecidos formais de áreas adjacentes.

Achados preliminares mostram que tecidos de semelhante densidade populacional, mas socioeconomicamente diversos, apresentam variação nas densidades construídas e taxas de ocupação: edifícios isolados e verticais no tecido formal e aglomerações a nível do pedestre nos bairros autoproduzidos. A priori, ambas as morfologias urbanas portam fatores positivos aos deslocamentos a pé, embora específicos para cada padrão de ocupação. Do ponto de vista dos comportamentos de viagem, apesar do grau de mobilidade efetivamente variar de acordo com a renda dos indivíduos (maior renda, mais deslocamentos por dia), a opção pelo modo a pé se mantém alta, contabilizando mais de dois terços das viagens realizadas em ambos os recortes. Ou seja, a atividade pedestre é igualmente promovida em tecidos formais e informais, apesar da estrutura morfológica diferente. Enquanto a malha urbana regular e o potencial socioeconômico fazem o índice de diversidade no tecido formal ser quatro vezes maior do que no informal, a ocorrência de vazios urbanos e grandes corredores viários frequentemente configura barreiras espaciais aos modos ativos. Já os bairros autoproduzidos são caracterizados por vias locais e “becos”, ruas de baixo fluxo motorizado e velocidade reduzida, onde o compartilhamento entre diferentes modais ocorre naturalmente, dispensando inclusive elementos como meio-fio, calçada e travessia de pedestre. Isso põe em questão a simples quantificação dos atributos morfológicos através da usual tríade “3D” - Densidade, Diversidade e Desenho - ao modelar níveis de utilização do modo a pé em assentamentos informais. Discute-se, então, a relevância das condições de entorno atribuídas à Caminhabilidade, para a avaliação do ambiente construído orientada ao pedestre da cidade informal.

3.2_8

Interação social e morfologia urbana: caminhabilidade no Centro de Vitória (ES)

Rodrigo de Carvalho (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Martha Machado Campos (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: Experiência, Caminhabilidade, Uso e ocupação, Morfologia urbana

Este artigo expõe análises esquemáticas - cartografias e diagramas - sobre experiências metodológicas de observação de campo associada a marco teórico conceitual. Ao analisar a configuração morfológica do bairro Centro na cidade de Vitória (ES), busca-se confrontar a dimensão formal e paisagística da área com os requisitos desejáveis de 'caminhabilidade', por sua vez compreendida como a consistência das condições favoráveis a utilização do ambiente urbano nos deslocamentos a pé (GHIDINI, 2011). Afirma-se com isso, os ditos de R. G. Conzen (2004), que enfatiza a paisagem urbana como produto da ação social. Pressupõe-se ainda, que uma maior 'amabilidade' (FONTES, 2014) urbana pode ampliar a usabilidade dos espaços públicos pelos pedestres, convertendo-os em lugares de histórias, memórias e experiências. O contexto das atuais metrópoles tem exigido estudos que possam propor interrupções/paragens nas cadencias dos fluxos – contínuos e obrigatórios – do pedestre, na perspectiva de ampliar sua percepção, convidando-o à contemplação e novas interações: do homem consigo, com seus concidadãos, e com a paisagem. Para tanto, adota-se pesquisa conceitual aliada a análise empírica e dedutiva, ao se investigarem nós e polaridades do bairro, a partir da visão de COSTA (2015), respectivamente de conexão e congregação de atividades. A Avenida Jerônimo Monteiro e imediações constituem a base do trabalho, com foco em pontos identificados como nodais. O artigo expõe mapeamento dos trajetos de circulação de pedestres nos espaços públicos; com observação de elementos notáveis da paisagem, a partir de locais de fluxo e de paragem, de modo a avaliar potencialidades de criação de espaços de permanência e contemplação, que sejam vocacionados à interação social. Ressalta-se a relevância do caráter ativo do pedestrianismo como estratégia complementar de mobilidade, com potencial afetação sobre a apropriação do espaço, desde que este se apresente receptivo às possibilidades de dispersão criadas pelo caminhar. Reconhece-se que o espaço urbano é também apropriado pela circulação de pessoas, em funções diversas, que se interagem em redes ou se desenvolvem individualmente, definindo ligações e nós dinâmicos e voláteis. Avalia-se com isso, que tais dinâmicas estabelecem desenhos de fluxos sobre a forma morfológica, que se apresentam mais monótonos e contínuos, em alguns casos, a exemplo das rotas para o trabalho e transporte. Nota-se ainda, outros trajetos mais fluidos e livres, que provocam dispersões e encontros de pessoas. A conclusão indica que a dinamicidade de usos e apropriações do espaço podem qualificar positivamente o bairro, arejar tecido urbano consolidado com possibilidades de redesenho, e que certamente a caminhabilidade é ferramenta útil neste propósito.

Referências Bibliográficas:

COSTA, S. A. P. NETTO, M. M. G. (2015). Fundamentos de Morfologia Urbana. C/Arte, Belo Horizonte.

CONZEN, M. R. G. Thinking about urban form: papers on Urban Morphology, 1932-1998. Edited by Michael P. Conzen, Peter Lang Publishing Inc New York. 2004.

FONTES, A. S. (2014) Amabilidade urbana: marcas das intervenções temporárias na cidade contemporânea. URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales. Vol. 2, número 1 (69-93). ISSN: 2014-2714.

GHIDINI, R. (2011) A caminhabilidade: medida urbana sustentável. Revista dos Transportes Públicos - ANTP - Ano 33

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Sala G 2.1 | Moderação: Vítor Oliveira e Bruno Moreira

| | |
|---|---|
| A criação do quarteirão: do registro arqueológico à simulação morfogenética | Vinicius M. Netto João Meirelles Fabiano Ribeiro |
| SIMFOR2040: Simulação de Cenários Urbanos | Daniel Cardoso José Beirão Stefano Fiorito |
| Análise do adensamento urbano e da verticalização através de ferramentas SIG: o caso de Caxias do Sul-RS | Debora Gregoletto Fabio Lucio Zampieri |
| Métodos formais no estudo da forma-dinâmica urbana | David Viana |
| Modelagem da informação e métodos quantitativos a serviço da preservação da ambiência do patrimônio cultural edificado | Eugênio Moreira Daniel Cardoso José Nuno Beirão |
| Urbanidade e forma física da cidade | Bruno Zaitter Vitor Oliveira |
| Aplicação da metodologia do transecto para análise urbana: um estudo a partir do caso de Pinheirinho do Vale, Rio Grande do Sul, Brasil | Bruna Cristina Lermen Alessandra Gobbi Santos Pedro Couto Moreira Zamara Ritter Balestrin Danieli Faccin Bernardi Maiara Aparecida Giacomini |
| Estudo da morfologia urbana de um assentamento popular a partir da classificação supervisionada de imagens de satélite – Contribuições para uma metodologia de projeto urbano paramétrico | Davi Andrade Daniel Cardoso Clarissa Freitas |

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_1

A criação do quarteirão: do registro arqueológico à simulação morfogenética

Vinicius M. Netto (Universidade Federal Fluminense; Brasil)

João Meirelles (Ecole Polytechnique Federale de Lausanne (EPFL), Lausanne; Suíça)

Fabiano Ribeiro (City, University of London, London; Reino Unido)

Palavras-chave: morfogênese, morfologia urbana, métodos de análise, simulação computacional

O impulso para a formação de cidades é conhecido na geografia econômica desde o século XIX. Sabemos as razões para a criação de aglomerações a partir das forças centrípetas da interação econômica, mas por que o quarteirão urbano foi criado em culturas diferentes, e por que se tornou tão emblemático como componente da forma da cidade?

Ainda que análises econômicas vejam o vetor da interação impulsionando a aglomeração espacial, elas se mostram distantes das condições de formação de assentamentos urbanos a partir da agregação de células arquitetônicas. Esses processos são reconhecidos nos estudos urbanos, em áreas como os estudos configuracionais, na forma de restrições em processos aleatórios (Hillier e Hanson, 1984) e agregação por difusão limitada em formações dendríticas (Batty et al, 1989). Abordagens tipológicas como em Caniggia e Maffei (1979) e Panerai et al (2004) trazem leituras da evolução da morfologia por vias iconográficas, enquanto estudos geométricos enfatizam ganhos de eficiência de adensamento a partir de arranjos arquitetônicos de borda de quarteirão (Martin e March, 1972). Finalmente, a arqueologia reúne evidências das origens do protourbanismo, como a passagem da célula arquitetônica circular à retangular, que veio a permitir a adjacência capaz de gerar arranjos modulares compactos, a intensificação da produção e formações sociais mais complexas (Flannery, 1972; Düring, 2006), ainda que raramente enfatizem a criação do quarteirão como evento morfogenético significativo na emergência da forma urbana.

Explorando diferentes estudos da morfologia urbana, registros arqueológicos e simulação computacional, o artigo analisa as forças que impulsionaram a morfogênese do quarteirão, investigando a hipótese de que o quarteirão emergiu como um modo de intensificar a interatividade em contextos de especialização e dependência mútua entre habitantes, em sociedades com divisões crescentes do trabalho. Para tanto, discute possíveis passos na morfogênese do quarteirão, e como eles se desdobraram seguindo caminhos particulares em diferentes culturas, regiões e tempos.

O artigo propõe um modelo baseado em agentes para simular cenários de agregação celular e testar a emergência do quarteirão como elemento capaz de generalizar ganhos na proximidade, mobilidade e interatividade de agentes. Finalmente, o artigo discute a consolidação do quarteirão em diferentes culturas espaciais rejeitando explicações evolucionistas baseadas na 'seleção darwiniana' de formas mais adequadas, nos termos de Alexander (1964), para enfatizá-lo como efeito da interação de agentes reflexivos imersos em processos de tentativa e erro, causalidade material e contingência.

Alexander, C. (1964) *Notes on the Synthesis of Form*. Cambridge: Harvard.

Batty, M., Longley, P., & Fotheringham, S. (1989) "Urban Growth and Form". *Environment and Planning A*, 21(11), 1447-1472.

Caniggia, G. & Maffei, G.L (1979) *Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia*. Venezia: Marsilio.

Düring, B.S. (2006) *Clustered Neighbourhood Settlements of The Central Anatolian Neolithic*. Leiden: Nino.

Flannery, K.V. (1972) *The Origins of the Village as a Settlement Type in Mesoamerica and the Near East*. London: Duckworth, 23-53.

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The Social Logic of Space*. Cambridge University Press.

Martin, L. & March, L. (1972). *Urban Space and Structures*. Cambridge University Press.

Panerai, P et al.(2004) *Urban Forms: The Death and Life of the Urban Block*. Oxford University Press.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_2

SIMFOR2040: Simulação de Cenários Urbanos

Daniel Cardoso (Universidade Federal do Ceará; Universidade de Lisboa; Portugal)

José Beirão (Universidade de Lisboa; Portugal)

Stefano Fiorito (Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: Sistema Generativo de Projeto, Planejamento Regional, Ferramenta de suporte à tomada de decisão, Indicadores Criativos

O modo de produção de bens e serviços tem mudado profundamente na economia contemporânea. Conhecimento e inovação ganham mais e mais significação nas sociedades urbanas apontando para o empoderamento do que se tem designado Economia Criativa. Segundo o Ministério da Cultura brasileiro, Economia Criativa pode ser definida como um conjunto de setores em que as atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, de um bem ou serviço, cuja a dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Em processo recente de revisão e/ou mesmo proposição de novos Planos Diretores, metrópoles brasileiras têm buscado inserção no rol das cidades criativas. Nesse contexto temático e temporal, constituiu-se a pesquisa de pós-doutoramento que se desenvolve integrando duas universidades e um instituto de planejamento. A pesquisa tem o objetivo de refinar a ferramenta computacional, desenvolvida em uma das universidades, para que venha a dar suporte ao processo de planejamento e à tomada de decisão na escolha e implementação de espaços criativos - considerando a escala do edifício, da quadra e do distrito. O sistema, proposto inicialmente como protótipo para Turim, assenta-se na plataforma CIM (City Information Modelling) onde dados geo-referenciados são inseridos em processos generativos para simulação de evolução da forma urbana.

Várias são as pesquisas que se inserem nessa problemática (Gil et al., 2011 e Beirão et al, 2015), contudo, dentre os trabalhos, destaca-se aquele realizado em 2014 para Região de Piemonte, por parte dos membros desta pesquisa. O método utilizado neste estudo advém da pesquisa destacada e que adota duas abordagens complementares: análise estratégica e engenharia reversa (Beirão, 2015). A análise estratégica busca definir indicadores em vários níveis - humano, social, cultural, econômico, territorial (Camagni, 2008), espacial (Lars, 2007), estabelecendo correlações com a morfologia urbana. Para Beirão (2015), com o procedimento da engenharia reversa procura-se estabelecer valores e pesos aos indicadores a partir da leitura de realidades semelhantes. A otimização e resultados da aplicação da ferramenta será apresentado.

Beirão, J., Orsi, F., Fiorito, S., Gil, J., Colombo, M., & Gianchino, E. (2015). A generative system supporting the decision-making process for regional strategic planning, In

O. Marina & A. Armando (Eds). *Projects for an Inclusive City: Social Integration through Urban Growth Strategies*. (pp. 226-235). Escópia: Alpeko Grup & Saniko Printing House.

Camagni R. (2008). Regional Competitiveness: Towards a Concept of Territorial Capital. In R. Capell, R. Camagni, B. Chizzolini & U. Fratesi. *Modelling Regional Scenarios for the Enlarged Europe*. (pp. 33-46). Berlin, Springe-Verlag.

Gil, J., Almeida, J., & Pinto Duarte, J. (2011). The backbone of a City Information Model (CIM): Implementing a spatial data model for urban design, In *Respecting Fragile Places - 29th eCAADe Conference Proceedings*. Slovenia: University of Ljubljana, Faculty of Architecture.

Lars, M. (2007). Spatial Capital and How to Measure it - An Outline of an Analytical Theory of the Social Performativity of Urban Form. In *Proceedings, 6th International Space Syntax Symposium*. İstanbul: Istanbul Teknik Universitesi,

Ministério da Cultura. (2012). *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*. Brasília, Ministério da Cultura.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_3

Análise do adensamento urbano e da verticalização através de ferramentas SIG: o caso de Caxias do Sul-RS

Debora Gregoletto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Fabio Lucio Zampieri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: Adensamento urbano, Verticalização, Cidades médias, Áreas livres, SIG

No contexto da urbanização crescente e de transformações acentuadas no espaço das cidades brasileiras, destacam-se o adensamento urbano e a verticalização. Tais processos alteram a configuração e a paisagem das cidades grande e médias, promovendo rupturas não apenas no tecido urbano consolidado, mas também nas práticas de apropriação e uso dos espaços públicos e privados (Scussel & Sattler, 2010). As cidades médias – entendidas como aquelas que desempenham papéis intermediários na rede urbana - têm exercido um papel significativo na dinâmica econômica e espacial brasileira e, durante os últimos anos, têm apresentado maior crescimento populacional anual do que outras categorias de cidades. Esse aumento demográfico alavanca o processo de urbanização, que é, em muitos casos, acompanhado pela verticalização do espaço urbano em especial nas áreas mais centrais das cidades (Casaril & Fresca, 2007). Embora se identifiquem diversos aspectos negativos à verticalização, os edifícios altos estão cada vez mais presentes no espaço urbano das cidades médias brasileiras. No estado do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul se destaca como a cidade média com maior densidade populacional e com acentuado adensamento e verticalização na área central da cidade. Assim, o objetivo deste artigo é analisar o adensamento urbano e a verticalização em Caxias do Sul - RS e seus impactos nas áreas livres da área central da cidade, utilizando ferramentas SIG. Para atingir o objetivo proposto, o estudo se utilizou de ferramentas de análise em Sistema de Informações Geográficas (SIG) e de informações obtidas através de órgãos governamentais. Através dos resultados do Censo de 2010 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010) foram selecionados os dados referentes aos setores censitários/bairros inseridos na região administrativa RA01-Centro, como os dados populacionais, áreas e moradias do tipo apartamento. A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através da Divisão de Geoprocessamento (DIGEO- SEPLAN) forneceu dados parciais de levantamento aerofotogramétrico e perfilamento a laser tais como sistema viário, lotes e edificações. O cruzamento e a análise dos dados foram realizados em ambiente SIG através do software livre QGis 2.10. Os principais resultados indicam que a área central de Caxias do Sul, especialmente nos bairros Centro, São Pelegrino e Exposição, é mais densamente construída do que propriamente verticalizada, pois embora existam muitas edificações em altura, somente uma pequena parcela possui alturas superiores àquelas utilizadas como parâmetro de verticalização neste estudo (10 ou mais pavimentos). Entretanto, mesmo essa parcela de edifícios altos é suficiente para afetar a dinâmica urbana e a apropriação e usos dos espaços. Em relação às áreas livres públicas, os resultados revelam certa disparidade entre a distribuição de espaços livres nos diferentes bairros que compõem a área de estudo.

Casaril, C. C., & Fresca, T. M. (2007). Verticalização Urbana Brasileira: Histórico, Pesquisadores E Abordagens. *Revista Faz Ciência*, 9,(10), 169–190. Retrieved from <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewArticle/7535>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>

Scussel, M. C. B., & Sattler, M. A. (2010). Cidades em (trans)formação: impacto da verticalização e densificação na qualidade do espaço residencial. *Ambiente Construído*, 10(3), 137–150.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_4

Métodos formais no estudo da forma-dinâmica urbana

David Viana (Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologia e Arquitectura (ISTAR-IUL); Portugal)

Palavras-chave: Métodos formais, Forma-dinâmica urbana, Análise morfológica, Técnicas avançadas de análise urbana, Abordagens qualitativas e quantitativas

Fatores como a complexidade dos processos de transformação do espaço urbano, a interdependência entre fenómenos económico-culturais com impacto nos modos como o urbano é vivido, a correlação e desdobramento de interações entre múltiplos acores e o incremento de dados passíveis de serem equacionados na análise/planeamento urbano, acrescentam ao estudo da forma urbana níveis de leitura e compreensão que importa atender na morfologia urbana. Assim, a comunicação versa a combinação de técnicas de análise da forma urbana suportadas em abordagens qualitativas e quantitativas, sendo a configuração do espaço urbano e respetiva vivência/apropriação abordadas conjuntamente – considerando como forma e dinâmicas urbanas convergem em contextos sócio-espaciais multifacetados. Observando este enquadramento, a apresentação tem três objetivos: aprofundar a noção de forma-dinâmica urbana; explicar a metodologia de análise urbana designada de Trac(k)ing; enunciar a relevância da aplicação de métodos formais no estudo da forma-dinâmica urbana. Sobre a forma-dinâmica urbana, advoga-se o rastreamento de vivências/atividades urbanas, mapeando-as. O argumento prende-se com a produção de mapping de dinâmicas sociais, apropriação espacial e de fluxos urbanos. Sustenta esta opção uma perspectiva metabólica do espaço urbano, na qual o movimento de indivíduos/comunidades, de energia/recursos e de capital/investimentos alteram – de modo acelerado – tendências e regras de (auto)organização e (auto)construção do espaço urbano. Adicionalmente, alude-se à inter-relação de métodos de análise morfológica para tornar explícitas, estruturadamente, regras implícitas de apropriações e dinâmicas detetadas na forma urbana, consolidando a interdependência entre a configuração física do espaço urbano, a perceção que dele se tem e que padrões de apropriação nele se conformam. A partir desta correlação, avança-se na comunicação para a explicação da metodologia Trac(k)ing: tracing by tracking – a kinetic approach. A metodologia ‘Trac(k)ing’ assenta no dinamismo da relação dialógica entre redesenho cartográfico, rastreamento de fluxos urbanos e o traçar de sistemas de elementos urbanos que caracterizam socio-espacialmente a forma urbana. Resultando da fluidez intrínseca a processos apoiados na prática do traçando-rastreando, a análise morfológica desenvolvida através da aplicação da metodologia Trac(k)ing revela o “pulsar” do espaço urbano, onde este acontece e o que nutre esse “pulsar”. Assim, a metodologia Trac(k)ing privilegia focagens topológicas, mais do que tipológicas. Dado promover resultados analíticos e preditivos, a simulação ganha espaço (visto entender-se útil no apoio à decisão) e determina que a metodologia Trac(k)ing recorra a abordagens analógicas e qualitativas, mas também a técnicas digitais de análise quantitativa. A mais importante de âmbito empírico combina o rastreamento, com aplicações como o MyTracks, com mapeamento colaborativo online – recorrendo ao Google Map – e consequente tratamento de dados/data visualization utilizando software como o CartoDB. Quanto às abordagens formais, conjuga-se a informação empírica e compara-se com os resultados das técnicas de análise derivadas da space syntax (utilizando o software DepthMapX, da UCL), dos SIG e agent-based systems. Complementarmente, procede-se também a análises SCAVA (space configuration, accessibility and visibility analysis) apoiadas no novo software DepthSpace3D, para análise 3D de isovistas. Deste modo, avança-se para a discussão sobre a convergência na aplicação de técnicas avançadas de análise espacial com métodos formais no estudo da forma-dinâmica urbana.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_5

Modelagem da informação e métodos quantitativos a serviço da preservação da ambiência do patrimônio cultural edificado

Eugênio Moreira (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Brasil)

Daniel Cardoso (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Portugal)

José Nuno Beirão (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: patrimônio cultural edificado, modelagem da informação, ambiência, análise visual, métodos quantitativos

A preservação das relações que um elemento do patrimônio cultural edificado mantém com o seu entorno é uma questão fundamental no estudo da dimensão urbana do patrimônio e sua interação conflituosa com as políticas, planos e projetos de “desenvolvimento” urbanos tem sido uma problemática recorrente. Uma vez que coloca em lados opostos o direito de uso e propriedade privada e o direito coletivo de acesso à cultura, controlar a forma urbana do entorno de um bem tombado a partir da presença deste faz emergir uma série de conflitos, tornando oportuna a criação de aparatos de mediação e negociação. Este trabalho almeja contribuir para essa questão através da proposição de um dispositivo em ambiente computacional que possa avaliar certas dimensões dessas “relações ambientais” (Cabral, 2013), quantificando-as e fornecendo outputs visuais que as comuniquem, dando suporte à tomada de decisões. Para tanto, após uma breve explanação sobre a noção de “ambiente” de um monumento histórico – onde as contribuições de Giovannoni (2013) misturam-se ao enfrentamento de casos concretos no Brasil e no mundo – constrói-se um quadro teórico simplificado onde as dimensões quantificáveis desse ambiente são evidenciadas, onde a visibilidade se torna um conceito ampliado. Partindo desse entendimento e apoiando-se em trabalhos que trazem uma abordagem quantitativa da percepção espacial (Batty, 2001; Benedikt, 1979), propõe-se a criação de um sistema de análise composto por um modelador CAD e uma interface visual de programação, capaz lidar com modelos tridimensionais do ambiente urbano e produzir respostas numéricas e visuais para algumas das relações entre uma edificação e aquelas que a cercam. Como resultado, apresenta-se um protótipo funcional em ambiente computacional e algumas simulações utilizando dados georreferenciados dos bens tombados de uma grande metrópole. Ao final, o processo é revisitado de maneira crítica, apontando as dificuldades e futuros desenvolvimentos, sobretudo a potencialidade do dispositivo em se tornar um módulo de análise dentro de um City Information Model (Beirão, 2012; Gil, Almeida & Duarte, 2011).

Bibliografia:

Batty, M. (2001). Exploring Isovist Fields: Space and Shape in Architectural and Urban Morphology. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 28(1), 123–150. <https://doi.org/10.1068/b2725>

Beirão, J. N. D. (2012). City Information Modelling: parametric urban models including design support data. In *Actas da Conferência Internacional PNUM 2012* (p. 1122–1134). Brussels; Ljubljana: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Benedikt, M. L. (1979). To take hold of space: isovists and isovist fields. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 6(1), 47– 65. <https://doi.org/10.1068/b060047>

Cabral, R. C. (2013). A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Carlos.

Gil, J., Almeida, J., & Duarte, J. (2011). The backbone of a City Information Model (CIM): Implementing a spatial data model for urban design. In *RESPECTING FRAGILE PLACES - 29th eCAADe Conference Proceedings*. Slovenia: University of Ljubljana, Faculty of Architecture.

Giovannoni, G. (2013). O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma. In B. M. Kühn (Ed. e Trad.), *Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos* (p. 137–177). Cotia: Ateliê Editorial.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_6

Urbanidade e forma física da cidade

Bruno Zaitter (Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Brasil)

Vitor Oliveira (Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Morfologia urbana, Forma urbana, Ruas, Lotes, Edifícios

Vivemos em cidades há quase 6000 anos. Ao longo deste período as cidades foram evoluindo, num processo que inclui permanências e rupturas e que foi alimentado por uma interação entre intervenções individuais e coletivas (ou planejadas). Ao longo do último século o modo como planejamos as nossas cidades tornou-se cada vez mais abrangente (incluindo cada vez mais temáticas) e sistemático (caminhando de um registo ‘criativo’ para um registo ‘científico’). No entanto, foi exatamente nesse período que as cidades sofreram as transformações mais profundas.

Hoje em dia, mais de metade da população mundial vive e trabalha em cidades. Há uma opção clara por estes lugares e pelas vantagens que lhe estão associadas. No entanto, essas cidades são também um lugar de grandes desigualdades. A literatura nos mostra que o modo como organizamos a forma física das nossas cidades (as ruas, os quarteirões, os lotes e os edifícios) tem uma influência, positiva ou negativa, num conjunto de aspetos da nossa vida urbana, nomeadamente a nível social, económico, ambiental (ver por exemplo Silva et al., 2017, sobre a relação entre forma urbana e consumo de energia).

Nos últimos anos, alguns autores propuseram metodologias de análise e intervenção nessa organização da forma física, tendo em vista favorecer um sentimento de urbanidade. Um exemplo disso mesmo é a metodologia Morpho (Oliveira, 2013; Oliveira e Medeiros, 2016) que procura essa urbanidade através de quatro princípios ou dimensões – acessibilidade, densidade, diversidade e continuidade.

Esta comunicação, produto de uma investigação de pós-doutoramento – apresenta um desenvolvimento da metodologia Morpho na criação de um novo método – a Fòllia Urbana. Este método adota os quatro princípios referidos (embora alterando o princípio acessibilidade), associando-lhes dez componentes de análise de grande detalhe morfológico. Este detalhe é ainda favorecido pela passagem do objeto de estudo cidade (proposto na Morpho) para o objeto de estudo rua. Torna-se assim possível, por exemplo ao nível da análise da rua, ir desde o estudo da conectividade local entre diferentes eixos viários até ao estudo da seção transversal de uma rua e do modo como o espaço destinado ao pedestre é estruturado. A Fòllia Urbana foi desenvolvida para ser um instrumento de apoio à decisão em processos de criação de novas ruas ou transformação de ruas existentes, e visa dar uma contribuição para o controle da violência, segregação e degradação urbana, bem como na promoção de espaços sociáveis, seguros e interativos para o pedestre. O potencial do método é ilustrado através da aplicação em quatro casos de estudo, duas ruas no Brasil (uma em Curitiba e outra em Fortaleza) e duas em Portugal (uma em Guimarães e outra no Porto).

Referências:

Oliveira V (2013) ‘Morpho, a methodology for assessing urban form’, *Urban Morphology* 17,149-61.

Oliveira V, Medeiros V (2016) Morpho: combining morphological measures, *Environment and Planning B: Planning and Design* 43,805-25.

Silva M, Oliveira V, Leal V (2017) Urban form and energy demand: a review of energy-relevant urban attributes, *Journal of Planning Literature* 32,346-365.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_7

Aplicação da metodologia do transecto para análise urbana: um estudo a partir do caso de Pinheirinho do Vale, Rio Grande do Sul, Brasil

Bruna Cristina Lermen (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Brasil)

Alessandra Gobbi Santos (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL); Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI; Brasil)

Pedro Couto Moreira (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL); Brasil)

Zamara Ritter Balestrin (Universidade Federal de Santa Maria; Brasil)

Danieli Faccin Bernardi (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Brasil)

Maiara Aparecida Giacomini (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Brasil)

Palavras-chave: Expansão Urbana, Ambiente Natural, Ambiente Urbano, Transecto

O Brasil apresenta, atualmente, mais de 80% da população vivendo nas cidades (IBGE, 2016). Conforme Denaldi e Santa Rosa (2010, p.12), este crescimento da população em áreas urbanas foi acompanhado do agravamento dos problemas ambientais, uma vez que os limites das áreas urbanas passaram a coincidir com os limites das áreas de preservação. Tal crescimento reflete na produção social do espaço urbano, podendo ocorrer o espraiamento do tecido urbano sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as quais são identificadas como áreas com funções ambientais de preservação da fauna e flora e áreas situadas ao longo de qualquer curso de água. Nesta perspectiva, os autores Andres Duany e Elizabeth Plater-Zyberk – DPZ, pioneiros do movimento do Novo Urbanismo, evidenciam uma nova forma de urbanização, a partir da conexão do ambiente natural com o meio ambiente urbano, apresentando o Transecto como uma metodologia de análise e reflexão do espaço urbano. Conforme Rahnama et.al (2012) o Transecto é definido por uma secção transversal, caracterizando um sistema de zoneamento significativo adotado para coordenar o domínio das mudanças abrangentes entre meio natural e a cidade. Diante deste contexto, realizou-se uma análise, de caráter exploratório e qualitativo, no município de Pinheirinho do Vale, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a fim de refletir o processo de expansão urbana, sob a ótica da preservação ambiental e sua relação com o uso do solo, a partir do Transecto, o qual permitiu a análise sobre a conexão do ambiente natural ao meio ambiente humano na busca da sustentabilidade ambiental. Emancipado em 20 de março de 1992, com área de 105,3Km² e população de 4.783 habitantes, a ocupação de Pinheirinho do Vale, devido às condições favoráveis para o transporte e produção agrícola, deu-se, de forma desordenada, ao longo do rio Uruguai, importante rio da bacia hidrográfica brasileira (SANTANA, 2011, p.11). Neste contexto, o estudo desenvolve-se a partir de uma revisão bibliográfica referente à legislação ambiental, em esfera nacional e municipal, de modo a compreender os dispositivos legais que regulamentam a ocupação das APPs, bem como, debruçou-se sobre a temática da expansão da cidade, através do Transecto, de modo a analisar a ocupação das terras para as áreas próximas ao rio Uruguai. A partir de tais premissas, os resultados parcialmente obtidos demonstram que o crescimento para as áreas ribeirinhas deriva da apropriação privada de terras, próprias para a ocupação, e que, em virtude de sua exploração para fins especulativos, ainda não foram urbanizadas. Aliam-se a este fator as discrepâncias existentes entre as legislações federais e municipais que norteiam a expansão da cidade, de modo que sejam atendidos os interesses da coletividade e a defesa da fauna e flora. Pretende-se, assim, contribuir para o conhecimento da temática ‘expansão urbana e controle das transições entre o meio natural e a cidade’, sob o prisma da proteção ambiental e dos princípios humanistas na era atual.

1.5. FORMAS V

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.5_8

Estudo da morfologia urbana de um assentamento popular a partir da classificação supervisionada de imagens de satélite – Contribuições para uma metodologia de projeto urbano paramétrico

Davi Andrade (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Brasil)

Daniel Cardoso (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Portugal)

Clarissa Freitas (Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Modelagem da Informação, GIS, Assentamentos Populares Urbanos, Projeto Urbano Paramétrico

O presente estudo busca caracterizar a morfologia urbana própria de assentamentos populares em cinturões periféricos, tomando como objeto as metodologias de modelagem da informação do bairro de uma metrópole brasileira. Esta abordagem possibilita a criação de um framework (CARDOSO & MOREIRA, 2017) que serve de suporte ao planejamento e ao desenvolvimento de projetos urbanos. Acredita-se que a sobreposição de dados interpretados a partir da descrição de imagens raster em ambiente GIS gera informações que complementam a compreensão de um determinado tecido urbano, tais como: descrições funcionais, indicadores de densidade, hierarquia de vias entre outros. (GIL, ALMEIDA, & DUARTE, 2011)

O aprofundamento desses conceitos, aliado à exploração das ferramentas GIS e de projeto urbano paramétrico (LOPES et al., 2015), favorece a compreensão dos dados territoriais e morfológicos intra-urbanos e oferece uma contribuição significativa na forma como se aborda o estudo de assentamentos populares urbanos. O artigo busca investir no desenvolvimento de métodos e técnicas para lidar com a elaboração de projetos urbanos em situações de significativa heterogeneidade. (GIL, ALMEIDA, & DUARTE, 2011; HILLIER, GREENE, & DESYLLAS, 2000; MESEV & LONGLEY, 1995)

Nesse estudo será utilizada a técnica da classificação supervisionada de imagens raster para a análise de imagens de satélite LANDSAT-8 possibilitando, por meio do cruzamento dos resultados de séries temporais, gerar uma descrição da morfologia urbana daquele assentamento. Os dados levantados e classificados a partir das imagens de satélite serão comparados com os dados vetorizados e georreferenciados adquiridos junto à gestão municipal local de modo a traçar um panorama da consolidação urbana do território escolhido, bem como possibilitar a análise das transformações de uso do solo a ela associadas. No estudo de caso as imagens de satélite servirão como suporte adicional à modelagem da informação de territórios urbanos, auxiliando na representação de dados espaciais e no desenvolvimento de métodos de projeto urbano paramétrico. (BEIRAO, ARROBAS, & DUARTE, 2012; CARDOSO & MOREIRA, 2017; LOPES et al., 2015)

BEIRAO, J. N. D. C., ARROBAS, P., & DUARTE, J. P. (2012). *Parametric urban design: joining morphology and urban indicators in a single interactive model*. Paper presented at the Congresso eCAADe'30, Praga.

CARDOSO, D. R., & MOREIRA, E. (2017). *Sistema integrado de modelagem da informação como suporte ao planejamento e ao projeto urbanos*. Paper presented at the PORTUGUESE NETWORK URBAN MORPHOLOGY - PNUM.

GIL, J., ALMEIDA, J., & DUARTE, J. P. (2011). The backbone of a City Information Model (CIM): Implementing a spatial data model for urban design.

HILLIER, B., GREENE, M., & DESYLLAS, J. (2000). Self-generated Neighbourhoods: the role of urban form in the consolidation of informal settlements. *Urban Design International*, 5, 61-96.

LOPES, J. V., PAIO, A., BEIRAO, J. N. D. C., PINHO, E. M., & NUNES, L. (2015). *Multidimensional Analysis of Public Open Spaces - Urban Morphology, Parametric Modelling and Data Mining*. Paper presented at the 33rd eCAADe Conference.

MESEV, T. V., & LONGLEY, P. A. (1995). Morphology from imagery: detecting and measuring the density of urban land use. *Environment and Planning A*, 27, 759-780.

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

Sala G 2.2 | Moderação: Eneida Mendonça e Nuno Travasso

| | |
|---|--|
| Verticalização e segregação socioespacial – estudo sobre o Caso de Palmas, Tocantins | Kananda Lima |
| Inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: Condomínio Serra do Mar, São José dos Pinhais/PR | Ariadne Frenzel Edson Villela |
| Espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais da REGIONAL 02 – Grande Ibes, Vila Velha-ES | Mariana Menini Moreira Larissa Letícia Andara Ramos Ana Paula Rabello Lyra Suzany Rangel Ramos |
| Nas trilhas do cangaço: Ensaio sobre o território no Reino de Lampião | Maria Clara Costa Maria Rita de Lima Assunção |
| (IN)Dignidade Urbana. Conflito e Omissão na Materialização do Lugar Democrático | Ana Paula Rabello Lyra Larissa Letícia Andara Ramos Raquel Correa Mesquita Nayra Carolina Segal da Rocha Camila Coelho Binotti |
| Plano de ação de metodologia de diagnóstico de resiliência urbana, para transformação urbana: O caso de estudo do bairro de Vallcarca | Rafael de Balanzo Joue Ligia Nunes |
| Cidades médias no Brasil: aspectos sociais, econômicos e configuracionais para a riqueza e a pobreza | Gláucia Bogniotti Valério Medeiros Frederico de Holanda |
| Uma leitura socioespacial da favela: padrões urbanos orgânicos e configuração urbana | Vânia Loureiro Valério Medeiros Maria Guerreiro |

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.6_1

Verticalização e segregação socioespacial – estudo sobre o Caso de Palmas, Tocantins

Kananda Lima (Universidade Federal do Tocantins; Portugal)

Palavras-chave: Verticalização, Palmas, Agentes, Segregação

O seguinte artigo busca, por meio da revisão bibliográfica de produções relacionadas ao tema, discorrer sobre o processo de verticalização na formação do espaço urbano de Palmas, Tocantins. A compreensão da dinâmica da cidade e seus diversos agentes, frente ao sistema econômico capitalista, é de suma importância para a análise de conflitos e problemáticas que levaram Palmas ao estado atual de segregação socioespacial. Através da percepção da tendência de verticalização, mediante às proporções de áreas desocupadas e vazios urbanos no município, são realizados os seguintes questionamentos: Qual a interferência deste processo na formação do espaço urbano? Qual seu impacto no agravamento das problemáticas existentes? O ato de verticalizar, vinculado à sua capacidade de adensamento e aproveitamento do solo ocupado, no cenário atual, se conecta de forma intrínseca a um dos principais agentes segregadores de Palmas: a especulação imobiliária. A problemática tem sido responsável por dificultar o acesso a bens e serviços da população que vive fora perímetro planejado, grande parte dela caracterizada como de baixa renda. O objetivo ao longo do trabalho é buscar argumentações relacionadas aos estudos da Legislação de Palmas e Planta de Valores do Município, que vinculados ao estudo das áreas de maior verticalização, auxiliam identificar os agentes que contribuem para quadro atual de segregação socioespacial. A metodologia a ser trabalhada irá buscar desde as primeiras manifestações de verticalização no país à sua influência em Palmas na atualidade através da abordagem do contexto socioeconômico no qual o lugar está inserido. É necessário constatar a contribuição do Estado ao delimitar áreas que apresentam vocação para serem valorizadas, segregando-as do restante da cidade. Para isso, além da identificação de atores políticos, econômicos e sociais, é fundamental a compreensão dos demais impulsos que tendenciaram o processo de verticalização na escala nacional, regional e municipal. Através das identificações das problemáticas pontuadas, é possível analisar de forma concreta os reais entraves que prejudicam o acesso da população à cidade.

Referências Bibliográficas:

Arantes, O. Vainer, C. E Maricato, E (2005). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Carlos B. Vainer, Ermínia Maricato e Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo, 2ª Edição. Editora Vozes.

Grupo Quatro (1989). Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico. Goiânia, Mimeog Editora.

Paz, T. (2016) Operação Urbana Consorciada, como instrumento para a apropriação do espaço público no centro de Palmas-TO. Thais Yane Paz. Palmas. Dissertação (Universidade Federal do Tocantins) Curso de Arquitetura e Urbanismo.

SOMEKH, N. (1997) A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador São Paulo 1920-1939. Nadia Somekh. São Paulo, 1ª Edição. Livros Studio Nobel Ltda.

Sousa A. (2013) O Processo De Verticalização Na Produção Do Espaço Urbano De Palmas - TO. Arles Sousa. Palmas. Dissertação (Universidade Federal do Tocantins) Curso de Arquitetura e Urbanismo.

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.6_2

Inserção urbana dos empreendimentos do Programa MINHA CASA MINHA VIDA: Condomínio Serra do Mar, São José dos Pinhais/PR

Ariadne Frenzel (Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Brasil)

Edson Villela (Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Brasil)

Palavras-chave: Habitação Social, Programa Minha Casa Minha Vida, Inserção Urbana

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, desencadeou significativos impactos não apenas no âmbito territorial, mas também social, em diversas cidades brasileiras. Apesar das cidades e a questão habitacional terem detido destaque na agenda do Governo Federal no início dos anos 2000, incluindo grandes subsídios e incentivos para o setor, bem como legislação enfocando a função social da cidade e da propriedade com o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, a inserção dos empreendimentos na malha urbana nacional conflita com as propostas de enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, reafirmando o modelo de urbanização excludente e precário previamente vigente, especialmente nas principais regiões metropolitanas do país. Além das dificuldades na conectividade dos empreendimentos com a cidade pré-existente, o modelo arquitetônico adotado – conjuntos com diversos blocos habitacionais idênticos e múltiplos pavimentos – contrasta com o padrão de vida anterior das famílias beneficiadas. O artigo em questão coloca em perspectiva o paradoxo entre a proposta do Governo Federal e a realidade dos empreendimentos vinculados ao PMCMV, com enfoque no Condomínio Serra do Mar, no município de São José dos Pinhais/PR, no que tange a leitura urbanística da área em que os empreendimentos estão inseridos, com intuito de avaliar o padrão de inserção urbana na escala local, identificando características do empreendimento e do seu entorno, a fim de mensurar a qualidade da paisagem gerada e seus impactos na conexão com o meio urbano.

Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 2001.

Maricato, E. (2009). O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Carta Maior. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>.

Moreira, T. A.; Leonelli, G. C. V. ; Nascimento Neto, P. (2012). Respostas municipais ao problema de habitação social na Região Metropolitana de Curitiba. Oculum Ensaios (PUCCAMP), v. 15, p. 42-57.

Santos, M. E. P.; Afonso, R. F.; Ribeiro, S.; Rossi, R. (2014). O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia – a experiência dos sem-teto em Salvador. Organizações & Sociedade, v.21, n.71, p. 713-734.

Shimbo, L. Z. (2010). Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos.

Rodrigues, T. (2013). Avaliação da integração sócio urbana dos empreendimentos de habitação social. 109 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Instituto Superior Técnico de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Rolnik, R.; Klink, J. (2011). Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 89, p. 89-109.

Rolnik, R.; Lopes, A. P. O.; Rossi, L. G. A. (2015). O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. Cadernos Metrópole. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154.

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.6_3

Espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais da REGIONAL 02 – Grande Ibes, Vila Velha-ES

Mariana Menini Moreira (UVV - Universidade Vila Velha; Brasil)

Larissa Leticia Andara Ramos (UVV - Universidade Vila Velha; Brasil)

Ana Paula Rabello Lyra (UVV - Universidade Vila Velha; Brasil)

Suzany Rangel Ramos (UVV - Universidade Vila Velha; Brasil)

Palavras-chave: Sistemas de Espaços Livres, Espaços Livres de Uso Público, Práticas Sociais, Espaços Potenciais

Os sistemas de espaços livres de uso público tem um papel fundamental na qualidade urbana e de vida da população, pois garantem lazer, integração e vivência, interferindo positivamente em aspectos relativos à saúde física e mental dos seus usuários, trazendo vitalidade e segurança pública para o entorno. Deste modo, este trabalho apresenta uma análise quantitativa e qualitativa dos espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais, tendo como recorte a Regional 02 – Grande Ibes, em Vila Velha/ES. Como método para identificação e classificação foi realizado o mapeamento e análise das áreas utilizando o programa ArcGis, juntamente com informações adquiridas nas visitas de campo, nas ferramentas Google Maps e Google Earth, no Plano Diretor Municipal de Vila Velha e no perfil socioeconômico fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão de Vila Velha/ES. Em relação aos aspectos quantitativos, conclui-se que não há um equilíbrio na distribuição dos espaços livres de uso público destinados a práticas sociais da Regional 02. Dos 21 bairros que compõem a regional, 6 deles possuem ausência total de espaços livres de uso público para práticas sociais. Apesar da má distribuição quantitativa das praças entre os bairros, estas atendem cerca de 56% da população residente na área de estudo e, considerando um raio de abrangência de 300 metros, significa que os moradores possuem acesso à praça mais próxima em uma média de tempo de 3 a 4 minutos de percurso a pé. Além dos espaços livres de uso público já consolidados, também foram mapeados os espaços livres potenciais que poderiam ser destinados a práticas sociais de forma a garantir acesso à parcela da população não contemplada pelos existentes. Com relação as análises qualitativas, a maioria das praças possui equipamentos e atrativos relacionados à integração, vivência, saúde e lazer, contemplando diferentes idades, como quadras ou campo esportivos, playground, academia popular ou para idosos, área para jogos e alimentação, entre outros, além de serem em sua maioria limpas e arborizadas. Porém, a falta de manutenção regular é o fator que mais compromete diretamente estes espaços, gerando locais com vulnerabilidade social e sem vitalidade. Outra característica comum em grande parte das praças é a falta de acessibilidade, onde apenas 50% delas cumprem com as exigências da norma NBR 9050/2015. Espera-se com as análises finais e os diagnósticos desenvolvidos nesta pesquisa influenciar positivamente nas futuras intervenções a fim de melhorar os espaços livres de uso público da Regional 02, garantindo lazer, integração, vitalidade e segurança, bem como a melhoria na qualidade de vida da população.

Referências Bibliográficas:

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.

MENDONÇA, E . M. S. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES –Brasil. In EURO ELECS 2015, Guimarães , Portugal. In Anais EURO ELECS 2015, Guimarães , Portugal.

TARDIN, Raquel. Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2008

SPECK, Jeff. A cidade caminhável. 1ª ed. São Paulo - SP: Perspectiva, 2016. 270 p.

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.6_4

Nas trilhas do cangaço: Ensaio sobre o território no Reino de Lampião

Maria Clara Costa (Universidade do Porto; Portugal)

Maria Rita de Lima Assunção (Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: cangaço, core áreas, estilo do cangaço, movimento, território.

Ao longo da história foi frequente a conjugação entre mobilidade e delinquência. O sertão nordestino brasileiro, área com condições climáticas e ecológicas inóspitas, foi palco durante o século XIX devido a uma seca e consequente mobilidade das populações afetadas do início do mais rico e intrigante movimento em busca de justiça e vingança, conhecido na região como Cangaço. Essas questões climáticas associadas as de fundo social e cultural criaram um ambiente propício para emergência de grupos armados de bandidos nessa região. O movimento de banditismo mais famoso conhecido como Cangaço teve como principal expoente emblemático a figura do líder Virgulino Ferreira da Silva. Lampião, como assim era tradicionalmente conhecido, e seu bando formado por aproximadamente 200 homens, percorriam uma área extensa equivalente ao sertão de sete estados do nordeste brasileiro (Ceará, Rio Grande do Nordeste, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). Por transitar por um território vasto, o bando de Lampião tinha uma rede de pessoas mais ou menos poderosas, que os protegiam e os ajudavam em momentos de dificuldades. O "reino" de Lampião foi construído através do domínio territorial proporcionado pelas estabelecidas core áreas demarcadas de forma fluída pelo bando sempre em movimento. Com o decorrer do tempo, o território de atuação e as suas core áreas foram se ampliando. O cangaço foi um movimento, com raízes sertanejas, contudo com aspetos culturais e estéticos próprios. O seu poder para além de armamentos como os rifles e os punhais, também residia em trajar uma vestimenta que o identificava dentro do microcosmo do sertão nordestino. O fato de ser um bando itinerante favoreceu o contato de Lampião e do movimento com contextos, materiais e artifícios que associados à sua inteligência invulgar deram oportunidades à manifestação de um potencial privilegiado de criatividade e habilidade no manejo com o novo. Nesse sentido, os trajes, chapéus, bolsas e cantis fazem parte de um modo típico de se representar, o chamado estilo do cangaço. Sua vestimenta peculiar era uma forma de marcar seu território e inspirar medo e respeito de quem não era integrante do bando. Quando chegavam nas cidades do sertão para efetuar saques e pilhagens os cangaceiros eram percebidos a distância pelos seus trajes a chamar verdadeira atenção e pelo barulho necessariamente ecoado, pois o objetivo era se mimetizar a paisagem quando encontrava-se em rota de fuga e se destacar quando realizavam as suas incursões de roubo, medo e morte.

1.6_5

(IN)Dignidade Urbana. Conflito e Omissão na Materialização do Lugar Democrático

Ana Paula Rabello Lyra (Universidade Vila Velha; Brasil)
Larissa Letícia Andara Ramos (Universidade Vila Velha; Brasil)
Raquel Correa Mesquita (Universidade Vila Velha; Brasil)
Nayra Carolina Segal da Rocha (Universidade Vila Velha; Brasil)
Camila Coelho Binotti (Universidade Vila Velha; Brasil)

Palavras-chave: espaços livres, dignidade urbana, lugar democrático, lazer público

A expectativa de um cenário justo e sustentável de desenvolvimento constitui o tema de interesse deste estudo sobre as discussões relacionadas aos efeitos ambientais das densidades associadas à expansão das conurbações urbanas nas cidades contemporâneas. Os atuais conflitos vivenciados pelas grandes cidades entre espaço edificado e vida urbana tem imposto desafios para materialização da cidade digna. A preocupação em relação às problemáticas causadas pelas aglomerações urbanas intensificadas por um aumento progressivo da concentração de pessoas nas cidades tem sido uma preocupação constante. Desde então a compatibilização da vida humana com os recursos disponíveis para a manutenção da vida digna tem sido um grande desafio.

Considerando que à medida que as cidades consumidoras se expandem, também cresce a competição pelos espaços disponíveis para seu desenvolvimento, toda estratégia de planejamento a partir desta realidade precisa então considerar com maior ênfase “as pessoas” ao aliar as componentes econômica, sociais e ambientais ao desenvolvimento urbano. Neste contexto, As novas propostas de ocupação e requalificação urbanas precisam dar mais importância na necessidade de se preservar e recuperar as áreas livres de uso público da cidade para materialização do lugar democrático. Parte do princípio que tais áreas favorecem a inserção de áreas verdes proporcionando benefícios que vão desde a saúde física e psicológica do indivíduo até a mitigação de problemas urbanos relacionados a alagamentos, poluição e ilhas de calor. Este estudo identifica o problema das ocupações urbanas negligenciarem a manutenção das áreas de qualidade ambiental com potencial de socialização existentes na cidade, como um grande conflito urbano. Parte do questionamento de como o zoneamento previsto em um Plano Diretor local, atualmente em processo de aprovação, se relaciona com as atuais áreas de qualidade ambiental com potencial de socialização do município. A partir desta inquietação, estabelece como meta o interesse em avaliar as oportunidades de conexões sociais e ambientais existentes no território constituído por uma das regionais administrativas do município inserido em uma Região Metropolitana Brasileira, para comparação com o zoneamento previsto em seu Plano Diretor. Nesta proposta são aprofundados os estudos já desenvolvidos sobre os espaços livres pesquisados para avaliar as oportunidades de conexões sociais e ambientais existentes no território constituído pela Regional de Estudos. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo por se basear na interpretação do pesquisador e na análise morfológica da área de estudos, com algumas abordagens de análise quantitativas referentes ao mapeamento das áreas sociais e ambientais. O Mapeamento utiliza a base de dados georreferenciados do município, complementado pelo levantamento de campo. Foram adotadas duas classificações para esse mapeamento. As áreas classificadas como “Práticas Sociais”, identificadas pelos espaços livres de lazer destinados ao uso público e às classificadas como “Equilíbrio Ambiental”, identificadas por áreas cobertas por vegetação intensa de significativo valor paisagístico e ambiental compreendidas por áreas de preservação e conservação situadas no perímetro urbano do município. Como resultado deste mapeamento e das comparações efetuadas identificou-se um conflito caracterizado pela perda de áreas potenciais ambientais e sociais destinadas a novas ocupações de caráter econômico em contradição com as condições socioambientais locais.

1.6. FORMAS VI

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.6_6

Plano de ação de metodologia de diagnóstico de resiliência urbana, para transformação urbana: O caso de estudo do bairro de Vallcarca

Rafael De Balanzo Joue (City University of New York/ International Union of Architects (UIA); EUA)

Lígia Nunes (Universidade Lusófona do Porto; UIA; Portugal)

Palavras-chave: resiliência urbana

A resiliência urbana tornou-se numa prioridade para a sustentabilidade e para o desenvolvimento social e urbano das cidades, a abordagem do pensamento da resiliência urbana (Holling's 1986 Adaptive Cycle and Panarchy heuristic) é uma metodologia de diagnóstico urbano e uma ferramenta para compreender melhor as dinâmicas ambiental, social e económica. Este trabalho de metodologia pretende entender sistemas sócio ecológicos como as vizinhanças de algumas cidades, ou comunidades locais fundindo, as dinâmicas urbanas com a heurística da resiliência urbana. A abordagem deste diagnóstico utiliza investigação em sustentabilidade e investigação em aprendizagem activa, processos urbanos participativos, e o conjunto de ferramentas the Resiliência urbana para analisar como as comunidades reagem a crises e pressões sociais e económicas.

A metodologia de diagnóstico do Plano Habitat: O objectivo é consolidar o uso da resiliência urbana com uma metodologia para identificar limites para mudança urbana, analisar a dinâmica de evolução urbana e prever o surgimento de processos dinâmicos. Esta metodologia baseada no ciclo adaptativo Gunderson & Holling's (2002) e a teoria de panarquia (1) que divide as dinâmicas em resiliência dos sistemas ecológico ou social ecológico em dois contextos diferentes: o primeiro inclui as fases the crescimento e conservação e o segundo inclui as fases de colapso e reorganização.

O caso de estudo do bairro de Vallcarca Barcelona, explora um passo específico deste desafio teórico re enquadrando as transformações urbanas que aconteceram durante a última década na cidade de Barcelona. Neste caso será dada uma atenção especial às diferentes escalas e a agentes emergentes responsáveis pela transformação ambiental e social da cidade, assim como ao movimento separatista catalão. Resiliência a longo prazo inclui investigação de ação das comunidades para que as cidades se possam adaptar e transformar a si próprias. Comunidades urbanas autogeridas que levaram a cabo estratégias urbanas bottom-up utilizando arte, justiça social e administração ambiental com o objectivo de aproximar os cidadãos para se adaptarem a mudanças urbanas necessárias, fortalecendo a população local marginalizada promovendo a sua capacidade para responder de uma forma mais efectiva a questões de complexidade económica, social, escassez de habitação social e iniquidade.

Este artigo considera o diagnóstico da metodologia das vizinhanças do plano habitat e foca-se e explora como a comunidade em Vallcarca promove iniciativas de resiliência urbana. As iniciativas promovem a transformação the casas vazias e propriedades de espaço urbano através de ações criativas, de espaços negligenciado e crime, em locais que mitigam esses temas e se referem a assuntos culturais, servindo de catalisador para explorar novas metodologias e novos papéis para redes sombra contribuir para o desenvolvimento de vizinhanças saudáveis e de uma cidade resiliente.

[1] Holling, C. S., & Gunderson, L. H. (Eds.). (2002). Panarchy: understanding transformations in human and natural systems. Island Press.

1.6_7

Cidades médias no Brasil: aspectos**sociais, econômicos e configuracionais para a riqueza e a pobreza**

Gláucia Bogniotti (Universidade de Brasília; Brasil)

Valério Medeiros (Brasília/DF; Brasil)

Frederico de Holanda (Universidade de Brasília; Brasil)

Palavras-chave: Cidades Médias Brasileiras; Configuração Urbana; Sintaxe Espacial

O artigo aborda o processo de expansão das cidades médias brasileiras a partir da investigação de atributos morfológicos, analisados segundo aspectos configuracionais e sócio-econômicos estruturados na leitura de centralidades e da acessibilidade da malha viária. É intenção responder três questões de pesquisa – a) quais os efeitos socioespaciais da malha urbana dessas cidades; b) quais os níveis de acessibilidade detectados; e c) que relação o centro urbano antigo estabelece com as áreas de expansão da cidade e os usos do solo – de modo a se discutir a existência de um tipo de cidade média brasileira. Adota-se como recorte empírico as áreas urbanas de municípios integrantes da Rede de Pesquisadores em Cidades Médias (ReCiMe) – Uberlândia/MG, Londrina (PR), Passo Fundo (RS), Chapecó SC, Dourados (MS), Marília (SP), Marabá (PA), Campina Grande (PB) e Mossoró (RN). O ferramental teórico, metodológico e técnico do estudo reinterpreta abordagens geopolíticas, econômicas e socioespaciais consideradas pela ReCiMe, consoante o foco espacial explorado de acordo com a Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe Espacial: Hillier e Hanson, 1984; Holanda, 2002; Medeiros, 2013). Para a investigação são produzidas as modelagens espaciais georeferenciadas do processo diacrônico de transformação das manchas urbanas de cada assentamento, tendo por base o uso dos softwares QGIS e QuantumGIS. Para o alcance de resultados, a base de dados resultante considera o confronto entre aspectos sócio-econômicos e configuracionais (geométricos e configuracionais), segundo a Sintaxe do Espaço, a resultar em 51 variáveis (quantitativas e qualitativas). Em relação aos achados, são feições comuns identificadas: a) expansão urbana marcada pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, na perspectiva do agronegócio e sua progressiva especialização; b) forte presença de incentivos governamentais durante as décadas 1960/1990, promotores da industrialização e da expansão econômica, decorrentes de programas, estratégias e planos nacionais de desenvolvimento; f) atualmente todas as cidades têm no setor de comércio e serviços especializados os maiores números de arrecadação fiscal e de geração de empregos; g) do ponto de vista morfológico, a amostra apresenta boa acessibilidade potencial para deslocamento em percursos e rotas, com clareza da hierarquia no tecido urbano: todas apresentam boa inteligibilidade, vigor da malha e dinamismo no centro, de modo que conformam espacialidades legíveis, o que facilita a orientabilidade para quem as usufrui. O confronto entre as variáveis aponta, entretanto, para o comprometimento da qualidade urbana, o que se associa à desigualdade social-espacial que fragmenta a cidade. A distância entre as diversas camadas sociais, entre a riqueza e a pobreza, é responsável pela profunda desigualdade socio-espacial nestas cidades médias, o que acaba por atingir, de alguma maneira, todos os cidadãos.

Referências Bibliográficas:

Hillier, B., Hanson, J. (1984). *The social logic of space*. CUP, Cambridge.Holanda, F. (2002). *O espaço de exceção*. EdUnB, Brasília.Medeiros, V. (2013). *Urbis Brasiliae*. EdUnB, Brasília.

1.6_8

Uma leitura socioespacial da favela: padrões urbanos orgânicos e configuração urbana

Vânia Loureiro (Universidade de Brasília; Brasil)

Valério Medeiros (Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados/Unieuro; Brasil)

Maria Guerreiro (CRIA/ISCITEIUL; Portugal)

Palavras-chave: favela, padrões socioespaciais, configuração urbana, sintaxe espacial

O trabalho busca decodificar o sistema espacial da favela, enquanto entidade auto-organizada e espontânea, por meio do estudo comparativo com estruturas orgânicas. O propósito é discutir as favelas e seus processos espontâneos em áreas urbanas contemporâneas como similares a outros assentamentos auto-organizados, de modo a responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida a favela reproduz padrões espaciais inerentes à cidade orgânica e historicamente consolidados? Entendidas frequentemente como frações segregadas e desorganizadas, as favelas tendem a permanecer interpretadas em seus problemas e suas carências, sem que sua espacialidade seja compreendida durante o processo de atuação ou desenvolvimento urbano. A Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER & HANSON, 1984) é adotada enquanto abordagem teórica, metodológica e ferramental, permitindo a leitura do objeto em sua complexidade espacial. São comparados 120 assentamentos localizados ao redor do mundo, explorados segundo um conjunto de 26 variáveis configuracionais (entre qualitativas e quantitativas, geométricas e topológicas) com uma amostra de 45 cidades portuguesas de origem medieval (exemplares da cidade orgânica). Os achados revelam que a favela busca, na medida do possível, organizar-se dentro do sistema maior que a recebe, buscando conexões com a envolvente direta além de se estruturar internamente. A leitura configuracional aponta que emergem de suas relações espaciais padrões comuns aos que estruturam cidades orgânicas, distinguindo-se essencialmente em sua densidade extrema e grau de consolidação, apesar de revelarem boa estruturação global. Suas dinâmicas internas se comportam de modo aproximado a sistemas urbanos completos e consolidados, partilhando lógicas comuns e transversais a regiões do mundo e culturas distintas, o que reforça a sua auto-organização como potenciadora de qualidade espacial e característica essencial a seu desenvolvimento. Acredita-se que a sua configuração revela padrões espaciais provenientes das suas práticas de auto-organização, que são responsáveis por dinâmicas urbanas de sucesso. A espontaneidade inerente, frequentemente subvalorizada pela sua sintaxe de difícil apreensão, revela-se um processo urbano catalisador de qualidade espacial a partir do momento em que sua complexidade é entendida e decodificada.

Referências Bibliográficas:

Hillier, B., & Hanson, J. (1984) *The social logic of space*. Cambridge: CUP.

Hillier, B. (1996) *Space is the machine*. Cambridge: CUP.

Hillier, B.; Vaughan, L. (2007) *The city as one thing*. *Progress in Planning*, v.67, n.3, pp.205-230.

Loureiro, V. (2017). *Quando a gente não tá no mapa*. Tese de doutorado, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Medeiros, V. (2013). *Urbis Brasiliae*. Brasília: EdUnB.

Medeiros, V. (2016). *Uma herança do ultramar 05 (Relatório de Pesquisa/2017)*, Brasília, Df, FAU/UnB.

2.3. PROCESSOS III

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

Sala G 3.2 | Moderação: Jorge Correia e Mariana Abrunhosa Pereira

| | |
|--|--|
| Apropriação da herança francesa nos espaços islâmicos privados e públicos: estudo de caso da cidade de Ifrane, Marrocos | Bianca Scaramal Madrona Renata Cavion |
| As esplanadas ferroviárias das cidades da Alta Sorocabana como potencialidade para a constituição de espaços livres públicos e preservação da paisagem urbana | Arlete Francisco |
| Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano | Maria do Céu Simões Tereno Maria Filomena Mourato Monteiro |
| Regeneração Urbana e Património Cultural Religioso: resultados preliminares de investigação do Largo de Nossa Senhora da Luz em Paço do Lumiar, Maranhão | Lorena Gaspar Santos Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe Rianny Silva dos Santos Melissa Almeida Silva Walter Gomes Goiabeira Filho Wellington Jorge Cutrim Souza |
| Reinterpretação da Renovação na Herança Cultural Urbana: O Caso de Setúbal | Manuela Maria Justino Tomé |
| Prainha – permanências, apagamentos e transformações da paisagem | Cláudia Inez Resende Melo Eneida Maria Souza Mendonça |
| Sistemas urbanos e transformação da cidade: Porto, sistema conventual, desamortização e renovação do espaço urbano | Maria José Casanova |
| Períodos Morfológicos do Urbanismo Novo-Hispano | Norma Rodrigo Cervantes |

2.3_1

Apropriação da herança francesa nos espaços islâmicos privados e públicos: estudo de caso da cidade de Ifrane, Marrocos

Bianca Scaramal Madrona (UFSC Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Renata Cavion (UFSC Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Herança cultural, arquitetura francesa, arquitetura islâmica, identidade urbana

As dinâmicas físicas e sociais dos espaços privados e públicos desempenham um papel central na construção da identidade de um lugar. Neste processo, as culturas herdadas são apropriadas e transformadas. Este é o caso da cidade de Ifrane, localizada na região de Middle Atlas nas montanhas marroquinas, construída pelos franceses na década de 1930. Sua herança da arquitetura francesa, encontrada em diversos elementos urbanos e nas edificações, se transformou em virtude da adequação à cultura islâmica que passou a predominar após a independência do Marrocos, em 1956. Nesse contexto, este artigo discute sobre a importância da autenticidade no reconhecimento do patrimônio urbano e arquitetônico e tem como objetivo identificar na cidade de Ifrane o modo de apropriação produzida ao longo dos anos. São destacados os elementos urbanos e arquitetônicos herdados da cultura francesa que foram mantidos e aqueles que sofreram adaptação, denotando o ajuste à cultura islâmica. As características levantadas consideram, além dos aspectos culturais, os aspectos climáticos e religiosos sob a perspectiva histórica do local. Os estudos apontaram que a colonização francesa da cidade adotou originalmente os padrões morfológicos do estilo colonial Francês, sendo alterada com o predomínio da população marroquina. Como resultado desse processo, a tradição islâmica passou a ser percebida tanto no espaço urbano coletivo, como nos espaços privados, suprindo especialmente as demandas do estilo de vida islâmico.

Nota-se que a influência francesa faz com que a cidade seja um atrativo cultural e turístico, sendo conhecida por seus espaços que viabilizam a vida tradicional marroquina por meio das adaptações encontradas. Percebe-se, também, que a autenticidade urbana e arquitetônica da cidade ultrapassa os limites estruturais e estéticos das construções e se encontra no estilo de vida de seus habitantes e na funcionalidade dos espaços públicos.

Principais referências:

Ashworth, Gregory J. (1994). From history to heritage: From heritage to identity: In search of concepts and models. In Building a new heritage: Tourism, culture, and identity, G. J. Ashworth and P. J. Larkham, eds. London: Routledge. Google Scholar

Ashworth, Gregory J. and Peter J. Larkham. (1994). A heritage for Europe: The need, the task, the contribution. In Building a new heritage: Tourism, culture and identity, G. J. Ashworth and P. J. Larkham, eds. London: Routledge. Google Scholar

Brunzell, Tove & Sanaa, Duric (2012). Moroccan Architecture, traditional and modern- A field study in Casablanca, Morocco, Lunds universitet, LTH School of Engineering at Campus Helsingborg Housing Development & Management.

Mahmoud, M. F. & Elbelkasy, M. I. (2016). Islamic Architecture: Between Moulding And Flexibility, WIT Transactions on The Built Environment, Vol 159. <<https://www.witpress.com/elibrary/wit-transactions-on-the-built-environment/159/35394>> (2017-01-13)

2.3_2

As esplanadas ferroviárias das cidades da Alta Sorocabana como potencialidade para a constituição de espaços livres públicos e preservação da paisagem urbana

Arlete Francisco (Universidade Estadual Paulista – Unesp; Brasil)

Palavras-chave: Espaços públicos; Memória ferroviária; Paisagem urbana; Alta Sorocabana

O processo de ocupação da região denominada Alta Sorocabana, a sudoeste do estado de São Paulo, Brasil, esteve atrelado à expansão das fronteiras agrícolas, à expansão da rede ferroviária e à mercantilização do solo, no início do século XX. A Estrada de Ferro Sorocabana representou um meio de transporte rápido, seguro e barato para a produção cafeeira e para que os negociantes e compradores de terras conhecessem a região, e se caracterizou como linha de penetração, favorecendo a implantação dos loteamentos. No entorno de cada estação construída ao longo dos últimos 200 quilômetros da sua linha tronco, em apenas seis anos, surgiu um núcleo urbano, formando uma rede de cidades como contas de um colar. São cidades construídas ex-novo cujos desenhos apresentam as mesmas características: traçado em tabuleiro de xadrez, implantado paralelo à linha férrea e tendo a esplanada e estação ferroviária como referências. Portanto, a natureza destas cidades esteve ligada a questão da terra, do seu domínio e distribuição, após a instituição da Lei de terras (1850) e, deste modo, não houve preocupação com os princípios norteadores de desenho urbano, na construção de edifícios, nas relações entre estes e na organização dos espaços públicos. O plano bidimensional seguia apenas o princípio racionalizador de divisão de terras com a finalidade de facilitar a demarcação e a venda dos lotes. Em apenas poucos núcleos pode ser observado a especificação de espaços para a praça e para a igreja. Na ausência destas reservas, após a chegada dos primeiros moradores, a capela era construída em algum terreno doado; e a praça, geralmente, surgia em uma área recortada da esplanada ferroviária. Este trabalho apresenta o estudo de três destas cidades, Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Venceslau, as quais têm o mesmo porte e cujas esplanadas sofreram processos semelhantes de parcelamento e de alteração de uso e ocupação. Este estudo se faz por meio do método da visão tripartite de análise morfológica. Assim, foram analisados os planos originais destas cidades, bem como o tecido e o uso e ocupação da área da esplanada, ao longo do tempo. Foi possível verificar que a esplanada ferroviária destas cidades passou por diversas transformações em sua forma, algumas das quais foram resultado do processo natural de crescimento e desenvolvimento urbano, outras, porém, foram resultado da coordenação das ações do poder público enquanto agente transformador do espaço urbano e da passividade da população carente de educação patrimonial. Com a desativação da ferrovia, estes espaços que, outrora, se constituíram como marcos de fundação dos núcleos urbanos estão à mercê de interesses particulares. A compreensão das suas transformações e permanências oferece subsídios para pensar em estratégias de conservação das estruturas ferroviárias por meio da incorporação da área da esplanada ao sistema de espaços livres públicos, contribuindo para a preservação da memória ferroviária, importante para a preservação da história e da paisagem urbana, não apenas destes municípios, mas também da região Alta Sorocabana.

2.3_3

Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano

Maria do Céu Simões Tereno (Universidade de Évora - Escola de Artes - Departamento de Arquitetura; Portugal)

Maria Filomena Mourato Monteiro (Câmara Municipal de Évora, Divisão de Cultura e Património; Portugal)

Palavras-chave: Urbanismo; Malha Urbana; Património; Carto-iconografia

Évora foi ocupada por diferentes povos com culturas e origens muito díspares: romanos vindos do Mediterrâneo, godos do Norte da Europa e por último, no ano de 715, muçulmanos oriundos do Norte de África. A religião cristã foi introduzida durante o período de ocupação romana, assumindo protagonismo e práticas diferenciadas, de acordo com as crenças religiosas próprias. No início do século XVI a área urbana encontrava-se totalmente amuralhada e os antigos Arrabaldes integravam a nova malha urbana. Por razões defensivas permaneceram livres os espaços anexos à recém-construída muralha, que serviam também como locais de pastagem. As cercas das casas religiosas constituíram-se como reservas de terrenos livres de edificações. As áreas ocupadas pelos complexos monástico-conventuais (de São Francisco, São Domingos e Santa Mónica, fundados durante os séculos XIII e XIV, no século XV os conventos de Santa Clara, Nossa Senhora do Paraíso e São João Evangelista, nos séculos seguintes, Santa Catarina de Sena, Nossa Senhora do Monte Calvário, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês e São José da Esperança) foram sendo cada vez menores nas fundações mais recentes, devido à densificação progressiva do espaço urbano. A nível urbanístico contribuíram para o desenvolvimento de aglomerados urbanos iniciais, que em circunstâncias específicas tiveram como referência os respetivos conventos mendicantes, caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos. O Convento de São Domingos de Évora foi fundado, na sequência de outros cenóbios, em 1286 sendo o segundo complexo religioso urbano fundado em Évora. Localizou-se descentrado relativamente à intensa vida económica da cidade, que se prolongaria posteriormente, e progressivamente, ao longo da área adjacente à muralha primitiva, em direção a sul e poente. A fundação em Évora do antigo Mosteiro de Santa Clara data de 1452. Este inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado, contribuindo para a sua maior densificação. Esta ocupação de território teve grande influência no desenvolvimento do espaço envolvente, concorrendo para o crescimento coeso da cidade, e posteriormente para o urbanismo resultante da implantação destas casas religiosas. As duas construções deixaram marca na configuração urbana da cidade, que até hoje ainda se mantem, apesar de qualquer destes espaços ter sido utilizado, após a exclausuração das ordens religiosas, de forma muito diferenciada daquela para a qual tinham sido concebidos, o mesmo sucedendo com os espaços das cercas que foram utilizadas com finalidades distintas no século XX. Patrimonialmente perdura a malha urbana, que se foi consolidando ao longo de mais de oito séculos, vestígios pontuais da antiga edificação do convento de S. Domingos e o Mosteiro de Santa Clara que foi alvo de intervenções menos radicais. A análise carto-iconográfica permitirá acompanhar a evolução da cidade através de documentos coetâneos, bem como fundamentar a importância destas duas casas religiosas no desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade. Este estudo pretende contribuir para a preservação da memória das gerações que nos antecederam o conhecimento e valorização dos vestígios remanescentes das antigas ocupações de cariz religioso, bem como da malha urbana onde se encontram inseridos.

2.3. PROCESSOS III

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÔNIO E HERANÇA

2.3_4

Regeneração Urbana e Patrimônio Cultural Religioso: resultados preliminares de investigação do Largo de Nossa Senhora da Luz em Paço do Lumiar, Maranhão

Lorena Gaspar Santos (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Rianny Silva dos Santos (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Melissa Almeida Silva (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Walter Gomes Goiabeira Filho (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Wellington Jorge Cutrim Souza (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)

Palavras-chave: Morfologia urbana; Regeneração Urbana; Patrimônio cultural

O resumo apresenta os resultados parciais de investigação científica vinculada a programa de extensão em andamento, com vistas a promover a revitalização do Largo da Nossa Senhora da Luz, cenáculo religioso de raiz lusófona na sede do município de Paço do Lumiar, Maranhão. O ambiente constitui-se em um recorte espacial em território de natureza histórica vítima de um processo de esvaziamento no potencial de usos, especialmente, de rota cultural, religiosa e institucional. A investigação se justifica na medida em que pretende contribuir para a aprendizagem acerca da regeneração urbana, tendo como objetivos: I. o grau de vitalidade urbana presente nas interações sociais; II. a diversidade de usos; III. a qualidade das dinâmicas dos lugares, em que pesem o patrimônio e o caráter de herança cultural como componentes de análise e interpretação da morfologia urbana. O procedimento metodológico deu-se em duas etapas: abordagem teórica e estudo de campo. A base teórica se deu a partir de: I. Dados históricos;

II. Referências espaciais; III. Estudos de caso de cidades com características e contextos urbanos semelhantes ao objeto. A criação de uma timeline, a partir da análise histórica e cultural da região de Carnide, em Lisboa (Portugal), finalizando na sede do Paço do Lumiar (Brasil), permitiu realçar os traços históricos e culturais com características unificantes na comunidade, que servirão para a elaboração das diretrizes de revitalização. Para o reconhecimento da área, o método estabelecido para o levantamento de campo seguiu cinco etapas: I. Visita exploratória (técnica walkthrough); II. Levantamento fotográfico; III. Questionário; IV. Mapeamento de dinâmicas urbanas existentes; V. Isolamento de elementos estruturantes (materiais e imateriais). A etapa seguinte ao levantamento foi dedicada à produção de desenhos técnicos denominados matrizes temáticas (representação gráfica dos comportamentos, tais como fluxo de pessoas, sensação de segurança, fachadas ativas e inativas). Quando sobrepostas umas às outras, potencialidades e fragilidades serão destacadas e utilizadas para a montagem do diagnóstico da área, possibilitando formular recomendações e o masterplan, propostas com vistas à revitalização do ambiente. A investigação referente a este artigo encontra-se em andamento, entretanto, algumas considerações preliminares podem ser destacadas nos procedimentos realizados: I. A peregrinação religiosa desempenha papel significativo no espaço em questão. Além do traçado arquitetônico, dados históricos e culturais, que designam-se como instrumentos fundamentais para o estudo; II. Os usos complementares aliados às recomendações a serem propostas, com ênfase na mobilidade, acessibilidade e segurança, são indispensáveis para que a regeneração urbana seja realizada de forma relevante; III. A vitalidade urbana presente no espaço fortalecerá. Como resultados, pretende-se a elaboração de estratégias para promover a regeneração urbana da área, em foco a valorização do Patrimônio cultural, salvaguardando a historicidade, herança e cultura inerente ao local.

Moreira Azevedo, C. (2000). Dicionário de História Religiosa de Portugal, vol. C-I. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores.

Portas, N. (1964). A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal. Lisboa, Portugal: Augusto Sá da Costa LTDA.

Thiollent, M. (1986). Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez e Autores Associados.

2.3_5

Reinterpretação da Renovação na Herança Cultural Urbana: O Caso de Setúbal

Manuela Maria Justino Tomé (Câmara Municipal de Setúbal, Portugal)

Palavras-chave: Regeneração urbana; Património cultural; Morfologia urbana e Urbanismo

O conceito de património, enquanto bem cultural, tem vindo a ser reconfigurado ao longo dos tempos, como também os objectos herdados do passado têm vindo a ser apreendidos de modo distinto de geração para geração, o que nos leva a questionar, hoje, as obras de regeneração ou de renovação urbana do passado e, provavelmente no futuro, as intervenções do presente.

A transmissão dos objectos edificados representativos de civilizações e/ou de épocas passadas está condicionada à deterioração dos materiais e dos sistemas construtivos de que são constituídos, e à resposta às necessidades socioeconómicas actuais, quantas vezes em prejuízo do seu valor cultural, histórico-artístico, técnico-científico, socioeconómico e cognitivo ou de memória.

No séc. XVI, em Setúbal com D. João III, como noutras cidades portuguesas com as intervenções de urbanismo iniciadas a partir de

D. Manuel I, assistiu-se à transferência do centro urbano inicial formado após a reconquista cristã, para outro local, com motivações de modernização nos serviços públicos, e na estrutura urbana, que conduziram a alterações na funcionalidade da urbe e na sua respectiva morfologia. Certamente que o património arquitectónico formado a partir do séc. XII se perdeu na sequência daquela transformação, como também o património resultante da regeneração urbana levada a efeito, à data, no Largo do Sapal para a criação da nova centralidade desapareceu com as remodelações posteriores ocorridas, na Praça, até ao séc. XX.

Com a evolução e expansão urbanas, novas edificações vieram acrescentar valor cultural ao património arquitectónico já existente, sobretudo de carácter militar, através da construção das muralhas de defesa, e religioso, através das instalações cenobitas e de culto. As remodelações urbanísticas tiveram continuidade, sobretudo durante o séc. XVII e no séc. XX com novas opções de intervenção baseadas em critérios alheios às memórias que se tornariam bens culturais a salvaguardar, desvirtuando ou apagando muitas destas existências, quer pela gestão da própria cidade na adaptação às novas realidades tecnológicas e sociais, já que as funções para as quais foram criadas deixaram de ser necessárias, quer por catástrofes naturais, quer pelos acidentes sociopolíticos da história, mas, no entanto, o que persistiu é hoje reconhecido como um património que marca a identidade cultural presente na história e vida da comunidade, que urge ser salvaguardado.

A cidade é um conjunto vivo e mutável, que não sobreviverá sem a preservação da sua herança cultural, de ontem e de hoje, em consequência da memória selectiva não só a actual, mas também a futura. Esta é, cada vez mais, uma questão que exige uma interpretação globalizante para uma intervenção apropriadamente integrada, em substituição de soluções que respondem a objectivos de mera circunstância, precários, e por vezes pessoais.

É necessário entender o sistema da formação urbana em presença e considerar, em cada momento da nossa intervenção, todos os factores determinantes no processo de criação, de transformação e de permanência futura, contribuindo para a manutenção das presenças culturais como ferramenta geradora da identidade local, aberta à integração de novos valores enquadráveis no ambiente cultural do património local existente.

2.3. PROCESSOS III

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

2.3_6

Prainha – permanências, apagamentos e transformações da paisagem

Cláudia Inez Resende Melo (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Eneida Maria Souza Mendonça (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: morfologia urbana, história, paisagem urbana

Este artigo objetiva compreender o desenvolvimento do Sítio Histórico da Prainha, em Vila Velha, Espírito Santo, Brasil, detectando-se elementos paisagísticos que permaneceram, que foram apagados e os que se transformaram. A área possui características peculiares, quanto à história, ao patrimônio natural, cultural, material e imaterial. Nesta, em 1535, iniciou a colonização portuguesa no Espírito Santo (Santos, 2011). Sendo a área, exposta a invasões, a sede da capitania foi transferida, em torno de 1551, para Vitória (Gurgel, 2010), atualmente capital do Estado e principal município da região metropolitana, que inclui Vila Velha. A pesquisa é baseada na análise de mapas, plantas, fotos, documentação de arquivos e pesquisa de campo, seguindo metodologia sobre estudo da paisagem (Mendonça, 2005) e da forma urbana (Costa e Netto, 2015). O ponto de partida foi o mapa de 1821, registro mais antigo encontrado, próximo ao início do período imperial no Brasil. Neste, se visualiza o Convento de Nossa Senhora da Penha, um dos símbolos do Estado do Espírito Santo, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificações do período colonial português no Brasil, tombadas por órgãos federal e estadual (Espírito Santo, 2009), o que contribui para que a Prainha seja considerada Sítio Histórico. No mesmo mapa, já estava presente, a atual Rua Luciano das Neves, elemento que se mostrou como persistência morfológica. Na década de 1920, esta tornou-se via de ligação, marcada pelo percurso de bondes. Com a expansão urbana, a mesma ampliou seu alcance e tornou-se importante via arterial. As análises mostram também, a transformação do espaço público do entorno da Igreja do Rosário, constituindo-se em modernas praças republicanas, como as da capital. A enseada, elemento que caracteriza a denominação do lugar, Prainha, sofreu um extenso aterro, que teve início na década de 1950, com a justificativa de dragagem do canal de acesso ao porto da capital, e perdurou até 1980, gerando significativas mudanças na paisagem. Uma delas se caracteriza pelo apagamento de elementos da paisagem, como o Cais dos Padres e as ilhas da Forca e dos Timbebas. A outra se constitui na instalação da Escola de Aprendizes Marinheiros e na criação do Parque da Prainha, recentemente demolido, em função de interesses imobiliários e turísticos de alcance internacional (Franchini, 2016). Almeja-se, por fim, que este enfoque favoreça estudos futuros, e de modo específico, o planejamento do lugar.

Santos, J. 2011. Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história. Vila Velha: Ed. Do Autor.

Espírito Santo (Estado). 2009. Arquitetura, Patrimônio Cultural do Espírito Santo. Vitória: SECULT.

Gurgel, A. 2010. História Política e Econômica de Vila Velha. Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura.

Franchini, F. B. 2016. A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos. Dissertação de mestrado. Vitória: PPGG-UFES.

Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. 2015. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte.

Mendonça, E. M. S. 2005. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem. In Anais XI ENANPUR. Salvador.

2.3. PROCESSOS III

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

2.3_7

Sistemas urbanos e transformação da cidade: Porto, sistema conventual, desamortização e renovação do espaço urbano

Maria José Casanova (Ceau/Faculdade de Arquitectura do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Porto, Transformação urbana, Sistemas conventuais, Extinção das Ordens Religiosas

Reflectir sobre a ‘produção do território’ face à complexidade e múltiplos desafios (e teorias) que a noção/conceito convoca na actualidade, implica também, e ainda, reconhecer o papel da História, do Tempo, e do espaço – nomeadamente do espaço da cidade e dos sistemas urbanos internos que a formam e conformam –, como parâmetros fundamentais de compreensão da cidade herdada e, sobretudo, como base de interrogação e reinterpretação, encontrando aí, porventura ainda, indícios para caminhos ou reflexões futuras.

A propósito das relações entre um sistema urbano afirmou Bernardo Lepetit: “colocar uma questão urbana é perguntar-se como é que um dado sistema está na origem do seu próprio futuro”(1) . É nesta perspectiva que, a partir da investigação e análise do sistema conventual estabelecido na cidade do Porto entre os séculos XIII e XVIII, se pretende, nesta comunicação, observar o papel desempenhado por este sistema no processo de formação do plano urbano da cidade, destacando seguidamente o papel da desamortização na modernização do sistema urbano na passagem do século XIX para o século XX e as consequências urbanas do fenómeno desamortizador para a transformação do espaço da cidade herdada e construção da cidade contemporânea.

Recorrendo sobretudo a ‘textos gráficos’ de síntese – leitura(s) sobreposta(s) de fontes históricas, elementos morfológicos e tempos sucessivos – elaborados a partir do cruzamento de referências históricas e documentos iconográficos, procura-se evidenciar, que a constituição do sistema conventual que caracteriza a imagem e paisagem da cidade, pelas suas qualidades e interligações desenvolvidas em estreita adesão e convergência com os sistemas topográfico e morfológico da cidade, não só favoreceu alterações do tecido urbano e a reorganização do(s) centro(s) cívico(s) intramuros e/ou em interligação com a cidade alargada, como orientou a expansão urbana, actuando os seus ‘nós’, como elementos polarizadores de novas extensões e novas relações espaciais e sociais. Analisando a construção da rede conventual enquanto sistema urbano, o conjunto de casas que integravam o tecido da cidade permite ler, quanto à sua situação, grupos diversos de “unidades de paisagem”, que poderão ser (re)agrupados segundo diferentes categorias: do ponto de vista ‘topológico’, ‘morfológico’, ou ainda, ‘geográfico’. Os lugares que ocupam e a relação com o enquadramento espacial que os envolve expõem-nos como ‘nós’ de uma rede que interrelaciona a cidade com o seu contexto alargado. Paralelamente, na leitura do mapeamento desta rede, a análise conjectural da construção de uma geometria/geografia de um nível duplo de anéis conventuais indicia ainda um possível papel ordenador das ordens regulares na sacralização do espaço urbano e em co-relação com elementos fundamentais da morfologia da cidade. Estas características serão fundamentais para a capacidade de resiliência de um sistema que simultaneamente se apresenta com características abertas, permitindo, por natureza, outras e novas interligações em adesão com a dinâmica da cidade que se reinventava, continuando contudo as suas estruturas a exercer influência na cidade futura ainda que transformadas ou, em parte, desaparecidas.

[1] Lepetit, Bernardo, “La ville: cadre, object, sujet”, Enquête, 4, 1996, p. 10. <http://enquete.revues.org/663> (colocado on line em 11 julho 2013, consultado em 11- 12- 2013).

2.3_8

Períodos Morfológicos do Urbanismo Novo-Hispano

Norma E. Rodrigo Cervantes (Instituto Nacional de Antropologia e História; Escola Nacional de Restauração de Conservação e Museografia; México)

Palavras-chave: Conjuntos ibero-americanos. Estudos de Morfologia e Tipologia Urbana. Análise Urbana. Arqueologia Histórica Urbana.

Um dos métodos mais aceitos para a realização de uma análise morfológica urbana é a leitura de planos antigos, relacionando a evolução dos espaços físicos com vários fatores: político, econômico, social e físico, dentre outros. Os mapas ou planos não explicam por si só os motivos das mudanças na forma urbana ao longo do tempo, razão pela qual a leitura e a relação de dados entre a forma física e os fatores espaciais que a determinam é indispensável. Após a descoberta da América, os historiadores concordam em mencionar três etapas principais de formação do sistema econômico e social gerado após o primeiro contato. Esses grandes estágios que a história menciona coincidem com uma série de formações e transformações urbanas no território. Cada estágio também se distingue por uma série de projetos e nova produção legislativa para os Reinos das Índias. Agora, independentemente dos conceitos novos e discutíveis que servem para nomeá-los, cada estágio de formação contém essencialmente os seguintes dados históricos: O estágio de ocupação e conquista territorial, O estágio de consolidação da Colônia e, O estágio de maturidade e reformas do sistema colonial antes dos movimentos de independência em várias regiões.

Este artigo propõe a aplicação do conceito do período morfológico de Conzen na análise de várias tipologias urbanas do urbanismo Novo-hispânico, utilizando a produção cartográfica que foi alcançada durante os estágios decorrentes da descoberta da América. Por outro lado, também devemos considerar que a cartografia reconhece que sua origem vem da habilidade mental única dos seres humanos para salvar, articular e comunicar conceitos e eventos que têm dimensões espaciais. A cartografia é uma leitura do mundo. Para entender como essa habilidade evoluiu, primeiro devemos concordar com uma visão do mundo e seu próprio crescimento. Sendo uma das expressões humanas a conhecer, registrar e transformar o ambiente natural, demonstra abertamente o interesse no domínio do espaço e a dimensão do tempo.

3.3. DESÍGNIOS III

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

Sala G 3. 3 | Moderação: Elisabete Cidre e Teresa Calix

| | |
|---|--|
| <p>O estudo do 'Território' e da 'Morfologia Urbana' no Laboratório Nacional de Engenharia Civil</p> <p>Apr(e)ender (com) a cidade colonial brasileira: experiências de atividades de ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN</p> | <p>Patrícia Bento d'Almeida Teresa Marat-Mendes</p> <p>José Clewton do Nascimento</p> |
| <p>Tramas territoriais conflitantes: entre ruralidades cotidianas e urbanidades planejadas</p> <p>O desenho enquanto desígnio. Pensamento gráfico: configurações reais e imaginárias</p> <p>Tabelas periódicas (colaborativas) de morfologia urbana: um experimento</p> | <p>Pedro Britto Carolina Fonseca</p> <p>José Manuel Barbosa</p> <p>Evandro Ziggiatti Monteiro Sidney Piocchi Bernardini</p> |
| <p>Transformando mosaicos urbanos através do território educativo: Uma prática pedagógica no ensino da arquitetura e urbanismo</p> <p>Avaliação de Impacto Metabólico: construção de uma metodologia com aplicação ao planeamento urbano</p> | <p>Flavia Schmidt de Andrade Lima Alain Lennart Flandes Gómez Giselle Arteiro Nielsen Azevedo Vera Regina Tangari</p> <p>Miguel Nogueira Lopes Luísa Batista Paulo Pinho</p> |

3.3_1

O estudo do ‘Território’ e da ‘Morfologia Urbana’ no Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Patrícia Bento d'Almeida (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; Portugal)

Teresa Marat-Mendes (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; Portugal)

Palavras-chave: LNEC, Investigação Científica, Morfologia Urbana, Território

O estudo do ‘Território’ e da ‘Morfologia Urbana’ foi introduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) através do arquitecto Nuno Portas, aquando da formação da Divisão de Construção e Habitação (DCH), no início da década de 60 do século XX, momento em que se apercebeu da possibilidade de constituir uma equipa de pesquisa que viesse a dar prioridade a trabalhos de campo sobre a percepção e o uso do espaço urbano (Portas, 1965). Conhecendo também os trabalhos desenvolvidos noutros centros de investigação estrangeiros, seus contemporâneos, definiram-se no LNEC as linhas de pesquisa que marcariam este Núcleo, em diálogo com o Ministério das Obras Públicas (Portas e Gomes, 1965). O trabalho elaborado por esta equipa, por ele coordenada, ainda não foi merecedor de uma análise pormenorizada sob o ponto de vista da Morfologia Urbana. Conhecer este legado constitui um imperativo para o desenvolvimento do estudo da Forma Urbana. A presente comunicação introduz os primeiros resultados de uma investigação em curso baseada na análise dos Relatórios produzidos na DCH e nas suas subsequentes unidades orgânicas.

O manancial de informação presente em cada um dos Relatórios, até hoje arquivados no LNEC, constitui uma ferramenta fundamental para melhor informar o arquitecto, o urbanista ou o planeador do território de amanhã. Assim, através de uma análise cuidada a cada um dos Relatórios procuramos dar a conhecer: i) quais os temas desenvolvidos no LNEC relacionados com o estudo da Forma Urbana; ii) o que motivou o LNEC a desenvolver tais temas de pesquisa; iii) que metodologias de investigação foram seguidas; iv) quais os casos de estudo; v) como e onde foi promovida a difusão do conhecimento e os resultados obtidos nos trabalhos de investigação desenvolvidos; e vi) possíveis impactos didáticos desse conhecimento.

Esta comunicação procura contribuir para uma atualização das bases de conhecimento sobre o estudo da Forma Urbana, informada em lições extraídas de um centro de pesquisa nacional que durante a segunda metade do século XX promoveu metodologias de investigação para a análise do espaço urbano e habitacional.

Referências:

Grande, N., (2012). O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas, Guimarães, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

LNEC, (1971). Organização e qualidade do espaço urbano: Inquérito Piloto à utilização da cidade, Lisboa, LNEC.

Portas, N., (1965). As ciências Humanas na renovação da formação do arquitecto. *Análise Social*, 3 (12), 517-525.

Portas, N. e Gomes, R., (1965). Estudos sobre habitação: Relato sucinto dos contactos estabelecidos por ocasião do congresso U.I.A. Paris 1965, Lisboa, LNEC.

3.3. DESÍGNIOS III

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.3_2

Apr(e)ender (com) a cidade colonial brasileira: experiências de atividades de ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN

José Clewton do Nascimento (Departamento de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Palavras-chave: Forma urbana, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, Desenho como linguagem

O artigo visa relatar uma experiência didática realizada no âmbito de uma componente curricular integrante da estrutura do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil), da área de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, realizada no terceiro período do curso, cujo conteúdo remete ao tema do ambiente construído no período de formação territorial do Brasil-colônia, incorporando estudos sobre os aspectos morfológicos da cidade colonial brasileira e o caráter barroco dessas cidades. A experiência articula em seus procedimentos metodológicos, recursos tradicionais (aulas expositivas, estudos dirigidos, apresentações de seminários), com atividades que realizam interfaces entre campos disciplinares (dentro do próprio curso e externo ao curso) e que estimulam o processo criativo e a prática da observação e registro como processo construtivo de memórias, possibilitando também a utilização de diversas formas de linguagem no processo de elaboração dos trabalhos. O enfoque na experiência relatada é a cidade colonial brasileira e natureza barroca desta cidade. Como base para apresentação e discussão acerca da referida temática, são utilizados referenciais teórico-conceituais que buscam enfatizar os processos históricos que manifestam a materialidade através da forma urbana decorrente da relação espaço-relações sociais, a saber: Lamas (2004), que discorre sobre a relação entre o todo e as partes, bem como sobre a Identificação dos elementos constituintes da Forma Urbana (ruas, quadras, lotes, monumentos, praças); Norberg-Schulz (2010), que aborda a arquitetura como “realidade viva”, se ocupando de “significados existenciais”, para além das meras “necessidades práticas” (Norberg-Schulz, 2010), e desta forma, sintetiza a história da arquitetura como “a história das formas significativas”; e Baeta (2002; 2012), que analisa a cidade barroca como um sistema aberto e articulado, em que os edifícios religiosos apresentam-se como focos, ou pontos fixos, a “transbordar” seu poder por suas imediações, possibilitando ao espectador a sua fruição através dos percursos realizados pelas cidades. Para apresentação e discussão do conteúdo da disciplina, são utilizadas particularmente duas estratégias metodológicas, que se articulam: a primeira diz respeito à incorporação de desenhos de observação elaborados pelo docente da disciplina nas aulas expositivas. Considerando que há uma intencionalidade no olhar de quem registra, identifica-se que a incorporação desse conjunto de imagens aos documentos, iconografia e referencial bibliográfico auxilia na ampliação das chaves de leitura acerca da história das formas urbanas de nossas cidades, trazendo a experiência do “olhar” e do “estar presente”, com ênfase no desenho como linguagem para a sala de aula; a segunda está relacionada com atividades de campo vinculadas à viagens a cidades representativas do período colonial brasileira, em que há a possibilidade de se observar na materialidade as características relacionadas à morfologia e ao uso dos espaços estudados. As análises dos produtos elaborados pelos discentes decorrentes do que é solicitado como atividades de avaliação – painéis e cadernos gráficos – apontam um resultado satisfatório na articulação entre as áreas de Teoria e História e Representação e linguagem, bem como possibilitam o desenvolvimento do conteúdo da disciplina através de um processo proativo e criativo, despertando um maior interesse pelo discente.

3.3_3

Tramas territoriais conflitantes: entre ruralidades cotidianas e urbanidades planejadas

Pedro Britto (Universidade Federal do Goiás; Brasil)

Carolina Fonseca (Universidade Federal do Goiás; Brasil)

Palavras-chave: ruralidade, urbanidade, tramas, modernidade tardia, cartografia

O artigo discute o “Guia de Ruralidades Urbanas do Setor Pedro Ludovico”, desenvolvido no âmbito do projeto de extensão “Entropias da modernidade: das cidades planejadas às cidades experimentadas”, uma experiência metodológica de apreensão da cidade contemporânea executada por 20 alunos de arquitetura e urbanismo. Objetiva confrontar narrativas hegemônicas da historiografia urbanística brasileira (particularmente aquelas vinculadas com a constituição da cidade de Goiânia) com dimensões cotidianas de produção de territorialidades urbanas. O guia mapeou cosmologias rurais inscritas no urbano, cujas práticas resilientes indiciam outras cidades, profundamente rurais, coexistentes e relevantes para a cidade modernista planejada. Identificamos que há algo singular na fricção entre ruralidade urbana e urbanidade arcaica, cuja apreensão instaura outros sentidos sobre a cidade. As categorias do mapeamento foram compreendidas como lentes de observação definidas pelos seguintes sentidos: criação, hospitalidade, imaginário, modais, fartura, vizinhança, alimento, roça e pausa. Tais sentidos tem especial pregnância nas tramas territoriais de Goiânia, cujo projeto urbanístico configura-se como sintoma de uma modernidade tardia frente aos processos globais de urbanização. Chamamos de tramas territoriais ao movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas por apropriação direta, por instrumentos legais, projeções identitárias, mapas e outros meios representacionais. Um movimento cujas configurações territoriais e cartográficas sentenciam múltiplos arranjos políticos, dada a natureza do jogo de forças engendrado pelo desejo de totalização de uma modernidade incompleta e seletiva; de invisibilização dos substratos rurais ante o artifício de uma cidade modernista implantada em território rural despovoado; da ruptura radical com indícios, sujeitos, práticas, modos de vida e de construção. O trabalho de campo e edição logrou construir uma narrativa da experiência dos sujeitos e das territorialidades enredadas pelos fluxos entre territórios rurais e urbanos coexistentes na cidade.

O trabalho de investigação e síntese articulou ação política e experimentação didática a partir da troca de modelos estáticos por modelos dinâmicos, em convergência com pressupostos da cartografia contemporânea, delineada por expressões como mapas performativos (COSGROVE, 2001), cartografia insurgente (UNIVERSIDADE NÔMADE, 2011), cartografia sentimental (ROLNIK e GUATTARI), cartografia da ação social (RIBEIRO, 2010), cartografia coletiva (ICONOCLASSITAS, 2006) e cartografia crítica (CRAMPTON E KRYGIER, 2008). Nosso objetivo foi refletir sobre como se configuram as tramas dessa produção, tendo em vista os intricados rebatimentos entre política e representação a partir da seguinte questão: o que se tece na tensão entre apagamento e visibilidade de práticas rurais no cerne de uma cidade planejada?

COSGROVE, D. (2001). *Apollo's Eye. A cartographic genealogy of the earth in the western imagination*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. (2008). Uma introdução à cartografia crítica. In ACSELRAD, Henri (org.) *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (2005). *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes.

ICONOCLASSITAS. Consultado em fevereiro 21, 2018 em: <http://www.iconoclasistas.net/2013/mapa-del-mapeo-colectivo/>

RIBEIRO, Ana Clara Torres. (2010). *Dança de sentidos: na busca de alguns gestos*. Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA.

UNIVERSIDADE NÔMADE. Consultado em fevereiro 21, 2018 em: <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/>

3.3_4

O desenho enquanto desígnio. Pensamento gráfico: configurações reais e imaginárias

José Manuel Barbosa (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: desenho, imagem, real, imaginação

Designar/desenhar/projectar, é estar a estabelecer uma relação de uma prática que denota o pensável e que, sob uma perspectiva pedagógica, o desenho procura clarificar a complexidade através da multiplicidade apoiado nos elementos plásticos e em estruturas gráficas que propõem o inteligível ao moldar o real com o imaginário, dado que no desenho são o mesmo.

O pensamento gráfico faz-se representar por elementos plásticos que constituem a gramática da linguagem visual (Donis A. Dondis) com equivalência físico-psicológica aos elementos percebidos pela visão, através do qual «a experiência perceptiva constitui fenomenologicamente uma “integração instantânea ao mundo e do mundo”» (Grupo MU (μ)) convertida em imagens em permanente correspondência.

O território de referências estabelecido pelo desenho à mão livre é inigualável; distingue-se como um processo ancestral, continuando a ser o elo entre nós e o mundo. «Representar é, portanto, um acto controlado e difícil de evocações e silêncios estabelecidos por meio de signos que somos capazes de decifrar pela sua existência na memória histórica. Cada acto que realizamos estabelece uma maneira singular com a qual continuamos ou nos afastamos de um problema prévio» (J. J. G. Molina). Esta acção, realizada através da representação gráfica institui-se como o impulsionador do pensamento e funda uma infinidade de discursos gráficos, sem que ela se esgote no seu próprio ato.

Pedagogicamente, os exercícios de desenho propõem dinamizar a apreensão do mundo – em especial, a representação do espaço – e, através deles, desenvolver capacidades operativas, técnicas, racionais, sensoriais, no processo global e integrado de formação do estudante de arquitectura.

O desenho à mão levantada coloca, em paralelo e com pertinência, questões da dimensão humana equivalentes às questões da arquitectura (Juhani Pallasmaa), por isso mesmo, é através do desenho que se recoloca o estudo das suas possíveis configurações reais ou imaginárias.

Neste sentido, a didáctica posiciona-se como a actuação onde o desenho é o interface, a mediação possível entre o Eu e o próprio mundo, o meio privilegiado de uma real experiência fenomenológica. Desenhar é ver, tocar, apreender, memorizar, pensar, reflectir. Significa, portanto, articular o mundo existencial e fenomenal com o mundo da mediação e da representação, tornando-se assim o lugar onde se estabelecem as relações cinestésicas e antropomórficas exigidas à análise e à inventiva arquitectónica.

3.3_5

Tabelas periódicas (colaborativas) de morfologia urbana: um experimento

Evandro Ziggiatti Monteiro (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Sidney Piocchi Bernardini (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Palavras-chave: ensino de urbanismo, Christopher Alexander, Gordon Cullen, Jane Jacobs, Camilo Sitte

“Uma Linguagem de Padrões”, clássico de Christopher Alexander (1977) tem sido utilizado como método de ensino do projeto arquitetônico em escolas de arquitetura ao redor de todo o mundo. No Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, adotamos, além dele, sistemas de “padrões” ou “qualidades” da paisagem de outros clássicos: Camilo Sitte (1992), Gordon Cullen (1993), Kevin Lynch (2010) e Jane Jacobs (2011). Não invalidando a leitura aprofundada desses textos, a disciplina de “Fundamentos do Urbanismo” têm trabalhado, nos últimos 10 anos, com exercícios práticos utilizando esses sistemas morfológicos: gincana de urbanismo (Monteiro & Bernardini, 2017), jogos de memória, “caça qualidades” com Google Earth e Google StreetView. Entretanto, partindo da hipótese de que esses sistemas podem ser considerados “abertos” - diante da enorme complexidade das formas e de suas dinâmicas na paisagem urbana - é que propusemos um novo exercício metodológico colaborativo. Para cada autor sugerimos que os alunos montassem uma “tabela periódica” na qual cada padrão ou qualidade descrita fosse traduzida através de um “bloco” contendo sigla, logotipo e características básicas. Os blocos deveriam ser organizados de acordo com alguma lógica espacial, de escala, ou de natureza, de forma que cada relação de vizinhança entre eles deveria fazer sentido. Por fim os alunos deveriam completar a tabela com blocos de padrões ou qualidades sugeridos por eles como complementares aos de cada autor, sendo estes representados por uma nova cor. Como parte final da experiência, os alunos deveriam utilizar as diversas tabelas criadas para uma breve atividade propositiva de desenho urbano, na qual cada ação proposta deveria estar claramente vinculada aos padrões “elementais” ou “propostos”. O resultado do experimento inicialmente aponta não apenas para uma melhor compreensão e domínio dos textos clássicos, mas também para um melhor desempenho dos estudantes na atividade projetiva de desenho urbano.

Alexander, C., Ishikawa, S., & Silverstein, M. (1977). *A pattern language: towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press.

Cullen, G. (1993). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Lynch, K., & Camargo, J. L. (2010). *A imagem da cidade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Monteiro, E. Z. & Bernardini, S. P. (2017). “Gincana” de Urbanismo: Um Instrumento Pedagógico de Leitura da Paisagem. In *Anais da 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana* (Vol. 1, p. 1306–1314). Vitória, Brasil.

Sitte, Camilo. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, SP, Brasil: Editora Ática.

3.3. DESÍGNIOS III

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.3_6

Transformando mosaicos urbanos através do território educativo: Uma prática pedagógica no ensino da arquitetura e urbanismo

Flavia Schmidt de Andrade Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Alain Lennart Flandes Gómez (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Vera Regina Tangari (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: TERRITORIO EDUCATIVO, ENSINO, MORFOLOGIA

A partir do entendimento da cidade como um mosaico em constante transformação, a disciplina de Projeto de Arquitetura III apresenta, aos alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo de uma universidade pública lusófona, o desafio do projeto de equipamento público como balizador de mudanças territoriais. Através da prática pedagógica, os alunos e professores buscam compreender a complexidade urbana dentro dos conceitos do Território Educativo extrapolando para a cidade os serviços, as atividades e os equipamentos da escola, entendendo que a educação contemporânea não deve ser tarefa restrita ao espaço físico e ao tempo escolar.

O artigo apresentará as práticas pedagógicas de quatro turmas da disciplina durante o ano de 2017. No primeiro semestre foram desenvolvidos projetos em bairros consolidados da Cidade e cortados pela linha ferroviária, trabalhando respectivamente a escola de ensino fundamental e de educação infantil. Na experiência do projeto de escola de ensino fundamental, destinada a crianças e jovens de 6 a 14 anos, as propostas buscavam distribuir os equipamentos educativos pelo território a ser experienciado pelos estudantes na rotina escolar. Já na experiência do projeto de escola de ensino infantil, destinada à crianças de até 6 anos, devido a incompatibilidade do deslocamento entre diversos equipamentos com a rotina escolar o edifício escolar foi trabalhado como um dos nós da rede do território educativo.

Para o segundo semestre as turmas trabalharam o território dentro do bairro criado a partir da aplicação de aterro em um arquipélago de oito ilhas. Resultado de um plano urbano modernista a ilha ofereceu aos estudantes e professores uma experiência muito diferente da vivenciada no período anterior. As turmas projetaram o equipamento Biblioteca Pública com o programa de necessidades concentrado em uma única edificação ou distribuído em mais de uma, sendo essa decisão parte do processo projetual dos estudantes.

A cidade em tela, suporte das experiências anteriores, apresenta uma potencialidade alta em termos educativos tanto pela dimensão da sua rede de ensino, com 1367 unidades de ensino fundamental, quanto pela sua riqueza urbana de espaços construídos e livres que serviriam como base para configurar inúmeros e frutíferos territórios educativos. A leitura sobre a situação atual da rede pública de ensino fundamental no município permite entrever a urgência de atender as necessidades básicas da população infantil de ter acesso a uma educação pública de qualidade.

Os resultados obtidos nos permitem considerar a Escola como um lugar cheio de ímpeto que co-habita em nossas cidades; defende a ideia de um ambiente escolar aberto às transformações pedagógicas e arquitetônicas, o que ajuda a conceber um espaço urbano mais humano; e estabelece um contato com os territórios de forma objetiva e sensata em consonância, não apenas "observando", mas também "ouvindo".

A variedade dos recortes do território e dos programas de necessidade trabalhados nas diferentes turmas leva para a disciplina o mesmo entendimento dado à cidade: um mosaico em constante transformação. Onde, se por um lado, não se garante a uniformidade das experiências vividas pelos estudantes, por outro eleva a disciplina a um laboratório de pesquisas.

3.3_7

Avaliação de Impacto Metabólico: construção de uma metodologia com aplicação ao planeamento urbano

Miguel Nogueira Lopes (CITTA – FEUP; Portugal)

Luísa Batista (CITTA – FEUP; Portugal)

Paulo Pinho (CITTA – FEUP; Portugal)

Palavras-chave: Metabolismo Urbano, Planeamento Urbano, Alterações Climáticas

O conceito de metabolismo urbano, enquanto sistema orgânico de fluxos e stocks, emergiu nos anos 60, com o intuito de explicar o funcionamento do ecossistema urbano, evoluindo no sentido da soma progressiva das dimensões a considerar, das quais água, energia, materiais, nutrientes e resíduos são as mais relevantes. O seu desenvolvimento segundo diferentes abordagens, de modelos lineares para modelos circulares, de abordagens predominantemente biofísicas para outras que acrescentam fatores socio- económicos, resultou num gradual aumento da sua complexidade. As abordagens atuais envolvem, na sua grande maioria, metodologias muito abrangentes, exigindo grandes necessidades de informação para a sua implementação, e com uma elevada rigidez no que respeita ao contexto geográfico, dificultando a comparação de desempenhos metabólicos. A esta situação alia-se uma relativa abundância de aplicações a uma escala alargada (habitualmente a uma cidade ou uma região), e ao reduzido nível de desagregação espacial dos resultados. Daqui decorre uma relevante limitação do potencial de aplicação destas abordagens para a avaliação do impacto de planos e projetos urbanos, dificultando a sua disseminação na comunidade profissional ligada ao planeamento urbano.

O projeto “Avaliação do Impacto Metabólico: do conceito à prática” (PTDC/ECM-URB/5973/2014) pretende reunir duas áreas de investigação, o Metabolismo Urbano (UM) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O objetivo central passa pela operacionalização de um instrumento de avaliação do impacto metabólico, integrando-o num processo de avaliação estratégica de planos e grandes projetos urbanos, através de um instrumento atualmente previsto pelo sistema de planeamento e enquadrado legalmente (AAE). O modelo de metabolismo urbano trabalhado permitirá prever o impacto de planos e grandes projetos urbanos na performance metabólica das cidades, auxiliando a tomada de decisão. Constituirá uma mais valia a três níveis: i) um passo à frente relativamente aos modelos anteriores, porque se pretende mais ágil e porque permite a incorporação da dimensão território; ii) um avanço no que respeita à aplicação da AAE, porque dará um relevante contributo para resolver algumas das suas insuficiências; e finalmente iii) uma melhoria no processo de resposta do planeamento urbano à necessidade de desenvolver estratégias de mitigação das alterações climáticas, para o qual tem tido manifestas dificuldades em ir além da integração de ‘chavões’ nos seus documentos estratégicos.

Esta apresentação focar-se-á na construção deste modelo ágil de avaliação metabólica de planos e projetos urbanos, descrevendo o seu processo construtivo, detalhando quais as principais dificuldades encontradas, e identificando as suas principais potencialidades.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

Sala G 2.1 | Ivo Oliveira e Daniel Casas-Valle

| | |
|---|--|
| Organização Hidráulica de aldeias no Vale do Tamuxe, um pequeno rio e suas águas afluentes | Angeles Santos Vázquez Henrique Seoane Prado Carlos Martínez González |
| Urbanidade amazônica: A presença da água em projetos urbanos, na conformação da paisagem de Manaus, Amazonas | Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker Taís Furtado Pontes |
| Paradigmas que regem as relações entre cidades e rios urbanos: o caso do Canal da Passagem – Vitória / ES, Brasil | Evelyn Machado Dos Santos Milton Esteves Junior Roberto Cabral Junior |
| A influência do rio Cuiabá na formação e desenvolvimento urbano de cidades históricas mato-grossenses | Gisele Carignani Nátali de Paula Thais Rodrigues de Souza Aléxia Gabrielle Pinheiro Oliveira Daniela Cássia Cardoso de Sousa Thais Lara Pinto de Arruda |
| A Paisagem enquanto plataforma investigativa-propositiva: uma investigação multiescalar da cidade de Manaus, Amazonas, Brasil | Tais Furtado Pontes |
| Forma urbana e inundações: estudo do comportamento dos padrões morfológicos | Renata Cavion |
| As rias, um território habitado e trabalhado na interface terra-água | Henrique Seoane Prado Angeles Santos Vázquez Carlos Martínez González |
| Rio e cidade: leitura da paisagem ribeirinha de Teresina | Amanda Lages de Lima Karenina Cardoso Matos José Carlos Martins Quirino Neto Malena Barros e Sousa Wilza Gomes Reis Lopes |

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_1

Organização Hidráulica de aldeias no Vale do Tamuxe, um pequeno rio e suas águas afluentes

Angeles Santos Vázquez (Universidade de A Coruña; Espanha)

Henrique Seoane Prado (Universidade de A Coruña; Espanha)

Carlos Martínez González (Universidade de A Coruña; Espanha)

Palavras-chave: água, aldeia, espaço hidrológico, procomúm, comunidades autopoieticas

Os assentamentos, desde sua origem, têm-se emplazado e disposto em função da disposição do água, elemento finque e imprescindível para a vida.

Na Galiza, um país fortemente antropizado desde o medievo, tem decantado um hábitat, singular e característico do noroeste peninsular, que consiste em pouco mais de 30.000 pequenas aldeias espalhadas com alguma uniformidade pela geografia -a razão de uma aldeia por km²- e cada uma com sua proporção -necessária e equilibrada- de terras de pomar, cultivo, pastagem, prado e floresta conformando seu próprio hinterland de domínio e organização territorial.

Pode-se supor que a existência a mais de 30.000 mananciais que dão origem a correntes contínuas de água, e os mais de 21.000 km de longitude de rios e riachos -repartidos muito uniformemente pelos quase 30.000 km² que conformam a ondulada topografia de Galícia- são uma das principais causas desta dispersão do hábitat do território galego.

A complexidade e articulação do território da Galiza e Norte de Portugal nos permite compreender o território em sua forma como uma série de micropliegues que recebem e trasladam o água de chuva que recolhem em superfícies fundamentalmente impermeáveis e fazer uso dela para o cultivo das terras e a fertilização dos campos, além de reduzir a erosão.

A gestão do água manifesta-se já desde as primeiras ocupações sedentárias nas terras altas do vale -onde o laboreo agrícola era mais singelo- e se mantém e perfecciona no processo descendente de colonização gradual das terras mais baixas.

É comum aceitar que a Galiza, ao igual que o norte de Portugal, território incluído tradicionalmente na Espanha úmida, não precisa de irrigação para cultivar suas terras. No entanto, os trabalhos de Abel Bouhier identificam áreas importantes de terras irrigadas nos terras altas dos pequenos vales dos ríos do sul do país em continuidade com aqueles no norte de Portugal que nunca foram reconhecidos nos registros administrativos oficiais.

Através de um estudo de caso no vale de O Rosal, no sul da Galiza, perto da foz do rio Minho, é possível tornar visível a organização do rio pelas várias comunidades aldeãs. Sistemas de irrigação diferentes são acopladas em conjunto, sucessivas "levadas" consecutivas no rio estão dispostas de modo que a água uma vez feito o seu trabalho águas acima, vai ser usada águas abaixo num reabastecimento contínuo próximo ao seu ciclo natural, e assim está montada toda a infra-estrutura que forma uma densa rede interligada.

O território da cada aldeia é em realidade um espaço hidráulico perfeitamente definido, administrado e manipulado desde a comunidade da aldeia, que ao mesmo tempo tem em conta outros territórios hidrológicos adjacentes correspondentes a outras aldeias emplazadas mais acima e mais abaixo do vale. Essa organização, que não pode ser casual, deve ter respondido a acordos fundacionaes, e o seu estudo permite compreender ou propor hipótese na forma em que se foi ocupando o vale.

Precisamos de seu entendimento para conhecer e intervir -se é necessário- na paisagem que o compõem.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_2

Urbanidade amazônica: A presença da água em projetos urbanos, na conformação da paisagem de Manaus, Amazonas

Vlória Pinheiro Cantanhede Heimbecker (Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos; Brasil)

Taís Furtado Pontes (Universidade de Brasília; Brasil)

Palavras-chave: Amazônia brasileira, urbanização, paisagem, espaços públicos, água na paisagem urbana.

A urbanização da Amazônia brasileira é demarcada pelo seu ingresso em meados do século XX, em um sistema econômico mundializado, com organização de cidades desde processos sociais complexos e esforços do Estado em dotar de equipamentos o território para integrá-lo à nação. Desde 1960, novos eixos rodoviaristas rearticularam a estrutura urbana regional pregressa, na qual a circulação era dada prevalentemente por vias fluviais. Neste trabalho é abordada a constituição da paisagem urbana de Manaus, capital do Amazonas, frente esse fenômeno urbano, e a partir da constatação de novas espacialidades e vínculos com as bordas de água. Considerando os rios, importantes eixos de penetração e elementos estruturantes da paisagem regional, bem como a posição equatorial de Manaus no interior de uma massa florestal, condicionante às ligações terrestres, são analisados projetos urbanos implantados nas margens de Manaus, em lugares fronteiriços de acesso a terra firme urbana pela água. Com a utilização de critérios de leitura da paisagem é pretendido qualificar a integração entre a água, o espaço urbano e formas sociais locais. Em específico, avaliar projetos selecionados quanto à incorporação desse elemento natural em espaços legitimadores do coletivo, pois em Manaus, a água em contexto urbano, tem possibilitado formas específicas de sociabilidade historicamente constituídas. Para o desenvolvimento do estudo são utilizadas fotografias, relatos, fontes gráficas e bibliográficas relativas aos projetos em questão, com vistas à análise da paisagem regional. Com tais fontes são interpretadas qualitativamente formas de articulação da água na construção da paisagem, empiricamente nomeadas de intervir (1), invisibilizar (2), artificializar (3), facultar uso (4), privatizar (5), considerado o agenciamento da paisagem pelo poder público, na interface cidade/rio. A análise dos projetos indica que sua proximidade à água, não garante a valorização das relações desenvolvidas entre o homem amazônida e a natureza no urbano ainda que a água permaneça articuladora da paisagem regional. Frente o processo de artificialização da paisagem com infraestruturas voltadas a inserir a cidade no mercado mundial a partir dos anos de 1960, espaços das bordas urbanas utilizados para práticas locais foram substituídos por novos equipamentos como portos e vias, sendo possível identificar duas tendências a partir de então, com a produção de espaços livres de caráter público às margens do rio, oriunda do atendimento a demandas saneadoras e de interesses mercadológicos.

Referências:

ABATIDAGA, Javier Fedele. Asfalto y agua em postales perifericas. *Perspectivas urbanas/ Urban perspectives*, n° 2, p. 1-9. Barcelona, 2003. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/702/inf02-1.pdf>>. Acesso em novembro de 2017.

BECKER, Bertha K. Amazônia na estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, n 2, p 3-107, abril- junho 1974.

NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli International Publications, 1980.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Hucitec. São Paulo, 1993

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades na floresta: “os grandes objetos” como expressão do meio técnico- científico informacional no espaço Amazônico. *Revista IEB*, N 50, set/mar 2010. p. 13-138.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_3

Paradigmas que regem as relações entre cidades e rios urbanos: o caso do Canal da Passagem – Vitória / ES, Brasil

Evelyn Machado dos Santos (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Milton Esteves Junior (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Roberto Cabral Junior (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: Cidade e natureza, Rios urbanos e processos de urbanização, Paisagem fluvial

As discussões sobre os paradigmas que regem as relações entre produção do território e rios urbanos são pauta de urgência. Apesar da reconhecida importância dos rios para a fundação e subsistência das cidades e da vida urbana, em lugar de serem integrados a estas, costumam ser percebidos como entraves para o desenvolvimento econômico, para a circulação viária e para a cotidianidade dos habitantes, sendo canalizados, suprimidos, degradados ou negligenciados. Diversos estudos - como os de Gorski (2010), Bartalini (2004, 2006), Saraiva (1999) e Queiroga (2012) - analisam os motivos e as consequências desses paradigmas vigentes que vêm comprometendo os diversos sistemas e redes presentes no território (naturais, hídricos, ecológicos e sociais; urbanos, paisagísticos e infraestruturais etc.). Santos (2002) atribui a negação da natureza à instrumentalização dos meios naturais, que impõe uma configuração territorial determinada pelas obras antrópicas (casas, estradas, plantações, portos, cidades...), negando a “natureza natural”, substituindo-a pela natureza humanizada. Tais premissas exigem novas formas de análise e de projeção para a recuperação da relação harmoniosa entre as cidades, o desenvolvimento urbano, as redes hídricas e os rios urbanos, justificando este trabalho: a preterição dos rios urbanos no planejamento e na gestão das cidades é o foco central; e o Canal da Passagem no Município de Vitória – ES/Brasil é o objeto empírico principal. Trata-se de um território composto por uma parte insular e outra continental (separadas pelo Canal da Passagem) que contou com importante malha hídrica cujos rios e córregos vêm sendo tamponados, canalizados, anulados, apagados da paisagem ou servindo para a drenagem pluvial e de esgoto; entretanto tais obras não resolveram problemas estruturais de enchentes e inundações em Vitória. Nesse panorama, pretende-se evidenciar as degradações sofridas pelo citado canal por conta da urbanização descontrolada que alterou a geomorfologia do território sem solucionar os pré-requisitos urbanísticos desejáveis. Por meio de experimentação fenomênica, serão avaliadas as condições ambientais e urbanas do canal em suas relações com os bairros adjacentes, que apresentam padrões morfológicos de desenho e de ocupação urbana que negam a existência do mesmo, literalmente “dando-lhe as costas”, utilizando-o como limite de fundos e impedindo o acesso público para o Canal da Passagem.

Referências Bibliográficas:

Bartalini, V. (2004). Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. Pós-, (n. 16), pp.82-96.

Bartalini, V. (2006). A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem. Revista USP, (n.70), pp.88- 97.

Gorski, M. B. (2010). Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação. São Paulo: Senac São Paulo.

Queiroga, E.F. (2012). Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Livre Docência - Área de concentração: Paisagem e ambiente). FAUUSP.

Santos, M. (2002). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (4ª ed.). São Paulo, SP, Brasil: EDUSP.

Saraiva, M. A. (1999). O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_4

A influência do rio Cuiabá na formação e desenvolvimento urbano de cidades históricas mato-grossenses

Gisele Carignani (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Nátali de Paula (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Thais Rodrigues de Souza (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Aléxia Gabrielle Pinheiro Oliveira (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Daniela Cássia Cardoso de Sousa (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Thais Lara Pinto de Arruda (Universidade do Estado de Mato Grosso; Brasil)

Palavras-chave: Rio; Cidade; Cuiabá; Rosário Oeste; Santo Antônio de Leverger

A vinculação do processo de formação de cidades com a existência de cursos de água é ancestral e se repete em diversos continentes. Da mesma forma ocorreu com a formação de cidades brasileiras iniciadas no período colonial, ou pela faixa litorânea ou pelos sertões inexplorados através do mar e do rio, respectivamente. Mato Grosso, Estado da região Centro-Oeste, teve origem pela penetração portuguesa, em busca de riquezas minerais e escravos, no século XVIII, consolidando seu território para além do tratado de Tordesilhas firmado entre portugueses e espanhóis em 1494. Com os achados auríferos no local, o fluxo migratório cresceu e a população foi se fixando às margens dos rios construindo relações muito fortes para a formação da cultura cuiabana. Neste sentido, o trabalho aborda o estudo sobre o Rio Cuiabá, inserido na Bacia do Alto Paraguai (BAP), analisando a relação e influência deste na estruturação de três cidades históricas desse período: Cuiabá, capital do Estado, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger. A cidade de Cuiabá com cerca de 590 mil habitantes, destaca-se como a que mais sofreu transformações desde seu início devido à concentração populacional e seu maior crescimento urbano seguindo a configuração de expansão urbana dispersa. Quando do início da ocupação, a cidade instituiu aglomerados urbanos sempre às margens de córregos e rios traçando os primeiros eixos estruturais em que o tecido organizou-se seguindo a topografia menos acidentada, de forma orgânica configurando o Centro Histórico. Com o passar dos anos, a substituição da navegação nos rios pelas estradas, o aumento populacional e com eles o aumento nos problemas sanitários e as próprias mudanças no modo de vida da população, a cidade passa a ter outros focos de desenvolvimento urbano, ora com traçado orgânico, ora ortogonal, e o rio deixa de ser um elemento estruturador para ser rejeitado pela cidade. Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger, cidades com pouco mais de 17 mil habitantes, apresentam menores índices de desenvolvimento e expansão urbana, mas é possível observar o direcionamento do planejamento aquém do rio e suas antigas relações. Para compreender a cidade, objeto de estudo, utilizou-se os elementos da forma urbana como as ruas, os traçados, as parcelas e os quarteirões, os próprios edifícios, espaços públicos e outros como forma comparativa das modificações no decorrer do tempo. A leitura da cidade experimentada apresenta grandes distorções do início de sua formação devido, principalmente, ao crescimento acelerado e à busca por modernização nas cidades brasileiras, vivenciados a partir do aumento populacional e da industrialização do país no século XX.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Rios e Cidades: rupturas e reconciliação SANTOS, Milton. Urbanização Brasileira.

REIS, Nestor Goulart. O processo de urbanização. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n. 11. jan.-fev. 1996.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_5

A Paisagem enquanto plataforma investigativa-propositiva: uma investigação multiescalar da cidade de Manaus, Amazonas, Brasil

Tais Furtado Pontes (Universidade de Brasília; Brasil)

Palavras-chave: infraestrutura urbana, paisagem, Manaus

As infraestruturas são redes e nós de fluxos e armazenamento de pessoas, objetos, informações e energia. A presença de uma vasta e emaranhada rede de infraestruturas, interfere nas dinâmicas de ocupação do solo promovendo a fragmentação do espaço para compra e venda na medida em que cria o “solo urbanizado”. Sua materialização é conduzida por aparatos burocráticos do serviço público e instrumental tecnológico da engenharia. No entanto, apesar da aparente neutralidade, e racionalidade as infraestruturas expõem fraturas sociais e ideológicas através de um aparato técnico e instrumental a serviço do poder (Lefebvre, 1972). Na América Latina projetos urbanos de infraestruturas parecem fortalecer a crise da urbanidade, do espaço público e da paisagem.

A pesquisa defende que a paisagem fornece uma plataforma oportuna para a apreensão do território, por permitir distinguir não apenas a forma, mas os processos envolvidos em sua materialização de maneira multiescalar, além disso, é uma plataforma aberta à incorporação de outros elementos explicativos e analíticos ao processo de produção do espaço como a matriz biofísica e aspectos simbólicos. Acredita-se que a paisagem enquanto categoria analítica permite, em primeira instância: i) apreensão do visível-sensível como produção social (Corboz, 1983 Gregotii, 2004 [1972]); ii) identificação do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam o território (McHarg, 1992 [1969]), iii) comparação temporal e iv) representação de processos sobrepostos utilizando dispositivos como mapas, imagens e narrativas; e v) fomentar ações propositivas sobre o território a nível de projeto urbano e de território.

Assumindo Manaus/AM como objeto, a pesquisa parte da identificação das escalas infraestruturais da paisagem considerando duas ordens de aproximação, segundo Lefebvre (1972, 1991): uma de ordem distante, ou escala global e nacional que interferem na configuração local por meio de processos em rede servindo a estratégias de dominação (Dardot e Laval, 2016; Santos, 1994; Lefebvre, 1991); e outra de ordem próxima ou adjacente, que envolve as continuidades e relações espaciais no seu território urbano/rural, onde se estabelecem relações de vizinhança e solidariedade (SANTOS, 2008).

Referências Bibliográficas:

BÉLANGER, Pierre. Is landscape infrastructure? (2016). In: WALDHEIM, Charles. Landscape as Urbanism: a General Theory. Princeton: Princeton University Press,.

CORBOZ, André. El território como palimpsesto (1983). Traducido del original - Diógenes, 121, enero-marzo, pp. 14-35

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo.

GREGOTTI, Vittorio (2004). Território da Arquitetura. Tradução Berta Waldman e Joan Villa. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva. Original de 1972.

LEFEBVRE, Henri (1972). Espacio y política: el derecho a la ciudad II. Tradução para espanhol: Janine Muls de Llarás y Jayme Llarás García.

Madrid: Península.

MCHARG, Ian (1992). Design with nature. New York: John Wiley & Sons. Original de 1969.

SANTOS, Milton (2008). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1998). O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia a.; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). Território: globalização e fragmentação. 4ª ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_6

Forma urbana e inundações: estudo do comportamento dos padrões morfológicos

Renata Cavion (UFSC Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Inundações Urbanas, Comportamentos Urbanos

As referências históricas conhecidas indicam que a formação dos assentamentos humanos sempre esteve associada à presença de corpos d'água. Sendo a água um bem fundamental para a manutenção das cidades e considerando sua experiência, seria de esperar que essa longa trajetória trouxesse consigo um grande conhecimento sobre o comportamento das águas. No entanto, hoje, as respostas das cidades aos impactos provocados pela força das águas demonstram a inépcia de grande parte dos lugares em lidar com esse fenômeno natural. Ainda que não haja um arquétipo que permita reunir em formato único todas as cidades formadas ao longo de rios, percebem-se características morfológicas comuns à maioria delas. Nesse contexto, este artigo traz uma abordagem analítica retrospectiva sobre a relação que o homem estabeleceu com águas na construção das suas cidades, transformando a paisagem com padrões morfológicos que definiram o modo como ela reage diante do perigo ou do impacto de uma inundação. A revisão bibliográfica permitiu a identificação de três padrões morfológicos básicos. O primeiro padrão morfológico identificado parte da visão de que a água é um obstáculo. Este padrão apresenta nos elementos da sua forma urbana reflexos das transformações causadas pelos crescimentos urbano e industrial associadas aos métodos de planejamento urbano e à baixa consideração dos elementos e processos naturais. O segundo padrão morfológico percebe as águas como uma ameaça. Este padrão traz a configuração dos elementos morfológicos de modo independente da paisagem natural, sendo bastante comum de ser encontrado em cidade de urbanização tradicional. Por fim, o terceiro padrão morfológico é adotado em cidades que tratam as águas como vantagem, como um elemento urbano fundamental tanto no processo de crescimento econômico, quanto para o desenvolvimento urbano e regional. A identificação do rio como um elemento urbano transcende o seu entendimento como um simples componente da estrutura urbana. Com base na pesquisa realizada, isso significa dizer que as cidades que consideram os seus rios como elemento urbano pautaram suas decisões de desenho urbano na priorização do sistema de águas como condutor de desenvolvimento urbano, físico e econômico. Para a cidade conquistar uma condição de estabilidade diante da oscilação natural das águas, é necessário ajustar seu comportamento em relação a elas. Essa atitude exige uma mudança na visão sobre o papel da natureza na organização espacial, visível nos padrões morfológicos adotados em cada cidade.

Principais referências utilizadas:

HOUGH, M. (2004). *Cities and Natural Process: a basis for sustainability*. 2nd ed. London: Routledge.

KOSTOF, S. (2009). *The City Shaped: urban patterns and meanings through history*. 2nd ed. New York: Thames & Hudson.

LAMAS, J. M. R. G. (2004). *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MUMFORD, L. (2013) *La Città nella Storia*. Trad. Di editore Vapriolo. Roma: Castelvechi.

PONT, M. B.; HAUPT, P. (2010) *Spacematrix: space, density and urban form*. NAI Publishers: Rotterdam.

WHITE, I. (2008). *The Absorbent City: urban form and flood risk management*. *Urban Design and Planning* 161. Issue DP4, December, p. 151-161.

1.7. FORMAS VII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.7_7

As rias, um território habitado e trabalhado na interface terra-água

Henrique Seoane Prado (Universidade de A Coruña; Espanha)

Angeles Santos Vázquez (Universidade de A Coruña; Espanha)

Carlos Martínez González (Universidade de A Coruña; Espanha)

Palavras-chave: ría, litoral urbano, interface terra-água, água cultivável

As grandes rias de Galiza são unidades geográficas, especialmente cóncavas, de terra e água, produto geológico da inundação desde o mar de largos trechos finais de antigos vales fluviais, caracterizados hoje pela abundância de extensões de litoral accesibles desde o água e para o água.

Actualmente a intensa, contínua e singular urbanidade contemporânea que se decanta nas terras baixas do litoral das rias é produto da ocupação indiscriminada e generalizada acontecida nas últimas décadas, à margem de qualquer instrumento de planeamento urbanístico. Urbanidade difusa singularizada pelo suporte geográfico e pelo hábitat rural precedentes: pequenas aldeias dispersas e um mosaico de parcelas minifundistas servidas por uma densa, tupida e hierárquica rede elementar de caminhos antigos e estradas mais recentes.

Mais o litoral destas águas marinhas do interior das rias não é uma linha, é um espaço, um território de terra e água susceptível de ser olhado desde uma óptica urbanística.

O território da interface terra-água, de escassa profundidade consequência da sua formação geológica - especialmente nas extensões mais próximas ao litoral e singularmente na foz dos abundantes ríos menores onde sedimentan os arrastes de areia e argila- bem como a significativa oscilação das marés, provocam duas vezes ao dia o surgimento e a imersão de importantes áreas de território, que foram aproveitadas há séculos para o cultivo -comunitário ou em regime de concessão- de moluscos bivalves sedentários, desde as pequenas cidades e assentamentos menores que se foram consolidando na costa amável das rias, ao lado de áreas e ao abrigo de saíntes rochosos.

As águas da ría são territórios com caminhos, hierarquizados e marcados no água e na terra; e com espaços de trabalho, muitas vezes formalizados como polígonos de mexilhão (aquicultura intensiva) e outros como áreas de marisqueo a pé ou a flutuação. O resto, um território comum aos povos ribeirãos onde se pesca e marisquea desde os cais litorais.

Em terra firme, importam mais os abundantes vazios, vestígios importantes de terras rurais cultiváveis que a chamada crise económica deixou à margem do desenvolvimento urbanístico descontrolado. Áreas de oportunidade hoxe e espaços de productividade latente. Solos intersticiais que aguardam ser protagonistas de um novo metabolismo urbano: destinatários de resíduos valorizados e geradores de alimentos, ao resgate de um hábitat saudável e equilibrado, encaminhado de novo para economias de ciclo fechado.

Reconhecer novamente os caminhos das águas, dessas que se decantam nos altos chaos e brañas das serras costeiras, que descem pelas encostas circundantes, usadas nas indispensáveis tarefas de fertilização, e que atravessam a contemporânea e contínua urbanidade litoral, têm de chegar ao espaço litoral com saúde para consolidar os bancos de marisqueo e para fazer aflorar o plancton e que não há redução na productividade de mariscos e pescarías nas águas salobres das rias.

A representação intencional e ininterrupta dos territórios de terra e água no espaço comum e unitário das rias é uma ferramenta indispensável para um planeamento integral e abrangente desses únicos e característicos hábitats en que vivem quase 2/3 da população da Galiza.

1.7_8

Rio e cidade: leitura da paisagem ribeirinha de Teresina

Amanda Lages de Lima (Univesidade Federal do Piauí; Brasil)
Karenina Cardoso Matos (Univesidade Federal do Piauí; Brasil)
José Carlos Martins Quirino Neto (Univesidade Federal do Piauí; Brasil)
Malena Barros e Sousa (Univesidade Federal do Piauí; Brasil)
Wilza Gomes Reis Lopes (Univesidade Federal do Piauí; Brasil)

Palavras-chave: Paisagem ribeirinha; espaços livres; patrimônio ambiental.

A presença de cursos d'água, em especial de rios, tem marcado o assentamento humano desde a consolidação das primeiras civilizações. Percebe-se que os rios eram associados à prosperidade dessas comunidades, sendo ele gerador de riquezas a partir da fertilização do solo próximo às suas margens, do fornecimento alimentício e da circulação de bens e pessoas (GORSKI, 2008).

Por outro lado, percebe-se que ao longo da história os rios ocuparam diferentes posições no que diz respeito ao desenvolvimento econômico das sociedades, ora como propulsor ora como obstáculo, sendo a paisagem urbana continuamente modificada a fim de acompanhar essa relação.

No caso de Teresina, a presença de dois rios permeando seu território – o Parnaíba e o Poti - foi determinante para a criação e expansão urbana da cidade. Em primeiro lugar destaca-se a atuação do Rio Parnaíba como um dos principais atrativos para a transferência da capital para a região onde hoje se encontra Teresina.

No que diz respeito ao Rio Poti, o mesmo foi visto por muitos anos como uma barreira para a expansão da cidade, a qual foi transposta apenas em 1957, com a construção da Ponte Juscelino Kubitschek. A partir de então se deu início a uma intensa ocupação da zona Leste, tornando-se, a mesma, a região mais valorizada da cidade, do ponto de vista imobiliário.

A paisagem ribeirinha dessa região, principalmente a localizada entre as pontes Petrônio Portela e Wall Ferraz, sofreu diversas alterações, devido, à construção de outras pontes transpondo o rio, assim como a construção de vias marginais – a Avenida Raul Lopes e a Avenida Marechal Castelo Branco -, shopping centers e diversos prédios institucionais nas proximidades do rio Poti.

Além disso, destaca-se a presença de uma extensa área verde às margens do rio Poti, sendo a mesma considerada zona de preservação pelo II Plano Estrutural de Teresina (PET), de 1988, o que interferiu diretamente na forma de uso e ocupação dessa região. É possível observar nessa área a presença de parques, pontos comerciais, sítios arqueológicos, entre outros elementos que compõe a paisagem ribeirinha da cidade e configura, juntamente com o rio Poti, o patrimônio ambiental da cidade de Teresina.

Por meio desse artigo buscou-se compreender as alterações sofridas pela paisagem ribeirinha do rio Poti, no trecho entre as pontes Petrônio Portela e Wall Ferraz, ao longo das décadas que acompanham a ocupação dessa região. A partir de análises in loco, fotografias e levantamento bibliográfico desenvolveu-se uma retrospectiva das mudanças ocorridas na área de estudo, assim como a relação entre a legislação municipal e a preservação desse patrimônio ambiental da cidade de Teresina.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

Sala G 2.2 | Moderação: Paula Morais e Rodrigo Coelho

| | |
|---|--|
| ‘Vida entre edifícios’: os impactos da arquitetura no uso do espaço público no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre, Brasil | Vinicius Netto Julio Vargas Renato Saboya |
| A apropriação da coletividade pelo espaço privado e suas consequências no espaço público: uma análise da Avenida Antonino Freire em Teresina-PI | Cláudio Valentim Rocha Leal Ísis Meireles Rodrigues Lara Citó Lopes Aracelly Moreira Magalhães |
| As ruas de lazer na cidade de São Paulo: políticas públicas e apropriação | Helena Degreas Ana Cecilia de Arruda Campos |
| Museu do Amanhã: O elo para a “ocupação democratizada” da Praça Mauá, Rio de Janeiro | Rafael Motta Teixeira Alvaro Mauricio Pilares Vera Rafael Tavares de Albuquerque |
| Transformações nas interfaces térreas, uso e percepção de segurança em cidade litorânea | Fabiana Bugs Antocheviz Caroline Arsego Antônio Tarcísio Reis |
| Condicionantes naturais e legais na constituição da forma urbana e dos espaços privados e coletivos de Natal | Ruth Maria Da Costa Ataíde Amíria Bezerra Brasil Francisco Da Rocha Bezerra Junior José Clewton Do Nascimento |
| Transformação de dentro para fora: a caminhabilidade das ruas decidida desde o interior dos apartamentos | Sabrina da Rosa Machry |
| Santo André, SP: o traçado em retícula do bairro jardim | Amanda Chyoshi Adilson Costa Macedo |

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_1

‘Vida entre edifícios’: os impactos da arquitetura no uso do espaço público no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre, Brasil

Vinicius Netto (Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Julio Vargas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Renato Saboya (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: tipos arquitetônicos, movimento de pedestres, vitalidade urbana, diversidade de usos do solo

O tecido urbano, apesar de durável, é suscetível a mudanças. Novas formas e tipos arquitetônicos podem surgir e transformar rapidamente bairros formados durante séculos. No contexto brasileiro, um modo particular de crescimento urbano moldado por edifícios verticais isolados no lote tem levado à substituição de formas tradicionais e a um tecido urbano descontínuo, caracterizado por distribuições fragmentadas, cercadas por estacionamentos, muros e grades. Essa tendência morfológica parece coincidir com níveis decrescentes de apropriação social, vistos como uma ‘crise de espaços públicos’ no Brasil (Queiroga, 2017). Essas observações nos levam a uma hipótese para a relação entre espaços privados e públicos: (1) a rarefação de padrões da forma arquitetônica levaria a (2) uma dissolução no uso dos espaços públicos, envolvendo redução da apropriação pedestre e acesso a atividades, com (3) implicações sistêmicas negativas, como o aumento da dependência veicular e a redução do potencial de interação e diversidade social no espaço público.

O artigo aborda a passagem entre os dois primeiros itens. Para tanto, introduz um método capaz de reconhecer objetivamente os impactos dos novos padrões edilícios sobre o uso do espaço público e a expressão local da vida microeconômica. Em seguida, aplica esse método em estudos empíricos em larga escala em três capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre.

Realizamos análises estatísticas em mais de 40 áreas, 700 segmentos de rua e 9.000 edifícios em três faixas de acessibilidade (baixa, média e alta) nas três capitais, classificadas segundo medidas configuracionais. Identificamos uma série de atributos mensuráveis e potencialmente relacionados ao movimento de pedestres e à presença de atividades locais: o grau de continuidade dos edifícios; as distâncias entre edifícios vizinhos; os afastamentos frontais entre edificação e passeio; e atributos relacionados à densidade de janelas e portas e à interface edifício-rua (lotes abertos, muros ou grades).

Nossos achados apontam que esses fatores arquitetônicos estão associados a uma tipologia arquitetônica definida: (i) o tipo contínuo, edificado com fachadas contíguas ao lote vizinho, gerando formas construídas em associação direta por adjacência, e (ii) o tipo isolado, que apresenta recuos laterais e frontais e maiores distâncias entre edificações. Nos contextos analisados, esses tipos distintos mostraram-se associados a níveis também distintos de presença de pedestres no espaço público e de atividades microeconômicas nos térreos das edificações. Os resultados apontam que, monitorando estatisticamente o fator acessibilidade, o tipo contínuo tende a encurtar distâncias, intensificar densidades e a responder mais adequadamente à vida social a nível local. O tipo isolado mostra implicações opostas, sendo consistentemente associado a menores taxas de movimentos de pedestres. Essas relações de distância e proximidade, mediadas pela tipologia e seus atributos, mostram uma relação causal com aspectos basilares da vida social no espaço público, e aparecem no cerne do que denominamos ‘os efeitos da arquitetura’ sobre o uso do espaço público.

Referências:

Queiroga E (2017) Lugares públicos: atravessamentos entre espaços livres e edificados, públicos e privados. In: Efeitos da Arquitetura: Impactos da Urbanização Contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH Edições.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_2

A apropriação da coletividade pelo espaço privado e suas consequências no espaço público: uma análise da Avenida Antonino Freire em Teresina-PI

Cláudio Valentim Rocha Leal (Centro Universitário Uninovafapi; Brasil)

Ísis Meireles Rodrigues (Centro Universitário Uninovafapi; Brasil)

Lara Citó Lopes (Centro Universitário Uninovafapi; Brasil)

Aracelly Moreira Magalhães (Centro Universitário Uninovafapi; Brasil)

Palavras-chave: Espaço coletivo; Análise pós-ocupacional, Sintaxe espacial;

O presente trabalho, vinculado ao Núcleo de Pesquisa da Arquitetura Piauiense – NEAPI e ao Programa de Iniciação Científica – PIBIC do Centro Universitário Uninovafapi, possui como tema a análise dos elementos e padrões morfológicos dos espaços privados e coletivos das grandes cidades brasileiras, em especial na cidade de Teresina, capital do estado Piauí, Brasil. Tem como objeto de estudo a Avenida Antonino Freire, localizada no centro da capital. De modo geral, os grandes centros urbanos brasileiros desenvolveram-se, ao longo das décadas passadas, sob paradigmas que suscitaram problemas nos dias atuais: de forma tecnocrática, seguindo orientação de princípios urbanos modernistas que se provaram inadequados à realidade brasileira e nos moldes das forças do mercado imobiliário e sua especulação (del Rio et al., 2015). O resultado desse processo foi a predominância de uma paisagem urbana caracterizada pela individualidade. A preferência e o incentivo dados ao automóvel nos deslocamentos, a construção dos muros dos condomínios fechados que segregam a cidade, a carência de multifuncionalidade dos espaços e a consequente insegurança existente, tiveram como resultado o desuso intenso dos espaços públicos para a sociabilização, tornando possível ao espaço privado, como aponta Cerqueira (2013), assumir usos característicos do lugar público, ao abrigar, sob condições pré-definidas, o convívio das pessoas e sua interação social. Esse panorama traz à tona um questionamento sobre se o atual e predominante tipo de convívio social citado é, de fato, tão genuíno quanto aquele que ocorre no espaço público. Por conseguinte, este trabalho tem como objetivo desenvolver e fomentar uma discussão sobre como os espaços privados de hoje tentam mimetizar a coletividade que outrora foi característica inerente ao espaço público e as consequências desse processo sobre este ao analisar-se a situação do espaço público e do patrimônio pertencentes à Avenida Antonino Freire em relação à morfologia urbana da cidade de Teresina. Para tanto, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, além da metodologia da sintaxe espacial, avaliação pós-ocupacional por meio de questionários e entrevistas e a análise visual do espaço e sua apropriação pelos usuários. O entorno da mencionada avenida compreende importantes elementos do patrimônio arquitetônico histórico e cultural e, por isso, entende-se essa via como de fundamental importância e de grande potencial para incentivar a reutilização do espaço público representado por ela e seu entorno a partir da preservação patrimonial e da promoção do conhecimento e uso de suas edificações pela população, voltando a atribuir o espaço coletivo ao que é público.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_3

As ruas de lazer na cidade de São Paulo: políticas públicas e apropriação

Helena Degreas (LABQUAPA FAUUSP; Brasil)

Ana Cecilia de Arruda Campos (Pontifícia Universidade Católica de Campinas LABQUAPA FAUUSP; Brasil)

Palavras-chave: Ruas de lazer, apropriação, políticas públicas, agenda urbana, espaços livres

A proposta das ruas de lazer na cidade de São Paulo tem sua origem na década de 1970, ainda durante o Regime Militar, como alternativa de espaços livres públicos objetivando o incentivo à prática de exercícios físicos pela população. O programa é retomado a partir de meados da década de 1990, já sob governos democráticos, voltado para atividades de recreação ativa e lazer. Entretanto, este não tem sido vinculado a outras políticas como cultura e saúde, estando sob responsabilidade de órgãos diversos como Engenharia de Tráfego ou Secretaria de Turismo. A solicitação para sua criação depende da ação de municípios ou associação que os represente, não havendo maiores interações com outras agendas urbanas públicas específicas. A atual normatização, inclusive, com parceria de empresa privada, favorece o fechamento de ruas para a realização de eventos comerciais de entretenimento, embora tenha como objetivo nominal o fomento do uso do espaço público permitindo o acesso à arte, cultura, esporte e lazer. Excetuando o fechamento da Avenida Paulista aos domingos por ação da municipalidade, uma das principais da cidade com imenso fluxo de pessoas, podendo até ser caracterizada como um parque dada à natureza de sua livre apropriação e usos - o programa das ruas de lazer possui baixo impacto. A localização das vias que integram o programa nem sempre corresponde aos bairros onde existe maior carência de espaços livres públicos, como alternativa válida para ampliar as opções. O mesmo ocorreu com o programa de incentivo à criação dos parklets, inicialmente pensados como alternativas de espaços livres em áreas periféricas da cidade, densamente construídas, densamente habitadas. Sua implantação foi mais intensa em áreas de maior infra-estrutura, ligadas a estabelecimentos comerciais como atrativo aos clientes. As ruas que correspondem ao sistema básico de apropriação e realização da esfera de vida pública ainda são estruturas pensadas para a circulação de veículos. Vias compartilhadas ou projetos urbanos de readequação e melhoria de calçadas surgem primeiramente da ação individual de empreendedores, e não do poder público que não consegue se antecipar e acompanhar o ritmo das mudanças da sociedade frente a estes espaços. Políticas públicas implantadas em outras cidades como Nova York ou Londres onde o uso das ruas e suas transformações integram amplas ações voltadas para a saúde pública ou cultura como o caso da Exhibition Road, aqui chegam como projetos desconectados, de potencial subaproveitado, enquanto ações isoladas.

CAMPOS, A.C.M.A. (Org.); QUEIROGA, E. F. (Org.) ; GALENDER, F. (Org.) ; DEGREAS, H. N. (Org.) ; AKAMINE, R. (Org.) ; MACEDO, S. S. (Org.) ; CUSTÓDIO, V. (Org.) . Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2012. v. 1. 368p .

DEGREAS, H. N.; KANEKO, R. A. ; LEITE, G. R. . Mobilidade urbana: o caminhar pela cidade de São Paulo. INSITU, v. 1, p. 129-142, 2017.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_4

Museu do Amanhã: O elo para a “ocupação democratizada” da Praça Mauá, Rio de Janeiro

Rafael Motta Teixeira (Universidade do Grande Rio (Unigranrio); Brasil)

Alvaro Mauricio Pilares Vera (Universidade do Grande Rio (Unigranrio); Brasil)

Rafael Tavares de Albuquerque (Universidade do Grande Rio (Unigranrio); Brasil)

Palavras-chave: Arquitetura Formalista, Ocupação Democratizada, Identidade, Apropriação, Lugar.

Desde o surgimento da humanidade, a forma está presente no cotidiano das pessoas, seja por meio de pequenos ou grandes objetos comparados à sua escala. A sua percepção é uma das primeiras sensações testadas por nós, por sua escolha como principal partido em um projeto. Um arquiteto pode despertar a curiosidade de pessoas, que naturalmente, associam a mesma às experiências positivas já vivenciadas. Desta maneira, a opção por uma arquitetura formalista pode incentivar o interesse pela apropriação do lugar. Nomes como Frank Gehry, Zaha Hadid, Santiago Calatrava e Oscar Niemeyer, tornam-se modelos de discussões relacionadas à forma aliada a grandes projetos e construções.

Atualmente no Brasil, pesquisadores da arquitetura e desenho urbano têm se dedicado a analisar a qualidade do lugar por meio da percepção e do comportamento dos usuários, no intuito de aproximar ao máximo o projeto do ambiente ao homem. Isto se torna o principal motivador para estudos específicos em projetos de renovação de áreas centrais onde existe um forte simbolismo sobre o imaginário e cotidiano dos usuários (RHEINGANTZ, 2009).

As grandes obras arquitetônicas no entorno da Praça Mauá e da região portuária, apresentam um nítido exemplo de arquitetura formalista; o Museu do Amanhã é um dos marcos emblemáticos das iniciativas que visaram a recuperação e/ou o reforço da imagem de uma cidade receptiva em uma perspectiva infundável. O Museu do Amanhã é um ambiente de experiências que permite ao visitante fazer escolhas pessoais, vislumbrar possibilidades de futuro, perceber como será a sua vida e a do planeta nos próximos 50 anos (MONTEIRO, 2013).

Como resultado, identificaram-se, por diferentes personagens da sociedade local, as motivações dessa intervenção na “ocupação democratizada” da Praça Mauá, a partir de fundamentações conceituais para o sentido de lugar, percepção, comportamento ambiental e qualidade do ambiente construído na área objeto de pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa irá contribuir para uma reflexão no processo de espetacularização na cidade em áreas centrais, por meio da arquitetura onde a forma é o partido.

Contudo, uma releitura por uma urbanização que teve como parâmetros a aglomeração e/ou dispersão, além da especialização funcional, remete a uma nova interpretação morfológica dos componentes urbanos referidos. Permitindo assim, o diagnóstico dos princípios (motivação das pessoas) pelos quais originaram essa intervenção na região do Museu do Amanhã, que se tornou a principal conexão com a “ocupação democratizada” do lugar.

Bibliografia:

RHEINGANTZ, Paulo A., et al. Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós- ocupação. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

Monteiro, R. H. e Rocha, C. (Orgs.). Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual Goiânia-G O: UFG, FAV, 2013

1.8_5

Transformações nas interfaces térreas, uso e percepção de segurança em cidade litorânea

Fabiana Bugs Antocheviz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Caroline Arsego (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Antônio Tarcísio Reis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: interfaces térreas, uso, percepção de segurança, cidade litorânea.

Este artigo examina os impactos das transformações nas interfaces térreas das edificações, resultantes da expansão urbana da cidade litorânea de Capão da Canoa (Brasil), no uso dos espaços abertos públicos e na percepção de segurança dos usuários quanto à ocorrência crimes em tais espaços públicos e em unidades residenciais adjacentes. Tais transformações tem ocorrido devido à substituição de edificações com altura baixa ou média (até sete pavimentos) por edifícios altos de 12 pavimentos, com a consequente redução da permeabilidade física e visual entre as interfaces dos pavimentos térreos e os espaços abertos públicos. A vigilância natural do espaço aberto público, promovida pelo movimento de pedestres, contribui para uma maior sensação de segurança nas vias públicas (Jacobs, 2009). Essa vigilância é obtida através da existência de portas e janelas voltadas para a rua, possibilitando que os moradores tenham uma maior supervisão do espaço público a partir do interior das edificações. No entanto, o medo do crime tem impulsionado a criação de novas tipologias arquitetônicas (p.ex., edifícios com pavimentos térreos utilizados como garagens) que criam barreiras entre o espaço público e o privado, contribuindo para o esvaziamento do espaço urbano e para o enclausuramento das pessoas (Rohmer, 2015). Assim, a baixa ocorrência de atividades e a falta de conexões físicas e visuais nos pavimentos térreos tendem a tornar o espaço urbano pouco atraente e inseguro para o pedestre (Holston, 1993). Todavia, não existem evidências conclusivas a respeito dos efeitos promovidos pelas transformações nas interfaces térreas das edificações no uso dos espaços abertos públicos e na percepção de segurança quanto a crimes, especificamente, em cidades litorâneas de pequeno porte em crescente expansão urbana. Como parte dos procedimentos metodológicos, nove quadras (três em cada grupo) com as seguintes características foram selecionadas: (1) edificações residenciais de até sete pavimentos com portas e janelas voltadas para a rua; (2) edificações residenciais de até sete pavimentos com comércio e serviços nos pavimentos térreos; e (3) edifícios residenciais de 12 pavimentos com predominância de portas de

garagem nos pavimentos térreos. Os dados foram coletados através de contagens de movimento de pedestres e de veículos e da aplicação de questionários com pessoas que moram, trabalham ou veraneiam nas nove quadras selecionadas. Ainda, valores de integração de tais quadras foram obtidos através da análise sintática do mapa de segmentos de Capão da Canoa. Os resultados indicam, por exemplo, o maior movimento de pedestres e a maior percepção de segurança nas quadras com edificações de menor altura, maior conexão funcional e visual entre as interfaces térreas das edificações e os espaços abertos públicos, e com predomínio de comércio e serviços nos pavimentos térreos.

Referências:

Holston, J. (1993). *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Jacobs, J. (2009). *Morte e vida de grandes cidades (2a)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Rohmer, M. (2015). Incorporando prédios. In H. Karssenber, J. Laven, M. Glaser, & M. Hoff (Eds.), *A cidade ao nível dos olhos – Lições para os plinths (2nd ed., pp. 106–110)*. Porto Alegre: ediPUCRS.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_6

Condicionantes naturais e legais na constituição da forma urbana e dos espaços privados e coletivos de Natal

Ruth Maria Da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Amíria Bezerra Brasil (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

Francisco Da Rocha Bezerra Junior (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil)

José Clewton Do Nascimento (Brasil)

A cidade de Natal (Rio Grande do Norte/Brasil) possui uma configuração espacial urbana peculiar, devido à sua forte relação com o espaço natural sobre o qual está assentada. Limita-se à leste pelo mar (Oceano Atlântico), e é cortada e permeada por rios e dunas, elementos naturais que contribuíram para orientar a expansão do seu tecido urbano, que atualmente é dividido por quatro regiões administrativas. A região Norte, por exemplo, separada das demais pelo rio Potengi, teve uma ocupação impulsionada a partir da década de 1970, por conjuntos habitacionais e loteamentos para a população de menor renda, fato que a conforma de maneira bem específica, com traçado predominantemente regular, baixa densidade, pouca verticalização, e com carência de infraestrutura, apesar de abrigar um grande contingente populacional. As demais regiões são marcadas pela presença do núcleo original da cidade e dos principais vetores de expansão. Estas caracterizam-se por uma ocupação ainda de predominância horizontal, mas com importantes eixos de verticalização. A ocupação do território já ultrapassou os limites da cidade, promovendo uma conurbação com os municípios vizinhos, constituintes da Região Metropolitana de Natal (RMNatal), e uma forte dependência entre eles.

A legislação urbana também é importante na configuração da forma de Natal. O atual Plano Diretor (2007) define todo o espaço da cidade como urbano, apesar de ainda existirem atividades com características rurais nas áreas periurbanas. Dessa forma, uma relevante porção da região Norte, para além dos conjuntos habitacionais e loteamentos, é marcada por grandes terrenos, baixa densidade e intensidade de ocupação e atividades agrícolas. Além de estabelecer os condicionantes de ocupação do solo do município o Plano protege os principais recursos naturais (dunas, rios e lagoas, e áreas de manguezais), delimitando significativas porções territoriais como Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), que atuam como indutores ou inibidores do crescimento. Nesse contexto destacam-se na paisagem da cidade relevantes espaços livres, privados e coletivos, entre eles dois grandes Parques (Parque das Dunas e Parque da Cidade) e a orla marítima, esta delimitada como Zona Especial de Interesse Turístico (ZETs). Outros espaços privados e coletivos, em microescala, contribuem para conformar o desenho do tecido urbano, estando distribuídos por toda a cidade, com destaque para pequenas praças, estruturadas ou não, que estão localizadas, principalmente, nos conjuntos habitacionais periféricos e nos bairros do núcleo central. Esses espaços, embora não constituam um sistema, funcionam como áreas de amenização climática e, pela diversidade que carregam, ampliam as potencialidades de apropriação coletiva.

Nesse contexto, o artigo busca apresentar uma caracterização morfológica do tecido urbano de Natal, tomando como referência os seus elementos constituintes, realçando as relações espaciais entre eles e as respectivas lógicas estruturadoras, na escala da cidade, do bairro e/ou da região. Os estudos que fundamentam o artigo estão sendo desenvolvidos por um grupo de pesquisa que utiliza a estrutura metodológica aplicada à análise urbana de Philippe Panerai (2006), e outras correntes convergentes, realçando, especialmente, as relações entre a configuração do ambiente construído, o suporte biofísico e a legislação incidente.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_7

Transformação de dentro para fora: a caminhabilidade das ruas decidida desde o interior dos apartamentos

Sabrina da Rosa Machry (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: Forma urbana, Caminhabilidade, ambiência urbana, interface público-privada

Embora a emergência do desenvolvimento sustentável incite a mobilidade ativa nas aglomerações urbanas, o uso do automóvel privado individual continua crescendo nas cidades latinoamericanas, implicando em consequências arquitetônicas físico-funcionais e remodelação das interfaces público-privadas. Este fenômeno de renovação orientada aos carros é comum a tecidos residenciais, geralmente de média e alta renda, em cidades brasileiras, ainda que em áreas bem conectadas e integradas na malha urbana, e a despeito de satisfatória oferta de transporte público e mix de atividades. Vizinhanças com condições locacionais e funcionais favoráveis a deslocamentos por modos ativos e coletivos de transporte, perdem transeuntes em modos sustentáveis em decorrência da priorização do automóvel e de sua consequente degradação da vitalidade da rua. É comum a estes contextos que os térreos das edificações sejam convertidos em uso exclusivo de estacionamento e acesso veicular, em detrimento de atividades e tipos arquitetônicos mais dinâmicos à ambiência urbana e interessantes ao pedestre. Portanto, decisões particulares e individuais, tomadas dentro dos limites do lote e em concordância com a legislação urbanística vigente, implicam em perdas na Caminhabilidade do espaço público. Entretanto, é imprescindível reconhecer os efeitos das condições morfológicas da macroescala nos atributos da microescala, atribuídos à ambiência urbana.

Pesquisa realizada no bairro das Graças, na cidade do Recife (Pernambuco, Brasil), analisou conjuntamente diferentes atributos da macro e microescala urbana. Chegou-se a uma avaliação da caminhabilidade de 63 segmentos, a partir do universo de 1.106 lotes, ao quais foram aferidos valores de 29 características segundo preferências pedestres resultantes da amostra qualitativa de 1.532 respostas. Os resultados da análise estatística revelaram que os atributos que apresentaram mais alta correlação positiva com a preferência pedestre foram Profundidade (0,52), Abrigo (0,48), Permeabilidade (0,45), Tipologia (0,42) e Número de Faixas Viárias (0,55 incluindo estacionamento; 0,57 sem incluir estacionamento/apenas faixas de circulação). Isso significa, em síntese, que a tipologia edilícia que mais agrada o pedestre nas Graças tem: fachada contínua e permeável, presença de marquise ou elemento de abrigo, e acesso direto desde a rua (profundidade zero). Do total de lotes analisados no bairro, 170 edificações (15,3%) reuniam estas três características positivas significativas. Ao incluir a qualidade de relação do 2o ao 5o pavimento na seleção, o número cai para 44 edificações (3,9%).

Dito isso, este trabalho se propõe a analisar os achados da pesquisa, discutindo as relações diretas e/ou inversas entre os diferentes atributos e os reflexos da configuração macroespacial nos componentes microespaciais. Seriam estas "arquiteturas da caminhabilidade" ocorrências isoladas (por lotes) ou sua existência pressupõe um padrão que realmente se repete ao longo do segmento ou, até mesmo, observado em ruas adjacentes? Os resultados revelaram inclusive que segmentos qualificados com alto grau de caminhabilidade são, curiosamente, também compostos por fraquezas, isto é, baixa avaliação segundo características específicas, como profundidade sintática e tipologia, por exemplo. Pretende-se com este, portanto, investigar possíveis lógicas associativas na frequência de atributos relevantes à caminhabilidade, através de uma observação atenta às diferentes escalas: das edificações, ruas e áreas.

1.8. FORMAS VIII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.8_8

Santo André, SP: o traçado em retícula do bairro jardim

Amanda Chyoshi (Universidade São Judas Tadeu; Brasil)

Adilson Costa Macedo (Universidade São Judas Tadeu; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia urbana, malha urbana, tecido ortogonal, projeto urbano, forma urbana

O Bairro Jardim mostra um traçado em malha retangular, formado por quadras repartidas em lotes de diversas dimensões. As alterações do sistema viário e da ocupação das quadras ao longo do tempo não causam alterações radicais no sistema original. As quadras se transformam pelo número e forma das construções, o número de pessoas aumenta e o uso do solo é modificado. Aparecem novos arranjos no interior das quadras sem alterações do conjunto. Defende-se o conceito de que a quadra tradicional de dimensão até 10.000,00m² possibilita diversos arranjos no parcelamento, razão da permanência e obtenção de maior complexidade dos espaços quando acompanhada por diretrizes de um bom projeto urbano.

Dado a origem industrial do Bairro Jardim as quadras são de grande dimensão, restando um suporte físico que vem sendo ocupado gradualmente por residenciais e seus complementos, mantidas algumas indústrias de menor porte. Para atender a demanda atual de uso do solo onde os lotes maiores e a agregação de menores têm dado lugar a condomínios residenciais e instalações para comércio, institucionais e serviços com o aproveitamento de até quatro vezes a área do terreno. No Bairro Jardim observam-se transformações da ocupação do espaço físico conforme são ditadas pelo plano diretor, com base na taxa de ocupação do solo e no coeficiente de aproveitamento do lote. Dois critérios que influem sobremaneira em como se apresenta hoje a forma do bairro, contudo sem garantia sobre a qualidade do projeto urbano.

O traçado de cidades pelo sistema de retícula ortogonal divulgado no Ocidente em razão da sua utilização no projeto de cidades desde a Grécia antiga, se caracteriza por vias de largura e quadras com dimensões variadas. Um sucinto apanhado histórico aparece no artigo para reforçar o porquê da formação de vias de traçado retilíneo e quadras retangulares se fizeram tão comuns.

No Bairro Jardim mostra-se a transformação do desenho das vias, quadras e lotes destacando-se alterações, estuda-se o caso de uma quadra representativa da modificação do parcelamento e do volume das edificações e como considerações finais apontam-se diretrizes para um programa de projeto urbano do bairro.

Este estudo faz parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo GPAC/USJT, Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade, da Universidade São Judas Tadeu, sobre o tecido urbano da cidade de São Paulo e região metropolitana, onde se situa Santo André.

ALEXANDER, Christopher. A cidade não é uma árvore. Estados Unidos: Revista Architectural Forum, 1965.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. Fundamentos da morfologia urbana. Editora A/C Arte, 2014.

LAMAS, José M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1992.

MACEDO, Adilson Costa. O espaço urbano por partes. São Paulo: Sinopses, nº 38, outubro 2002.

MACEDO, Adilson Costa, KOURY, Ana Paula, GONÇALVES, Paulo Eduardo Borzani. Tipos de corredores e ruas locais do Distrito da Mooca, São Paulo, 2008.

MACEDO, Adilson Costa, IMBRONITO, Maria Isabel. Tecidos urbanos do Distrito da Mooca. Um estudo de tipos, São Paulo, 2008.

PORTZAMPARC, Christian. Terceira era da cidade. Revista Oculum, nº 9, FAU PUC Campinas, 1991.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

Sala G 3.2 | Moderação: Eneida Mendonça e Nuno Travasso

| | |
|---|---|
| Recife: limites e possibilidades para a implantação de novos parques urbanos | Talys Napoleão Medeiros Vanessa Maschio dos Reis Ana Raquel Meneses |
| A Conservação da Paisagem e seus Parâmetros Urbanísticos | Vanessa Maschio dos Reis Talys Napoleão Medeiros Roberto M. Carneiro da Cunha |
| Processo de Gestão de Parques Urbanos: Estudo de Caso em Porto Alegre | Luciana Miron Cristiane Schvarstzaupt Nathalia Danezi |
| Do território planejado ao espaço do mercado: Os Corredores de Centralidade de Porto Alegre/RS | William Mog Lívia Piccinini |
| O papel da forma urbana na disputa do novo ordenamento territorial da cidade de São Paulo | Joyce Reis |
| Do plano da região aos planos das cidades: Os conceitos urbanísticos utilizados nos planos das cidades relocadas no rio São Francisco | Antonio Willamys Fernandes da Silva |
| A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – o caso de Foz de Iguaçu, Paraná - Brasil | Juliana Ramme Silvia Mikami G. Pina |

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_1

Recife: limites e possibilidades para a implantação de novos parques urbanos

Talys Napoleão Medeiros (INCITI / UFPE; Brasil)
Vanessa Maschio dos Reis (INCITI / UFPE; Brasil)
Ana Raquel Meneses (Portugal)

Palavras-chave: Áreas verdes urbanas, Parques urbanos, Instrumentos normativos urbanísticos

A cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, assim como outras grandes cidades brasileiras, apresenta uma grande carência por espaços livres públicos destinados ao lazer e recreação. Os parques existentes na cidade não estão distribuídos de maneira uniforme no território e a sua área de abrangência alcança, aproximadamente, apenas 30% da população. Além disso, o crescimento urbano extensivo e intensivo observado nas últimas décadas restringiu a disponibilidade de áreas para implantar novos equipamentos deste tipo na cidade, principalmente de grande porte, como os parques urbanos. O objetivo deste estudo, portanto, é propor uma alternativa legal que permita aumentar a quantidade de áreas verdes públicas no Recife a partir de uma análise crítica sobre os efeitos da legislação atual.

Este estudo se dá sobre os Imóveis de Preservação de Área Verde (IPAV), instituídos pela Prefeitura do Recife em 1996 através da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Os IPAVs são imóveis de propriedade pública ou privada que possuem área verde, formada por vegetação arbórea ou arbustiva, contínua e significativa para amenização do clima e qualidade paisagística da cidade, cuja manutenção atende ao interesse do município e ao bem-estar da coletividade, nos quais devem ser mantidos no mínimo 70% da área verde cadastrada. Esta pesquisa elaborou uma análise de IPAVs e intervenções neles realizadas, a elaboração de propostas preliminares de ocupação desses imóveis bem como da proposta de revisão dos instrumentos normativos.

Como a maior parte dos 98 IPAVs existentes no Recife é de propriedade privada, as suas áreas verdes não podem ser livremente acessadas pela população, que assumem um caráter de uso exclusivamente privado. Mesmo nos imóveis públicos, o acesso também é restrito. Nas propostas preliminares de intervenção em IPAVs elaboradas no estudo, foi levada em consideração a possibilidade de acesso público às áreas verdes, pois o patrimônio ambiental contido nestes imóveis poderia oferecer uma contribuição ainda maior à coletividade por meio da desapropriação e conversão, total ou parcial, dos 70% de área verde preservada em espaço de uso público, permitindo a sua livre fruição pela população. Incluir na legislação a possibilidade de transformação de áreas verdes privadas em áreas verdes públicas, nos IPAVs, requer a implantação de medidas de incentivo aos proprietários e empreendedores, em sintonia com o suporte oferecido pelo poder público.

Dessa forma, o aumento das áreas verdes destinadas ao uso público no Recife pode ser viabilizado por meio de intervenções nos IPAVs, sobretudo naqueles que se situam nas regiões mais carentes por espaços livres públicos destinados ao lazer e recreação. O atual cenário de distribuição territorial e acesso às áreas verdes na cidade do Recife pode passar por significativas melhorias, com impactos positivos na qualidade de vida da população por meio da criação de novas praças e parques urbanos.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_2

A Conservação da Paisagem e seus Parâmetros Urbanísticos

Vanessa Maschio dos Reis (INCITI / UFPE; Brasil)
Talys Napoleão Medeiros (INCITI / UFPE; Brasil)
Roberto Montezuma Carneiro da Cunha (Portugal)

Palavras-chave: Rios urbanos, Paisagem, Conservação, Parâmetros urbanísticos

Recife, capital regional do nordeste brasileiro, vem passando desde 2014 por um projeto de revitalização das margens do Rio Capibaribe, seu principal curso d'água, intitulado Parque Capibaribe. Este projeto tem como objetivo a implantação de um parque linear ao longo deste rio, que serpenteia o território da cidade e passa por mais de 40 bairros. Como parte das comemorações dos 500 anos da cidade, a serem completados em 2037, a proposta é que, para além das áreas lindeiras ao rio, este parque linear se infiltre pelo território urbano, transformando o Recife numa Cidade Parque.

O objetivo deste estudo consiste em desenvolver análises espaciais visando a conservação da paisagem do Rio Capibaribe por meio de um instrumento urbanístico garantido no Plano Diretor da cidade, denominado Unidade de Conservação da Paisagem, inserindo-se na proposta de transformação do Recife em uma Cidade Parque. Como parte das Unidades Protegidas cadastradas pela Prefeitura da Cidade do Recife, as Unidades de Conservação da Paisagem “são recortes do território que revelam significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife” (2008).

Esta pesquisa levou em consideração os estudos sobre a paisagem do Rio Capibaribe na cidade do Recife, considerando seus elementos materiais e imateriais, seus pontos notáveis e cones de visadas, nos seus diversos trechos, bem como a análise das relações entre as massas edificadas e o curso do rio, para o entendimento das três unidades de paisagem identificadas. A partir de então estabeleceu-se distâncias métricas a partir do eixo do rio para propor um escalonamento das novas edificações, e, assim, preservar as perspectivas da experiência de navegar o rio. Os parâmetros urbanísticos propostos se constituem de gabaritos distintos e áreas de solo natural obrigatórias diferenciados de acordo com as características de cada unidade de paisagem.

Desse modo, a constituição de uma Unidade de Conservação da Paisagem pretende fornecer parâmetros urbanísticos que tenham o Rio Capibaribe e os demais corpos d'água da cidade do Recife como referência para a urbanidade, buscando dar suporte a novos diplomas legais que permitam uma relação mais harmônica entre a paisagem edificada e a natural.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_3

Processo de Gestão de Parques Urbanos: Estudo de Caso em Porto Alegre

Luciana Miron (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Cristiane Schvarstzhaupt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Nathalia Danezi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: processo de gestão, parques urbanos, participação

A cidade de Porto Alegre possui nove parques urbanos sob responsabilidade da Prefeitura Municipal através da gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS). Diversas outras esferas municipais estão envolvidas no processo de gestão e manutenção dos parques a fim de mantê-los em condições de uso. Porém, muitas são as dificuldades enfrentadas em termos de estrutura organizacional e de gestão, comuns à realidade brasileira de parques urbanos. Além disso, todos os parques da cidade possuem a mesma estrutura administrativa, desconsiderando os diferentes contextos nos quais estão inseridos e resultando em espaços que muitas vezes não atendem de maneira adequada às necessidades e às expectativas da população. O presente artigo se propõe a apresentar uma caracterização do processo de gestão dos parques de Porto Alegre, identificando algumas das dificuldades enfrentadas e oportunidades de melhoria. Dois parques de características distintas e localizados na área central da cidade foram selecionados para análise de suas especificidades: o Parque Farroupilha e o Parque Marinha do Brasil. O Parque Farroupilha é o parque mais antigo da cidade e é caracterizado como um ponto de referência, tanto pela diversidade de atividades, como por sua localização de importância histórica no desenvolvimento de Porto Alegre. O Parque Marinha do Brasil é o maior parque em extensão da cidade, é localizado em uma importante área de integração com a orla do Rio Guaíba e é caracterizado por atividades predominantemente esportivas. Os dados foram coletados a partir de entrevistas com técnicos da SMAMS e de pesquisa bibliográfica sobre a gestão de parques urbanos. Os resultados indicam a necessidade da criação de comissões de gestão específicas, com atribuições claras e com a participação de membros da comunidade. Também foi identificada a necessidade de elaboração de Planos Diretores para os parques, de maneira a garantir a continuidade dos trabalhos desenvolvidos e minimizar impactos de alternância de governos. Por fim, os resultados apontam para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o processo de gestão de parques urbanos, visto que esse tema é pouco explorado pela comunidade acadêmica.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_4

Do território planejado ao espaço do mercado: Os Corredores de Centralidade de Porto Alegre/RS

William Mog (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)
Lívia Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Brasil)

Palavras-chave: regulação urbanística, mercado imobiliário, espaço intra-urbano

O artigo problematiza a lógica de produção das cidades a partir da relação entre o território planejado e o espaço executado pelo mercado. O território é aqui entendido como a base que se transforma em espaço quando usado (Santos, 2008). Logo, objetiva-se identificar o processo de transformação da base territorial em espaço ao relacionar regulação urbanística e os empreendimentos do mercado imobiliário. Esta temática encaminha a seguinte questão: Qual é a lógica de produção do espaço intra-urbano a partir da busca do mercado imobiliário por externalidades de vizinhança em associação com a regulação do território? A produção do espaço se realiza a partir da relação entre o valor de uso e o valor de troca das diferentes localizações da cidade (Deák, 2016). Assim, é possível interpretar que, ao investir no espaço, o empreendedor imobiliário está investindo em uma localização e na possibilidade de adquirir lucro a partir da sua venda. Neste panorama, o investimento locacional deve apresentar um produto imobiliário inovador que promova o interesse de compra e o deslocamento de um determinado perfil populacional. Isto requer a criação de uma externalidade de vizinhança favorável à comercialização do produto imobiliário, pois a venda de um imóvel depende dele e da vizinhança onde ele se localiza (Abramo, 2007). É neste ponto que o espaço intra-urbano representa um papel fundamental ao problematizar a relação entre forma urbana e localização. Enquanto a forma urbana traz a dimensão visível do espaço correspondente a um ponto, ou a um imóvel, a localização carrega a relação deste ponto com os demais configurando a sua vizinhança (Villaça, 2001). Logo, o aspecto inovador e, por consequência, lucrativo do produto imobiliário depende do espaço intra-urbano executado pelo mercado conforme a regulação territorial. Para materializar este estudo, pretende-se abordar três territórios intitulados Corredores de Centralidade em Porto Alegre/RS através de um levantamento fotográfico das relações intra-urbanas dos empreendimentos imobiliários construídos a partir de 1999, quando o atual plano diretor municipal é instituído juntamente com estas áreas territoriais. Segundo o plano diretor, os Corredores de Centralidade são territórios definidos por duas vias estruturadoras com a intenção de atenderem certos objetivos como: tornar o transporte urbano mais eficiente, estimular a diversidade de usos, estruturar espaços abertos, estimular a densificação e estruturar uma rede de pólos comerciais. Contudo, o que se observa é uma exploração intensiva do espaço pelo mercado a partir da mudança na regulação territorial destas áreas da cidade em 1999. Entende-se que tal alteração abriu uma oportunidade de investimentos espaciais suscetíveis ao controle do mercado na sua busca por externalidades de vizinhança que inexistia anteriormente e que passa a reproduzir e a intensificar a lógica mercantil de produção do espaço.

Referências Bibliográficas

- Abramo, P. (2007). *A cidade caleidoscópica: Coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Deák, C. (2016). *Em busca das categorias da produção do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Santos, M. (2008). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Villaça, F. (2001). *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_5

O papel da forma urbana na disputa do novo ordenamento territorial da cidade de São Paulo

Joyce Reis (São Paulo Urbanismo; Brasil)

Palavras-chave: instrumentos urbanísticos, regulação do uso e ocupação do solo, forma urbana, município de São Paulo, revisão do marco regulatório, novo paradigma

De 2013 a 2016 o município de São Paulo passou por um amplo processo de discussão pública para revisar os principais instrumentos de política urbana, tendo como resultado a aprovação do novo Plano Diretor em 2014 (Lei 16.050/2014) e da Lei de Zoneamento em 2016 (Lei 16.402/2016). Para enfrentar os desafios do novo paradigma, foram incorporados princípios da morfologia urbana, através de uma visão sistêmica que reconhece os vínculos entre ações estruturantes e políticas de qualificação da escala local.

A estratégia territorial pactuada pela sociedade estabeleceu por um lado a Rede de Estruturação da Transformação Urbana - que articula estratégias de adensamento construtivo e populacional associada a qualificação tipológica ao longo do sistema de transporte coletivo de alta capacidade; e por outro, definiu as Macroáreas através do reconhecimento de padrões morfológicos com objetivos específicos de desenvolvimento e aplicação de instrumentos urbanísticos próprios.

Pela primeira vez na história da legislação urbanística do município (REIS, 2010), foram adotados parâmetros urbanísticos que buscam lidar com dimensões morfológicas e tipológicas da produção do urbano. No caso das Macroáreas, e seu detalhamento em zonas, foi definida hierarquia de gabaritos para zonas e reconhecimento da morfologia de quadras já verticalizadas; taxa de ocupação em função do tamanho de lote; supressão de recuos em função de edificação existente em lotes vizinhos, a fim de preservar os miolos de bairro e dialogar com morfologias existentes. Por outro lado, para garantir o adensamento populacional no processo de verticalização nos eixos de transporte coletivo, foi estabelecida a cota parte máxima de terreno, limite de vaga de garagem, exigências de fachada ativa, fruição pública e doação de calçadas, para promover melhores relações entre espaços públicos e privados. Para garantir qualidade ambiental e urbanística, foram incorporados parâmetros tais como a cota ambiental e o limite máximo de terreno.

As inovações requerem, para além da consolidação em lei, um processo contínuo de aprimoramento da jurisprudência urbanística pela administração pública (decretos, portarias), assim como apropriação pelo setor produtivo, cujos produtos imobiliários precisam responder aos anseios pactuados. É preciso uma nova práxis no processo de implementação do marco regulatório, reconhecendo a cidade como território de disputas constantes, que requer respeito à multiplicidade de formas e de demandas socioambientais (ROLNIK, 2000).

Contudo, a fragilidade da implementação do novo paradigma surge menos de 2 anos depois, no contexto de troca de gestão municipal, pela tentativa de revisão do Zoneamento, cuja justificativa é atrelada a crise econômica nacional e dificuldade de aplicação da lei por parte do corpo técnico de aprovação de projetos – normativos que regem forma urbana apresentam dificuldade de implementação frente a situação fática dos lotes. (Prefeitura de São Paulo, <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/zoneamento/ajustes-zoneamento-2/>, 22/02/2018)

O presente artigo procura expor a conjuntura de disputa sobre o ordenamento territorial da cidade de São Paulo, assim como trazer reflexões sobre processos e desígnios que a inserção da forma urbana em normativos de uso e ocupação do solo necessita enfrentar para romper modelos tecnocráticos tradicionais (BARNETT (1982), DEL RIO (1985), MASHALL (2009)).

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_6

Do plano da região aos planos das cidades: Os conceitos urbanísticos utilizados nos planos das cidades relocadas no rio São Francisco

Antonio Willamys Fernandes da Silva (Universidade Federal de Pernambuco; Brasil)

Palavras-chave: Cidades planejadas; Cidade moderna; Estruturas urbanas.

O objetivo deste estudo consiste em identificar os conceitos urbanísticos utilizados na elaboração dos planos para as cidades relocadas nas construções das hidrelétricas de Sobradinho, Itaparica e Xingó na bacia do rio São Francisco, um dos rios mais importantes do Brasil. Ao todo são oito (08) planos: quatro cidades localizadas na barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia, na região do Médio SF (Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé), três (03) na de Itaparica, entre os Estado da Bahia e Pernambuco (Rodelas/BA, Petrolândia e Itacuruba/PE), também no Médio SF e apenas uma localizada no Baixo SF, no reservatório de Xingó (Canindé do São Francisco/SE), entre os Estados de Sergipe e Alagoas. Para atingir o objetivo da pesquisa, fez-se primeiramente uma apresentação dos planos urbanísticos, constituída de três partes: 1 -Determinantes dos planos urbanísticos; 2 - Descrição dos planos urbanísticos; 3 - Considerações sobre as concepções urbanísticas. Nos determinantes dos planos foram estudados: O contexto político-econômico nacional definida pelos planos estatais; A escolha dos sítios; As necessidades da população. Na descrição dos planos foi constituída das seguintes partes: Autores; Fontes; Estrutura do plano; Pré-análise. Em segundo lugar, fez-se uma análise do conjunto urbanístico dos planos, utilizando-se da dialética para apreender as contradições tanto na escala global com todos os planos juntos, como na escala interna de cada plano, no micro urbanismo de cada plano. O objetivo é perceber as influências, sejam estrangeiras ou nacionais, no sentido de contribuir para a formação da cultura urbanística nacional. A análise considera as causas externas como as questões temporais, a época quando foram projetados os planos (entre as décadas de 1970 e 1980) e as características dos autores. As propostas são analisadas conforme alguns pontos importantes como a solução de planejamento regional, as estruturas urbanas (zoneamento, centro cívico e outros), estrutura viária (hierarquia, os traçados e elementos viários), estruturas arquitetônicas e as referências que influenciaram os planos. Fez-se uso também da técnica da sintaxe espacial para ajudar no entendimento dos conceitos urbanísticos. Utilizou-se a técnica de axialidade, que permite a decomposição em unidades de uma dimensão que serão denominadas linhas axiais. Através do mapa axial, obteve-se algumas variáveis, como a economia da malha, a medida de integração, a forma do núcleo integrador e a medida de conectividade.

Referências bibliográficas:

CHESF & HIDROSERVICE (1973). Projeto Sobradinho: Estudo de Localização das Novas Sedes dos Municípios. Recife.

CHESF (1985). Planos Urbanísticos das Novas Sedes Municipais. Recife, 1985.

DE PAULA, D. A. (2012). Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). Revista de História Regional. FELDMAN, S. (2005) Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947/1972. São Paulo: Edusp.

HILLIER, B.; HANSON, J. (1984) The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press. LAMAS, J. M. R.G. (1992). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LE CORBUSIER (1957). Planejamento urbano. São Paulo: Editora Perspectiva.

LOPES, L (1955). O Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação.

2.4. PROCESSOS IV

REGULAÇÃO E EXECUÇÃO

2.4_7

A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – o caso de Foz de Iguaçu, Paraná - Brasil

Juliana Ramme (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Silvia Mikami G. Pina (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Palavras-chave: Territórios habitacionais, forma urbana, cidades de fronteira.

As cidades de fronteira são espaços de encontro e integração entre sujeitos e culturas distintas e também de afirmação de identidades coletivas. O município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, é uma das 122 cidades de fronteira do Brasil, fazendo divisa com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Além disso, o município recebe um dos maiores fluxos turísticos do país, devido às Cataratas do Iguaçu, à Usina Hidrelétrica de Itaipú e à zona franca de Ciudad del Este. Entre os anos de 1996 e 2015, Foz do Iguaçu aprovou e implantou 100 áreas habitacionais, sendo 50% loteamentos de mercado, 34% condomínios fechados e 13% loteamentos de interesse social. As intensas disputas nestes territórios fronteiriços devido ao tráfico de drogas, contrabando de mercadorias e baixo controle por parte do Estado refletem na produção habitacional, intensificando a segregação socioespacial da cidade. Este trabalho apresenta um estudo sobre as tipologias e forma urbana dos loteamentos habitacionais produzidos pelo mercado imobiliário e pelo poder público, que representam 66% da produção habitacional de Foz do Iguaçu dos últimos 20 anos, a partir da identificação das regiões morfológicas (Conzen, 1960). Para identificar estas regiões, realiza-se uma leitura morfológica destes loteamentos, que inclui a avaliação física do local, como também as questões sociais e econômicas relevantes ao seu desenvolvimento. Estrutura-se o estudo a partir de três categorias sistemáticas da forma: o plano urbano, como o sistema viário e o padrão do parcelamento do solo associado; o tecido urbano, formado pelas quadras e lotes com os tipos edilícios semelhantes; e o padrão de uso e ocupação do solo, tanto do solo quanto das edificações. Como os loteamentos estão localizados em áreas distintas da cidade, será utilizado aqui o conceito de região proposto por Vítor Oliveira (2014). Esta classificação dos territórios habitacionais em regiões morfológicas poderá orientar na identificação dos elementos que caracterizam os tipos de urbanidades existentes, formulados a partir das qualidades locais dos lugares, especialmente a partir do modo como ocorre a constituição dos espaços e como as pessoas se apropriam deles. O estudo permitirá melhor compreensão da organização dos territórios em cidades de fronteira e o grau de influência urbanística que sofrem ou exercem nestas áreas fronteiriças, podendo fornecer subsídios para elaboração e revisão de políticas públicas e de projetos urbanísticos e arquitetônicos.

CONZEN, M. R. G. (1969) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. London: Institute of British geographers.

Oliveira, V., & Monteiro, C. (2014, Dezembro). Regiões morfológicas: a aplicabilidade de um conceito da morfologia urbana na prática de planejamento municipal. *Revista de Morfologia Urbana*, 2(2), 105-108.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

Sala G 3.3 | Moderação: David Viana e Ana Silva Fernandes

| | |
|--|---|
| A cidadania na construção coletiva do território. Casos de Estudo: Portimão e Loulé | Lucinda Caetano José Crespo Ana Queirós Luís Manata |
| Programa Ponte: Uma abordagem sustentada à reabilitação das Ilhas do Porto | Aitor Varea Oro Paulo Alexandre Monteiro Vieira |
| Governança e gestão urbana local. A reorganização de atores no orçamento participativo de Lisboa | Maria Da Graça Moreira José Luís Crespo Ana Rita Queirós |
| O que é uma interface? A perspetiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP | Ana Carolina Carvalho Farias Alexandra Paio Roberto Falanga |
| O papel funcional do arquiteto e urbanista pela recuperação sócio-espacial de comunidades favelizadas no Brasil | Mario Marcio Santos Queiroz Flavia Batista da Mota Mellyssa Ribeiro Ramos |
| Práticas militantes em urbanização de favelas | Lara Isa Costa Ferreira Karina Oliveira Leitão |
| Relação espaço e sociedade em abordagens metodológicas formais e participativas: sentidos para a compreensão e transformação urbanas | Marcelo José Silva Adriana Nascimento |
| Participação na produção do espaço urbano: uma análise de dispositivos e conexões | Vítor Domínio de Meneses Daniel Cardoso |

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_1

A cidadania na construção coletiva do território. Casos de Estudo: Portimão e Loulé

Lucinda Caetano (CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, FCT; Portugal)

José Crespo (CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, FCT; Portugal)

Ana Queirós (CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, FCT; Portugal)

Luís Manata (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: Participação Pública

Os desafios do Século XXI, com o crescimento exponencial da mancha urbana, implicam uma nova visão ao nível do desenvolvimento sustentável levando aos compromissos assumidos na Nova Agenda Urbana saída do Habitat III, onde se compartilharam visões como: “as Cidades e assentamentos humanos para além da sua função social devem ser participativos, promovendo o engajamento cívico, criando sentimentos de pertença e apropriação entre os seus habitantes...”[1]

Em Portugal, os índices de participação pública nos fóruns democráticos formais – eleições, reuniões públicas Municipais, sessões das Assembleias Municipais e participação no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial – são baixos. O presente trabalho, integrado na investigação-ação de doutoramento para o “desenvolvimento de modelos de gestão participada para a regeneração urbana dos centros antigos do Algarve”, tem como objeto de estudo a análise/sensibilização dos cidadãos para a participação nos processos de transformação territorial, sendo o caso de estudo o Município de Portimão, situado no barlavento algarvio.

No diagnóstico prévio foram identificados baixos índices participativos nos vários fóruns democráticos [2], realizaram-se entrevistas semiestruturadas a atores-chave da sociedade local para identificar as razões dessa situação. Dos vários fatores identificados nas entrevistas e corroborados pelos inquéritos realizados identificou-se por ordem decrescente – falta de tradição participativa, sensação de que a opinião do cidadão não é tida em conta e individualismo. Para “formar” atores-chave e sensibilizar a comunidade para a importância da cidadania realizou-se um workshop que tinha como objetivos mostrar exemplos de boas práticas de participação pública, debater sobre as diversas tipologias de participação pública, a cidadania responsável e os canais de participação formais, informais, existentes e/ ou a propor. Após a apresentação/ discussão dos conteúdos os catorze participantes convidados foram divididos em dois grupos com o objetivo de selecionarem uma ideia prioritária para a revitalização do centro antigo da Cidade para ser apresentada através dos canais de participação “oficial”. Os resultados foram reveladores de “desconfiança na participação cívica”. Um dos grupos selecionou duas ideias, definindo medidas de ação, mas sem apelar a qualquer canal de participação ou de diálogo com a Autarquia. O outro grupo elegeu como canal mais “eficaz” em termos de participação – uma petição cívica com 75 assinaturas - que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal terá necessariamente de ser discutida em plenário, mas concluíram que as chances de virem a obter apoio institucional seriam baixas. Os resultados indiciam que em Portimão existe um afastamento profundo entre a comunidade e os seus representantes políticos e um eventual crescimento da consciencialização cívica dependerá de ações continuadas por parte dos atores-chave, nomeadamente as associações da sociedade civil e eventuais laboratórios universitários colaborativos, que venham a ser implementados no território.

[1] HABITAT III - 3.^a Conferência da ONU - Quito, Equador, outubro de 2016, In <http://habitatiii.dgterritorio.pt/?q=content/confer%C3%Aancia-habitat-iii>

[2] CAETANO, L., O., IN PRESS. Public Participation in Territorial Management. A Construction of Citizenship. In Proceedings of the Incubators conference at the KU Leuven – Urban Living Labs for Public Space. A New Generation of Planning? Faculty of Architecture, Brussels, 10 – 11 April 2017.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_2

Programa Ponte: Uma abordagem sustentada à reabilitação das Ilhas do Porto

Aitor Varea Oro (MDT-CEAU-FAUP; Portugal)

Paulo Alexandre Monteiro Vieira (Câmara Municipal do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Ilhas do Porto, Reabilitação urbana, Governança multinível, Abordagens integradas e participadas

Em outubro de 2017, a Secretaria de Estado de Habitação apresentou a “Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH), com a qual o Governo de Portugal pretende dar resposta aos problemas de alojamento que têm animado o debate público dos últimos anos. Como grande novidade, a NGPH prioriza a reabilitação sobre a construção de raiz, assentando a sua materialização em dois princípios estruturantes, que serão necessariamente a base de novos processos de produção do espaço urbano: primeiro, a abordagem integrada e participativa; segundo, a governança multinível. Estes dois princípios exigem que as soluções sejam territorializadas segundo dois níveis, a escala nacional e a local, o que transforma a notável heterogeneidade do país e da cidade de problema em oportunidade, outorgando um papel ativo aos atores e circunstâncias locais e obrigando a uma articulação com o quadro legal e financeiro vigente.

As ilhas do Porto são um caso específico que permite pensar sobre os problemas e oportunidades deste contexto geral. Originários da revolução industrial, estes conjuntos que hoje alojam cerca de 10.000 pessoas, constituem tanto uma solução de recurso para as famílias carenciadas, como uma oportunidade para habitar em localizações centrais com rendas acessíveis. Falamos duma forma urbana e social específica, caracterizada, em termos urbanísticos, por ocupações de elevada densidade de ocupação do solo e de baixo nível de infraestruturação e, em termos arquitetónicos, por edifícios de baixa qualidade construtiva e arquitetónica. Mas falamos, também, de uma singular rede de relações produtivas, onde a ausência de uma intervenção de grande magnitude por parte dos poderes públicos motivou que a resposta à falta de habitação em quantidade suficiente em áreas centrais e a baixo custo fosse dada a partir de um grande número de promotores individuais.

Este trabalho parte da premissa de que a reabilitação destes conjuntos só será possível através de um difícil equilíbrio: conciliar, de maneira flexível mas sistemática, as características socioeconómicas de inquilinos e proprietários tanto com os programas e instrumentos financeiros disponíveis como com as disposições legais e urbanísticas em vigor. Assim, apresenta-se um work in progress que visa criar uma estratégia de intervenção municipal, simples e inteligível, que tomará como linha orientadora o preenchimento dos espaços entre os constrangimentos e as possibilidades existentes e utilizará como ferramenta o acompanhamento de proximidade e como matéria-prima a otimização das esferas técnica e burocrática. Através do “programa ponte”, espera-se cumprir três objetivos em simultâneo: permitir aos proprietários aceder ao mundo profissionalizado da reabilitação urbana; qualificar as intervenções sobre o território do ponto de vista urbanístico social e espacial; finalmente diversificar o leque de promotores e beneficiários da reabilitação urbana.

Secretaria de Estado da Habitação – Ministério do Ambiente. (2017). “Para uma Nova Geração Políticas Habitação. Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação”.

Breda Vázquez, I. e Conceição, P. (2015). “Ilhas do Porto. Levantamento e Caracterização. 1ª ed. Porto: Município do Porto.

Ramos, J; Panero, A; Camiruaga, I; Tomé, P; Hermida, R. (2002) LA GESTIÓN DE LA REHABILITACIÓN. Santiago de Compostela: Oficina de Rehabilitación. Consorcio de Santiago.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_3

Governança e gestão urbana local. A reorganização de atores no orçamento participativo de Lisboa

Maria da Graça Moreira (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

José Luís Crespo (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Ana Rita Queirós (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: participação, atores, orçamento participativo

Os movimentos auto organizados são uma forma de manifestação da sociedade que tem como objetivo promover a defesa dos interesses do grupo. Com grande importância a nível local/municipal têm vindo a ganhar maior visibilidade e dinamismo nos últimos anos, nomeadamente em Lisboa.

O aparecimento de programas participados por parte das autarquias foi um impulsionador para a organização de alguns elementos da população se formarem como grupos de pressão para defenderem os seus interesses no quadro do espaço urbano no sentido da sua qualificação ou requalificação.

Esta comunicação analisa a evolução do desenvolvimento dos movimentos auto organizados no processo do Orçamento Participativo (OP) da Câmara Municipal de Lisboa. O OP pode ser considerado como um exemplo informal de gestão urbana, com a participação direta da população na determinação de prioridades referentes a parte do orçamento municipal. O OP é um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide, ou contribui para a tomada de decisão, sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis para um dado território.

Esta iniciativa tem a sua génese, em Porto Alegre, no Brasil, em 1989. Em Portugal, a primeira fase (até 2004) enquadrava processos consultivos e presenciais; a segunda fase (pós-2005) englobou processos deliberativos com possibilidade de uma participação “multicanal”. Também, nesta última fase, as Juntas de Freguesia desenvolveram processos autónomos dos municípios. Lisboa foi a primeira capital europeia a implementar o OP, e teve a sua 1ª edição em 2008, neste âmbito, em Julho de 2008, foi aprovada a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, que define os objetivos deste processo e indica os princípios pelos quais este se deve reger, prevendo-se uma avaliação anual dos seus resultados e a introdução das alterações consideradas pertinentes para o aperfeiçoamento, aprofundamento e alargamento progressivo do Orçamento Participativo, o que traduz o seu carácter assumidamente evolutivo.

A metodologia seguida passa pela análise desde o 1º processo em 2008 até à data, dos tipos de projetos apresentados, dos atores envolvidos, da sua distribuição espacial e objetivos, do peso da votação que tiveram, das temáticas abordadas e do investimento aplicado. O Orçamento Participativo de Lisboa já tem um número de edições que permite a análise de uma evolução temporal do seu desempenho e da compreensão do aparecimento e desenvolvimento de movimentos auto organizados com grande importância na votação e sucesso de alguns projetos.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_4

O que é uma interface? A perspetiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP

Ana Carolina Carvalho Farias (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Alexandra Paio (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Roberto Falanga (Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa; Portugal)

A sociedade hiperconetada do século XXI impõe desafios aos processos de desenho, planeamento e gestão territorial. O uso de tecnologias digitais e novas mídias permite ampliar espaços de colaboração, abrindo caminhos para a democracia participativa (Castells, 2005). Alguns autores têm desenvolvido estudos para compreender e construir interfaces enquanto meios de interação para esses processos (Baltazar, 2009; Fonseca, 2017). Acredita-se que o desenho de interfaces deve centrar-se nas capacidades de as pessoas interagir com tais dispositivos, sendo a etnografia importante apoio metodológico a tais pesquisas (Suchman, 2007; Schensul & LeCompte, 2013). Em Lisboa, está a desenvolver-se um observatório, interface colaborativa apoiada em tecnologias digitais, para ampliar a participação no âmbito do programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) (XXXX, 2018). O BIP/ZIP, criado há sete anos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), objetiva reabilitar áreas urbanas através de ações de base comunitária, protagonizadas por uma rede de organizações locais (DMHDL, 2015). Nos projetos desenvolvidos por essas organizações surge, atualmente, a necessidade e a intenção de criar ambientes de interação entre pares e a CML. Este artigo descreve uma pesquisa etnográfica realizada para compreender as possibilidades e expectativas de interação entre agentes comunitários de desenvolvimento local e o Observatório BIP/ZIP (O-BIP/ZIP). A metodologia adotada desenvolveu-se em várias etapas: (1) realização de entrevistas com agentes coordenadores de projetos BIP/ZIP; (2) participação em grupo focal, promovido pela Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa, no processo de desenho de uma plataforma tecnológica para a governança colaborativa; (3) observação do projeto Fórum Urbano, da Associação Locals Approach, financiado pelo BIP/ZIP, que tem, como um de seus objetivos, a criação de uma plataforma colaborativa com foco no próprio BIP/ZIP. Pretende-se responder às seguintes questões: (1) Na perspetiva desses agentes, o que seria uma interface colaborativa?; (2) Quais as necessidades desses agentes em relação a tal dispositivo?; (3) Quais são os impactos que uma interface poderia ter em seus projetos?; (4) Como as tecnologias digitais poderiam ajudá-los nos processos de cocriação?. Deste modo, é possível identificar requisitos essenciais para o observatório, do ponto de vista dos agentes comunitários, importantes atores da rede BIP/ZIP. Tal estudo, somado a outros com diferentes atores, é de fundamental importância para o desenho do O-BIP/ZIP.

Baltazar, Ana Paula (2009). *Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity*. London: Bartlett School of Architecture.

Castells, Manuel (2005). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*. IN: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*. P. 17 a 30. Lisboa: INCM.

DMHDL (2017). *Good Practice Summary – Lisbon Local Development Strategy for Neighbourhoods or Areas of Priority Intervention (BIP/ZIP): an integrated toolbox*. CML. Retrieved from: <<http://urbact.eu/in>. XXXXXXXXXX, 2018.

Fonseca, Helena d' Agosto Miguel (2017). *Como interfaces podem contribuir para ganho de autonomia da população no planeamento urbano?* Salvador: PPGAUFAU. Retrieved from: <<https://urbba17.wixsite.com/urbba17/trabalhos-completos>>.

Schensul, Jean J.; LeCompte, Margaret D. (2013). *Essential Ethnographic Methods*. Maryland: Altamira Press.

Suchman, Lucy A. (2007). *Human-machine reconfigurations. Plans and situated actions*. New York: Cambridge Press.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_5

O papel funcional do arquiteto e urbanista pela recuperação sócio-espacial de comunidades favelizadas no Brasil

Mario Marcio Santos Queiroz (ISECENSA; Brasil)

Flavia Batista da Mota (Universidade Cândido Mendes; Brasil)

Mellyssa Ribeiro Ramos (Universidade Cândido Mendes; Brasil)

Palavras-chave: Habitação de interesse social, Participação Profissional e Acadêmica para a intenção projetual, Requalificação sócio-espacial de comunidades favelizadas

Um rápido processo de urbanização, que ocorreu ao longo do século XX, foi vivenciado pelo Brasil com significativas alterações na paisagem urbana brasileira, pelo surgimento de assentamentos informais ou favelizados que se caracterizam pela deterioração de estética construtiva, subsidiada pela ocupação ilegal do solo. O grande contingente populacional que se assentam nestas comunidades é composto por famílias de baixa renda que sofrem com a carência de infraestrutura e dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos sociais. No século passado, a sociedade brasileira sofreu pela subtração de vagas no mercado de trabalho para grande parte de seu contingente populacional, corroborando para uma prática informal que se estendeu para a ocupação do solo urbano. Acirrado o processo desenfreado de migração populacional em direção ao Sudeste brasileiro, as maiores cidades brasileiras sofreram com o inchaço de sua população que, na ausência de adequadas políticas habitacionais, acabou por contribuir para a expansão das cidades sem planejamento. Sobremaneira, caracterizou-se pela ocupação de lotes devolutos com ilegalidade fundiária, em assentamentos periféricos e em áreas centrais desprovidas do interesse especulativo do mercado imobiliário. Notadamente, estes assentamentos se interpuseram como impeditivos para uma boa operacionalidade urbana e, não obstante, tornaram-se alvos de críticas e de “pré-conceitos”, transpassando uma imagem de violência, carências e ilegalidades. Todavia, esta “realidade factual” não se generaliza, visto a satisfação que os moradores demonstram pelo local por eles selecionado. Sendo assim, é neste contexto que o papel do arquiteto e urbanista se sobressai, pela recuperação destas comunidades favelizadas; cabe aos profissionais da área criar projetos que consigam transformar a imagem e o conceito de inserção sócio-espacial das favelas no território das cidades. Estas ações permitem que autoridades governamentais viabilizem desenvolver projetos habitacionais e de espaços públicos de qualidade, pela consequente recostura sócio-urbana de áreas formais e informais. Ainda importante que os projetos propostos respeitem a identidade sócio-cultural existente bem como pensar na inclusão e readaptação do espaço integrado, com integração humanitária. Assim, a qualificação de espaços favelizados configura-se pela recuperação da cidadania da população favelizada, quando a composição urbana torna-se indispensável pela distribuição sócio-espacial através de políticas humanas. Permite apresentar aos moradores destas localidades a viabilidade conceitual entre o projeto arquitetônico e a população atendida. Desta forma, o papel funcional do arquiteto e urbanista faz-se premente, sobretudo pela implantação de leis específicas que legitimam a atuação profissional para agregar valor à cidade através da sua requalificação. Basta fornecer a assistência técnica de profissionais atuantes em intervenções físicas qualificadas para melhoria das condições habitacionais nas cidades brasileiras.

Referência Bibliográfica:

Portas, N; Domingues, A. e Cabral, J. (2002) Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades. Porto: Fundação Calouste Gubenkian.

Queiroz, M. M. S. (2016). Urbanismo para os pobres: Política e Gestão para os Espaços Urbanos da Habitação de Baixa Renda. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFF (Tese de Doutorado).

Santos, C. N. F. dos. “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta”. In Revista de Administração Municipal – Municípios. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_6

Práticas militantes em urbanização de favelas

Lara Isa Costa Ferreira (Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo; Brasil)

Karina Oliveira Leitão (Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo; Brasil)

Palavras-chave: Urbanização de Favelas, Práticas Militantes, Arquitetos Militantes, favelas, Rio de Janeiro, São Paulo

Este artigo é oriundo de pesquisa que foca na ação de arquitetos e urbanistas militantes em processos de urbanização de favelas. Para isso, recorre-se à análise de casos concretos de experiências de urbanização de favelas, desde os anos 1960 aos anos 2010 no Brasil, na região metropolitana de São Paulo e município do Rio de Janeiro. Pretende-se explorar um campo de ação de arquitetos e urbanistas focado em profissionais que propõem intervenções que buscam maior justiça social, integração socioterritorial e emancipação cidadã nas e para as favelas e suas comunidades. Experiências que tentam aplicar práticas participativas. Lidas nesta pesquisa a partir da compreensão de Till, Jenkins e Forsyth (2010), ou os exemplos de Turner (1976, 1989) e Fathy (1980). Analisam-se projetos e processos que reconhecem a informalidade da morfologia urbana brasileira como resultado do desenvolvimento dentro da periferia do capitalismo (MARICATO, 1995), respeitam o potencial de sua cultura popular e o valor das soluções encontradas na autoconstrução habitacional e urbana, dentro das complexas condicionantes econômicas, sociais e culturais.

Esta pesquisa pretende reconhecer a formação e construção de repertório desses agentes, os arquitetos e urbanistas, mas também, abordar uma retrospectiva das suas experiências que se revelam pioneiras em seu campo profissional, não só porque trabalham com favelas, mas especialmente porque escolhem deliberadamente fazê-lo. São experiências viabilizadas pelo poder público, mas que, na maioria dos casos, não se completam integralmente por alguma limitação burocrática, orçamental ou política. A pesquisa visa também analisar os limites e avanços da ação militante dentro destas circunstâncias.

São profissionais que se destacam no seu campo de ação e cujas experiências enfatizam os limites da técnica, da estética e da ética na arquitetura e no urbanismo. A maioria desses sujeitos são professores em universidades de arquitetura e urbanismo e tentam explorar com os seus alunos as metodologias desenvolvidas nas suas experiências práticas, as reflexões sobre este campo de atuação e o seu papel como técnicos.

Os resultados destas experiências são raros, geralmente frustrantes, mas, ao mesmo tempo, certamente inspiradores. Constrói-se uma análise embasada em informações orais e reflexões pessoais sobre os percursos profissionais, e que, apesar dos diferentes contextos, chegam a pontos comuns em termos de métodos, práticas e intervenções, que vão-se designar como: práticas militantes em urbanização de favelas.

A proposta desta pesquisa, é apresentar um mapeamento de possíveis referências de metodologias, técnicas e ferramentas, materiais e físicas, mas também do campo das ideias e da reflexão, e que possibilite um questionamento sobre o papel dos arquitetos e urbanistas como sujeito de ação técnica-política em territórios de conflitos e injustiça urbana.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_7

Relação espaço e sociedade em abordagens metodológicas formais e participativas: sentidos para a compreensão e transformação urbanas

Marcelo José Silva (Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Brasil)

Adriana Nascimento (Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Brasil)

Palavras-chave: Metodologia, Escola Conzeniana, Participação, Morfologia Urbana

Este trabalho trata do estudo morfológico, referenciado pela metodologia conzeniana, de um bairro autoconstruído em uma cidade de porte médio. O emprego desta metodologia, aplicada parcialmente, visou compreender como esta parcela do território se estruturou e se relaciona com a paisagem local. O bairro está situado em posição privilegiada nas encostas de uma montanha, próximo ao limite do “centro histórico”, e se desenvolveu em uma área degradada pelo processo de extração do ouro, cujas condições geomorfológicas constituem um desafio a ser vencido. O segundo objetivo do emprego de tal metodologia foi subsidiar a definição de diretrizes para dotar a área de atributos que lhe confirmem urbanidade, integrando-a à cidade legal. Neste sentido, considerando-se a escassez de informações sobre o bairro, o envolvimento com a comunidade, bem como o emprego de diferentes metodologias participativas (tais como reuniões e mapeamentos coletivos), foi fundamental para o conhecimento da região e o desenvolvimento em gabinete de estudos sobre a forma urbana através da produção de mapas associados a demais informações, cujos os resultados foram apresentados à população local ao cabo desta etapa dos trabalhos. Por fim, neste artigo apresentamos uma reflexão sobre a complementaridade entre o método participativo e o estudo da morfologia urbana para uma compreensão cidadã do espaço urbano, ressaltando a relevância da participação popular diante os diversos desafios que esta empreitada apresenta.

2.5. PROCESSOS V

ACTORES E PARTICIPAÇÃO

2.5_8

Participação na produção do espaço urbano: uma análise de dispositivos e conexões

Vítor Domínio de Meneses (Centro Universitário Devry/UniFanor; Brasil)

Daniel Cardoso (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave : Planejamento Urbano, Conexões, Participação, Dispositivos de participação

Ao estudar a cidade, o planejamento urbano lida com a complexidade do conjunto de relações envolvendo atores e processos. Segundo Ascher (2010), esta rede se intensifica com as possibilidades de interação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Através do surgimento de novas linguagens, a cidade converte-se em um território híbrido no qual instâncias físicas e virtuais criam um espaço ampliado. Compreendendo a cidade como a expressão dos atores sociais e a democracia como um sistema equalizador das forças constituidoras da sociedade, os espaços democráticos configuram-se como locais de exacerbação dos conflitos existentes e, por isso, são essenciais para o êxito do planejamento e da gestão urbanos. Os dispositivos virtuais de participação, valendo-se dos espaços criados pela internet, ampliam as possibilidades de conexão entre os diversos atores sociais. Em certos casos também possibilitam tipos de relações nunca antes experimentadas, atributo próprio da tecnologia que representam. Neste sentido, torna-se essencial investigar as contribuições das TICs para os processos participativos. Portanto, este trabalho analisa a participação popular nos processos de planejamento e produção do espaço urbano através de uma reflexão sobre os dispositivos virtuais de participação e as conexões que eles representam. Foi realizado um levantamento de diferentes dispositivos virtuais de participação que operam através da internet (sites, aplicativos) advindos de iniciativas governamentais e não governamentais que, a partir de uma demanda existente buscam criar espaços democráticos de debate. Como resultado da análise, foi proposta uma taxonomia de dispositivos a partir das conexões proporcionadas entre população e poder público. No entanto, é preciso considerar que o estabelecimento de um canal de relação entre cidadãos e gestores não significa necessariamente uma atividade democrática de planejamento da cidade. Nos casos em que a conexão é de fato estabelecida, devem ser analisadas a qualidade e a efetividade do contato. Segundo Vieira (2008), a conectividade é a capacidade que os elementos de um sistema têm de estabelecer conexões efetivadas ou relações entre si. Já estrutura ocorre quando as relações são estabelecidas. Ou seja, a conectividade representa a potência, a estrutura representa a efetivação. A partir disto e considerando as diversas fases de planejamento urbano descritas por Ferrari (1986) e por Saboya (2000), foi proposta uma sistematização do uso de dispositivos virtuais e suas conexões em cada fase deste processo. A pesquisa expõe as possibilidades de apoio ao planejamento através das TICs, sobretudo no que diz respeito a participação popular. Neste sentido, o sistema de suporte ao planejamento constitui-se como um conjunto de dispositivos de consulta, verificação, controle e monitoramento que, a partir de inputs contínuos dos atores sociais em instâncias físicas e virtuais, proporciona um arranjo institucional favorável à genuína participação popular em todas as fases do planejamento através de processos orientados ao *feedback*.

1.9. FORMAS IX

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

Sala G 2.1 | Moderação: Rui Mealha e Mariana Abrunhosa Pereira

| | |
|--|--|
| Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres de Pau Dos Ferros/RN: um estudo de caso | Trícia Santana |
| Percepção, representação e imaginación na paisagem | Jesús Conde-García |
| A influência da paisagem na morfologia de um bairro em mutação: o caso do Bairro dos Pescadores em Maputo | Ana Beja da Costa |
| Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Piauí – UFPI | Denise Rodrigues Santiago Camila Soares De Figueiredo Karenina Cardoso Matos Wilza Gomes Reis Lopes |
| Espaços verdes de equilíbrio ambiental e potencial: um estudo da Regional Grande Ibes, Vila Velha-ES, Brasil | Natália Santos Larissa Ramos Luciana Jesus Raquel Corrêa Mesquita |
| Influências do turismo e da legislação urbana e ambiental no planejamento da paisagem litorânea | Mariana Barreto Mees Andréa Queiróz Rego |
| Conforto ambiental urbano e análise microclimática a partir de diferentes configurações morfológicas urbanas | Gisele Silva Barbosa Eduardo Praun Machado Patricia Regina Drach Angela Maria Gabriella Rossi Guilherme Geraldino Victor Marques Zamith |
| Desafios à sustentabilidade ambiental: Uma análise sobre a transformação territorial na produção do espaço urbano de Maricá/RJ | Amanda Nogueira Gisele Barbosa |

1.9. FORMAS IX

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.9_1

Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres de Pau Dos Ferros/RN: um estudo de caso

Trícia Santana (Universidade Federal Rural do Semin'Árido; Brasil)

Palavras-chave: espaços livres públicos, praças

Os espaços livres públicos urbanos configuram-se como um conjunto de áreas não construídas que se distribuem na malha urbana, apresentando formas, dimensões, funções e localizações variadas. A cidade de Pau dos Ferros, localizada no Alto Oeste Potiguar, configura-se como um importante polo regional dentro da dinâmica territorial do estado do Rio Grande do Norte. Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a caracterização dos espaços livres públicos do tipo praças na cidade de Pau dos Ferros, relacionando-os com o Índice de Áreas Verdes- IAV. A metodologia contou com o uso de imagens aéreas do programa Google Earth Pro, além de levantamentos in loco e pesquisa documental. As imagens aéreas mostraram a distribuição espacial das 11 praças/largos na área urbana, evidenciando uma concentração que privilegia apenas 8 bairros e onde 4 estão no centro do município, com um total de 3.500m² de área livre. O quantitativo do IAV foi 0,88, notadamente abaixo daqueles citados por pesquisadores internacionais de 9m² (SINGH et al., 2010; FUADY; DARJOSANJOTO, 2012), de 12m² sugerido pela ONU/OMS (DE ARRUDA et al., 2013) ou de 15m² mencionado pela SBAU (LUCON et al., 2013). A maior parte das praças (7) localiza-se na área central e nos bairros que se limitam à elas, e apenas 4 estão em bairros mais periféricos, que também seguem os principais eixos viários que cortam o município, como a BR-405 e a RN-117. O levantamento in loco dos espaços mostrou praças passíveis de uso, com mobiliário e equipamentos públicos conservados, algumas contam com quadras poliesportivas, academias de ginásticas e brinquedos infantis, paisagismo e quiosques de venda de comida e bebida e atuam como relevantes magnetos da vida social coletiva, em uma cidade carente de áreas livres públicas para fins de lazer e recreação. Espera-se que estes dados contribuam para o planejamento urbano local, apontando a necessidade da criação de novos espaços livres públicos de lazer e recreação nos bairros mais afastados da área central, e a manutenção das áreas já existentes, como maneira de apoiar a vida na esfera pública.

DE ARRUDA, L. E. V.; SILVEIRA, P. R. S.; VALE, H. S. M.; DA SILVA, P. C. M. (2013). Índice de área verde e de cobertura vegetal no perímetro urbano central do município de Mossoró, RN. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró, RN, v. 8, n. 2, p. 13-17.

FUADY, M.; DARJOSANJOTO, E. T. S. (2012). Tropical ecological city concept for banda aceh to become sustainable after tsunami disaster. *J. Appl. Environ. Biol. Sci*, v. 2, n. 8, p. 428-433.

LUCON, T. N.; FILHO, J. F. P.; SOBREIRA, F. G. (2013). Índice e percentual de áreas verdes para o perímetro urbano de Ouro Preto, MG. *Revsbau*, Piracicaba, SP, v. 8, n. 3, p. 63-78.

SINGH, V. S.; PANDEY, D. N.; CHAUDHRY, P. (2010). Urban forests and open green spaces: lessons for Jaipur, Rajasthan, India. *RSPCB Occasional Paper*, v. 1, p. 1-23.

1.9_2

Percepção, representação e imaginação na paisagem

Jesús Conde-García (Escola de Arquitectura. Universidade da Coruña; Espanha)

Palavras-chave: Paisagem, Percepção, Representação

“*POSTRADOS mientras
Arriba el rayo no visible
se envuelve en la tiniebla.
Manada ciega
de animales oscuros
volcados sobre el barro
¿Quién vendrá de lo alto
con fragmentos de viento
a darte nombres?*”
José Angel Valente, 1989

Sem dúvida o termo paisagem apresenta-se-nos carregado de significados e complexidade, identificamos três possíveis acepções: 1º. Extensão territorial: componentes e elementos naturais, ou não, observados a partir de um determinado lugar.

2º. Extensão de terreno considerada em seu aspecto artístico.

3º. Pintura ou desenho que representa certa extensão de terreno.

Por tanto, o conceito de paisagem faz referência a um âmbito territorial, mas não considerado em si mesma, mas em relação com outro (o que o percebe, imagina e/ou representa). “Se há uma realidade que não existe se não é por nossa mirada, é seguro a paisagem” (Leblanc e Coulon, 1993). A paisagem não só representa o mundo como é, mas também é uma construção deste mundo, uma forma do ver (Nogué 2008).

Portanto, num princípio, poderíamos falar de: *paisagens percebidas, paisagens imaginadas e paisagens representadas*.

É a conjunção destas três acções que descrevem diferentes formas de relação do observador com seu meio o que confere um significado tão denso e culturalmente tão complexo à palavra paisagem.

Segundo alguns autores, é em meados do século XV quando pela primeira vez um texto holandês utiliza um termo traduzível por nossa paisagem (Fernández de Rota, 2008). Não é casualidade que seja em Holanda já que a obra de Hendrick Goltzius conhecida como Paisagem de dunas perto de Haarlem, é a primeira pintura ocidental que podemos considerar expressamente como uma paisagem ao ter como único objectivo representar um lugar físico (Maderuelo, 2005); *paisagens pictóricas*.

No entanto, a epístola de Petrarca relatando sua ascensão ao “Mont Ventoux” é considerada a narração que marca uma nova maneira de entender o território, ao colocar a consideração estética da natureza, como protagonista. Depois da “invenção” da novela, a representação ou descrição da paisagem, já seja real ou imaginário, se vai converter em tema básico da literatura ocidental; *paisagens literárias*.

Recordar “A Ilha misteriosa” de Verne, já desde a primeira edição da novela acompanha ao texto um mapa da imaginária Ilha Lincoln realizado por Jules-Descartes Ferat. O mapa apresenta duas escalas de distâncias, bem como o meridiano e paralelo que fixam a longitude e latitude em que supostamente se encontra a ilha. O desenvolvimento da topografia, a corografia e os mapas com seu fascinante atração visual e capacidade de ensoñación será o que comece a acordar o interesse pelo território e suas formas, e como consequência pela paisagem (Maderuelo, 2005); *paisagens cartográficas*.

Referências:

Conde-García, Jesús.

Atlas de paisajes de la memoria. Galicia 1579-1865. Tesis, 2015 <http://hdl.handle.net/2183/15326>

Fernández de Rota, José Antonio.

“Dinámicas morales y simbólicas de la construcción del paisaje”, Olladas críticas sobre a paisaxe. Santiago, 2008.

Leblanc, Linda; Coulon, Jacques,

“Paysages”. París, 1993

Nogué, J. (2008).

“Paisaje y sentido de lugar”, Olladas ... Santiago, 2008 Valente, José Angel

Al Dios del lugar, 1989 Verne, Jules.

L'Île mystérieuse. Francia, 1874-1875

1.9_3

A influência da paisagem na morfologia de um bairro em mutação: o caso do Bairro dos Pescadores em Maputo

Ana Beja da Costa (Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food (LEAF), Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: Morfologia; Bairro autoproduzido; sistemas de paisagem; mangais; Maputo; produção do espaço;

A zona costeira de Maputo representa o último reduto de ‘vacant land’ do Município, tido como o bastião da imagem de cidade neo-liberal desenvolvida. Contudo, a realidade no terreno é mais diversa e novos bairros de cariz auto-produzido (Jorge & Melo, 2014) adensam-se com uma morfologia urbana própria, intrinsecamente ligada aos sistemas da paisagem a que se sobrepõem, nomeadamente às zonas de mangal.

Considerando que só existe uma paisagem, a humanizada e as suas dinâmicas, como resultado de um acto cultural (Andersen, 2015), neste artigo aborda-se a zona costeira de Maputo e se esta é entendida como um sistema, com relação a múltiplos factores naturais e sociais cujas dinâmicas se vão alterando ao longo do tempo. Com base em trabalho de campo recente, caracteriza-se a morfologia da cidade auto-produzida em zonas ecologicamente vulneráveis, de forma a entender as dinâmicas da paisagem que aqui influenciam a produção do espaço.

Tomando como caso-estudo o Bairro dos Pescadores, em Maputo, realiza-se uma análise morfológica do tecido urbano e da sua relação com os espaços naturais que o circundam, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Ao cartografar as interações entre a progressão e densificação do tecido urbano e a paisagem onde se insere, e ao identificar os pontos de contacto, sobreposição ou conflito com os sistemas naturais, apresenta-se aqui uma reflexão sobre a influência destes elementos na morfologia do bairro, bem como sobre o seu significado para os moradores.

Andersen, T. (2015, 5 de Novembro) Projecto de Recuperação e Conservação do Parque da Gorongosa: Paisagem Natural versus Cultural - análise crítica do território. Juri das provas de dissertação de Doutoramento em Arquitectura de Pedro Lemos Cordeiro, ISCTE - IUL, Lisboa.

Jorge, S., & Melo, V. (2014). Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo. Caderno de Estudos Africanos(27), 55-77.

1.9. FORMAS IX

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.9_4

Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Piauí – UFPI

Denise Rodrigues Santiago (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Camila Soares De Figueiredo (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Karenina Cardoso Matos (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Wilza Gomes Reis Lopes (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Palavras-chave: Universidade Federal do Piauí, Espaços livres, Unidades de Paisagem.

Tendo como foco o potencial de certas áreas atuarem dentro dos grandes centros urbanos como espaços livres, este trabalho objetiva estudar a importância que se atribui à Universidade Federal do Piauí (UFPI) nesse quesito. A instituição se localiza na capital do estado do Piauí, Teresina, no bairro Ininga, nas proximidades do rio Poti, que, por sua vez, apresenta-se como uma relevante paisagem natural, legitimando a necessidade de se voltar a atenção para a vivência de áreas verdes e paisagens na Universidade. Oficialmente instalada em 1971, a Fundação Universidade Federal do Piauí (atual UFPI), foi implantada nas terras anteriormente pertencentes à família Fortes, nas quais se situava a Fazenda Ininga, e que foram vendidas parcialmente ao então governador do Estado, Alberto Silva. O histórico do bairro Ininga está fortemente atrelado às fazendas, o que justifica o potencial em áreas verdes do que viria a se tornar a universidade. Com o passar dos anos essas áreas diminuíram com o surgimento dos diferentes Centros que compõem a instituição, iniciada pela construção dos Centros de Ciências da Natureza e da Saúde (CCN e CCS, respectivamente), com maior percentual de áreas arborizadas e livres, externando uma possível preocupação inicial do projeto. Depois foi edificado o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e o Centro de Ciências da Educação (CCE), cuja quantidade de áreas livres e arborizadas demonstram que tal preocupação não perdurou para as construções mais recentes. Posteriormente surgiu o Centro de Tecnologia (CT) e por fim o Setor de Esportes, este visivelmente isolado dos demais e ambos com a presença de uma lagoa marcando sua paisagem. Esse quadro de segregação que acontece no Setor de Esportes se repete com os blocos da Biblioteca Central e do Hospital Universitário (HU). Dessa forma, é perceptível o surgimento de três unidades de paisagem isoladas e com um potencial diferente para espaços livres. Apesar da redução das áreas verdes dentro da instituição, atualmente a Universidade ainda é considerada um pulmão verde com grande potencial de lazer ativo e contemplativo. Quanto ao lazer contemplativo, o Setor de Esportes tem um grande potencial em virtude da proximidade que apresenta em relação à lagoa existente e ao rio Poti. Apesar disso, não existe uma real integração entre o setor, o rio e a lagoa o que revela a falta de iniciativa da administração em buscar a convivência da instituição com suas áreas verdes e paisagens. O estudo fundamenta-se em pesquisas bibliográficas, visitas “in loco”, entrevistas, fotografias e croquis. Sendo a universidade um ambiente vivenciado pela comunidade acadêmica e por outros tipos de usuários, revela-se a importância da instituição assumir seu papel como um grande espaço livre. Isso porque o objetivo do mesmo é proporcionar melhorias na vivência dos indivíduos a partir dos benefícios ambientais que proporciona e, principalmente, ao estimular a interação e a convivência daqueles que virão a utilizar o espaço. No entanto, a Universidade carece desses tipos de espaços nas áreas mais próximas aos blocos, onde essa interação seria mais necessária.

1.9_5

Espaços verdes de equilíbrio ambiental e potencial: um estudo da Regional Grande Ibes, Vila Velha-ES, Brasil

Natália Santos (Universidade Vila Velha; Brasil)

Larissa Ramos (Universidade Vila Velha; Brasil)

Luciana Jesus (Universidade Vila Velha; Brasil)

Raquel Corrêa Mesquita (Universidade Vila Velha; Brasil)

Palavras-chave: Espaços Verdes; Conforto Psicológico; Equilíbrio Ambiental

As áreas verdes são importantes indicadores da qualidade de vida e de saúde da população, uma vez que colaboram positivamente para o ecossistema urbano, contribuindo para o conforto térmico e psicológico das pessoas, em especial, daquelas que possuem acesso direto a estas áreas presentes nas cidades. Pela ótica da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU,1999), entende-se por espaços verdes de equilíbrio ambiental como espaços livres que tenham a vegetação como principal elemento de composição, desde que seja acessível ao público e tenha pelo menos 70% da área do seu piso permeável. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos espaços livres de equilíbrio ambiental da Regional 2 – Grande Ibes, localizada no perímetro urbano do município de Vila Velha-ES, a fim de identificá-los, classificá-los e analisá-los dentro do cenário urbano. Para tal análise, foi realizado um mapeamento no software ArcGIS, com base em dados obtidos do Plano Diretor Municipal, de visitas aos locais, imagens extraídas do Google Earth e informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão de Vila Velha - ES. O mapeamento das áreas verdes considera a identificação e quantificação classificadas por: Projeção da Copa das Árvores de Vias públicas, de praças e interior de Lotes; Zonas Especial de Interesse Ambiental; Áreas permeáveis presentes em campo de futebol, canteiros centrais e rotatórias, além do mapeamento de espaços vazios com potencial paisagístico. Como resultado, dos espaços livres da região mapeada foi identificado apenas um espaço verde que atenda aos requisitos da SBAU, constatou-se também que o valor, em m², de copa de árvore por habitante é muito baixo, com exceção de dois bairros que possuem densidades baixas, logo, muitos lotes sem uso e com vegetação. Ou seja, a região analisada possui índice de área verde (IAV) pouco satisfatório e muito inferior ao previsto pela SBAU, que é de 15m²/hab. Outra análise foi dos vazios urbanos com potencial paisagístico que, se transformados em espaços livres de equilíbrio ambiental poderão suprir ou amenizar os valores não suficientes de espaços verdes. Através desta pesquisa, espera-se contribuir positivamente para consolidação do sistema de espaço livre de uso público do município, com o intuito de intervir na qualidade ambiental das cidades e consequentemente na qualidade de vida e saúde física-mental da população.

Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. SBAU: AnoVII, nº3 – jul/ago/set de 1999. Rio de Janeiro, RJ, 1999.

1.9_6

Influências do turismo e da legislação urbana e ambiental no planejamento da paisagem litorânea

Mariana Barreto Mees (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Andréa Queiróz Rego (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave : Planejamento; Paisagem; Litoral Brasileiro; Espaços Livres; Turismo.

Este artigo faz parte do desenvolvimento da pesquisa de doutorado sobre alternativas metodológicas para o planejamento intra-regional na zona costeira brasileira, orientada pela Professora Dr. Andréa Queiroz Rego, que trata a relação entre a paisagem e o planejamento da costa litorânea sob a influência do turismo. Dentro deste contexto, o estudo analisa o processo de urbanização, sua relação com a legislação urbana ambiental e seus reflexos na paisagem, evidenciando o potencial dos espaços livres como subsídio ao planejamento. A partir da metodologia de Ian Mcharg foi desenvolvido um estudo de caso que visa compreender o processo de ocupação da região da costa verde, composta pelos municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, sob uma perspectiva ambiental através da dinâmica do uso e ocupação do solo caracterizado pelo advento do turismo. A maneira como a legislação urbana e ambiental trata tais atividades e seus reflexos na transformação paisagem é o foco deste trabalho, pois a partir desta análise, é estudado o potencial dos espaços livres não somente para estas cidades de forma isolada, mas para a região de forma a subsidiar o planejamento integrado da zona costeira brasileira. O estudo partiu de uma análise cartográfica das paisagens real e planejada da Costa Verde, capaz de identificar espaços potenciais a serem planejados, com uma perspectiva sustentável para o desenvolvimento das cidades e regiões brasileiras.

Bibliografia:

BERTOLO, L. S. Medida de mudança espaço-temporal como fonte de identificação das linhas de evolução de paisagem costeira. Estudo de caso: Ilha de São Sebastião – SP. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil – UNICAMP, 2009. 96p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, UNICAMP, 2009.

CORNER, James. “Recovering Landscape as a Critical Cultural Practice”, in Corner, James, ed., *Recovering Landscape: Essays in Contemporary Landscape Architecture*, New York, Princeton Architectural Press, 1-28, 1999

MACEDO, Silvio Soares. Urbanização, Litoral e Ações Paisagísticas à Beira D água. In: TÂNGARI, Vera Regina; SCHLEE, Mônica Bahia; ANDRADE, Rubrnd de; DIAS, Maria Ângela. *Águas Urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado*. Coleção Proarq - FAU/UFRJ . Rio de Janeiro, 2007.

MAGNOLI, Miranda. Espaços livres e urbanização. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

MCHARG, Ian [2000 (1969)]. *Projectar con la naturaleza*, Barcelona, Gustavo Gili.

RÊGO, Andréa Queiroz; Tângari Vera Regina; GOMES, Rebeca Braga. Paisagem e Planejamento do Sistema de Espaços Livres sob a Influência do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Magé. Anais VI Colóquio QUAPÀ – SEL, São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 3ª ed. Editora: Hucitec. São Paulo, 1996.

SMA-SP. Zoneamento Ecológico-Econômico - Litoral Norte São Paulo. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. São Paulo: SMA/CPLA, 2005.

TARDIN, Raquel. *Espaços livres: sistema e projeto territorial*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Turismo Espaço Paisagem e Cultura*. 2º ed. Hucitec. São Paulo, 1999.

1.9. FORMAS IX

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.9_7

Conforto ambiental urbano e análise microclimática a partir de diferentes configurações morfológicas urbanas

Gisele Silva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)
Eduardo Praun Machado (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)
Patricia Regina Drach (Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil)
Angela Maria Gabriella Rossi (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)
Guilherme Geraldino (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)
Victor Marques Zamith (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: Conforto Ambiental Urbano, Microclima, Forma Urbana

Pesquisadores de diferentes áreas relacionadas às questões ambientais e urbanas estão buscando estratégias para controlar ou subestimar as consequências ruins da interferência humana na dinâmica ambiental. No último século, os assentamentos urbanos, principalmente no Brasil, passaram por um crescimento acelerado e desordenado. A consolidação urbana excessiva e a falta de planejamento urbano podem contribuir ou mesmo causar vários problemas ambientais, especialmente a nível local. As escolhas e os resultados da forma urbana podem melhorar ou piorar a qualidade de vida, dependendo da sua adequação às necessidades locais. Diferentes níveis de compactação urbana, a existência ou não de vegetação, as tipologias e formas urbanas, bem como a vizinhança ao mar, contribuem para variações significativas de temperatura, ventilação, radiação solar e umidade entre um lugar e outro. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência da morfologia urbana no microclima local nas cidades tropicais. Desta forma, a metodologia se baseou em um estudo teórico sobre forma urbana, microclima, densificação urbana e ilha de calor, além de uma pesquisa de campo com o intuito de realizar um recorte físico para analisar as formações urbanas escolhidas.

Foram selecionadas quatro regiões da cidade do Rio de Janeiro com diferentes formas urbanas, mas com proximidade do mar aberto ou baía, e foram feitas simulações computacionais com o programa Envi-met, analisando, a partir dos resultados, o impacto da forma urbana no microclima local. Foram utilizados dados meteorológicos obtidos nas estações automáticas do INMET e imagens de satélite dos bairros da cidade do Rio de Janeiro escolhidos para a análise. Foram eles: Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca e Ramos. Esses, apresentam formas urbanas bastante diferentes, com níveis de densificação populacional e taxa de ocupação variados. Os resultados indicaram que a densificação do solo, ou seja, o aumento da taxa de ocupação do solo, contribui substancialmente para aumentar a temperatura local. A largura da via e a presença de arborização urbana também impactam diretamente o microclima local. Vias mais largas e arborizadas, como as observadas na Barra da Tijuca, por exemplo, contribuíram para reduzir a temperatura e diminuir a umidade relativa do ar devido à maior permeabilidade dos ventos. As formações urbanas de favelas horizontais, como observadas em Ramos, apesar da baixa densidade populacional, apresentaram piores resultados de conforto ambiental devido à alta taxa de ocupação do solo e à homogeneidade da altura dos edifícios. A forma e a direção dos quarteirões em relação à direção dos ventos também tiveram grande relação com os resultados e mesmo com a formação de ilhas de calor. Foi possível analisar diretamente a relação do microclima local com diferentes projetos urbanos. Espera-se que este estudo influencie positivamente a proposição de mudanças morfológicas urbanas para os trópicos e demonstre o valor da análise do microclima como uma ferramenta importante para futuras proposições urbanas.

1.9_8

Desafios à sustentabilidade ambiental: Uma análise sobre a transformação territorial na produção do espaço urbano de Maricá/RJ

Amanda Nogueira (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Gisele Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: Planejamento Urbano sustentável; Dinâmica de Uso do Solo; Geoprocessamento; Maricá

Nas últimas décadas, a urbanização das cidades brasileiras vem tomando grandes proporções. Na maior parte das mesmas, este crescimento geralmente se dá de forma desordenada, o que gera problemas relacionados à sustentabilidade ambiental. A ausência de planejamento e provimento das infraestruturas necessárias, por parte do poder público, minoram a qualidade da vida urbana. Dentro desta perspectiva insere-se a possibilidade da atuação no meio urbano a partir de estratégias e princípios sustentáveis. Um meio possível para a continuidade da expansão urbana e a remodelação de cidades já consolidadas deve ser pautado por um planejamento urbano sustentável, incluindo políticas públicas que cumpram determinados objetivos sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais, tal qual a multidisciplinaridade inerente ao meio urbano exige. O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise sobre a dinâmica sócio-espacial urbana na cidade brasileira de Maricá. Localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta um complexo lagunar e costeiro de interesse econômico e ambiental e nos últimos anos vem sofrendo inúmeras transformações a partir de um amplo processo de urbanização. Foi realizado um inventário ambiental e urbano da região através de um Sistema de Informação por Geoprocessamento, que subsidiou a geração de mapas que contém as principais características físico-ambientais da área e de uso e ocupação do solo. Através da monitoria ambiental, que consiste na sobreposição dos mapas de uso do solo, foi possível acompanhar as transformações ocorridas no espaço geográfico ao longo dos últimos anos, confirmando o histórico de ocupação urbana baseado no contexto de desenvolvimento adotado pela cidade. O levantamento dos dados urbanos e ambientais subsidiou também a elaboração de um mapa com o potencial de uso do solo para fins urbanos, demonstrando os possíveis vetores de expansão urbana. Posteriormente, foram elaborados alguns indicativos que poderão ser úteis à conservação e preservação ambiental e reorganização das áreas outrora ocupadas de forma irregular e desordenada. Os resultados demonstram que o atual modelo de expansão urbana de forma espalhada e desordenada é insustentável, devido aos altos custos de implantação de infraestrutura ao atendimento apropriado da população. Além disso, ressalta-se que a utilização das ferramentas computacionais do Geoprocessamento de dados contribuiu para a elaboração de diagnósticos e prognósticos muito úteis aos processos de tomada de decisão para uma gestão urbana integrada e sustentável.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

Sala G 2.2 | Moderação: João Castro Ferreira e Sara Sucena

| | |
|--|---|
| A constituição dos atuais padrões morfológicos do bairro Enseada do Suá, em Vitória, ES, Brasil | Lorenzo Gonçalves Valfré Eneida Mendonça |
| Habitat Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970) | Teresa Marat-Mendes Maria Amélia Cabrita |
| Avaliação da forma urbana resultante do Plano Diretor em Limeira/SP (Brasil) | Alessandra Argenton Sciota Bruna Barreto Homsí Mayara Rossetti Thiago Felizardo |
| Limites espaciais e espaços compartilhados: resultados preliminares de análise biofílica aplicada a campus universitário em São Luís do Maranhão | Andréa Fonseca Silva Lúcia Oliveira Lindoso Thayná Cantanhede Gusmão dos Santos Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe Wellington Jorge Cutrim Sousa |
| Tempo e Espaço no Bairro FONSECAS e Calçada - a experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira | Alexandra Saraiva |
| O Desenho e o Desígnio: nos projectos habitacionais de promoção pública pós EU | Filipa Serpa |
| Elementos morfológicos: bairro central de Macapá/AP | Ana Corina Maia Palheta Ana Maria de Souza Freitas Francisco Manuel Camarinhas Serdoura |
| A construção do Bairro do Cirne (1882-1937). Clientelas, modelos e formas para habitar na cidade do Porto | Manuel Joaquim Moreira da Rocha Nuno Paulo Soares Ferreira |

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_1

A constituição dos atuais padrões morfológicos do bairro Enseada do Suá, em Vitória, ES, Brasil

Lorenzo Gonçalves Valfré (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Eneida Mendonça (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Palavras-chave: morfologia urbana, espaços livres, história urbana de Vitória, Enseada do Suá

Processos de transformações da forma urbana são influenciados por diferentes fatores que podem provocar criação de novos e distintos padrões morfológicos. A Enseada do Suá, em Vitória, capital do Espírito Santo, Brasil, apresenta configuração urbana resultado de legislações e inserção de grandes obras. Neste sentido, este artigo analisa e propõe reflexão acerca dos agentes e fatores que influenciaram na produção e consolidação dos atuais padrões morfológicos encontrados no bairro. A formação da Enseada do Suá remete à década de 1970, quando foi realizado extenso aterro pelo governo do Estado. As intenções na realização do aterro focavam a expansão de área para ocupação residencial, criação de novas áreas de lazer à beira-mar, além da necessidade de evitar o assoreamento do canal de acesso ao Porto de Vitória (Espíndula, 2014). Devido ao relativo pouco tempo de existência, se comparada à cidade de Vitória, cuja fundação remete ao século XVI (Oliveira, 1975), a Enseada do Suá passara por poucos períodos morfológicos. Observa-se que o início efetivo do processo de ocupação do bairro coincide com a época de implementação do primeiro Plano Diretor Urbano (PDU) da cidade, na década de 1980. No final da década de 1980 e início de 1990 empreendimentos de grande porte realizados no local, como ponte e shopping, alteraram as dinâmicas da cidade, levando maior fluxo de pessoas para a área e gerando conseqüente intensificação do processo de ocupação. Neste contexto, a metodologia compreendeu pesquisa bibliográfica e documental relacionada à história urbana de Vitória, elaboração e comparação de mapas de cheios e vazios de diferentes épocas, bem como complementação da análise a partir de diversos registros fotográficos, seguindo orientação de Mendonça (2005) e Costa e Netto (2015). Os resultados apontam a existência atual de três padrões morfológicos no referido bairro. Os dois primeiros estão relacionados com os zoneamentos e índices propostos e já se mostravam em processo de consolidação desde o início da ocupação. De modo geral, tratam-se, um, de edificações predominantemente residenciais, horizontalizadas e com grande quantidade de pequenos espaços livres privados e o outro de edificações em sua maioria comerciais, altura elevada e poucos, porém extensos, espaços livres privados. O terceiro padrão morfológico é resultado da influência da implantação de obras de grande escala, e é composto por edificações em sua maioria comerciais e institucionais, de altura variada e apresentando configuração de espaços livres, também variada. Comum aos três padrões morfológicos é a grande extensão de espaços livres públicos, representados pelas vias e áreas de lazer à beira-mar. Esta constatação pode contribuir para planejamento e articulação de espaços livres públicos.

Referências:

Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. 2015. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte.

Espíndula, L. Perdas, ganhos e permanências na paisagem da Enseada do Suá, Vitória – ES. 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

Mendonça, E. M. S. 2005. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem. In Anais XI ENANPUR. Salvador. Oliveira, J. T. (1975). História do Estado do Espírito Santo. Vitória.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_2

Habitat | Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970)

Teresa Marat-Mendes (ISCTE-IUL; Portugal)

Maria Amélia Cabrita (ISCTE-IUL; Portugal)

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Habitação, Habitat, Tipologias, Transdisciplinar

A morfologia urbana constitui um espaço de encontro disciplinar primordial para o estudo das formas urbanas, como parte do habitat humano. A sua valência transdisciplinar é essencial para o avanço do conhecimento no âmbito do estudo da forma urbana. No entanto, é necessário a identificação de questões centrais e prementes, capazes de convocar as várias disciplinas para o estudo dessas questões. O debate contemporâneo da Sustentabilidade tem sido eficaz nesse sentido, convocando várias disciplinas a responderem a esta problemática, embora com maior enfoque nas questões climáticas e energéticas. No entanto, em relação a outras problemáticas, como por exemplo as da habitação, que foi central depois de 1945, assiste-se hoje a uma tendência de desinteresse por parte de algumas disciplinas, nomeadamente no âmbito das ciências sociais. Esta é uma problemática que julgamos merecedora de maior atenção, face aos fenómenos de crescimento populacional mundial e as recentes notícias da precariedade habitacional testemunhadas pelo Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional conduzido pelo IHRU. Identificar respostas construtivas para os problemas gerados por estes fenómenos requer, naturalmente, o contributo e o encontro das várias disciplinas implicadas.

É precisamente no conhecimento das lições de um exercício transdisciplinar, aplicado à questão da habitação, e que contou com a participação de arquitetos e sociólogos, entre outros, que colocamos aqui o nosso enfoque. Nesse sentido, promove-se a uma revisão do percurso da habitação social entre 1950 e 1970, em Portugal, com a ideia de que este contém, para o presente, algumas lições de revisão crítica e de cruzamento de situações, úteis para desbloquear uma falta de entendimento e de fechamento falsamente epistemológico e metodológico de disciplinas das ciências sociais, no que concerne ao estudo da habitação. Assim, e no âmbito da morfologia urbana, propomos um intercâmbio disciplinar, operativo e não apenas teórico, que nos permita relacionar forma física, urbana e arquitetónica, com as dimensões sociais e psicológicas do habitat.

Com este objetivo, começamos por esclarecer a própria definição de habitat, conforme estudada no âmbito da Geografia Humana e da Arquitetura através dos CIAM. Com enfoque no trabalho conduzido por Nuno Portas, mais precisamente no seu CODA, defendido em 1959, analisamos a metodologia proposta por este autor para a arquitetura da habitação social, que parte precisamente do conceito de habitat, abrangente das diferentes dimensões da vida individual e coletiva, para além dos aspetos socioeconómicos (Portas 2004).

Das conclusões da pesquisa, destacam-se os fatores que identificamos como geradores das condições de reconstituição do paradigma da habitação social em Portugal, que se caracteriza por uma dualidade significativa da estratégia ideológica do regime do Estado Novo: enquanto persistiam, até 1972, os princípios do programa das Casas Económicas, de 1933, de cariz ruralista e baixa densidade, as sucessivas adaptações legislativas, culminando na promoção das urbanizações de Olivais Norte e Olivais Sul, com uma nova imagem urbana, de predominância da construção em altura e um modelo de clara inspiração moderna, vão testemunhar a força da influência do estudo e da atitude crítica dos arquitetos, relevando claramente a importância dos fatores culturais e da transdisciplinaridade.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_3

Avaliação da forma urbana resultante do Plano Diretor em Limeira/SP (Brasil)

Alessandra Argenton Sciota (Fac. Arquitetura e Urbanismo - Einstein Limeira; Brasil)

Bruna Barreto Homsí (Fac. Arquitetura e Urbanismo - Einstein Limeira; Brasil)

Mayara Rossetti (Fac. Arquitetura e Urbanismo - Einstein Limeira; Brasil)

Thiago Felizardo (Fac. Arquitetura e Urbanismo - Einstein Limeira; Brasil)

Palavras Chave: Forma Urbana; Padrões morfológicos; Paisagem urbana; Avaliação do Plano Diretor; Loteamento.

Este artigo propõe-se a apresentar os resultados da pesquisa sobre a avaliação da implementação Plano Diretor Territorial Ambiental de Limeira/SP de 2009 quanto aos elementos morfológicos da cidade produzida a partir de sua vigência, especificamente nos novos bairros criados, em face dos critérios inovadores e índices urbanísticos mais exigentes propostos por essa Lei, em relação às leis anteriores tendo por objetivo problematizar a aplicação do Plano Diretor quanto à forma urbana.

Alguns dos critérios inovadores dizem respeito aos padrões morfológicos na produção da cidade, na relação dos espaços públicos e/ou coletivos e privados, tais como: i) obrigatoriedade de se criar lotes para habitação de interesse social em qualquer novo loteamento ou condomínio; ii) limitação da dimensão da área fechada nos núcleos urbanos fechados, instituídos por loteamento fechado ou por condomínio; iii) variabilidade de tamanho de lotes, gerando a possibilidade de melhor integração entre camadas sociais diferentes; e iv) obrigatoriedade de contiguidade para novos bairros, conectando-os à cidade existente.

A pesquisa identificou 22 novos loteamentos aprovados e implantados.

O método de avaliação propôs, por meio de critérios objetivos e relacionados ao desenho urbano, uma classificação dos padrões morfológicos qualificando-os em positivos e negativos, que, computados, levam a uma classificação de conformidade em relação ao Plano Diretor. A pontuação foi demonstrada nas fichas individuais criadas para cada um dos loteamentos, caracterizando-os quanto aos tópicos avaliados e indicando sua classificação.

Os resultados gerais foram agrupados considerando suas relações quanto às categorias: i) mobilidade e conexão urbana, ii) paisagem urbana e iii) integração social, possibilitando a compreensão sobre a qualidade da cidade produzida frente ao Plano Diretor; foram produzidos mapas espacializando a desconformidade.

Causas e consequências são apontadas de forma a se possibilitar a problematização dos efeitos dos padrões morfológicos na continuidade da produção da cidade, com o objetivo de fomentar a discussão do desenho urbano para o enfrentamento da desarticulação, da não integração, da mobilidade dificultada e da paisagem urbana monótona ou da sua ausência.

AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EdUSP/Editora 34, 2000.

CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 1996.

DEL RIO, Vicente. Introdução do Desenho Urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

LAMAS, José Manoel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 2014, 7ed.

MACEDO, Silvio Soares. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do séculoXX. Revista paisagem e Ambiente: ensaios, n. 14, dez/2001, p.143 a 167.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROSSI, Aldo. La arquitectura de la ciudad. Barcelona: GG, 1982, 7ed.

SCIOTA, Alessandra Argenton. Critérios de avaliação de morfologia urbana em modelos de segregação residencial. Campinas: PUC-Campinas, 2016 (tese).

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_4

Limites espaciais e espaços compartilhados: resultados preliminares de análise biofílica aplicada a campus universitário em São Luís do Maranhão

Andréa Fonseca Silva (Universidade Estadual do Maranhão; Brasil)

Lúcia Oliveira Lindoso (Universidade Estadual do Maranhão; Brasil)

Thayná Cantanhede Gusmão dos Santos (Universidade Estadual do Maranhão; Brasil)

Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe (Universidade Estadual do Maranhão; Brasil)

Wellington Jorge Cutrim Sousa (Portugal)

Palavras-chave: Análises biofílicas, Morfologia urbana, Vitalidade urbana

O presente resumo versa sobre os resultados preliminares de investigação científica em andamento acerca dos limites espaciais e espaços compartilhados presentes nos ambientes que compõem um campus universitário, na cidade de São Luís, Maranhão. Nesse sentido, a relevância e a importância do tema se dá na medida em que busca revelar aspectos de reciprocidade biofílica, em que são reconhecidas as potencialidades e as fragilidades nas relações homem-ambiente, a partir de um estudo de caso conduzido na perspectiva da importância da educação ambiental e dos processos participativos na elaboração para a vitalidade dos espaços em questão. O método de abordagem e compreensão das dinâmicas existentes instituiu-se a partir da análise de campo efetuada em cinco estágios: I. entrevistas qualitativas com diferentes categorias de usuários pedestres; II. fragmentação do território de análise em sub-áreas de usos específicos no campus; III. desenho e mapeamento fragmentado na forma de matrizes temáticas; IV. Sobreposição e análise de dados; V. Elaboração de diagnósticos das sub-áreas e do território selecionado. A partir da compreensão dos fragmentos, dos componentes e das lógicas subjacentes à constituição da relação entre os espaços privados e o espaço coletivo, tem-se, preliminarmente, a possibilidade de que a fragmentação dos serviços e o contingenciamento na oferta de equipamentos sociais urbanos atingem de forma mais contundente os pedestres, o que compromete significativamente a vivência nos ambientes, provocando nos usuários desconfortos de caráter objetivo e subjetivos, representando considerável redução no grau de biofilia urbana. Ambientes citadinos biofílicos exercem um papel importante na educação ambiental, logo, as duas vertentes direcionadoras do trabalho identificadas até momento, serão: I. a compreensão das dinâmicas que se impõem ao ambiente; II. a compreensão do sistema de valores sociais e culturais que dão significados aos ambientes. Como resultados esperados para essa etapa, espera-se a construção de um repertório consistente de dados objetivos e subjetivos, que possam subsidiar tanto recomendações técnicas, como uma proposta de intervenção em nível de masterplan para o território em estudo.

PORTAS, Nuno. A Arquitectura para Hoje: Finalidades, métodos didácticos. Lisboa, Of. da Papelaria Fernandes, 1964.

Metodologia de Pesquisa-ação - Thiollent, Michel.

ALEX, Sun. Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público. 2ª edição. Editora Senac São Paulo. 2011.

BRITTO, Fernanda. O que é uma cidade biofílica?. ARCHDAILY, Brasil. 23, Fev. 2013. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-99393/o-que-e-uma-cidade-bioflica>> Acesso em 03 de novembro de 2017.

MASCARO, Juan Luís (org). Infraestrutura da Paisagem. Maisquatro Editora, Porto Alegre, 2008.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_5

Tempo e Espaço no Bairro Fonsecas e Calçada - a experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira

Alexandra Saraiva (ISCTE - DINÂMIA'CET-IUL; Portugal)

Palavras-chave: Quarteirão, Bairro Fonsecas e Calçada, Raúl Hestnes Ferreira, SAAL

Com este artigo pretende-se analisar o quarteirão como um processo geométrico elementar, conforme Lamas afirma que adquiriu 'estatuto na produção de cidade, como unidade morfológica' (1993, p.88). Ao cruzar tal abordagem com a interpretação de Henri Lefèbre e de Manuel Castells, cujas as teorias em associação com o planeamento determinam a democracia, apresenta-se a análise da intervenção SAAL coordenada por Raúl Hestnes Ferreira para o Bairro Fonsecas e Calçada (BIP/ZIP 58) em Lisboa.

O início do séc. XX foi determinante nas diferentes propostas de ocupação do quarteirão; experiências como as Hoff, projetadas por Karl Elm, em 1927 ou as Sieglunden, de Ernest May entre 1925 e 1930, definiram novas implantações em contradição com a definição tradicional de quarteirão, compacto e fechado nos quatro lados. O pós-guerra na Europa e as questões do acesso à habitação, determinaram diferentes abordagens e experiências urbanas.

O percurso académico e profissional transcultural de Raúl Hestnes Ferreira, da Finlândia aos Estados Unidos da América, proporcionou um entendimento sobre as questões urbanísticas bastante diferenciador. Na Finlândia, as aulas de Urbanismo de Otto Meurman e as de Estúdio de Arquitectura com Heikki Siren, no Instituto Finlandês de Tecnologia de Helsínquia foram importantes para perceber que urbanismo não dependia apenas da relação dos edifícios entre si, como também da implantação na cidade, bem como de questões de ordem económica. Nos Estados Unidos da América enquanto aluno do 'Master in Architecture' do Departamento de Arquitetura e Estudos Urbanos da Universidade da Pensilvânia, estudou Estúdio de Arquitetura, orientado por Louis Kahn, com o apoio de Norman Rice e Le Ricolais e frequentou as cadeiras de História da Cidade, de E.A. Gutkind, Estrutura Urbana, de Holmes Perkins, Sociologia Urbana, de Chester Rapkin, Estruturas de Betão, de August E. Komendant e de Paisagismo de Georges Erwin Patton, e assistiu a conferências semanais de Lewis Mumford, Holmes Perkins, Mac Harg, Burle Max, Charles Eames e Crane, entre outros, incrementando consideravelmente o seu conhecimento sobre Planeamento Urbano.

No bairro projetado pela equipa de Raúl Hestnes Ferreira, as tipologias habitacionais adequaram-se a evolução vivencial de acordo com os diferentes processos de conceção, edificação e gestão, um pouco em contradição ao que aconteceu noutras intervenções SAAL. O respeito pela população e pelos anseios de cada morador, foi concluído no atelier do arquiteto em 2016, com a entrega das licenças de utilização a cada proprietário, das duas cooperativas económicas, Unidade do Povo e 25 de Abril.

Conclui-se que Raúl Hestnes Ferreira, projecta o bairro entendendo sempre a forma urbana como uma relação entre partes (projectistas, decisores políticos e população) onde o final só é perceptível quando relacionado com o todo.

Referências bibliográficas:

LAMAS, J. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALMEIDA, R. V. (1997). Operações SAAL 1974-1976. in Becker, A. et al. [org.]. Arquitectura do século XX Portugal. Munique: Prestel.

FERREIRA, R. (1984). Bloco C do Novo Bairro Fonsecas-Calçada. *Arquitectura*, (152), 63-65.

FERREIRA, R. (1976). Le 25Avril 1974 ... et lesArchitectes. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, (185), 58-59.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_6

O Desenho e o Desígnio: nos projectos habitacionais de promoção pública pós EU

Filipa Serpa (Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, CIAUD; Portugal)

Palavras-chave: Habitação, Realojamento, Projecto, Tipologia, Portugal

Na segunda metade do século XX, em Portugal, os fenómenos de migração interna e de cidadãos estrangeiros em busca de melhores condições de vida resultam numa forte pressão social e habitacional nos centros urbanos, com maior incidência nas áreas metropolitanas.

Neste contexto, surgiram diversas e vastas áreas urbanas de génese ilegal, materializadas tanto por casas de alvenaria como por alojamentos de materiais precários, marcadas pela falta de condições básicas de habitabilidade. Em resposta a esta realidade, o sector público relançou programas de realojamento, parcialmente suportados por fundos da União Europeia (então Comunidade Económica Europeia), que construíram projectos diversos, alojando a população económica e socialmente mais frágil.

Com base num projecto de investigação desenvolvido na Faculdade de Arquitectura – CIAUD e em colaboração com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o presente artigo dedica-se à leitura do projecto habitacional de promoção pública desde o espaço urbano ao espaço doméstico, no período pós-UE, numa leitura entre o desígnio e o desenho que o conduz.

A metodologia de investigação que tem por base estudos anteriores (Serpa, 2015), assenta num primeiro momento na inventariação dos projectos construídos, dedicando-se em seguida a uma leitura arquitectónica e urbana de natureza tipológica e tipo-morfológica (Moudon, 1989, 1997; Portas, 2007).

São então identificadas as tendências e excepionalidades ao nível da forma urbana e edificada, a partir de uma leitura diacrónica e análise comparativa (Choay, 1992; Rossi, 2001) onde o (re)desenho analítico e interpretativo sistemático e à mesma escala (Baeza, 2017; Meyer, 2005; Sabaté, 2010) assume um papel de relevo.

Considerando a matéria residencial como o tecido elementar da cidade, a análise que se propõem permite discutir acerca do “fazer habitação” versus “fazer cidade”, procurando na área disciplinar da arquitectura/urbanismo, o desenho como instrumento do desígnio.

Bibliografia:

Baeza, A. C. (2017). *Projectar é investigar*. Lisboa: Conference - Faculdade de Arquitectura -UL.

Choay, F. (1992). *O Urbanismo. Utopias e Realidades, uma Antologia*. Colecção Estudos 67 (Editora Pe). São Paulo.

Meyer, H. (2005). *Del Plan al Proyecto y hacia la Perspectiva - From Plan via Projects to Perspectives*. In *Los territorios del urbanista - 10 años Máster UPC en Projectación Urbanística* (pp. 41–49). Barcelona: Edicions UPC.

Moudon, A. V. (1989). *The role of typomorphological studies in environmental design research*. In *Changing Paradigms* (pp. 41–48). University of Washington.

Moudon, A. V. (1997). *Urban morphology as an emerging interdisciplinary field*. *Urban Morphology*, 1, 3–10. Portas, N. (2007). *A cidade como arquitectura (2a)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade (Vol. 1a edição)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Sabaté, J. (2010). *De la cartografía urbana al proyecto territorial*. *Café de Las Ciudades*, 93(Planes de las ciudades (I)). Retrieved from http://www.cafedelasciudades.com.ar/planes_93_1.htm

Serpa, F. (2015). *Entre Habitação e Cidade*. Lisboa, os projectos de promoção pública:1910|2010. *Urbanismo*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa. Retrieved from <http://bibliotecas.utl.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=496135>

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_7

Elementos morfológicos: bairro central de Macapá/AP

Ana Corina Maia Palheta (Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa; Brasil)

Ana Maria de Souza Freitas (Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa; Brasil)

Francisco Manuel Camarinhas Serdoura (Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: leitura da cidade, Morfologia Urbana, Macapá – AP

A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, localiza-se na foz do Rio Amazonas no extremo norte do Brasil. Macapá surgiu como colônia, em 1758 com a categoria de vila, integrada nas terras da Capitania do Grão-Pará. Mais tarde, em 1944, passou a capital do território do Amapá e em 1988 a capital do estado do Amapá.

Este artigo tem como objetivo obter a leitura do bairro central da cidade de Macapá, através da identificação e mapeamento dos elementos topológicos, bem como a percepção urbana do mesmo, resultado das mudanças de desenho urbano na cidade. Com base nas transformações urbanas ocorridas na cidade de Macapá durante do período enquanto “Capital do Território”, serão analisadas as transformações na estrutura urbana até 2014. Considerado que o Bairro vem perdendo sua identidade arquitetónica principalmente neste período onde predomina o estilo Moderno, devido ao processo de verticalização que se iniciou em 2011.

A Cidade de Macapá, assim como o bairro possuem um traçado reticulado de origem portuguesa (1761). As avenidas estão posicionadas leste – oeste enquanto a estrutura de ruas se posiciona no sentido norte – sul. A contribuição dos sucessivos planos urbanísticos, como sejam: o de Grumbilf do Brasil (1950), que trata da adequação da nova capital do território; o da Fundação João Pinheiro (1973 - Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá); o desenvolvido pela H. J. Cole & Associados (1978 - Planejamento Urbano, Turismo e Arquitetura); e por último o que foi desenvolvido pela Secretaria de Planejamento Municipal (2004 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental).

Assim, espera-se concluir através deste olhar sobre os planos obter uma análise e compreensão da evolução morfológica do Bairro Central da cidade de Macapá.

AMANAJAS, V.V.V. (2011) Expansão Urbana e a Formação de Centralidades no Âmbito Interurbano da Cidade de Macapá –Amapá – Brasil.

ARAÚJO, Renata Malcher. (1998). As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá, Mazagão. Porto: FAUP Publicações.

AMAPÁ. Governo do Território. (1960) Plano Urbanístico da cidade de Macapá/ Relatório. Grumbilf do Brasil – São Paulo.

_____. Governo do Território. (1979) Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo – 1977/1978: Documento síntese. COLE, H.J.+Associados S.A., Rio de Janeiro, 87 p. Ilustrações, fotografias, desenhos e plantas.

CANTUÁRIA, Eloane de J. R. (2009) Relatório Final do Projeto Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá – PICBI / Eloane de Jesus Ramos Cantuária. – Macapá.

INTERIOR. Ministério do; AMAPÁ. (1973) Governo do Território do; Macapá. Prefeitura de. Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá, Fundação João Pinheiro – Centro de Desenvolvimento Urbano.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal. (2004) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá. SEMPLA, IBAM.

LAMAS. José Manuel Ressano Garcia, (2004) Morfologia urbana e o desenho da cidade – 7ª edição – Fundação Calouste Gulbenkian

LYNCH. Kevin, (2011) A Imagem da Cidade/ Kevin Lynch: tradução Jefferson Luiz Camargo. -3ed.- São Paulo: Lisboa: Ed. WMF Martins Fontes - (Coleção Cidades).

TOSTES, José Alberto. (2012) Planejamento Modernista na cidade de Macapá a partir de 1943.

1.10. FORMAS X

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.10_8

A construção do Bairro do Cirne (1882-1937). Clientelas, modelos e formas para habitar na cidade do Porto

Manuel Joaquim Moreira da Rocha (Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»; Portugal)

Nuno Paulo Soares Ferreira (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»; Portugal)

Palavras-chave : Paisagem urbana, habitação, artistas, clientela

O Bairro do Cirne, projetado no último terço do século XIX, define um programa de envergadura na caracterização da paisagem da cidade do Porto. Envolve oito arruamentos que foram construídos sobre o espaço ocupado pela Quinta de Reimão. A Quinta manteve-se na posse da família Reimão desde o século XV até ao ano de 1882, quando os últimos herdeiros – os irmãos Maria Isabel e António Cirne – resolvem vender o bem patrimonial. A Quinta foi comprada por Joaquim Domingos Ferreira Cardoso e José Eduardo Ferreira Pinheiro que trataram da rentabilização através da planificação dos arruamentos. Para aprovação municipal do plano que foi entregue pelos dois empresários são apresentados os arruamentos e diversas tipologias habitacionais. É neste espaço urbano do Bairro do Cirne que no ano de 1937 será construído o primeiro conjunto de habitação social na cidade do Porto.

2.6. PROCESSOS VI

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

Sala G 3.2 | Moderação: Jorge Correia e Daniel Casas-Valle

| | |
|--|--|
| Arquitetura Vernacular: Teixoso como caso de estudo | Rúben Miguel de Matos |
| Cartas Municipais de Património: do inventário ao instrumento de gestão | Ana Tarrafa Silva Teresa Cunha Ferreira |
| Intervenções arquitetônicas em monumentos históricos na orla de Fortaleza-CE: Possíveis impactos da verticalização sobre o seu património edificado | Synara Barros de Holanda Leite Vieira Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos Marcelo Mota Capasso |
| Intervir com Valor(es) | Vanessa Pires de Almeida Adelino Gonçalves Margarida Relvão Calmeiro |
| O Plano Diretor Municipal como um instrumento de planeamento e preservação do património histórico: O caso da cidade de Cáceres-MT | Gisele Carignani Thais Lara Pinto de Arruda |
| Investigando códigos urbanos e urbanidade: Aspectos morfológicos das leis urbanísticas de Parnamirim e seus rebatimentos sobre padrões de urbanidade. | Fabrcio Lira Barbosa |
| Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX: o contributo dos cine-teatros | Ana Cláudia Cardoso Brás |
| Da análise morfológica urbana e da perceção sintética - uma metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas de Lisboa | António Ricardo da Costa |

2.6. PROCESSOS VI

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

2.6_1

Arquitetura Vernacular: Teixoso como caso de estudo

Rúben Miguel de Matos (Portugal)

Palavras-chave: Património, Arquitetura Vernacular, Teixoso, Herança Cultural

Portugal tem sido reconhecido pela sua versatilidade espacial que potencia um desenvolvimento espontâneo do turismo, através das paisagens, mas também da Arquitetura e identidade de cada local.

A Arquitetura Vernacular vem demarcar a potencialidade destas regiões do interior promovendo as suas características rurais e conservando as tradições, identidade e origens de cada povo. A Arquitetura Vernacular ou Popular, como também pode ser designada, é um elemento primordial a conservar, pois é através desta que se observam os primeiros passos da Arquitetura. (Cenicacelaya, Javier; BAGANHA, José – 2004)

No que diz respeito à Arquitetura Vernacular, o principal elemento que contribui para a concretização desta análise foi o inquérito à “Arquitectura Popular em Portugal” que relata de forma inigualável a Arquitetura Vernacular em Portugal. Também o livro de Javier Gil ajuda a perceber a evolução da Arquitetura desde o período da cabana passando pela Arquitetura Vernacular. (Congresso Internacional de Arquitetura Vernácula – 1976)

Todavia, são visíveis outros elementos que têm vindo a ajudar à promoção da Arquitetura. A reabilitação é dos mais notáveis, pois este conserva o património arquitetónico de cada região. Este tem sido alvo de grandes atenções por parte da sociedade, falando-se na preservação e conservação do património e da sua identidade, contudo nem sempre é fácil de entender o que é na verdadeira essência das palavras e das ações praticadas. (Ribeiro, Ana S. F. – 2016)

Deste modo, realizou-se um levantamento de dez exemplos de Arquitetura Vernacular na presente Vila do Teixoso - Covilhã - Portugal, de forma a poder-se observar e assinalar aspetos que a caracterizam e que a revelam ao longo dos tempos, pois esta tem-se alterando conforme a sua utilidade, função e tradições locais. (Martins, G., Neves, M. e Carrola, F. – 2009) (Oliveira, Ernesto V.; Galhano, Fernando – 2003)

Esta preservação, renovação, adaptação e atualização do património pode levar a interrogações quanto ao modo como são executadas, levando-nos a questionar se não se está a descaracterizar ou a destruir a identidade deste património.

2.6_2

Cartas Municipais de Património: do inventário ao instrumento de gestão

Ana Tarrafa Silva (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Teresa Cunha Ferreira (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Plano Diretor Municipal, Património Mundial, Cartas Municipais do Património

A integração dos valores patrimoniais (culturais e naturais) nas políticas de ordenamento de território e em particular nos seus instrumentos, é um dos pilares da política europeia de coesão territorial (Carvalho, 2008) e de orientação para um desenvolvimento mais sustentável (Oers & Bandarin, 2012). Concomitantemente, com o progressivo alargamento do conceito de património (material/imaterial, natural/cultural, digital, paisagístico, etc.), a sua gestão torna-se progressivamente mais multidisciplinar integrando disciplinas até agora não consideradas, articulando o desenvolvimento urbanístico com a conservação do património (UNESCO, 2011a). Por outro lado, adaptando a forma à multiplicidade dos modelos de organização territorial e administrativa de cada país, a inventariação patrimonial assume diversas escalas, da transfronteiriça, nacional, regional à local, adquirindo nesta última o seu carácter mais operacional pela sua proximidade aos intervenientes.

Em Portugal, a identificação dos elementos patrimoniais, é uma realidade desde finais do século XIX (RAACAP, 1881), refletindo-se hoje numa diversidade de inventários nacionais de património: arquitetónico, arqueológico, móvel dos museus e palácios e imaterial. Integrando outros bens para além dos classificados, o seu carácter sistemático inclui informação de cariz fotográfico, arquivístico, procurando ser georreferenciada (Noé, 2016).

À escala local, embora a primeira legislação sobre os PDM (1982) obrigasse à identificação destes bens, reforçada pela descentralização de competências para as autarquias locais (Lei n.º 159/1999), os primeiros PDM restringiram-se quase exclusivamente à listagem dos bens classificados e raras vezes à sua cartografia (Raposo, Planos Directores Municipais e Património: inquérito aos PDM's de «1ª geração», 2003). Situação que se tem vindo a alterar com o esforço de algumas autarquias em desenvolver inventários municipais, com resultados visíveis nas primeiras revisões de PDM onde as “Cartas Municipais de Património” (CMP) começam a tornar-se a regra (Tarrafa Silva, 2017). Sendo um “documento-processo” que se pretende dinâmico integrando as valências do inventário com a georreferenciação geográfica, as CMP são um instrumento sectorial operativo, fundamental à hierarquização de prioridades e, logo, ao planeamento e gestão urbanística municipal (Afonso, 2006).

Sendo simultaneamente um recurso e uma condicionante, é nesta última qualidade que os bens patrimoniais são geralmente tratados nos instrumentos de planeamento. Uma classificação que sufoca a gestão integrada deste recurso, muitas vezes limitado ao elemento isolado ou, quando muito aos conjuntos e respetivas zonas de proteção (Raposo, Planos Directores Municipais e Património: inquérito aos PDM's de «1ª geração», 2003; Carvalho, 2008).

Neste artigo propõe-se uma reflexão sobre o enquadramento, estado da arte e implementação prática da ferramenta das CMP, em quatro cidades portuguesas com inscrições na lista do Património Mundial: Lisboa, Porto, Guimarães e Évora. Este exercício fundamentar-se-á na evolução da literatura internacional e nacional, orientada para o alargamento quer do conceito quer da ação, ultrapassando a função primeira de inventário para se consolidar como uma ferramenta operativa de suporte de modelos de desenvolvimento urbano sustentáveis.

2.6. PROCESSOS VI

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÔNIO E HERANÇA

2.6_3

Intervenções arquitetônicas em monumentos históricos na orla de Fortaleza-CE: Possíveis impactos da verticalização sobre o seu patrimônio edificado

Synara Barros de Holanda Leite Vieira (Centro de Ciências Tecnológicas, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Fortaleza; Brasil)

Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos (Brasil)

Marcelo Mota Capasso (Brasil)

Palavras-chave: Patrimônio cultural edificado, Verticalização, Orla, Impactos, Fortaleza

O processo de verticalização, quando acontece em áreas de ocupação mais tradicionais da cidade, tende a causar grandes transformações na ambiência urbana local. A implantação e expansão desse modelo de crescimento acabam por criar novos espaços que se consolidam trazendo consigo muitas vezes novos usos e valores ao lugar, em detrimento da preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva e urbana. É na maneira com que essa verticalização é praticada que podemos entender de que forma a cidade se relaciona com seu patrimônio. Nesse contexto, trazemos para o debate o atual momento da cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, onde a interferência de novos empreendimentos imobiliários sobre monumentos históricos tem impactado fortemente na ambiência, visibilidade e até mesmo estrutura dos bens patrimoniais. Soma-se à questão supracitada a localização privilegiada de alguns monumentos históricos remanescentes na orla da cidade, zona já verticalizada e com forte apelo turístico.

Como casos que representem o atual momento, serão analisadas duas novas propostas de intervenções em monumentos históricos que estão em andamento, situadas na orla de Fortaleza. A primeira trata da nova proposta de intervenção para o Edifício São Pedro (1951), antigo Hotel Iracema Plaza, primeiro hotel e edificação de grande porte da antiga Praia do Peixe, hoje Praia de Iracema. O bem, tombado provisoriamente pelo município em 2006 por meio do decreto 11.960/06, teve sua instrução de tombamento homologada em agosto de 2015. Entretanto, recentemente, em 2018, o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (Comphic) reviu o processo de tombamento, apresentando novos parâmetros e ampliando as possibilidades de intervenções no bem, o que vem abrindo caminho para a construção de uma torre de até 97m de gabarito partindo do interior do edifício. A segunda proposta de intervenção a ser analisada trata do Náutico Atlético Cearense. Fundado em 1929, é o mais antigo clube de Fortaleza, tendo sua sede definitiva inaugurada em 1952 na Praia do Meireles e tombada parcialmente pelo município em 2012. Recentemente, foi apresentada pelo Ministério Público do Estado do Ceará uma proposta de tombamento estadual com a intenção de impedir obras no imóvel que implicassem em demolições, destruições ou mutilações do equipamento. Porém, a proposta foi rejeitada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (Coepa). Hoje o Clube Náutico enfrenta uma proposta de projeto que prevê para o local construção de um hotel, shopping center e duas torres comerciais.

Fortaleza em sua história recente vem naturalizando, apesar de bastante questionável do ponto de vista histórico, um certo modelo de crescimento que, a pretexto de modernidade e desenvolvimento, segue avançando e promovendo descaracterizações urbanas em zonas tradicionalmente consolidadas. Verifica-se, assim, a relevância da construção de um debate acerca dos modos de intervir em monumentos históricos e seus impactos. Como fruto de observações e questionamentos levantados dentro do grupo de pesquisa “A Casa Cearense como documento e memória”, este artigo pretende analisar e discutir sobre os possíveis impactos da verticalização sobre monumentos históricos, assim como as fragilidades da legislação urbana vigente e seus impactos na memória coletiva da cidade.

2.6_4

Intervir com Valor(es)

Vanessa Pires de Almeida (Instituto Pedro Nunes; Portugal)
Adelino Gonçalves (Departamento de Arquitetura da FCTUC; Portugal)
Margarida Relvão Calmeiro (Departamento de Arquitetura da FCTUC; Portugal)

Palavras-chave: Valores Urbanos, Património Urbanístico, Desenvolvimento Urbano Sustentável, Conservação Integrada, Metodologia de Intervenção

Numa tentativa de resgate da cidade existente, procurando restaurar o seu equilíbrio urbano, físico e vivencial, surge a necessidade de criar uma metodologia de planeamento, gestão e monitorização do património urbanístico que apoie e clarifique as tomadas de decisão da administração local.

Com a mudança de paradigmas nas políticas internacionais de desenvolvimento urbano [Agenda 2030 (ONU), Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat)] e de salvaguarda patrimonial [Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO)], a cidade tem vindo a repensar os princípios de intervenção estabelecidos, reconhecendo a sua importância no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) preconizados.

Considerando a intervenção na cidade como um processo dinâmico, que deve atentar nas suas múltiplas dimensões, múltiplas escalas do território, múltiplos agentes e múltiplos tempos, entende-se que as políticas públicas locais carecem de ferramentas para um desenvolvimento integrado, que reforcem a coesão e a coerência da paisagem, aliando a salvaguarda ao desenvolvimento, a cidade ao território, a dimensão física à dimensão vivencial, os especialistas à comunidade.

Neste sentido, definimos e propomos uma metodologia de intervenção, de reconciliação entre o património e o desenvolvimento, estruturada no reconhecimento dos valores urbanos - as referências da realidade para uma cultura, que se constituem como os alicerces reguladores para um desenvolvimento urbano sustentável, sustentável na salvaguarda do passado que nos define e enraíza, das necessidades e vivências do presente e das aspirações para um futuro, de inevitável partilha com as gerações vindouras.

Esta metodologia define-se por um conjunto de etapas: inventário e análise dos valores urbanos das áreas constituintes do território (identificação dos padrões urbanos preservados, mantidos e repetidos); avaliação da presença dos valores urbanos identificados no edificado integrante; e, no ato de intervir, apresentação de uma declaração de impacto nos valores urbanos presentes (fundamentação das dificuldades encontradas pelos agentes da mudança).

A apresentação focar-se-á na identificação e caracterização de um sistema de valores urbanos, revelador da significância do lugar, operacionalizado em Viseu, em duas artérias de função comercial, estruturantes do núcleo urbano antigo – a Rua Direita e a Rua do Comércio.

Com o estudo desenvolvido, pretendemos demonstrar a importância do reconhecimento e da articulação dos valores urbanos das diferentes áreas como um princípio útil ao planeamento, à gestão e à monitorização de um tecido urbano, sempre complexo e dependente da cultura que o interpreta, acolhe e utiliza.

A defesa de uma política local de intervenção baseada na valorização do património urbanístico, que confia à comunidade a partilha, a redefinição e a defesa de valores, não só salvaguarda a identidade do lugar como deixa espaço para a mudança, para as transformações necessárias à vivência e às aspirações de quem o habita.

Referências Bibliográficas:

Pires de Almeida, V. (2017). Valores Urbanos e Património na definição de Princípios de Intervenção: o “Centro Histórico” de Viseu. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra).

2.6. PROCESSOS VI

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÔNIO E HERANÇA

2.6_5

O Plano Diretor Municipal como um instrumento de planejamento e preservação do patrimônio histórico: O caso da cidade de Cáceres-MT

Gisele Carignani (UNEMAT; Brasil)

Thais Lara Pinto de Arruda (UNEMAT; Brasil)

Palavras-chave: Plano Diretor – Patrimônio Histórico – Participação Popular

O trabalho propõe-se a trazer para o centro das discussões o potencial metodológico que o Plano Diretor Municipal Participativo apresenta para fins de planejamento e preservação do centro histórico da cidade de Cáceres – MT. Nesse sentido é relatado o caso do envolvimento da população nas decisões de planejamento para a preservação do patrimônio tombado desta cidade, localizada na região Centro Oeste da Federação brasileira. Com base na pesquisa qualitativa, foram realizadas oficinas comunitárias nas escolas municipais da região, onde os assuntos abordados estavam pautados na educação patrimonial infantil e rodas de conversas que possibilitou a interlocução de profissionais multidisciplinares e moradores locais, onde algumas informações técnicas foram abordadas para maior conhecimento da população no que se refere a memória, identidade e patrimônio, bem como a importância de sua preservação. Assim, munidos de maiores esclarecimentos para interpretação, a população ofereceu a sua leitura de vivência dos espaços e monumentos qualificando-os como prioridades de manutenção, através de desenhos e diálogos, conduzidos por profissionais da equipe incumbida de fazer a revisão do Plano Diretor. Possibilitar que diferentes segmentos da sociedade participem nas atividades de planejar e gerir algumas políticas urbanas, enfatizando as de preservação patrimonial, é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre os cidadãos e assumido por estes. E assim possibilitando um maior comprometimento e sentimento de responsabilidade no processo de construir e implementar as políticas voltadas para a manutenção desse patrimônio, inseridas no Plano Diretor. As atividades foram realizadas em pontos estratégicos da periferia da cidade, no que lhe concerne maiores dificuldades de acesso ao centro urbano bem como ao envolvimento absoluto dos cidadãos com o patrimônio, nisso é refletido a carência do conhecimento e a não identificação do ser social cacerense com a sua história expressa em seus casarões, igrejas, marcos e praças. Dificuldade esta, reforçada pela morfologia dispersa do tecido urbano consolidado da cidade que dificulta o acesso dos moradores de áreas mais periféricas ao centro histórico da cidade.

2.6. PROCESSOS VI

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

2.6_6

Investigando códigos urbanos e urbanidade: Aspectos morfológicos das leis urbanísticas de Parnamirim e seus rebatimentos sobre padrões de urbanidade.

Fabrcio Lira Barbosa (Centro Universitário Facex; Brasil)

Palavras-chave: Urbanidade, Legislação urbanística, Forma urbana

Este artigo apresenta resultados parciais de um estudo que investiga como a legislação urbana do município de Parnamirim/ Brasil tem atuado sob a definição da forma da arquitetura, e da própria cidade, de modo a identificar rebatimentos sobre efeitos sociais no espaço. A investigação é produto de um Programa de Iniciação Científica (PROIC) do Centro Universitário Facex, e trata-se de um estudo piloto cujo objeto de investigação é parte do bairro de Nova Parnamirim, situado no limite sul com a cidade de Natal. Tem como principal objetivo identificar a forma resultante das prescrições urbanísticas, a partir de aspectos morfológicos inseridos na lei, entendendo-as (as leis) como estruturadores do espaço da cidade. Explora, também, seus efeitos sobre os padrões de uso e ocupação do espaço público pelas pessoas. Assumimos a premissa sugerida pela Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984) na qual espaço e sociedade são indissociáveis e que a arquitetura é lida enquanto variável independente, ou seja, atua sobre processos sociais potencializando usos e apropriações do espaço pelas pessoas. Nova Parnamirim é hoje o maior e mais dinâmico bairro da cidade de Parnamirim. Sua ocupação inicial remonta a década de 1980, mas foi a partir dos anos 2000 que o bairro passou por um intenso processo de transformação, especialmente a partir de mudanças na legislação urbanística que permitiu, dentre outras prescrições, a verticalização que hoje marca a sua paisagem. Cortado por três vias estruturais, o trecho selecionado para a presente pesquisa constitui-se como um microcosmo da pouca diversidade de usos, ocupação e apropriação do espaço pelas pessoas, congregando a predominância da tipologia residencial, construções térreas, isoladas no lote com pouco contato com a rua. A monotonia tipológica é incentivada pela legislação urbanística que atua sobre a área. Através da base cartográfica desenvolvida pela Prefeitura de Parnamirim, foram elaborados mapas de gabarito, hierarquias de ruas, usos, recuos e áreas livres que foram analisados à luz da legislação atuante sobre a área, além da contagem de pessoas, em diversos dias e horários, que transitavam pelo espaço público. Como resultado, identificamos uma maior concentração de pessoas na região da Avenida Abel Cabral, via estrutural que concentra a maior parte de usos e tipologias diferentes da residência térrea, especialmente comércios e serviços, e uma quase absoluta desertificação social de usos das ruas a medida em que nos adentramos nas ruas lindeiras à avenida. Este artigo indica a necessidade de estudos mais aprofundados acerca das relações existentes entre forma da arquitetura/cidade, legislações urbanísticas e níveis de urbanidade de modo a compreender como a elaboração dessas leis tem, costumeiramente, negligenciado o elemento humano como parte do processo de uso e ocupação do solo e não como mero personagem de composição da cidade.

2.6_7

Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX: o contributo dos cine-teatros

Ana Cláudia Cardoso Brás (CEAU; Portugal)

Palavras-chave: Cine-Teatros, Planos de urbanização, Cidade, Modernização

O êxito do cinema, tornado um negócio rentável, e a publicação do Decreto 13564, de 6 de maio de 1927, que definiu características funcionais e construtivas para as novas casas de espetáculos, foram os contributos fundamentais para a tipificação dos cine-teatros. Os mais de 250 cine-teatros implantados nas cidades portuguesas são, geralmente, resultado do investimento da iniciativa privada, individual ou em sociedades constituídas por vários membros.

Entre 1930 e 1970 construir um cine-teatro era sinónimo de progresso e valorização da localidade. A evidência da sua importância observa-se ainda porque alguns planos de urbanização reservavam-lhe localizações privilegiadas, junto aos equipamentos públicos de maior importância, como as Câmaras Municipais e Palácios da Justiça. Os cine-teatros contribuíram, assim, para a formação do centro cívico, para a abertura de praças e avenidas ou eram remetidos para locais de expansão da cidade.

Propomos uma abordagem ao carácter urbano dos cine-teatros como pontos de referência, desenvolvimento e modernização das cidades do século XX. Pretende-se analisar diferentes opções de implantação, abordando os que já estavam definidos nos planos de urbanização e que, por hipótese, poderão ter influenciado a distribuição interior e a concepção das fachadas.

Procuramos, assim, cine-teatros exemplares de situações que:

- Juntamente com outros edifícios públicos contribuíram para a formação do centro urbano: Teatro-Cine da Covilhã e Teatro Alves Coelho, em Arganil;
- Foram implantados em importantes praças e avenidas: Cine-Teatro Alba, de Albergaria-a-Velha; Cine-Teatro de Alferrarede e Cine-Teatro de Vila Viçosa;
- Contribuíram para a abertura ou reestruturação de avenidas: Cinema Monumental, em Salvada.
- Foram construídos em bairros operários como se de micro cidades se tratassem: Teatro Narciso Ferreira, Riba de Ave e Teatro Cine do Barreiro.
- Foram edificados em locais estratégicos salvaguardando a expansão da cidade: Cine-Teatro Messias, Mealhada e Cine-Teatro Avenida, Idanha-a-Nova.

Pretendemos evidenciar os cine-teatros como pontos estratégicos de encontro e desenvolvimento para as cidades, abordando alguns pouco conhecidos e contribuir para a sua divulgação e reconhecimento como património arquitetónico.

A metodologia a seguir será a consulta dos processos referentes a cada cine-teatro, arquivados na Inspeção Geral das Atividades Culturais, seguida da análise dos planos de urbanização, das plantas de implantação, da organização interior e das fachadas e da bibliografia sobre o tema, nomeadamente:

Acciaiuolli, M. (2013). Os Cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX (2ªed.). Lisboa: Bizâncio.

Brás, A. (2011). Cine-Teatros: Percorrendo a Beira Interior. (Dissertação de mestrado não editada, Mestrado Integrado em Arquitetura). Universidade da Beira Interior, Faculdade de Engenharia, Covilhã, Portugal.

Carneiro, L. S. (2002). Teatros Portugueses de Raiz Italiana. (Dissertação de Doutoramento não editada). Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, Porto, Portugal.

Constantino, S. (2010). Arquitetura de Cine-Teatros: Evolução e Registo, 1927-1959: Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo. Coimbra: Almedina.

Decreto nº 13564 de 6 de maio de 1927. Diário do Governo nº92. I Série. Lisboa: Ministério da Instrução Pública.

Felino, A.I. (2008). Os Cinemas em Portugal, a interpretação de um arquitecto: Raul Rodrigues de Lima. (Prova Final de Licenciatura não editada). Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra, Portugal.

2.6_8

Da análise morfológica urbana e da percepção sintética - uma metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas de Lisboa

António Ricardo da Costa (Instituto Superior Técnico; Portugal)

Palavras-chave: Metodologia de planeamento, análise morfológica, áreas históricas

A metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas, aqui apresentada, parte da alternância de 2 ordens de ideias: uma primeira ordem de ideias que põe a tónica nos mecanismos de análise morfológica urbana e pretende uma aproximação científica á materialidade do tecido urbano, e uma segunda ordem de ideias que parte da premissa da complexidade semântica do tecido urbano.

A primeira ordem de ideias atua através da delimitação de zonas e unidades morfológicas e da avaliação das intensidades de uso dessas mesmas unidades através de parâmetros quantitativos; a segunda põe a tónica na percepção do sujeito, favorecendo uma abordagem a partir da sua intuição, através do desenho, da fotografia, da pintura.

Esta metodologia, é aqui aplicada em áreas históricas de Lisboa e compreende 5 etapas, que se descrevem em seguida:

- 1) Seleção de áreas de intervenção. A seleção de áreas urbanas para conservação deve ter em conta critérios objectivos (Cohen, 1999; Ricardo da Costa 2006), que neste contexto se consideram parâmetros susceptíveis de avaliação.
- 2) Definição de Unidades Morfológicas a partir de um modelo hierárquico (Osmond, 2008; Kropf, 1993)). Dentro das Unidades Morfológicas delimitam-se as Unidades de Lugar. A necessidade de introdução do conceito de Lugar (Gregotti, 1972; Norberg-Schulz, 1979) decorre da insuficiência dos métodos analíticos para a caracterização do espaço, insuficiência essa já detectada por Rossi (Rossi, 1975) que estabelece a distinção entre o que considera o pensamento lógico e o pensamento analógico.
- 3) Análise Quantitativa das Áreas de Intervenção.
- 4) Aplicação do Método de Atenção Suspensa para a caracterização das Unidades de Lugar. Em 1912, Sigmund Freud enumerou a primeira das regras psicanalíticas que denominou de “atenção imparcial suspensa”. É a definição de um estado de observação em que nada seja silenciado, mas em que tudo está sujeito á mesma atenção discreta. A aproximação urbanística a esta atitude na contemporaneidade pode-se ver em Secchi, (Secchi, 1995) e em A. Font (ed), entre outros autores.
- 5) Cenários de Intervenção alternativos.

Bibliografia Provisória

COHEN, N. (1999). *Urban Conservation*. Cambridge: MIT Press

FONT, A (ED). (2003) *Planeamiento Urbanístico. De la controversia a la renovación*. Diputación de Barcelona. Barcelona.

GREGOTTI, V.(1972). *El territorio de la arquitectura*, Gustavo Gili, Barcelona

KROPF, K. (1993). *The Definition of Built Form in Urban Morphology* (Dissertação de Doutoramento). University of Birmingham, Birmingham.

OSMOND, P. (2010). The urban structural unit: towards a descriptive framework to support urban analysis and planning. *Urban Morphology*, 14(1), 5–20.

RICARDO DA COSTA, A. (2006). *El Sentido de la Memoria en la Ciudad Heredada. Propuestas para la Intervención Planificada en Áreas Históricas de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento). Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidade de Sevilla

ROSSI, A. (1975) La arquitectura análoga. *2C Construcción de la ciudad, n° 2*

NORBERG-SCHULZ, C. (1979). *Genius loci: paesaggio, ambiente, architettura*. Electra, Milán.

SECCHI, B (1995). Dell'utilità di descrivere ciò che si vede, si tocca, si escolta. *Convegno Internazionale di Urbanistica, Prato*.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

Sala G 3.3 | Moderação: David Viana e Ana Silva Fernandes

| | |
|--|--|
| Diálogos formados e em formação acadêmica para a visão de Inserção Projetual na Habitação de Interesse Social | Mario Marcio Santos Queiroz Mariana Gomes Guedes Silvio Parodi de Souza |
| (Re)pensar as margens urbanas ensaiando um Ensino Insurgente | Isabel Raposo Sílvia Jorge |
| Ações de formação e reflexão sobre favelas | Lara Isa Costa Ferreira Paula Custódio de Oliveira Victor Iacovini Felipe Moreira Vitor Coelho Nisida Rodrigo Faria Henrique Frota |
| Projetar a cidade com a comunidade: da teoria à prática. Reflexões em torno de iniciativas e experiências participadas | José Luís Crespo Maria Graça Moreira Ana Rita Queirós |
| “Território do Bem”: resposta comunitarista e alternativa urbanística à segregação socioespacial | Enrico Corvi Milton Esteves Junior Michelangelo Russo |
| Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia | Lígia Nunes Carla Portal Alexandra Paio |
| Carlos Nelson Ferreira dos Santos: métodos e procedimentos de trabalho na contemporaneidade de sua obra | Maria de Lourdes Pinto Machado Costa Maria Lais Silva |
| A assistência técnica e a institucionalização da autoconstrução no Brasil | Nathália Louise Macêdo Leal Liza Maria De Souza Andrade |

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_1

Diálogos formados e em formação acadêmica para a visão de Inserção Projetual na Habitação de Interesse Social

Mario Marcio Santos Queiroz (ISECENSA; Brasil)

Mariana Gomes Guedes (ISECENSA; Brasil)

Silvio Parodi de Souza (Brasil)

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Formação Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo

O pressuposto deste resumo estabelece a interlocução entre agentes em interação no meio universitário, professores e alunos, sobre as condições estruturantes de comunidades favelizadas no Brasil. Neste íterim, seus autores permeiam neste contexto por suas atividades acadêmicas através de um novo olhar para a condição habitacional dos pobres no Brasil. Para tanto, a interlocução conceitual entre docente ao nível de doutoramento e suas discentes, uma iniciando o curso de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo e outra em finalização convergem para a premente inserção de planejamento estruturante. Com isso, dadas às condições precárias dos assentamentos informais na atualidade, far-se-ão necessários os aportes técnicos para a condição edilícia do “conjunto urbano informal” e, sobremaneira, a efetiva participação do arquiteto e urbanista como gestores técnicos de várias ações insertivas. Na verdade, a distinção de conceito formal e informal na ocupação do solo urbano se rebate pela ausência das redes de infraestrutura necessárias à formalização de uma legalidade fundiária para, consequentemente, possibilitar o traço projetual como elemento de preponderância funcional e estética na organização do espaço físico destas comunidades favelizadas. Faz-se, ainda, importante lembrar que a legitimidade social de assentamentos informais ou favelizados se projeta através da caracterização espacial e funcional de seus espaços sob a ótica de operacionalidade urbana da cidade formal, principalmente no campo da segurança pública que se tornou fator de exacerbação do desequilíbrio sócio-urbano nas cidades brasileiras. Não obstante, o maior estigma das favelas brasileiras se configura pela caracterização espacial de “lugar de pobre”, notadamente configurado por sua estética e funcionalidade não assistida por profissionais qualificados à produção habitacional de boa condição construtiva. Para tanto, as diretrizes estabelecidas para uma política habitacional que perpassa ante as dificuldades financeiras de classes sociais de menor poder aquisitivo residente em favelas possam se estabelecer de forma produtora a partir da qualificação do projeto arquitetônico e urbanístico, subsidiados pelas formalidades institucionais da Lei Federal nº 11.888/08. Esta prerrogativa legal para a requalificação urbanística e edilícia de assentamentos informais ou favelizados considera o arquiteto e urbanista tanto quanto os profissionais das “engenharias” como agentes norteadores do processo de recuperação qualitativa do ambiente construído das cidades brasileiras. E, finalmente, faz-se preponderante a inserção neste cenário a participação deliberativa dos proprietários de moradias e usuários de espaços informais para contribuir com vivências, desejos e identificação de necessidades inerentes a vivência urbana de qualquer cidadão brasileiro em cidades que almejem boas práticas urbanas para a contemporaneidade.

Referência Bibliográfica:

Ferrão, J. (2011) O ordenamento do território como política pública. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian.

Maricato, E. (2011). O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

Queiroz, M. M. S. (2016). Urbanismo para os pobres: Política e Gestão para os Espaços Urbanos da Habitação de Baixa Renda. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFF (Tese de Doutorado).

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_2

(Re)pensar as margens urbanas ensaiando um Ensino Insurgente

Isabel Raposo (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Sílvia Jorge (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: margens urbanas, produção do espaço, alternativas de ensino, papel da academia

As margens urbanas, habitacionais, semi-urbanizadas e, em alguns casos, autoproduzidas, expressam, no atual contexto neoliberal, relações de força desiguais ao nível da produção e transformação do espaço urbano: por um lado, a hegemonia das classes dominantes, geralmente comprometidas com a sua mercantilização, por outro as resistências sociais, centradas no direito à habitação, ao lugar e à cidade. Face a este desequilíbrio, a arquitetura do estrelato e o urbanismo competitivo tendem a dominar, ao nível do ensino académico, estas disciplinas (Raposo, 2017), promovendo e consolidando uma visão excludente da cidade. Contudo, apesar desta tendência, (re)emergem nos últimos anos programas e abordagens de ensino alternativas, insurgentes, mais criativas, colaborativas e/ou sustentáveis, dirigidas para as margens urbanas e para a sua inclusão na cidade de hoje. São disso exemplo: o curso de especialização em ‘Territórios Colaborativos’, no Instituto para as Ciências Públicas e Sociais (ISCTE-IUL), em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa; a cadeira ‘Urbanização da Pobreza’, lecionada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP); e a cadeira de Qualificação de Subúrbios Habitacionais, os ciclos de debate e os projetos de investigação -ação que temos conduzido no Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e Ação Local (GESTUAL), do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (CIAUD-FAUL). Estas e outras experiências similares contribuem quer para a análise e leitura crítica dos processos e projetos em curso nas margens urbanas, quer para o ensaio e operacionalização dos mesmos, através da extensão universitária. As práticas e didáticas que ensaiam novas formas de ensino e de saber técnico de futuros arquitetos, urbanistas e planeadores, são um contributo para a reflexão em torno de uma visão insurgente da academia e do seu papel na sociedade mais justa e igualitária. A partir de um olhar de dentro, comprometido com este desafio, propomos uma (auto)análise, (auto)crítica e (auto)reflexão em torno das atividades de ensino e promoção do direito à cidade, no sentido emancipador de Lefebvre (1968), que temos vindo a desenvolver no quadro do GESTUAL. Pretendemos, através do cruzamento com outras apresentações e entre os participantes deste seminário, reforçar laços e sinergias em torno da construção/consolidação de um Ensino Insurgente, seguindo a relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação proposta por Harvey (2000).

Referências bibliográficas:

Harvey, David (2000). *Spaces of Hope*, Los Angeles: University of California Press.

Lefebvre, Henri ([1968] 2009). *Le Droit à la Ville*, Paris: Anthropos.

Raposo, Isabel (2017). “Intervir nas margens do urbano, o papel da academia”. *Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade*, n.º 5, Vol. 1, pp. 29-39.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_3

Ações de formação e reflexão sobre favelas

Lara Isa Costa Ferreira (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Paula Custódio de Oliveira (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Victor Iacovini (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Felipe Moreira (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Vitor Coelho Nisida (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Rodrigo Faria (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Brasil)
Henrique Frota (Instituto Pólis; Brasil)

Palavras-chave: Favelas, Coletivo interdisciplinar, Formação, Intervenção, Brasil

Este artigo explora as ações de formação de um coletivo interdisciplinar atuante na disseminação e na construção do campo de conhecimento sobre intervenções em favelas no Brasil.

Apesar de ser inegável o reconhecimento da morfologia favela como parte da composição urbana brasileira e dos inúmeros avanços obtidos em termos de legislação e de metodologias de intervenção nos últimos anos, a ocupação habitacional precária está longe de estar resolvida, tendendo à sua reprodução, densificação e manutenção de um assunto ainda encarado com preconceito dentro do senso comum. De um modo geral, são ainda poucos os currículos e programas de formação superior que capacitam técnicos para uma atuação efetiva sobre este tema, os quais, quando confrontados com a necessidade de intervir na favela, encontram-se, na maioria das vezes, limitados dentro de seu repertório teórico e prático.

Assim as ações de formação deste coletivo resultam, por um lado, da motivação de partilha de conceitos e conhecimentos acumulados deste grupo de pesquisadores e técnicos sobre favelas, sua existência e formas de intervenção no contexto da cidade brasileira; e, por outro, do reconhecimento de certa dificuldade de acesso ao conhecimento acumulado produzido tanto nacional quanto internacionalmente, no campo acadêmico mas também na cultura popular, sobretudo dentro da grande parte dos programas de graduação de diferentes formações. Na visão do grupo, a(s) favela(s) é(são) entendidas como parte da cidade brasileira e das demais cidades da periferia do capitalismo, e como lugares de resistência mas também necessidade de reafirmação de direitos, garantidos apenas em intervenções que contemplem múltiplos olhares e múltiplas atuações. Como proposta apresenta-se uma abordagem multifacetada e multidisciplinar, baseada em campos de pesquisa estabelecidos, e relacionada com os contextos político, econômico, social, cultural e urbanístico do país e das cidades brasileiras e debatendo criticamente o lugar da favela em cada um deles.

O coletivo tem desenvolvido diferentes metodologias de formação procurando atingir diferentes públicos com diferentes objetivos – formação introdutória, formação técnica, ação colaborativa, fomento de rede, etc. Nos diferentes formatos procura-se desenvolver um olhar crítico e questionador sobre territórios reais, efetuando, tanto quanto possível a visita a casos exemplos das discussões teóricas, e a integração com seus agentes locais, moradores, associação de moradores, ONGs, grupos de extensão, etc. Os formatos explorados pretendem ultrapassar o modelo apenas expositivo de formação, introduzindo questionamentos e práticas de interação crítica, assim como o estímulo ao posicionamento político perante a temática, os conteúdos apresentadas, os locais e potencializar suas relações.

Este artigo propõe com a descrição e apresentação destas diferentes ações de formação construir criticamente a compreensão sobre os alcances e limites destas propostas, ponderando sobre seus objetivos, seu público-alvo, e sobre seus propósitos de atuação e impacto dado o contexto social, político e econômico brasileiro.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_4

Projetar a cidade com a comunidade: da teoria à prática. Reflexões em torno de iniciativas e experiências participadas

José Luís Crespo (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Maria Graça Moreira (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Ana Rita Queirós (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Portugal)

Palavras-chave: participação; comunidade; governança

O surgimento de ações participativas, no âmbito da administração e da gestão autárquica, têm ganho cada vez mais protagonismo. Há uma corrente na política do desenvolvimento urbano que defende os princípios de sustentabilidade e resiliência comunitário, das Cidades Inclusivas da New Urban Agenda, e a normalização da ideia do direito à cidade e à participação, que poderão contribuir para criar mais oportunidades de participação cívica em projetos de arquitetura e urbanos.

Muitas vezes a implementação destes mecanismos participativos têm limitações na prática. Por vezes o envolvimento da comunidade torna-se passivo servindo apenas para a recolha de informação, não alterando a abordagem “top- down” ou a direção de um projeto urbano. Portanto, por vezes serve apenas para validar as decisões previstas das autarquias, em vez de realmente mudar as opções das autoridades e criar oportunidades para uma community-led urbanism. Além disso, há uma falta de reflexão e avaliação sobre os impactos destes processos na resposta aos problemas urbanos, da administração e às necessidades sociais dos habitantes ao nível local.

Nesta comunicação, pretende-se apresentar os resultados duma pesquisa ampla de casos de processos participados, de vários contextos do presente e passados, para analisar o tema da participação na arquitetura e no urbanismo e a sua importância na definição das práticas e nos mecanismos das políticas e na gestão urbana. Com os exemplos, pretende-se analisar e avaliar alguns processos participados com diversas tipologias e escalas de projetos arquitetónicos e urbanísticos. Analisa-se também as diferentes ferramentas, mecanismos, atores e políticas públicas que fomentam a participação e que dirigem esses processos. Em relação a estes exemplos, pretende-se analisar as suas virtualidades e limitações, pensando nos diversos níveis de participação comunitário ao longo do processo – desde a conceção, à escolha da proposta e à implementação e manutenção das intervenções em espaço urbano.

Em complemento a esta análise mais geral das perspetivas e de exemplos, apresentaremos os resultados de uma experiência vivenciada em dois workshops por estudantes do Curso de Arquitetura, Urbanismo e Design, com o objetivo de desenhar um projeto/atividade participativa entre os participantes, cidadãos e associações locais.

Pretendia-se com os workshops, realizados na freguesia de Carnide, em dois bairros com características distintas, desenvolver projetos e uma proposta para o Programa BIP/ZIP Lisboa e ou o Orçamento Participativo de Lisboa. Os workshops serviram como uma ferramenta de formação em co-design interdisciplinar para os participantes, estabelecendo assim ligações entre a academia e a comunidade, onde existiram diversas atividades práticas para apoiar este processo. A questão exploratória desta iniciativa foi como os processos de planeamento e participação colaborativa, geralmente associados a situações específicas, podem ser articulados para se tornarem um contributo para a governança coletiva.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_5

“Território do Bem”: resposta comunitarista e alternativa urbanística à segregação socioespacial

Enrico Corvi (Università degli Studi di Napoli Federico II; Itália)

Milton Esteves Junior (Universidade Federal do Espírito Santo; Brasil)

Michelangelo Russo (SIU- Italian Society of Urbanists; Itália)

Palavras-chave: Resposta comunitarista, Alternativa urbanística

As subseqüentes transformações dos paradigmas socioeconômicos, técnico-científicos e urbanísticos, aceleradas a partir da revolução industrial e atualizadas globalmente pelo Capitalismo Mundial Integrado –abordadas por inúmeros trabalhos teóricos derivados do pensamento de Marx e Engels, como Debord, Lefebvre, Harvey, Castells, Guattari, Sassen e Ascher–, compreendem metamorfoses nos paradigmas de produção e reprodução do território e do urbano, destacando-se: diluição das ancestrais distinções entre as categorias territoriais cidade/campo; priorização dos territórios produtivos em detrimento das territorialidades vivenciais; transformação do espaço em mercadoria regulada pelo capitalismo financeiro; subdivisão da sociedade em classes explicitada em configurações territoriais e morfologias urbanas baseadas na segregação socioespacial que desfavorece as classes menos favorecidas economicamente (maioria da população brasileira). Entendemos que uma “resposta comunitarista” (HARVEY, 2004) pode alterar esse modelo desigual, impedindo a transfiguração das cidades em aldeias urbanas fragmentadas e debilitadas, naquilo que se opõe à “cidade formal” recebendo denominações como favelas, slams, barriadas, chabolas... Eis a problemática central aqui discutida, o ponto de partida para análise do “Território do Bem”. Concebido pela população de São Benedito e Jaburu (Vitória – Espírito Santo – Brasil), o Território do Bem gerou o “Banco do Bem”, o “Bem Maior”, o “Bem Morar” e o “Eco do Bem”, conjunto de instrumentos de autogestão social e econômica que nos leva a entender o urbano (e nele atuar) como um processo que não está limitado ao “mundo das coisas”, convertendo-se num importante elo nas relações entre as coisas, numa manifestação socioespacial da “microfísica do poder” (FOUCAULT, 1979). Adotado como exemplo de resistência e alternativa ao urbanismo formal (mas não necessariamente exemplar em todos seus aspectos), o “Território do Bem” é uma excelente alternativa para territorializar nossa luta “por uma outra globalização” (SANTOS, 2003). Fruto de um convênio internacional entre uma universidade brasileira e outra italiana, este trabalho sintetiza uma pesquisa iniciada no âmbito acadêmico brasileiro e por intensivos trabalhos de campo no próprio Território do Bem e que vem sendo concluída na Itália por meio de um projeto urbanístico. Cientes de que o planejamento urbano costuma servir de instrumento para perpetuar os perversos paradigmas citados, esperamos que nossa resposta projetual corresponda às bases teóricas pesquisadas e às experimentações fenomênicas reveladoras da concreticidade de um objeto empírico que requer atenção e merece ser divulgado adequadamente.

Referências:

ASCHER F (2010) Os novos princípios do urbanismo, Romano Guerra, São Paulo.

CASTELLS M (1983) A questão urbana, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

DEBORD G (1997) A sociedade do espetáculo, Contraponto, Rio de Janeiro.

FOUCAULT M (1979) Microfísica do poder, Graal, Rio de Janeiro.

GUATTARI F (2006) Caosmose: um novo paradigma estético, Ed. 34, São Paulo.

HARVEY, D (2006) A produção capitalista do espaço, Annablume, São Paulo.

_____ (2004) Mundos urbanos posibles, in RAMOS Á M (ed.) Lo urbano en 20 autores contemporáneos. UPC, Barcelona, 177- 198.

LEFEBVRE H (1991) O direito à cidade, Moraes, São Paulo.

SANTOS M (2003) Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal, Record Rio de Janeiro.

SASSEN S (1998) As cidades na economia mundial, Studio Nobel, São Paulo.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_6

Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia

Lígia Nunes (Arquitectos Sem Fronteiras Portugal; Portugal)

Carla Portal (Universidade de Passo Fundo; Brasil)

Alexandra Paio (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Brasil)

Palavras-chave: aprendizagem colaborativa; métodos interdisciplinares; comunidade; desenho urbano

O imperativo para uma renovação urbana equitativa, hoje, exige outro contrato social entre a sociedade civil, o governo local e os arquitetos para superar o fosso existente entre o desenho urbano e as aspirações dos habitantes. Isto envolve compreender de outra maneira o fazer a cidade, de compartilhar espaço, de criar economias locais, as quais são expressas na paisagem urbana que essas atividades produzem. Este desafio emergente molda uma alternativa baseada na cocriação (Awan, Schneider e Till, 2011). Mas qual é o papel da academia neste desafio?

O artigo proposto apresentará os resultados de um curso que introduz os alunos a métodos interdisciplinares para projetar cidade com as comunidades locais, antecipando a mudança de paradigma sobre como os arquitetos abordarão o espaço público no mundo atravessado por profundas mudanças nas áreas económicas, sociais, culturais e tecnológicas. O papel dos arquitetos é cada vez mais variado: parte criador, parte construtor, parte investigador, parte facilitador, e parte gestor do processo.

Se observarmos a história das cidades, podemos ver, evidentemente, que as estruturas e o planeamento urbano influenciam o comportamento humano e a forma como as cidades funcionam (Jacobs, 1961) (Gehl, 2010). O co-desenho analisa a forma como o processo pode ser melhorado, de tal forma, que a colaboração - trabalhando em conjunto de forma a aumentar a contribuição de cada participante para o projeto - emerge do processo (Hamdi, 2010). A vantagem mais óbvia da colaboração é que fornece uma maneira proficiente de agregar conhecimento especializado para responder a problemas cada vez mais complexos e exigentes na cidade.

O currículo do curso oferece aos participantes a oportunidade de contribuir ativamente para moldar, de forma mais inclusiva e inovadora, os desafios lançados pelo espaço público através da redução do fosso entre cidadãos, municípios, especialistas (arquitetos, planeadores, sociólogos, engenheiros e gestores) e tecnologias. O objetivo principal tem sido explorar o diálogo social para atender às novas exigências sociais do projeto inclusivo e construção do espaço público urbano em bairros de habitação social com base na introdução de tecnologias digitais avançadas de mapeamento, desenho e construção.

Para que os alunos adquiram novas competências de forma eficiente, o programa do curso foi projetado para promover um conhecimento aplicado através da criação de soluções urbanas, arquitetónicas e sociais de proximidade, com base em lógicas que envolvam os habitantes no processo de mapeamento, diagnóstico, decisão, design, construção e empreendedorismo.

Referências:

Awan, N., Schneider, T. e Till, J., 2011. *Spatial Agency. Other Ways of Doing Architecture*. Londres: Routledge.

Gehl, J., 2010. *Cities for People*. Londres: IslandPress.

Hamdi, N., 2010. *The Placemaker's Guide to Building Community*. Londres: Earthscan.

Jacobs, J., 1961. *Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Random House.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_7

Carlos Nelson Ferreira dos Santos: métodos e procedimentos de trabalho na contemporaneidade de sua obra

Maria de Lourdes Pinto Machado Costa (Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Maria Lais Silva (Portugal)

Palavras-chave: Método de trabalho - Procedimentos metodológicos - Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto e urbanista (1943-1989) deixou em sua obra um legado que expressa sua preocupação com a relação inequívoca e necessária entre teoria e prática. Foi professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal (RJ). Mas principalmente a sua abordagem como pesquisador afluía em cada consultoria e projetos sob sua reponsabilidade nas instituições em que militou. Suas atividades englobaram um amplo leque, distinguindo-se a urbanização de favelas como um dos objetos principais de estudos e atuação, sempre acompanhadas da adoção de princípios humanitários, rebatidos em metodologias e procedimentos metodológicos inovadores, baseados no olhar privilegiado para a população em assentamentos populares – favelas, loteamentos, bairros pobres - seja para aqueles localizados em centros urbanos, seja para os que ocupavam suas periferias.

Por outro lado, a sua abordagem metodológica, formada na arquitetura e urbanismo, valeu-se da apropriação das contribuições de outras disciplinas, como a geografia e a antropologia, o que lhe permitiu uma visão holística e integrada dos espaços (inclusive na importância de seu valor simbólico) e o desenvolvimento de práticas e procedimentos adaptados aos diversos contextos, e inovadores. Assim é que o cuidado na pesquisa e no tratamento da morfologia diversificada encontrada nas comunidades, levou-o a adotar, em várias situações, a busca e valorização de alternativas (como remanejamentos dentro dos próprios terrenos em que se encontravam as habitações de baixa renda que foi o caso emblemático e pioneiro da urbanização da favela de Brás de Pina). Por outro lado a sua “teoria praticada” estendeu-se, e teve sempre como diretriz, o debate para a utilização de instrumentos normativos compatíveis, adequados aos perfis dessas populações. A contemporaneidade de seus escritos, o produto de sua participação em seminários, as publicações realizadas no Brasil e exterior, além das apresentações em eventos acadêmico- científicos consagraram seus métodos de trabalho, com registros segundo uma linguagem simples e clara, acessível a todos que se interessavam por suas experiências. Manteve postura de formação e de exercício profissional voltado para uma realidade brasileira “real”, e compartilhou com seus colegas o apuro de procedimentos teóricos e de campo. Por fim transmitiu a seus alunos a teoria e prática adquirida num trajeto que contemplou diversas escalas territoriais e ações apropriadas a cada levantamento, gestões e situações a serem por eles enfrentadas.

3.4. DESÍGNIOS IV

ENSINO - PRÁTICAS E DIDÁTICAS

3.4_8

A assistência técnica e a institucionalização da autoconstrução no Brasil

Nathália Louise Macêdo Leal (Brazil)
Liza Maria De Souza Andrade (Brazil)

Palavras-chave: Assistência técnica, institucionalização, autoconstrução

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado, junto à Universidade de Brasília, na linha de pesquisa em projeto e planejamento urbano, e está voltada à assistência técnica em arquitetura e urbanismo às famílias de baixa renda. Pretende traçar o panorama histórico da institucionalização da assistência técnica no Brasil, a partir do contexto político da produção habitacional pelo estado brasileiro. E ainda problematizar o atual cenário brasileiro da assistência técnica, no contexto da reformulação plano nacional de habitação ainda em curso.

O objetivo é compreender o desenvolvimento histórico da assistência técnica em arquitetura e urbanismo às famílias de baixa renda, tal como ela se insere, atualmente, no sistema jurídico-institucional brasileiro. Desde 2008, no Brasil, a Lei 11.888 (Brasil, 2008) assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Porém, a desde a década de 1930, as ações governamentais estão voltadas para a produção de habitação.

Contudo, para entender a consolidação do sistema existente, é necessária a pesquisa histórica, por meio de consulta bibliográfica aos seguintes contextos: i) a institucionalização da arquitetura e, principalmente, do urbanismo com o reconhecimento da necessidade de profissionais especializados em meados do século XX – como aspecto macro. A intenção é ir além da retomada histórica dos fatos, e relacionar os aspectos político-ideológicos da ação do estado com o advento da valorização da formação técnico-científica no âmbito institucional do estado. ii) a institucionalização dos planos habitacionais e de provisão de habitações, visando a aproximação da realidade político-ideológica da produção habitacional atual – como aspecto intermediário. Novamente, a intenção é não apenas relatar a cronologia do surgimento dos planos habitacionais, mas promover a reflexão ideológica acerca das decisões políticas voltadas para a habitação popular. iii) o surgimento de movimentos sociais de autoconstrução e mutirões como resposta às políticas habitacionais ineficientes que não puderam garantir o suprimento da demanda habitacional, principalmente a partir do final do século XX, - como aspecto micro. A análise, nesse ponto, passa a ser voltada ao contexto atual da ação política do estado em promover a assistência técnica no Brasil, problematizando a dialética entre o papel do estado na criação de políticas públicas e o investimento estatal na chamada “força de trabalho virtual” de reprodução do capital (Oliveira, O vício da virtude, 2006).

Por meio da pesquisa histórica, é possível também pontuar que a transição da Administração Pública patrimonialista e bacharelesca para a Administração Pública burocrática e tecnicista se deu com a valorização da figura do engenheiro no campo político-ideológico, e posteriormente, com as figuras dos arquitetos e urbanistas, conforme afirma Botas (Aravecchia-Botas, 2016). A atuação institucionalizada desses profissionais foi responsável pela proliferação das assistências técnicas aos municípios em meados do século XX.

Hoje, os caminhos da assistência técnica, no Brasil, apontam para a atuação em autogestão e mutirões. Portanto, questiona-se o papel ideológico do estado como impulsionador de políticas públicas, no âmbito da trajetória histórica da assistência técnica, e discute-se a complexidade dos possíveis caminhos desse instrumento no Brasil.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Sala G 2.1 | Moderação: Jorge Correia e Mariana Abrunhosa Pereira

| | |
|---|---|
| Permanências e transformações na paisagem de uma cidade de porte médio | Karine dos Santos Luiz Adriana Marques Rossetto Anicoli Romanini |
| Processo de desenvolvimento urbano de uma cidade de porte médio a partir da leitura do seu plano urbano | Anicoli Romanini Adriana Marques Rossetto Karine dos Santos Luiz |
| Dos processos de organização do território: Braga e a modelação da paisagem em época romana | Sandra Brito Helena Carvalho Marta Labastida Madalena Pinto da Silva |
| Registros escritos no estudo da morfologia urbana: estudo de caso em Campinas, Brasil - 1815-1859 | Rodolpho Henrique Corrêa Silvia A. Mikami G. Pina Evandro Ziggianti Monteiro Juliana Ramme |
| “De Guimarães”: uma representação da vila quinhentista | Maria Manuel Oliveira Inês Lourenço Graça |
| Topologia e tipologia: a parcela gótica | Jesús Conde-García |
| Arruar ou a arte de desenhar cidade com ruas | Sérgio Padrão Fernandes |
| Corredor e subárea, elementos do tecido urbano | Adilson Macedo Adriana Inigo Maria Isabel Imbronito |

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_1

Permanências e transformações na paisagem de uma cidade de porte médio

Karine dos Santos Luiz (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Adriana Marques Rossetto (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Anicoli Romanini (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia urbana, Períodos morfológicos, Permanências e transformações, Historicidade

Os melhoramentos urbanos advindos de projetos e obras de revitalização da orla marítima e a verticalização têm se tornado elementos predominantes e influentes na morfologia urbana de muitas cidades brasileiras. Esses elementos que se estruturam na paisagem são reflexos da sociedade urbana que se estabelece num período definido por Santos (1994) como meio técnico- científico-informacional. O urbano, objeto de pesquisa definido por Léfèbvre (1999) se transforma a partir do tempo e espaço, nos quais a paisagem construída determina diferentes período da sociedade urbana que incorre novas formas urbanas nas cidades brasileiras. O que se apresenta hoje em muitos lugares da cidade, é que ela não revela o seu passado de forma explícita aos olhos e no dia-dia, mas este passado da cidade está ali, presente nos processos de construção das formas urbanas que constituíram a paisagem. As modificações no desenho urbano, provocam alguns questionamentos com relação à permanência dos elementos morfológicos que compõem a história do lugar e da cidade. Assim, a pesquisa busca compreender o processo de transformação e organização dos bairros de uma cidade de porte médio a partir da análise dos elementos morfológicos estruturantes da paisagem urbana.

O método utilizado para reconhecimento e identificação dos períodos morfológicos na paisagem, foi orientado pela visão tripartite aplicado por Caniggia e Conzen que indica a periodização morfológica como método para reconhecimento das transformações na paisagem a partir de análise do plano urbano, tecido urbano e do uso e ocupação do solo. Pesquisas bibliográficas e documentais, análises de ortofotos e imagens de satélite e trabalhos de campo foram realizados para o estudo sistemático da morfologia urbana. Buscou-se identificar elementos urbanos que apresentam padrões semelhantes da forma, definindo unidades características da forma urbana. Estes elementos se sobressaem em determinados períodos do tempo, condicionados pela história e pela sociedade que o construiu, e assim determinam os denominados períodos morfológicos

Nos primeiros estudos realizados sobre a área, que considera a dimensão de análise no plano urbano, se verificou que a periodização realizada com os períodos histórico e períodos evolutivos identificados e determinados se confirmaram nas análises morfológicas. Nestas se observa cinco importantes períodos morfológicos na região: a morfogênese; a primeira expansão urbana; a consolidação do tecido urbano; a estagnação e o mais recente ciclo de expansão urbana, evidenciado pela expansão territorial. A segunda dimensão de análise que considerou o tecido urbano concomitantemente com o uso e ocupação confirma que o recente ciclo de expansão urbana é caracterizado pelo processo de verticalização, no qual as permanências históricas até o presente momento, ainda se integram às novas formas urbanas permitindo a leitura e identificação da história e construção deste lugar da cidade. Através da investigação morfológica da cidade, o estudo revelou a historicidade e os períodos morfológicos do tecido urbano dos bairros que intercorrem por acelerado processo de transformação urbana, juntamente com as permanências e transformações da paisagem da cidade.

Referências bibliográficas

LÉFÈBVRE, H. (1999). A Revolução Urbana. Belo Horizonte: EDUFMG.

SANTOS, M. (1994). Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional. São Paulo: Hucitec.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_2

Processo de desenvolvimento urbano de uma cidade de porte médio a partir da leitura do seu plano urbano

Anicoli Romanini (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Adriana Marques Rossetto (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Karine dos Santos Luiz (Universidade Federal de Santa Catarina; Brasil)

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, Morfologia urbana, Abordagem histórico-geográfica

A análise da produção do espaço urbano a partir do estudo da morfologia urbana promove a leitura das cidade por meio das suas características físicas e espaciais, juntamente com a indicação dos atores e dos processos responsáveis pela sua transformação. O sentido estritamente morfológico, se concentra na diversificação das formas visíveis na configuração da paisagem urbana, através do plano urbanístico e do uso e ocupação do solo, juntamente com as transformações ocorridas ao longo do tempo. O aspecto dinâmico da sociedade, produz e altera a paisagem urbana ao longo do tempo, através da compreensão dos mecanismos que refletem a sociedade urbana local. Por isso, a interpretação do processo evolutivo, através da análise dos elementos originais e de sua evolução, durante períodos temporais, geram períodos morfológicos possíveis de serem identificados nas formas materiais, que por sua vez indicam os reflexos das ações econômicas e sociais em que foram desenvolvidos.

Conzen, um dos principais promotores da abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa, inicia em 1960 um dos principais estudos da área da morfologia urbana, na cidade de Alnwick, cidade localizada ao norte de Northumberland (Inglaterra), em que apresenta de forma minuciosa a análise morfológica do plano urbano, destacando primeiramente o arranjo viário e logo após o padrão das edificações semelhantes que formam uma unidade tipológica. “Outro aspeto fundamental na obra de Conzen é o desenvolvimento de conceitos sobre o processo de desenvolvimento urbano [...]: cintura periférica, região morfológica e ciclo de parcela burguesa.” (OLIVEIRA, 2016, p.65). Com isso, a partir da análise do sistema viário, quadras, lotes e a edificação, é possível avaliar as transformações morfológicas ocorridas no meio urbano, em diferentes períodos temporais.

Logo, identificar o processo de desenvolvimento urbano na estrutura urbana de uma cidade de porte médio, é o objetivo deste trabalho, que busca a partir da leitura bidimensional do plano da cidade, definida por Conzen, fazer a interpretação do seu processo evolutivo. A metodologia possibilitou a identificação das regiões morfológicas, que segundo Oliveira (2016, p.66), “é uma área que tem uma unidade em relação à sua forma que a distingue das áreas envolventes”, a partir dos seus elementos originais e sua evolução, durante diferentes períodos temporais. O estudo observou que o desenho do núcleo original da cidade, corresponde a antiga vila, e se estrutura em uma malha bastante regular dividida pela praça, que com sua forma irregular, articula essas três porções no sentido de conformar um todo. Decorrente da ocupação colonial originária do século XIX, o processo histórico de ocupação do território insular ocorreu de maneira agrupada ao longo da costa litorânea. Dessa forma, o processo de crescimento e expansão do território urbano é resultado de um traçado preexistente, originário em sua maior parte, do parcelamento de áreas agrícolas, caracterizadas por “pequenas propriedades longitudinais situadas de forma perpendicular aos caminhos.” (Reis, 2012, p.127).

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, V. (2016). Morfologia urbana: diferentes abordagens. Revista de Morfologia Urbana (Porto), 02, 65-84.

REIS, A. F. (2012). Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações. Florianópolis: Ed. da UFSC.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_3

Dos processos de organização do território: Braga e a modelação da paisagem em época romana

Sandra Brito (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Helena Carvalho (Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; Portugal)

Marta Labastida (Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; Portugal)

Madalena Pinto da Silva (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Território, Paisagem, Forma, Permanência

Localizado na Unidade do Entre Cávado e Ave (Cancela d'Abreu et al, 2004), o sistema urbano de Braga marca o epicentro de uma extensão territorial, objecto de estudo de uma tese de doutoramento em curso, que conforma uma malha fina, mais ou menos densa, onde ainda é visível a estrutura das freguesias e das antigas paróquias. As circunstâncias excepcionais que desde cedo favoreceram a territorialização do povoamento, a continuidade dos processos de ocupação, reforçados pela permanência do estatuto de capitalidade da cidade de Braga e das ligações à história eclesiástica, fundamentam uma reflexão sobre as potencialidades de uma leitura vinculada à matriz histórica do suporte territorial.

Da pluralidade de temas que a problemática do território encerra, circunscrevemos questões fundamentais relacionadas com as dificuldades de produção do espaço contemporâneo. Na proposta de investigação equacionamos o problema a partir da perspectiva da intervenção, como um exercício de projecto. Reposicionando a arquitectura no centro do debate, assumimos a análise projectual como a ferramenta essencial que nos permite definir e compreender os problemas que antecedem a proposta de soluções.

A estratégia metodológica parte assim do entendimento do território enquanto forma e enquanto história. No espaço temporal de observação do território contemporâneo, objecto de estudo, recuamos até à disseminação dos primeiros assentamentos proto-históricos. Neste enquadramento, a pesquisa histórica passa a determinar os momentos decisivos da experiência da territorialização do povoamento e a estabelecer as coordenadas de observação de acordo com a informação disponível e com as problemáticas que pretendemos tratar. Cabe depois à pesquisa projectual a selecção das espacialidades e dos materiais que em cada momento nos permitem problematizar a forma urbana.

Nesta comunicação apresentamos parte do trabalho desenvolvido. Na mediação entre a ocupação proto-histórica e o povoamento da Idade Média, passamos a tratar os processos de organização do território em período de domínio romano. Esta leitura parte da valorização dos aspectos formais e das relações de interdependência entre elementos chave da paisagem como a rede hidrográfica, o relevo, o sistema viário principal, a rede de caminhos vicinais e as novas estruturas de povoamento. O programa de urbanização romano, compreendido a partir da contemporaneidade entre a fundação de Bracara Augusta e a centurição do espaço rural, coloca em perspectiva uma série de questões relacionadas com a conformação da paisagem. Neste contexto, o nosso objectivo é esclarecer determinados vínculos que se vão estabelecendo com a matriz topográfica do território, ainda legíveis no espaço contemporâneo, segundo uma leitura focada sobre a materialização dos eixos da centurição.

Com isto passamos a argumentar a operacionalidade de uma via metodológica, atenta à conformação do suporte territorial ao longo do tempo, capaz de abrir caminho a novas interpretações sobre os processos de transformação da paisagem.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_4

Registros escritos no estudo da morfologia urbana: estudo de caso em Campinas, Brasil - 1815-1859

Rodolpho Henrique Corrêa (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil)

Silvia A. Mikami G. Pina (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil)

Evandro Ziggianti Monteiro (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil)

Juliana Ramme (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Brasil)

Palavras-chave: morfologia urbana, datas de terra, parcelamento, arruação

O estudo da morfologia urbana, desde suas origens (Gauthiez, 2004), se dá pela leitura do território mediada por elementos gráficos arquitetônicos e cartográficos (Oliveira, 2018), como mapas e plantas, que registram a configuração de um certo número de elementos morfológicos em um dado momento histórico. Um ponto central para o estudo da morfologia urbana de uma região é o entendimento de como se deu sua ocupação e seu desenvolvimento, porém há casos em que não é possível dispor de registros gráficos que auxiliem no entendimento deste processo. Diante disto o presente trabalho busca identificar quais as possibilidades da utilização de registros históricos escritos para, juntamente com as informações de mapas e plantas mais recentes, estabelecer a cronologia e localizar graficamente a dinâmica de ocupação do território. O desenvolvimento da pesquisa foi baseado no estudo de caso do núcleo central da cidade de Campinas, Brasil, no período de sua formação entre 1815 e 1859. Territorialmente a área ocupada ao longo deste período corresponde aos limites do rossio original da vila demarcado em 1797 (Pupo, 1969, pp. 67-72) enquanto que o recorte temporal abrange o momento em que a ocupação e urbanização deste território se deu dentro das regras coloniais, com a Câmara cedendo "datas de terra" em procedimentos pelos quais a Câmara Municipal concedia uma dada porção de terra do rossio para que nele fosse edificada a residência ou comércio daquele que fazia o pedido. A doação estava condicionada à efetiva ocupação do solo pelo interessado (Rolnik, 2013). Isto se traduz num processo morfológico em que o lote, após ser concedido, só passava a existir de fato no momento em que o arruador demarcava no local suas dimensões. Simultaneamente, o processo definia, com as primeiras concessões, não apenas o lote, mas também a quadra e a rua. Os registros destes processos de doação contém, em geral, o nome do requerente, motivo da requisição, localização do terreno solicitado, dimensões, e eventualmente limites e confrontações, além da data de registro. A leitura e coleta sistematizada destes dados permitiu estabelecer a cronologia e localizar as áreas e vértices prioritários de ocupação e, deste modo, sua localização geográfica. Como resultado foi possível contornar a ausência de cartografia contemporânea à época estudada e melhorar a precisão no entendimento e estabelecimento da ocupação e das diferentes regiões morfológicas que puderam ser identificadas na área estudada.

Referências:

Gauthiez, B. (2004). The history of urban morphology. *Urban Morphology*, 8(2), 71-89. Recuperado em 28 agosto, 2017, de http://www.urbanform.org/online_public/2004_2.shtml

Oliveira, V. (2018). A abordagem histórico-geográfica (Escola Conzeniana). In V. Oliveira (Ed.). *Diferentes abordagens em morfologia urbana: Contributos luso-brasileiros* (pp. 15-36). ISUF. Recuperado em 23 fevereiro, 2018, de <http://vitoroliveira.fe.up.pt/uf-ebooks>

Pupo, C. M. M. (1969) *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras.

Rolnik, R. (2013) *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (3ª ed.). São Paulo: Studio Nobel

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_5

“De Guimarães”: uma representação da vila quinhentista

Maria Manuel Oliveira (Laboratório de Paisagens, Património e Território; Portugal)

Inês Lourenço Graça (Laboratório de Paisagens, Património e Território; Portugal)

Palavras-chave: Guimarães; Morfologia Urbana; Cartografia

Esta comunicação pretende colocar à discussão a pesquisa desenvolvida em torno do “De “Guimarães” e enfatizar a importância deste mapa para o estudo da evolução não só da morfologia urbana de Guimarães como de alguns dos seus edifícios mais significativos, contribuindo, assim, para aprofundar o conhecimento da trajetória da cidade ao longo dos cinco séculos que nos separam daquela representação.

Com capital importância para o estudo da morfologia urbana de Guimarães, foi divulgado na década passada um novo documento, o mapa “De Guimarães”, o qual compõe, juntamente com outra cartografia do território português continental e ultramarino, o volume “Mappas do reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado”. ‘Descoberto’ na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, este volume terá integrado, muito provavelmente, o espólio que acompanhou a corte do Príncipe Regente D. João na sua retirada estratégica para o Brasil, em 1807.

“De Guimarães” é uma representação da vila quinhentista de impressionante rigor e beleza. Pese embora o facto de não estar assinada nem datada, julga-se ter sido executada em meados do século XVI, o que a torna na carta mais antiga dessa cidade, à época afeta à Casa de Bragança.

Através da utilização de um método exploratório que passa pelo seu redesenho, revela-se como um suporte material de análise e interpretação com evidente pertinência. Recorrendo a testes de sobreposição com cartografia atual, a sua exatidão métrica e geométrica, tanto ao nível da planimetria como da altimetria, acompanha as escalas urbana e do edificado e vem confirmar que a “De Guimarães” é um mapa extremamente fidedigno e detalhado, passível de ser assumido como uma inestimável ferramenta de leitura e interpretação da espacialidade coeva.

Bibliografia:

AFONSO, J. F.; OLIVEIRA, M.; RAMOS, S. (2013). Guimarães: ad radicem montis Latito. Monumentos. ISSN 0872-8747, 33. AZEVEDO, T. P. (1845). Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães (Original de 1692). Porto: Typographia da Revista.

CORBOZ, A. (2011). La recherche trois apologues, in Le territoire comme palimpseste et autres essais. Besançon: Éditions de L’Imprimeur.

FARIA, M. D. (2005). A planta de Guimarães no atlas factício de Diogo Barbosa Machado. In 21st International Conference on the History of Cartography, Budapeste, Hungria, 17-22 de Julho.

FERNANDES, M. G. (2009). As plantas ‘de Guimarães e ‘de Vila do Conde’, da Biblioteca Nacional do Brasil. In Passado & Presente para o Futuro. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Ouro Preto, Brasil, 10-13 de Dezembro.

FERREIRA, M. C. F. (1985). Um Percurso por Guimarães Medieval no séc. XV. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

MOREIRA, R. (Comissário Científico); PAULINO, F. F. (Coord.) (1994). A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

1.11_6

Topologia e tipologia: a parcela gótica

Jesús Conde-García (Escola de arquitectura. Universidade da Coruña; Espanha)

Palavras-chave: Tipologia, Padrões, Reabilitação

“A casa é imaginada como um ser vertical. Eleva-se. A escada que vai ao sótano se baixa sempre. A escada do desván, mais empinada, mais tosca, sobe-se sempre.”

Bachelard, 1957

O conceito de topologia encontra-se perfeitamente definido “estuda certas propriedades das figuras geométricas, entre elas estão aquelas que não variam quando as figuras são deformadas”, enquanto a tipologia tem uma acepción bem mais ampla e indefinida: “estudo dos traços característicos de um conjunto de dados”, no entanto sua visão conjunta ajuda-nos a aprofundar no entendimento do tipo arquitectónico.

A cidade histórica europeia apresenta uma série de características comuns: sua adaptação tanto geográfica como topográfica e uma racionalidade construtiva onde os muros pétreos são os elementos fundamentais. Os diferentes esquemas viários, sempre densos e intrincados, articulam um parcelário muito variado onde os grandes edifícios monumentales convivem com o caserío.

A unidade elementar deste mosaico é a parcela gótica que apresenta uma fachada com um valor singular em função de sua relação com o espaço público. Um espaço público que cumpre funções de acessibilidade mas também de representação e encontro social ao mesmo tempo que dá lugar ao fraccionamiento do solo dantes mencionado.

No caso de Santiago de Compostela estas características estão muito acentuadas e a paisagem urbana vem determinado pelo contraste entre o caserío menudo -derivado da parcelación gótica- e as fábricas dos grandes monumentos religiosos, tão presentes desde a origem da cidade. Por outro lado a convivência entre o construído e as huertas agrárias, que se preservaram até nossos dias entre os “rueiros” edificados que qual filamentos de uma ameiba se adentran no território desde o antigo recinto amurallado, acentua estes contrastes que fazem parte da surpresa e beleza da paisagem urbana. (Martí, 1995)

Esta estreita relação entre a natureza e actuações edificatorias de escala muito diferente, tem como resultado um tecido urbano excelentemente travado, rico e heterogéneo, onde o inesperado e a boa articulação entre espaços e edifícios formam umas soberbas sequências urbanas às que as transformações barrocas têm sabido sacar o máximo partido.

Deste modo um padrão aparentemente singelo, baseado na relação entre parcela gótica e rua, somado a duas estratégias muito diferentes de adaptação topográfica, dá lugar a uma estrutura urbana extraordinariamente rica e complexa.

A parcela gótica determina a razão tipológica das edificaciones:

1º os muros como elementos estruturais e estruturantes

2º o pátio trasero como elemento fundamental do tipo, em oposição à fachada principal, o que estabelece um eixo longitudinal entre o espaço público e o espaço livre privado.

3º a escada como organizador do espaço, o que formaliza um segundo eixo vertical.

A investigação sobre o tipo, que tem como suporte a realização de um projecto arquitectónico concreto (a reestruturação de uma pequena moradia situada no centro histórico de Santiago), é o objeto deste artigo.

Referências:

Bachelard, Gastón, *La poétique de l'espace*, Presses Universitaires de France, Paris

Martí, Carlos “La ciudad histórica como presente, un recorrido por la arquitectura de Santiago”, Santiago de Compostela: La ciudad histórica como presente, Consorcio de la Ciudad.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_7

Arruar ou a arte de desenhar cidade com ruas

Sérgio Padrão Fernandes (Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, CIAUD - Forma Urbis Lab; Portugal)

Palavras-chave: Traçado Urbano, Forma Urbana, Rua, Morfologia Urbana, Cidade portuguesa

Esta comunicação reporta-se à interpretação morfológica dos tecidos urbanos e aborda as potencialidades do traçado urbano como ferramenta para a leitura da forma e para o projeto da cidade.

Partindo da questão da composição do traçado urbano com as ruas, questionam-se em particular as "ruas comuns", aquelas que são uma evidência primária da forma de uma cidade, o objetivo é estabelecer um mecanismo interpretativo que permita descodificar a cidade herdada e especificamente a lógica das relações espaciais subjacentes à disposição das ruas no conjunto urbano, i.e, procura-se explorar a longa tradição de prática de construção de cidades, tomando como exemplo o contexto português, e também o papel das ruas como elemento dominante da composição do traçado urbano.

A leitura comparativa de fragmentos da cidade construída em Portugal, a partir de amostras parciais dos seus traçados, permitiu reconhecer os tipos de elementos urbanos - ruas, interseções, quarteirões – mas também deduzir o sistema de suporte da composição, a malha, que assegura a articulação dos diferentes elementos na formulação de uma unidade coerente. Assim, mais do que um procedimento, a decomposição elementar assume-se aqui como metodologia que permite explorar as afinidades entre a leitura analítica e o exercício de composição em projecto, acto que requer uma aproximação análoga, mas inversa.

Do ponto de vista conjectural reconstituíram-se “regras” baseadas em sistemas teóricos de composição que demonstram a relação das ruas entre si na criação de um (1) sistema de alinhamentos ou (2) um sistema de quarteirões modulares, (3) um sistema de eixos hierarquizados ou (4) um sistema de intersecções.

Com a classificação das regras de composição diferenciaram-se respostas possíveis para as questões da produção do traçado a partir da utilização da rua, cujo debate, não sendo novo, mantém-se como um desafio permanente que a produção da cidade enfrenta. A leitura permitiu inferir quatro fórmulas para projetar o traçado urbano. Estas não podem ser tomadas como prescrições nem receitas ideais, mas podem ser entendidas como uma lição da cidade construída para o projeto de novos traçados urbanos.

Referências bibliográficas:

Busquets, J.; Correa, F. (2007) *Cities X Lines: a new lens for the urbanistic project*, Harvard-GSD: Nicolodi.

Blau, E.; Rupnik, I. (2007) *Project Zagreb. Transition as Condition, Strategy, Practice*, Barcelona: Actar.

Caniggia, G.; Maffei, G.L. (1979) *Composizione architettonica e tipologia edilizia*, Venezia.

Dias Coelho, C. (coord.) (2013) *Os Elementos Urbanos. Cadernos de Morfologia Urbana vol. 1*, Lisboa: Argumentum.

Mangin, D. ; Panerai, P. (1999) *Project Urbain*, Marseille: Parenthèses.

Solà-Morales, M. (1993) *Les formes de creixement urbà*, Barcelona: UPC.

Martín, A., Esteban, J. (2011) *El Efecto Cerdà, Ensanches mayores y menores*, Barcelona: UPC.

1.11. FORMAS XI

FERRAMENTAS, MÉTODOS E TÉCNICAS

1.11_8

Corredor e subárea, elementos do tecido urbano

Adilson Macedo (Universidade São Judas Tadeu; Brasil)

Adriana Inigo (Universidade São Judas Tadeu; Brasil)

Maria Isabel Imbronito (Universidade São Judas Tadeu; Brasil)

Palavras-chave : arquitetura da cidade, forma urbana, tecido urbano

Apresenta-se resultado parcial da segunda etapa dos estudos sobre os procedimentos de análise baseado nos conceitos de corredores e subáreas complementares aos elementos urbanos, vias, quadras, lotes e edifícios. Matéria que tem sido objeto pesquisa pelo GPAC/USJT Grupo de Pesquisa Arquitetura da Cidade, de comunicação no PNUM [2016 e 2017] e publicação na Revista de Morfologia Urbana [2016, volume 4.2]. Estuda-se agora as transformações que ocorrem nos lotes e edificações dos corredores em função do uso do solo e das facilidades de acesso por transporte público e privado através da via que dá origem ao corredor e os tipos já consolidados e outros introduzidos recentemente. Adotou-se como área-estudo um setor do bairro da Mooca caracterizado por corredores que atravessam e delimitam uma subárea caracterizada por um tecido de casas em lotes pequenos que vem se defendendo da fúria dos investidores imobiliários, que procuram lotes maiores de preferência nos corredores. A pesquisa inclui o estudo de tipos das quadras, vias, lotes e edifícios e aspectos quantitativos.

1.12. FORMAS XII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

Sala G 2.2 | David Viana e Nuno Travasso

| | |
|---|---|
| As formas do limite: A Corunha | Xose Lois Martínez Suárez Xosé Manuel Vázquez Mosquera Roberto Iglesias Rey |
| Compacidade na dispersão. A flexibilidade da forma urbana na Região Metropolitana de Campinas, Brasil | Rodrigo Argenton Freire Evandro Ziggatti Monteiro Leandro Letti |
| Morfologias e Atividades Urbanas Dispersas na Microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil | Julio Claudio da Gama Bentes |
| Novo Arrabalde aos pedaços: o quebra-cabeça das plantas de loteamento de Saturnino de Brito | Flavia Ribeiro Botechia Heraldo Ferreira Borges |
| Modelo de expansão urbana e a repercussão de novas centralidades | Gislaine Elizete Beloto Mayara Henriques Coimbra |
| Novas centralidades: os projetos urbanos desenvolvidos pela iniciativa privada e sua inserção na urbanização recente brasileira | Ana Cecília de Arruda Campos |
| Ideias de núcleos comerciais e a forma urbana | Samara Soares Braga Renato Leão Rego |
| De região periférica à nova centralidade de Teresina: a evolução urbana do Conjunto Itararé | Amanda Lages de Lima Karenina Cardoso Matos Wilza Gomes Reis Lopes |

1.12. FORMAS XII

ELEMENTOS E PADRÕES, ESPAÇOS PRIVADOS E COLECTIVOS

1.12_1

As formas do limite: A Corunha

Xose Lois Martínez Suárez (Universidade da Corunha; Espanha)
Xosé Manuel Vázquez Mosquera (Universidade da Corunha; Espanha)
Roberto Iglesias Rey (Portugal)

Palavras-chave: Limite, cidade, forma urbana

Em 1860, a cidade colapsou o limite murado que por 600 anos constituiu sua referência física, fiscal e legal.

Desde o século XVII, Londres tinha sido objeto de reflexões por Christopher Wren para abrir a frente da cidade ao rio Tâmese. No século XVIII, Paris, Bourdeaux, Londres, Bath, Lisboa, Edimburgo, vão abordar a questão dos limites e as propostas de Patte, Wynn, Eugenio dos Santos, Craig ... mostram uma atitude que "coloca o foco" nos limites da cidade e sua forma

Em A Corunha (Galiza), o limite foi considerado como uma borda percebida como um limite militar, espaço de margem, espaço de vulnerabilidade. Fora "os campos".

Os quarteirões do borde do tecido urbano fragmentam-se por venelas polos que atravessam as águas pluviais, fecais que vertem nas áreas marítimas.

O litoral nas cidades fluviárias ou nas cidades marítimas é objeto de especial atenção no século XVIII. A consolidação no papel político e econômico das cidades atlânticas convertidas na Metrópole dos Impérios Europeus, e outras nos "pontos fortes" do sistema urbano das plazas fortes.

O transporte marítimo é a forma de chegada das riquezas retiradas das colônias: no borde, da qual pertenciam os subúrbios mais pobres da cidade, eles se deslocam para áreas de centralidades materializadas como espaços de "representação cenográfica".

As relações cidade-natureza nas frentes costeiras, adotam formas urbanas qualificadas, paradigmas do "projeto urbano": superar a condição do edifício isolado estabelece regras, normas, cria instrumentos urbanos que operam em "partes completas da cidade", para "monumentalizar" a forma urbana

Do setor residencial ou institucional, ou de ambos, sempre cobrindo áreas que excedem as escalas especificamente arquitetônicas das práticas de construção anteriores.

Neste contexto, enquadramos esta comunicação: a condição ilimitada da cidade que Cerdá enuncia em 1860 é agora uma realidade indiscutível.

Mas de uma maneira aparentemente contraditória / paradoxal, enquanto o urbano está fragmentado e se expande pelo território, os limites se multiplicam de forma exponencial.

A nova escala da cidade derivada da capacidade técnica e de gestão para construir "espaço urbanizado" e interligado pelas vias de comunicação, em posições, quantidades e qualidades até agora desconhecidas nos coloca em um cenário no qual o limite recupera protagonismo na atualidade.

Os operadores (públicos ou privados) podem, em breve, promover grandes áreas que são consideradas "urbanas" na forma técnica-legal de parâmetros quantitativos da legislação.

Para atravessar as etapas da construção da cidade de A Corunha, identificando as diferentes formas dos limites, interpretar a singularidade e as transformações é uma oportunidade para sintetizar as fases de construção e a "idéia da cidade" que emergem nas áreas onde os limites estão presentes.

Nos limites toman forma as diferentes ideias de cidade ao longo da história. *Limite, Cidade e Forma Urbana* aparecem unidos em âmbitos espaciais cambiantes.

1.12_2

Compacidade na dispersão. A flexibilidade da forma urbana na Região Metropolitana de Campinas, Brasil

Rodrigo Argenton Freire (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Evandro Ziggiatti Monteiro (Universidade Estadual de Campinas; Brasil)

Leandro Letti (Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Brasil)

Palavras-chave: Cidades Compactas, Densidade, Estrutura urbana

Consideramos a densidade e diversidade como dimensões fundamentais do modelo de cidades compactas. Ambas contribuem com o aumento da complexidade da estrutura urbana e aprimoram a vitalidade urbana. No contexto brasileiro, no entanto, o uso do modelo de desenvolvimento compacto é comumente associado apenas à alta densidade. Neste estudo, exploramos o uso da densidade ou diversidade social como indicadores de complexidade urbana e discutimos a conexão entre compacidade e complexidade. O estudo foi realizado em uma região conurbada da Região Metropolitana de Campinas (RMC) contemplando os municípios de Campinas, Hortolândia e Valinhos, no Estado de São Paulo. Calculamos os Índices de Moran Local I (LISA) e de Diversidade Simpson para (I) agrupar as áreas intraurbanas com características similares de densidade e diversidade social e (II) analisar as características morfológicas de seis recortes urbanos. Os resultados permitiram identificar a existência de três padrões morfológicos. Além disso, identificamos que mesmo em um contexto de dispersão urbana, é possível identificar localidades com alta densidade e diversidade social. Nós argumentamos que essas localidades são mais complexas e flexíveis, tornando-as potenciais núcleos catalisadores de políticas para o desenvolvimento urbano compacto. Concluímos que os índices de densidade e diversidade podem caracterizar padrões morfológicos semelhantes em localidades diferentes e indicar maior complexidade da estrutura urbana. Por fim, discutimos se políticas urbanas deveriam priorizar certas localidades, mais complexas e flexíveis, em virtude do seu potencial de catalização.

1.12_3

Morfologias e Atividades Urbanas Dispersas na Microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

Julio Claudio da Gama Bentes (Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Palavras-chave: Urbanização Dispersa, Padrões Morfológicos, Espaço urbano-regional, Reindustrialização, Escalas Espaciais

Na atualidade o fenômeno urbano predomina, com mais da metade da população mundial vivendo em áreas urbanizadas. Contudo, isso não significa que essa população esteja vivendo necessariamente em cidades, no sentido clássico e amplo do termo (WEBBER,1964,1968; LEFEBVRE,1970; CHOAY,1994). Esses fatos estão relacionados às formidáveis transformações ocorridas no processo de urbanização a partir de meados do século XX, em que as novas formas de urbanização e de mobilidade assumiram um importante papel na vida cotidiana, com as relações sociais desenvolvendo-se, em grande parte, sobre novas bases territoriais. Há a emergência de novas formas de ocupação, moradia e ainda de centralidades, com modificações nas inter-relações urbanas e regionais.

O processo de dispersão urbana no Brasil pode ser observado como contínuo e crescente, que teve condições propícias para se desenvolver a partir dos anos 1950-1960 e avançou fortemente após 1990. Esse processo gera “novas territorialidades” e tem se mostrado reestruturante nas últimas décadas(REIS,2006).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados atualizados da pesquisa sobre o processo de urbanização dispersa, suas morfologias e atividades na microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Esses surgiram com a reestruturação produtiva e as consequentes transformações ocorridas nessa microrregião e que recentemente sofreram alterações e revezes com a crise econômica que aflige o país.

Essa microrregião, localizada no Estado do Rio de Janeiro, teve sua industrialização iniciada nos anos 1930-40. A Companhia Siderúrgica Nacional(CSN), criada em 1941 pelo estado brasileiro, foi um marco desse período e assegurou definitivamente a industrialização do país. Com a privatização da CSN em 1993, a região entrou em crise, que foi seguida por sua reestruturação produtiva e espacial.

Hoje, essa microrregião apresenta novas realidades, evidenciando profundas transformações em seus processos sociais. Seu desenvolvimento econômico-regional baseia-se, principalmente, em empreendimentos industriais dos setores automobilístico e metalomecânico que foram implantados com morfologias urbanas dispersas, alterando-se a configuração e a escala dos espaços urbanos. Esses empreendimentos dispersos funcionam como catalisadores da organização e ocupação do território regional, com efeitos de atração e multiplicação das atividades comerciais, de serviços e residenciais. Essas atividades também passaram a ser instaladas com formas urbanas dispersas, localizadas junto às rodovias e possuindo caráter regional. As morfologias dispersas contrastam com as formas urbanas tradicionais concentradas, implantadas anteriormente.

As relações sociais e os modos de vida, antes organizados basicamente no intraurbano, tornaram-se dispersos e estruturados regionalmente, orientados de acordo com os interesses globais das indústrias. Isso leva à modos de vida e consumo com características semelhantes aos metropolitanos. A mobilidade tornou-se constante e decisiva no cotidiano regional, sendo comum na região morar em um município, trabalhar em outro e se divertir ou estudar num terceiro. As barreiras geográficas ou administrativas não delimitam mais a urbanização, com os limites dessa sendo definidos pelas distâncias que podem ser facilmente percorridas de carro ou ônibus fretado (que serve às indústrias).

Desse modo, as dinâmicas urbanas e regionais, assim como as formas urbanas, tornaram-se mais complexas e intensificam-se as inter-relações entre distintas escalas espaciais, internas e externas ao Vale do Paraíba fluminense: intraurbana, region

1.12_4

Novo Arrabalde aos pedaços: o quebra-cabeça das plantas de loteamento de Saturnino de Brito

Flavia Ribeiro Botechia (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Presbiteriana Mackenzie; Brasil)
Heraldo Ferreira Borges (Prefeitura Municipal de Vitória; Brasil)

Palavras-chave: Projeto urbano, Loteamento, Lote, Novo Arrabalde, Vitória

O objetivo deste artigo é a compreensão, a partir das plantas de loteamento, da implementação do Projeto para um Novo Arrabalde – cuja extensão atualmente corresponde em grande medida aos bairros da Praia do Canto, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Santa Luiza, Santa Helena, Praia do Suá, Horto – elaborado em 1896 pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para a expansão da cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Este projeto de expansão, por adição, da cidade existente sobre terrenos rurais e naturais e foi apresentado como um documento composto por um memorial descritivo e justificativo e 25 peças gráficas (intituladas Chapas) com desenhos em diferentes escalas abrangendo desde a planta geral de implantação até detalhes de pavimentação, dos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário. Apesar de haver no documento escrito, de forma geral, a descrição da dimensão, distribuição e geometria dos lotes 2.129 lotes propostos, não há representação, neste documento, da planta de loteamento. Com representação individualizada na Chapa XIV, ao tratar da residência “proletária”, fica a dúvida: por que uma parte tão importante de qualquer projeto loteamento não foi apresentado? E, afinal, se havia uma indicação numérica da quantidade de lotes, algum cálculo deve ter sido feito...

Bastante estudado, verificou-se primeiramente que na maioria das vezes a abordagem dos estudos sobre o Novo Arrabalde dá-se pela perspectiva da história urbana, das ideias e dos ideários, da paisagem, etc, raramente tratando da morfologia urbana, o que não ajudava a elucidar a dúvida posta. Contudo, neste ínterim, realizou-se uma busca nos acervos arquivísticos locais – a saber, no Arquivo Geral Municipal de Vitória e no Centro de Documentação da Prefeitura de Vitória – onde foram localizadas quatro plantas de loteamento, assinadas pelo autor datadas do mesmo ano do projeto (1896). Diante de uma questão resolvida, abriu-se outra: por que foram feitas quatro plantas? São cópias ou diferentes variações?

Cabia, portanto, a realização de uma pesquisa que pudesse discutir os aspectos formais do projeto, utilizando-se o referencial teórico-metodológico da morfologia urbana que contemplou, basicamente, três fases: redesenho por meio dos softwares de desenho assistido por computador (CAD) e de sistemas de informação geográfica (GIS), comparação entre as quatro pranchas e comparação destas com as informações cartográficas e textuais constantes no memorial descritivo. Como se trata de um projeto que “passou do terreno das ideias para o das realizações” pretende-se como desdobramento futuro a procura pelas conexões entre o proposto e o realizado, e as transformações da forma urbana no tempo.

BRITO, F. R. S. de. Projetos e relatórios. Saneamento de Vitoria, Campinas, Petrópolis, Itaocara, Paraíba (João Pessoa), Paraíba do Sul e Juiz de Fora. Obras completas de Saturnino de Brito – Volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAMPOS Jr., C. T. de. O Novo Arrabalde. Vitória: PMV-Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

LEME, M. C. da S. (coord.). Urbanismo no Brasil 1895-1969. São Paulo: Nobel, 2005.

MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. In: Urban morphology (revista eletrônica do ISUF). 1997/1. pags 3-10.

1.12_5

Modelo de expansão urbana e a repercussão de novas centralidades

Gislaine Elizete Beloto (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Mayara Henriques Coimbra (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Palavras-chave: modelo de cidade, expansão urbana, centralidades urbanas

A compacidade da forma urbana de Maringá verificada nesta década diferencia-se do que vem ocorrendo em cidades médias brasileiras. A cidade de Maringá, estado do Paraná, Brasil faz parte de um plano regional sistêmico inicialmente implantado pelos ingleses seguindo alguns fundamentos conceituais das cidades satélites. O plano inicial da cidade seguia o ideário de cidade-jardim, o que, entre outras características, deveria ser compacta, com limites definidos e com uma estrutura hierárquica de centros e subcentros de bairros. A compacidade da forma urbana permaneceu até a grande expansão da cidade para além do plano inicial ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980. A partir de então, a configuração fragmentada da forma urbana de Maringá manteve-se até os anos 2000. O registro do retorno à compacidade na década de 2010 também apresentou indícios de outra espécie de dinâmica urbana, a criação de novas centralidades.

A forma mais compacta não significa que não tenha havido uma dinâmica interna a ela. Existe um movimento cada vez maior de espraiamento do comércio e prestação de serviços de características centrais pelas avenidas que conectam os bairros ao centro. Marcadamente, houve a implantação de grandes empreendimentos em vias de conexão regional. Isto quer dizer que, se por um lado estamos falando de um início de dissolução do centro tradicional, por outro estamos apontando para implantação de equipamentos potencializadores de novas centralidades.

Sendo assim, este artigo parte da hipótese de que há uma dinâmica urbana através da conjugação entre tais equipamentos potencializadores (shoppings centers/hipermercados, universidades, áreas de interesse paisagístico como os parques públicos) e a verticalização de setores da cidade. Juntos, equipamentos e verticalização podem definir vetores de expansão urbana tanto intensiva quanto expansão urbana extensiva.

Portanto, o objetivo a que se propõe é mostrar como as novas centralidades impactam no modelo de expansão urbana. Metodologicamente será apresentado um estudo de caso, a partir do qual a hipótese será demonstrada através da triangulação entre a implantação de equipamentos potencializadores de centralidades, as características morfológicas de setores da cidade onde esta implantação ocorre, e a configuração da forma da mancha urbana de Maringá.

Conzen, M. R. G. (2004) Urban Morphology: a geographical approach. In M. Conzen (ed), Thinking about urban form. Papers on urban morphology, 1932-1998 (pp. 47-59). Bern: Peter Lang.

Corboz, A. (2004) El territorio como palimpsesto. In A. M. Ramos (ed), Lo urbano en 20 autores contemporáneos (25-34). Barcelona: UPC.

Hall, P. (1997) Modelling the post-industrial city. Futures 29, 311-322. doi.org/10.1016/S0016-3287(97)00013-X

Monclús, F. J. (1998) La Ciudad Dispersa: suburbanización y nueva periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.

Rego, R. L. (2009) As cidades plantadas: os britânicos e a construção

1.12_6

Novas centralidades: os projetos urbanos desenvolvidos pela iniciativa privada e sua inserção na urbanização recente brasileira

Ana Cecília de Arruda Campos (Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Brasil)

Palavras-chave: projeto urbano, nova centralidade, forma urbana, sistema de espaços livres

Bairro planejado. Núcleo urbano. Comunidade planejada. Nova centralidade. Empreendimento econômico qualificado. Estes são alguns termos atribuídos aos projetos urbanos desenvolvidos por escritórios voltados para a elaboração destes produtos imobiliários no Brasil. Os processos de urbanização recentes no país vem de encontro aos novos arranjos do setor produtivo que busca localizações vantajosas, independentemente dos limites político-administrativos. A fragmentação de tecidos urbanos, facilitada pela ampliação de estrutura viária, é realidade em diversas cidades e aglomerados urbanos. Os impactos desta urbanização extensiva refletem-se não apenas no suporte biofísico ou nos custos sociais e econômicos, mas na própria urbanidade. Se tipos morfológicos como condomínios horizontais e loteamentos fechados se propagaram em larga escala, assim como agrupamentos de comércio e serviços, a iniciativa privada têm-se voltado para estes novos produtos imobiliários, pensados como unidades autossuficientes. Projetos de grande porte, ainda que em número restrito, são propostos em localidades de características muito distintas, com influências regionais diversas. Estes trechos urbanos congregam usos diversos: habitação de tipos variados, centro de comércio e serviços, edifícios de escritórios ou indústrias. Seu desenho abrange desde o traçado viário e o zoneamento de funções, ao estudo da volumetria edificada e a sua relação com a rua e demais espaços livres públicos e áreas de preservação. O porte de algumas das propostas ultrapassa 600 hectares, chegando a 1075 hectares, contrastando com os tecidos urbanos adjacentes enquanto conjunto projetado. Alguns empreendimentos localizam-se em cidades de porte médio e sua lógica de localização envolve a proximidade com áreas industriais como o Complexo Industrial e Portuário de Pecém no Ceará, sedes de regiões metropolitanas, concentração de equipamentos como shopping centers ou universidades, com facilidade de acesso e mobilidade por sistema rodoviário. Entretanto, os empreendimentos são apresentados sem maiores informações sobre seus impactos frente ao planejamento local e regional. Cabe analisar o impacto destes empreendimentos no seu entorno, o quanto o poder público interfere nas decisões projetuais como gestor e legislador. E investigar os modelos arquitetônicos e urbanísticos aplicados pelos poucos escritórios que os elaboram - se são desenvolvidos especificamente para o lugar, ou se reproduzem soluções trazidas de outros contextos; se inovam ou avançam com relação à diversidade populacional e integração com o entorno, seja pelos tipos construídos e usos propostos, seja pela constituição do sistema de espaços livres. Embora ainda existam reduzidos exemplos implantados recentemente como o núcleo urbano de Pedra Branca (Palhoça – Santa Catarina), Bairro Jardim das Perdizes (São Paulo – São Paulo) ou a Granja Marileusa (Uberlândia – Minas Gerais), são propostas que vem se somar às transformações por que passa o país nas duas últimas décadas, constituindo formas urbanas distintas.

CARMONA, M. et al. *Public Places Urban Spaces*. 2. ed. Londres: Routledge, 2010.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. ed. revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 294.

SPÓSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

1.12_7

Ideias de núcleos comerciais e a forma urbana

Samara Soares Braga (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Renato Leão Rego (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Palavras-chave: Áreas comerciais, Centros secundários, Shopping Center, Raymond Unwin, Victor Grün

A idealização de núcleos comerciais em Maringá, uma cidade ex novo construída em 1947 no estado do Paraná, Brasil, referiu-se primeiro à noção de centros secundários, formulada por Raymond Unwin, e, mais tarde, à caracterização do shopping center, formulada por Victor Grün. O traçado original de Maringá, seguindo o ideário cidade-jardim, estabeleceu a uma estrutura hierárquica entre centro principal e centros secundários, os quais foram caracterizados por praças cercadas por edifícios comerciais, posicionadas no centro de cada bairro residencial. Desse modo, estes núcleos comerciais contribuíam para a identidade e a legibilidade de cada área residencial e ordenavam a forma urbana segundo a setorização das funções da cidade, fortemente difundida através da cidade funcional modernista. A implantação de um shopping center de caráter regional, conforme o modelo proposto por Grün, na borda da cidade e, portanto, afastado do centro tradicional, em um local de fácil acesso para os moradores da cidade e da região, reiterou a segregação funcional. Entretanto, na medida em que a cidade é um organismo vivo, pode-se perguntar quais foram os desdobramentos destes núcleos comerciais na dinâmica urbana. Qual o seu impacto no contexto? Qual a forma urbana resultante? A partir de uma análise morfológica, este trabalho notou que o comércio não se ateu aos centros secundários, espalhando-se nas suas imediações, e o remoto shopping center acabou criando uma nova centralidade, pois atraiu o crescimento urbano para o seu entorno imediato. Portanto, o que se nota na forma urbana atual é que as intenções originais, por motivos diversos, deram lugar ao seu oposto. Diante deste fato, o objetivo deste trabalho é compreender e caracterizar as transformações morfológicas que levaram a esta inversão, através da observação da expansão urbana, da legislação vigente e das características do tecido urbano ao longo do tempo.

Referências

- Castex, J., Panerai, P. (1970) Notas sobre a estrutura do espaço urbano. *L'architecture d'aujourd'hui*. N.153.
- Cohen, L. (1996) Town center to shopping center: the reconfiguration of community marketplaces in postwar America. *The American Historical Review*. 101 (4), 1050-1081.
- Conzen, M. R. G. (2004) *Thinking about urban form. Papers on urban morphology, 1932-1998*. Bern: Peter Lang.
- Grün, V. (1954) *Dynamic Planning for Retail Areas*. Harvard Business Review, Novembro-Dezembro.
- Grün, V. Smith, L. (1960) *Shopping Towns USA: the planning of shopping centers*. Reinhold Pub. Corp.
- Mennel, T. (2004) Victor Grün and the construction of cold war utopias. *Journal of Planning History*, 3 (2), 116-150.
- Oliveira V (2016) Morfologia urbana: diferentes abordagens, *Revista de Morfologia Urbana*, 4 (2), 65-84.
- Pereira Costa S, Netto, M (2015) *Fundamentos da morfologia urbana, C/Arte*, Belo Horizonte.
- Rego, R. L. (2001). O desenho urbano e a ideia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum*. 23 (6), 1569-1577.
- Unwin, R. (1909) *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. London: Adelphi Terrace.

1.12_8

De região periférica à nova centralidade de Teresina: a evolução urbana do Conjunto Itararé

Amanda Lages de Lima (Universidade Federal do Piauí; Brasil)
Karenina Cardoso Matos (Universidade Federal do Piauí; Brasil)
Wilza Gomes Reis Lopes (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Palavras-chave: Conjunto habitacional; paisagem urbana; espaços livres; expansão urbana.

O conjunto habitacional Itararé, posteriormente renomeado de Dirceu Arcoverde, teve suas primeiras unidades entregues em 1977, sendo considerado um dos primeiros residenciais de interesse social realmente voltado para a população de baixa renda da cidade de Teresina (SEMPPLAN, 2016). Hoje, após quatro décadas de sua construção, a região compreendida pelas duas etapas do conjunto, iniciadas em 1976 e 1980 respectivamente, constitui o bairro Itararé.

Partindo de uma localização considerada periférica na época de sua construção, o Itararé tornou-se, não só o bairro mais populoso da cidade, como também uma nova centralidade em seu tecido urbano (SEMPPLAN, 2016). Dentro de seus limites é possível observar diversos elementos cruciais para a existência de urbanidade, entre eles, a diversidade de usos, a vitalidade urbana e a alta densidade habitacional (FIGUEIREDO, 2012).

Quanto à configuração espacial do bairro, destaca-se uma malha urbana bastante característica da produção habitacional de interesse social desenvolvida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) em parceria com as Companhias de Habitação (COHABs), entre os anos de 1964 e 1989. Observa-se, então, um padrão de parcelamento do solo bastante rígido, embasado na criação de quadras retangulares distribuídas de forma ortogonal, abrigando lotes também retangulares, havendo algumas poucas mudanças no eixo de divisão das quadras ao longo do bairro.

Por outro lado, no que diz respeito à paisagem urbana do bairro destaca-se uma intensa modificação no padrão original das unidades habitacionais, assim como o surgimento de edificações com outros usos que não o residencial. Apesar de ainda apresentar um perfil predominantemente horizontal, percebe-se uma forte impressão do caráter dos moradores em suas residências por meio de diversos elementos construídos ao longo dos anos, como por exemplo, a edificação de muros, a alteração das fachadas e a ampliação das unidades habitacionais a fim de atender suas necessidades.

Por fim, destaca-se a presença de uma área considerável destinada aos espaços livres, sendo eles voltados tanto para o lazer, seja ativo ou contemplativo, como para a produção agrícola, sendo essa última atividade uma das grandes potencialidades do bairro Itararé. As hortas comunitárias do Dirceu, como são conhecidas, encontram-se cortando transversalmente o bairro Itararé e representam, novamente, um senso de apropriação e pertencimento por parte da população que vive nessa região. Além disso, destaca-se também a existência de grandes áreas verdes distribuídas ao longo do bairro dentro de áreas institucionais existentes ao longo do bairro, como a Universidade Estadual do Piauí, a Fundação Bradesco e o Terminal de Petróleo.

Por meio desse trabalho, procura-se compreender, a partir de observações in loco e fotografias, as alterações sofridas pela paisagem urbana da região abrangida pelo conjunto habitacional Itararé desde sua criação até os dias de hoje, levando em consideração a ação dos diversos atores sociais, em especial, a da população que nele vive. Além disso, busca-se identificar os fatores que contribuíram para a criação de uma nova centralidade em Teresina a partir de uma área antes considerada periférica, assim como a contribuição da construção do conjunto para a expansão urbana da cidade em direção à sua região.

2.7. PROCESSOS VII

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

Sala G 3.2 | Moderação: Madalena Pinto da Silva e Bruno Moreira

| | |
|---|---|
| Património: Um percurso pelas Memórias do Teixoso | Rúben Miguel de Matos |
| Projecto de requalificação para as Caldas do Moledo: A metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro | Ana Filipa Dias Carla Garrido de Oliveira Teresa Calix |
| “No meio do caminho... um casarão” | Thiago Oliveira Gonçalves Lima |
| Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro | Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt Rômulo José Da Costa Ribeiro |
| Casa modernista em São Luís – Maranhão: a análise formal de duas residências no eixo de expansão urbana entre 1940 a 1970 | Bianca Tereza Lins Rabelo Barbosa Grete Soares Pflueger |
| Ressignificar lugares: regeneração urbana como processo de memória coletiva. O caso do Hub Criativo do Beato | Ana Nevado |
| Práticas artísticas, setor sul, Goiânia-GO: Apropriação e reconhecimento de um bairro-jardim | Priscila Pires Corrêa Neves Luiz Carlos de Laurentiz |
| Valorização da paisagem em Tijucas-SC: Lugar, história e cultura. Trabalho final de graduação (TFG) como visão de conjunto. | Andréa Luiza Kleis Pereira Giselle Carvalho Leal Bruna Fachin Rodrigues |

2.7_1

Património: Um percurso pelas Memórias do Teixoso

Rúben Miguel de Matos (Portugal)

Palavras-chave: Património, Reabilitação, Teixoso, Rota, Herança Cultural

O tema da reabilitação é atualmente um tema de destaque no que diz respeito à área científica da Arquitetura. Contudo, continua a ser necessário o estudo sobre a coesão entre o objeto de estudo, o que a ele se associa e do que dele se desenvolve.

Portugal tem sido reconhecido pela sua versatilidade espacial que potencia um desenvolvimento espontâneo do turismo, através das paisagens, mas também da Arquitetura e identidade de cada local. Enquanto que no litoral do país se destacam as praias e os monumentos ali construídos, no interior do país valorizam-se as serras e as planícies áridas do Alentejo, ou a ruralidade que tanto caracteriza estas regiões. (Briedenhann, J.; Wickens, E – 2004) (Maia, S. V. – 2010)

Deste modo, este tema vem aumentar a visibilidade e a importância do património e colmatar a ausência de identidade deste numa freguesia do Concelho da Covilhã, Teixoso, através desta publicação. A criação de uma rota cultural, quer por via da reabilitação, quer por via da revitalização, terá como fim o aproveitamento de espaços que outrora marcaram esta vila, atribuindo-lhes novos usos através de equipamentos e serviços de caráter cultural, turístico e social. Casas senhoriais, fontes, ruas, são alguns elementos que compõem o elenco de edifícios e espaços que demarcam esta proposta. (Cardoso, F. M. P., Castriota, L. B. – 2012) (Council of Europe – s/data) (ICOMOS – s/data)

Esta rota, respeitando a malha existente, será premissa para a proposta de reabilitação da Quinta de São João, local onde termina a rota proposta, com o objetivo de afirmação identitária da freguesia do Teixoso. Esta será uma forma de apontar soluções para as várias lacunas existentes, tais como, o turismo e a cultura em meio rural, a revitalização do casco histórico, criação de atividades lúdicas “intergeracionais” e a vontade de expor, valorizar e dar a conhecer as origens históricas desta freguesia.

2.7_2

Projecto de requalificação para as Caldas do Moledo: A metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro

Ana Filipa Dias (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Carla Garrido de Oliveira (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Teresa Calix (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Portugal)

Palavras-chave: Projecto, Caldas do Moledo, Douro, Paisagens arquitectónicas, Requalificação, Património

A Região do Douro sempre impressionou pelos seus rios que rasgam as montanhas e dão lugar aos vales, os Invernos frios e Verões abrasadores, o verde da vegetação na Primavera e os vermelhos e laranjas no Outono, as vinhas e os terraços, as aldeias que pontilham a paisagem vinhateira unidas pela herança do xisto, mas também pelos homens e mulheres que lutaram pela construção desta região.

Caldas do Moledo, conhecida como Pórtico de entrada do coração do Douro graças à sua posição estratégica de domínio da margem direita do Rio, sempre foi de grande importância no âmbito do intercâmbio económico, cultural e social desta região. Potencializada pelas novas dinâmicas dos últimos 150 anos – caminho-de-ferro, barragens, auto-estradas, tecnologia produtivas,... – e actualmente pela pressão do turismo, observa-se um desvirtuar dos valores identitários do território vinhateiro. Novas centralidades e sistemas surgem na região, e lugares como Caldas do Moledo que outrora dominavam a paisagem são apenas memória de outras épocas.

Apesar do marcado predomínio da monocultura da vinha, Caldas do Moledo apresenta pluralidades, variações e diversidades ao longo da sua extensão, já exploradas por uma das personalidades mais marcantes do Douro, a “Ferreirinha”. A estratégia de requalificação do lugar de Caldas do Moledo procura compreender e articular as possibilidades de recuperação de um lugar pleno de carácter e história que, ainda que comprometidos pelo abandono e pela acção do tempo, apresentam potencialidades reconhecíveis tanto na criação de fluxos, trocas e dinâmicas internas como na Região.

Será assim apresentada uma visão territorial, sociológica e cultural, que não se revê nas relações e imagens superficiais das paisagens do Douro turístico, procurando antes explorar as distintas ambiências, atmosferas e o Genius Loci [1] do Lugar, contribuindo para um esboço-proposta de redesenho tanto da rede de infraestruturas, propondo o desdobramento de vias existentes e a sua exploração modal, articulando a mobilidade local e regional, como a revisão programática e espacial dos espaços colectivos das Caldas do Moledo.

Perante os processos de transformação presentes na Região do Douro, a investigação destaca a necessidade de uma revisão acerca das formas de ver e pensar as paisagens arquitectónicas do Douro. Através de um método de trabalho baseado na análise física e formal de dinâmicas sociais, culturais e económicas, procurar-se-á evidenciar os princípios fundamentais de actuação que decorrem da percepção dos valores e das identidades deste território. Intervir num organismo como Caldas do Moledo obriga a uma reflexão sobre as várias identidades, sistemas e dinâmicas presentes neste território, sejam elas históricas, arquitectónicas, urbanísticas, económicas, culturais ou sociais.

Torna-se essencial compreender e preservar o património material e imaterial da Região do Douro, tanto quanto é imperativo reconstruir um discurso que una tradição e progresso, verdadeiramente representante de uma Paisagem Cultural Evolutiva e Viva[2].

[1] “Espírito do Lugar”, expressão adoptada por Christian Norberg-Schulz in *Genius-Loci: towards a phenomenology of architecture*.

[2] BIANCHI AGUIAR, F.; DIAS, J.; ANDRESEN, T.; CURADO, M, J.; MARQUES, P. F.; PEREIRA, G. M., (2000). “Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial”. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques

2.7_3

“No meio do caminho... um casarão”

Thiago Oliveira Gonçalves Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: Cidade-escrita, Cidade-mercadoria, Diversidade cultural, Eclétismo, Espírito do lugar, Indústria cultural, Patrimônio, Rio de Janeiro

O presente artigo, cujo título faz alusão ao poema “No meio do caminho” de Carlos Drummond de Andrade (ANDRADE, 1928, p. 1), busca alinhar os principais fatos históricos na existência do edifício de dois andares situado na Rua Mata Machado, número 126, do bairro Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, assim como identificar as mudanças ocorridas no “espírito do lugar” deste edifício ao longo do tempo e os agentes destas mudanças. Mais conhecido como o casarão que abrigou entre 1953 e 1977 as atividades do Museu do Índio – entidade ligada ao extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – o edifício, concluído na década de 1910, vem representando, desde a transferência do museu para o bairro de Botafogo em 1977, uma “pedra no caminho” de governantes. Abandonado desde aquela data e sem um constante controle de acesso, tem gerado insegurança para quem passa pelo local. Em 2006, o terreno onde se situa foi ocupado por um grupo indígena que passou a denominar o local como Aldeia Maracanã. Em 2013, após forte pressão popular contra a tentativa de demolição por parte do Governo Estadual para ceder lugar a uma expansão do Complexo Esportivo Maracanã, o edifício foi tombado nas esferas municipal e estadual. Entretanto, a aplicação destes aparatos legais não pôde interromper o processo de arruinamento que o edifício vinha sofrendo ao longo dos últimos trinta e seis anos com a completa falta de manutenção, ações de vandalismo e de outros tantos agentes geradores de patologias. Nas palavras de Alois Riegl, é possível perceber uma “destruição violenta” (Riegl, 1987, p. 75) devido à ausência de uso.

Como metodologia para a realização do artigo, adotou-se a pesquisa documental e buscou-se ampliar a análise da dimensão arquitetônica para a urbana, no intuito de compreender as forças atuantes no processo de modificação da cidade e do lugar, lançando-se mão de conceitos como “cidade-escrita” (Rolnik, 1994, p. 16), “cidade-mercadoria” (Vainer, 2009, p. 78), “Indústria Cultural” (Choay, 2001, p. 205), de Cultura e Diversidade Cultural (UNESCO, 1982) e de “Espírito do Lugar” (ICOMOS, 2008).

Espera-se com este artigo contribuir para o atual estágio dos debates sobre a preservação de edifícios históricos, salientando-se a importância da identificação e participação de todos grupos socioculturais envolvidos.

Referências Bibliográficas:

- Andrade, C. D. (1928). No meio do caminho. Revista Antropofagia, 3, 1.
- Choay, F. (2001). A alegoria do patrimônio. (5ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Icomos (2008). 16ª Assembleia Geral do ICOMOS: Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”. Québec: Autor.
- Riegl, A. (1987). El Culto moderno a los monumentos. Caracteres y origen (A. P. López, Trad.). Madrid: Visor.
- Rolnik, R. (1994). O que é cidade. (3ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Vainer, C. (2009). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. (5ª ed.). (pp. 75-83). Petrópolis: Vozes.
- Unesco (1982). Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais: Declaração do México sobre as Políticas Culturais. Cidade do México: Autor.

2.7. PROCESSOS VII

REGENERAÇÃO URBANA - PATRIMÓNIO E HERANÇA

2.7_4

Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro

Ramon Fortunato Gomes (Universidade de Brasília UnB; Brasil)

Ricardo Batista Bitencourt (Universidade de Brasília UnB; Brasil)

Rômulo José Da Costa Ribeiro (Universidade de Brasília UnB; Brasil)

Palavras-chave: Morfologia Urbana, Segregação Urbana, Núcleos Urbanos Tombados, Legislação Urbanística

Sobre a análise de três comunidades de origem caiçara e pesqueira, nas regiões norte, sudeste e sul brasileiras, o artigo está estruturado. Vila da Barca, Ilha das Cobras/Mangueira e Vila Ponta das Pedras, localizadas respectivamente nas cidades de Belém, (Pará, PA); Paraty, (Rio de Janeiro, RJ) e Laguna, (Santa Catarina, SC) são comunidades inseridas em cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (IPHAN), nas franjas dos centros históricos de cada município. São territórios consolidados em meio a processos culturais distintos, que trazem questões urbanas socioespaciais similares, responsáveis por transformações morfológicas, mutações ou metamorfoses do espaço construído. Fragmentadas do tecido urbano, em prol de uma cidade construída para o mercado e para o turismo, imprimem uma ordem urbana própria, marcada por arranjos informais, ilegalidade, e conflitos decorrentes da produção da cidade no contexto contemporâneo. Assim, estão amputadas da cidade formal, dos nichos controlados por parâmetros urbanísticos, dos planos de ordenamento territorial, e das principais intervenções de infraestrutura urbana. Neste sentido é questionável o aparato legal, urbanístico e preservacionista. A quem ele serve? Que cidade ele tem construído?

Buscando atender uma lacuna nos estudos urbanos que relacionam a ilegalidade de comunidades tradicionais com a formalidade dos planos urbanísticos, manifesta-se relevância ao expor territórios exclusivos, de diferentes regiões culturais, produzidos igualmente pelo discurso da formalidade, pelas estratégias de crescimento urbano associadas aos negócios imobiliários, e pelo consumo turístico do lazer.

O artigo tem como objetivo, compreender as comunidades pesqueiras no universo da cidade, suas dinâmicas urbanas, modos de construção, tradições e a morfologia desses territórios periféricos, confrontando com processos fomentados pela legislação edilícia, por prioridades imobiliárias, pelo discurso preservacionista e pelo impulso turístico desenvolvimentista.

Tem como método de pesquisa, a análise sobre imagens do Google Earth Pro, que possibilitam visualizar transformações cronológicas na mancha urbana dos sítios analisados, o levantamento de dados em instituições públicas de controle do solo urbano e planejamento territorial, a documentação fotográfica por meio de visitas aos territórios analisados, e a alimentação da pesquisa com dados e percepções do espaço, fornecidos por moradores locais, via Whatsapp.

Assim, o estudo de análise qualitativo, apresenta resultados similares em comunidades, sob a ótica dos territórios urbanos informais, consolidados exclusivamente por meio do modelo de produção de cidade, contemporânea, voltada aos negócios imobiliários, ao consumo do turismo e ao lazer. Encerra uma cidade em fragmentos urbanos, informais, segregados, legais ou ilegais, diante de uma legislação urbana, construída por meio de planos diretores, leis complementares, decretos, e acordos de gabinete. Peças de produção dos espaços urbanos.

Tece considerações, sobre processos amparados em bases legais, que proporcionam transformações urbanísticas formando ilhas de legalidade e ilegalidade, impressas no desenho e na morfologia urbana das áreas analisadas. Entendidas não somente como acúmulo de períodos e experiências, mas como ideologia que norteia a ocupação do solo ao longo do tempo, reforçando a importância da preservação da cidade antiga como bem cultural, mas permitindo ao estudo expor e compreender a quem serve o aparato legal, e que cidade ele tem construído.

2.7_5

Casa modernista em São Luís – Maranhão: a análise formal de duas residências no eixo de expansão urbana entre 1940 a 1970

Bianca Tereza Lins Rabelo Barbosa (ULISBOA; Portugal)

Grete Soares Pflueger (UEMA; Brasil)

Palavras-chave: arquitetura moderna, renovação urbana, modernismo tropicalista

A arquitetura moderna foi inserida no centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão, norte do Brasil através da construção de dos edifícios institucionais no início do século XX e posteriormente com a construção de residências modernista. O modelo da expansão modernista da cidade de São Luís (Brasil), contextualizado pelo plano urbano de 1958 do engenheiro Rui Mesquita estimulou o diálogo entre a malha urbana e os novos espaços residências construídos, proporcionando assim, uma confluência entre a produção arquitetônica dominante e a vinda da construção do moderno tardio. Em meio à esta problemática pertinente entre o diálogo da produção urbana e arquitetônica colonial portuguesa e as necessidades vigentes de renovação urbana no período de 1940 e 1970 , destacamos, neste artigo a construção de duas casas modernista na Avenida Beira e no bairro João Paulo

,de autoria do arquiteto Cleonfurtado. A escolha destes imóveis se deu pela importância da obra do arquiteto maranhense formado pela Mackenzie de São Paulo que foi o precursor da arquitetura residencial na capital. A metodologia da pesquisa será feita através do levantamento fotográfico e cadastral dos imóveis das plantas para análise formal das residências. A realidade morfológica e o diálogo intermitente entre a produção residencial moderna, se objetiva como rica investigação onde a produção modernista foi inserida de maneira única, com características que mesclam as necessidades regionais com as tendências construtivas do período. Neste artigo se relacionará a expansão da cidade e dos espaços de duas residências construídas no eixo de expansão urbana. A ressonância do moderno em São Luís e da contextualização dos planos urbanos estabeleceu um diálogo com a produção arquitetônica modernista brasileira, com autores como Segawa, Zevi, Pernão, Bachelard e Barracho. Como conclusão questionaremos a importância da preservação da arquitetura residencial do século XX em São Luís inseridos no contexto do centro histórico reconhecido pela UNESCO como patrimônio mundial.

2.7_6

Ressignificar lugares: regeneração urbana como processo de memória coletiva. O caso do Hub Criativo do Beato

Ana Nevado (ISCTE-IUL; Portugal)

Palavras-chave: Memória colectiva, Hub Criativo do Beato, Património, Coworking, Regeneração Urbana

À luz do contexto actual, marcado pela diversidade e pela célere mudança, a questão da memória cultural colectiva (mnemonika) (Colavitti, 2018) assume destaque, sobretudo em territórios que impliquem transformações profundas no âmbito da regeneração urbana. A versatilidade, adaptabilidade e relação com o território são crescentemente valorizados na cidade contemporânea, onde a reinterpretação e a reutilização das pré-existências adquirem um papel fundamental. O conhecimento histórico e da evolução urbana dos lugares, mantendo/partindo da sua “vocação” é crescentemente comum nas operações de regeneração urbana. Assim, “planear com história” e com o património (Colavitti, 2018) representa uma alternativa vantajosa na cidade contemporânea. Cremos que o património urbano apenas é válido se a sua utilidade for justificada na sociedade contemporânea (Smith, 2006; 2012) e se se integrar em sistemas urbanos e paisagísticos mais vastos (Veldpaus, 2015). Embora o património industrial seja recente, representa um legado histórico importante nas cidades. Assiste-se à transformação de antigos sítios industriais e de quarteirões devolutos em clusters de empresas/startups, actualmente localizados em áreas urbanas centrais. O caso de Lisboa não é excepção e contém diversos casos (e.g.: Lx Factory, em Alcântara; Hub Criativo do Beato (HCB), Beato). Denota-se uma transformação no tipo de actividades produtivas (não poluentes), relacionadas com tecnologia, inovação e criatividade. Essa científica, económica e cultural contribui para mapear Lisboa no contexto global e colaborativo. Objectivamente pretende-se: a) questionar a importância da memória cultural colectiva nos processos de redesenvolvimento territorial; b) investigar novos modos de regenerar e revitalizar áreas urbanas pós-industriais com recurso à reconversão das pré-existências; c) explorar as questões do confronto do novo com o antigo (Lira & Pontual, 2006), visando reinterpretar os significados dos lugares.

Metodologicamente: a) analisa-se o caso do HCB como referência de adaptação de estruturas pré-existentes em espaços de coworking; b) explora-se esse modelo de redesenvolvimento territorial enquanto processo integrado de regeneração (i.e.: urbana, física e socioeconómica), levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, através do estabelecimento de parcerias público-privadas. Concluímos o seguinte: a) a reabilitação de heranças urbanas e a sua inserção nos sistemas (funcionais, culturais e urbanos) da cidade através da regeneração urbana promove novas centralidades socioeconómicas; b) os casos de maior sucesso de operações de regeneração urbana são marcadamente em estreita relação com as morfologias do território; c) regenerar é um processo de “ressignificação” de lugares, valorizando-os, mas não necessariamente expandindo construtiva/materialmente.

Referências bibliográficas:

Colavitti, A. M. (2018). *Urban Heritage Management: Planning with History*. (The Urban Book Series). Cham: Springer.

Lira, F., Pontual, V. (2006). Is conciliation of the old and new possible? Urbanistic instruments applied to the historical area of the downtown district of Bairro do Recife – Pernambuco. *City & Time* 1 (1), 3. Disponível em <http://www.ct.cecibr.org/>

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Londres/Nova Iorque: Routledge/Taylor & Francis Group.

Smith, L. (2012). Discourses of Heritage: implications for archaeological community practice. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Questões do tempo presente. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/64148> doi: 10.4000/nuevomundo.64148

Veldpaus, L. (2015). *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. (Tese de Doutoramento). TU/e, Eindhoven.

2.7_7

Práticas artísticas, setor sul, Goiânia-GO: Apropriação e reconhecimento de um bairro-jardim

Priscila Pires Corrêa Neves (Universidade Federal de Uberlândia; Brasil)

Luiz Carlos de Laurentiz (Universidade Federal de Uberlândia; Brasil)

Palavras-chave: bairro-jardim, revitalização, práticas urbanas

Esse artigo é um recorte do desenvolvimento da pesquisa com o nome inicial de “PRÁTICAS ARTÍSTICAS, SETOR SUL, GOIÂNIA-GO: Apropriação e Grafitagem na Fisionomia Urbana de um Bairro-Jardim” investiga as distintas práticas sociais como pichações, grafites, etc., com muros, postes, caixas de telefonia pública e áreas verdes, e do processo de degradação destas. Assim como as mudanças das vivências na cidade ressignificam espaços citadinos desdenhados ao longo dos anos.

Sabe-se que o graffiti possui papel importante para a retomada de áreas desprezadas pelos moradores locais e pelo poder público, transformando-as numa ferramenta de reurbanização voluntária e que faz ressurgir um cenário cheio de dizeres e imaginários.

Estimulado pela perspectiva acerca da cidade-jardim, o engenheiro Armando de Godoy resgatou as teorias de Ebenezer Howard e as referências citadinas de Radburn e Letchworth de traçados orgânicos, áreas verdes, num bairro de caráter residencial, formado por cul-de-sacs – vielas. Godoy idealizou que as áreas verdes locadas nos miolos das quadras seriam interligadas por caminhos de pedestres, garantiriam espaços livres e de lazer para o uso público.

A forma que as casas foram implantadas à época acarretaram no abandono das áreas verdes somado ao esquecimento público. Os moradores não foram informados sobre o modelo americano onde suas frentes deveriam ser viradas para as áreas verdes e o fundo para as ruas.

A atmosfera do “bairro-jardim” se renova com as expressões urbanas compondo muros, pilares, decifra por meio do fenômeno urbano, o diálogo que a sociedade possui com a sua história, a cidade, a arte, o corpo e a política. Essa redescoberta coletiva de lugares esquecidos transforma o setor num lugar de memória, cuja paisagem está repleta de expressões urbanas.

Este artigo pretende compreender o panorama metamórfico do Setor Sul, desde sua concepção até as estratégias conscientes ou inconscientes das práticas artísticas que colaboraram para ressignificar o espaço público do setor.

Referências Bibliográficas:

- Augé, M. (2008) Não-lugares: Introdução a uma antropologia da super modernidade. São Paulo: Papirus
- Castoriadis, C. (1982). A instituição imaginária da sociedade. Tradução Guy Reynoud. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra. Título original: L'institution imaginaire de La société
- Corpos e cenários urbanos. Territórios urbanos e políticas culturais. (2006). (Orgs.): Pierre, H; Jacques, P.B. (Textos): Pierre, J. H., Baudry, P., et al. (Trad.): Rejane Janowitz. (Revisão técnica): Lílian Fessler Vaz. Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA
- Di Felice, M. (2009). Paisagens pós-urbanas - o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. (1ª ed.) São Paulo: Annablume
- E-metrópolis. (2010, Setembro). Os mega eventos na cidade. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Ano 1, (2ª ed.), página 05-10. Editor chefe: RIBEIRO, L. C. de Q. Revisão técnica: Tamara Grisolia. Disponível em: <http://emetropolis.net>
- Gonçalves, A.R. (2002). A construção do espaço urbano de Goiânia (1933 -1968). Dissertação (mestrado) – UFG,
- Halbwachs, M. (2004). A memória coletiva. São Paulo: Centauro
- Mota, J.C. (1999). O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado. [S.l.]. In: Anais do 3º Seminário. DOCOMOMO Brasil. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Juliana_mota.pdf
- Seno, E. (2010). Trespass: História da arte urbana não encomendada. Köln: Taschen

2.7_8

Valorização da paisagem em Tijucas-SC: Lugar, história e cultura. Trabalho final de graduação (TFG) como visão de conjunto.

Andréa Luiza Kleis Pereira (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Brasil)

Giselle Carvalho Leal (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Brasil)

Bruna Fachin Rodrigues (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Brasil)

Palavras-chave: patrimônio, paisagem, centro cultural, trabalho final de graduação.

Este artigo apresenta a proposta de valorização da paisagem de região histórica, localizada na margem esquerda do rio Tijucas, em Tijucas, SC, como resultado do Trabalho Final de Graduação (TFG), do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Faz parte do contexto da área de intervenção, a antiga praça do mercado, o vazio existente abaixo do viaduto da BR 101 e edificações históricas. Considerando aspectos relacionados ao lugar, história e cultura, como é possível promover a valorização da paisagem, em Tijucas/SC? De forma específica, a proposta busca potencializar as atividades culturais através da implantação de equipamento cultural com linguagem contemporânea em contraste ao patrimônio histórico, qualificando e conectando espaços públicos. É importante entender a cidade como resultado de processo histórico (LAMAS,2011) e reconhecer a relevância de prédios antigos que contam um pouco do passado daquele local, revivem as lembranças e despertam a curiosidade de quem observa e por ali passa. Jane Jacobs (2011) explica como a combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados pode trazer vitalidade a um local, pois possibilita a diversidade de usos e de renda populacional. Choay (2001) comenta que a palavra patrimônio, na sua origem, estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo e pertencimento ao passado. Destaca-se a relevância da pesquisa teórica sobre patrimônio histórico e estudos de paisagens.

Na definição de Collot (1990, p. 32) “a paisagem é estudada a partir de sua percepção que não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido” e Santos (1991), considera os “objetos naturais” e os coloca em relação de igualdade com os “objetos sociais” definindo a paisagem como resultado de um processo histórico, ou seja, representando diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade.

Há um aumento de consciência de que paisagens deveriam ser temas de interesse político devido à sua função em contribuir para o bem-estar do cidadão. De acordo com o Conselho Europeu (2000 apud GULINCK et al, 2001), a participação democrática deve estar incluída no planejamento da paisagem.

O resultado do processo, permitiu o entendimento de que o patrimônio histórico não necessita estar isolado, podendo estar conectado às novas formas de ocupação, ao contexto existente, valorizando a paisagem e potencializando atividades culturais e convívio social.

CHOAY, F. (2001). A alegoria do patrimônio. São Paulo, SP: UNESP.

COLLOT, M. (1990). Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v.39, n. 20, p. 21-32.

GULINCK, H. et al. (2001, Aug). A framework for comparative landscape analysis and evaluation based on land cover data, with an application in the Madrid region (Spain). Landscape and Urban Planning, Amsterdam, v. 55,n. 4, p. 257-270.J

JACOBS, J. (2011). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, SP: Martins Fontes.

LAMAS, J. M. R. G. (2011). Morfologia Urbana e desenho da Cidade . Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, M. (1991). Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec.

3.5. DESÍGNIOS V

TEORIAS E UTOPIAS

Sala G 3. 3 | Moderação: Paula Morais e Sara Sucena

| | |
|--|---|
| Urbanizar a Teoria, Teorizar o Urbano: A investigação probabilística do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco | Bruno Gil |
| “Continuar portanto inovando”; as observações filo-morfológicas de Távora | François Dufaux |
| Bases conceituais da morfologia urbana | Camila de Queiroz Pimentel Lopes |
| Análise tipomorfológica Italiana e o estudo da forma urbana de cidades novas planeadas | Izabela Bombo Gonçalves Karin Schwabe Meneguetti Gislaine Elizete Beloto |
| O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as Escolas Inglesa e Italiana de morfologia urbana | Staël de Alvarenga Pereira Costa Maria Manoela Gimmler Netto Priscila Schiavo Gomes da Costa Débora Blanda Ferreira Aires Salomão |
| Liminaridade: uma Mediação sobre Percursos Intersticiais Urbanos | Saraa Al Shrbaji João Rosmaninho |
| A negação das cidades moderna e pós-moderna: uma análise da visão distópica do videojogo Horizon Zero Dawn | Cláudio Valentim Rocha Leal |

3.5. DESÍGNIOS V

TEORIAS E UTOPIAS

3.5_1

Urbanizar a Teoria, Teorizar o Urbano: A investigação probabilística do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco

Bruno Gil (Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra; Portugal)

Palavras-chave: Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, Revista Urbanização, Ordenamento Territorial, José Pedro Martins Barata, Duarte Castel-Branco

A presente comunicação propõe questionar um momento inaugural de teorização da “nova dimensão” urbana, extensiva ao território português. Para este efeito, será visada a estruturação pioneira de um programa de investigação urbanística, na transição dos anos 1960 e 1970, sob a égide do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco.

Como alternativa ao Centro de Estudos da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, o qual organizara o “Colóquio sobre Urbanismo” em Lisboa em 1961, o novo Centro é fundado em 1963, com direcção de Manuel Sá de Mello, em ligação directa ao Ministério das Obras Públicas.

Simultaneamente, a revista Urbanização – a face mais visível da actividade do Centro – revelaria uma abertura para com as contribuições externas, levando a que fosse uma publicação a meio caminho de um Centro de Estudos politizado e de um Centro de Estudos com um “desígnio” próprio. Também o facto de ser subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, indicava uma propensão editorial que não era meramente técnica. Neste sentido, é de frisar o papel formativo do Centro, enquanto espaço receptivo ao desenvolvimento dos estudos individuais, recebendo estagiários, como seria o caso de Manuel Fernandes de Sá.

Consequentemente, de modo a considerar os objectivos institucionais a par dos de investigação, é crucial a observação do seu carácter performativo, nomeadamente dos principais actores e dinamizadores. Partiremos das interpretações dos mais activos como José Pedro Martins Barata e Duarte Castel-Branco.

Com efeito, a abordagem a este Centro permite vislumbrar um particular momento de contacto com os mais avançados centros estrangeiros, tal como revela a presença de Castel-Branco no Centre de Recherche d’Urbanisme, fundado por Jean Canaux em 1962. Decorrentes destes estágios, são evidentes as similitudes nas metodologias de análise territorial, nomeadamente as de ordenamento regional e dos “informes”, com destaque para o conceito de “cidade elementar”, introduzido por Castel-Branco (1971) no Ante-Plano Territorial de Ordenação Urbanística do Norte do Ribatejo.

Por outro lado, a aproximação de Martins Barata à disciplina da matemática, a par de um contacto enquanto jovem com Adriano Olivetti, revela-o protagonista de um particular olhar probabilístico sobre as questões territoriais, e politicamente consciente nos seus estudos. Estes seriam publicados na revista Análise Social, mas também na Urbanização, com destaque para o número onde o pensamento de Martins Barata (1969) convive com o de Christopher Alexander, ou de Lionel March.

Por fim, espera-se que a lente de “investigação probabilística” do Centro de Estudos – embrionária e experimental – contribua concomitantemente para a reflexão contemporânea, quando no presente se continuam a desenhar tendências da resiliência dos territórios, em tantas outras estruturas de investigação. Com a extinção em 1977 do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, então ainda conotado com o anterior regime ditatorial, também a sua história ficaria encerrada e votada ao esquecimento, a qual procuramos de forma original resgatar.

Castel-Branco, D. (1971). Ante-Plano Territorial de Ordenação Urbanística do Norte do Ribatejo, Urbanização, 6(3,4), 151-231.

Martins Barata, J. P. (1969). Elementos para um Modelo Probabilístico do Crescimento Urbano. Urbanização, 4(2), 71-84.

3.5_2

“Continuar portanto inovando”; as observações filo-morfológicas de Távora

François Dufaux (Université Laval; Portugal)

Palavras-chave: Távora, identidade, America

O ensaio “Da organização do espaço” de Fernando Távora (1962) permanece uma concisa e formidável introdução à arquitetura portuguesa contemporânea, na sua relação com as “circunstâncias” espaciais, socioeconómicas e culturais, orientando o projeto de arquitetura e de urbanismo. A oitava reedição em português, a sua tradução em castelhano (2017) e a seguir em francês, sublinham a importância desta obra mais conceptual do que teórica pelos arquitetos e o público.

Sem retomar os conceitos, a metodologia e o enquadramento teórico dos estudos morfológicos que conhecemos hoje, Távora, numa extraordinária coincidência no tempo, colocava as mesmas questões e raciocínios, cruzando ou estabelecendo paralelismos, que as primeiras propostas dos mestres pioneiros tais como Muratori e Conzen, e até os conceitos mais recentes da sintaxe espacial. Neste sentido, o ensaio estabelece uma crítica da modernidade internacional do pós-guerra e a necessidade de perceber objetivamente o contexto. Neste sentido, Távora oferece muitas reflexões filo-morfológicas, onde a sua crítica a Raul Lino em 1947, seguido da colaboração no “Inquérito da Arquitetura Popular Portuguesa” (1949-1961), balizam o seu percurso intelectual e profissional.

No contexto do continente americano, o apelo a “continuar portanto inovando” enfrenta outras lógicas. O papel da história materializada na produção “da organização do espaço” enfrenta lógicas especulativas coloniais - segundo Anthony King -, hoje globais, sobre a natureza, renda e forma do fomento territorial. Essa comunicação, além de sublinhar as observações filo-morfológicas do Távora, pretende refletir sobre os obstáculos do conhecimento morfológico num contexto de presente contínuo e novidade desarmónicos, circunstâncias denunciadas por Távora, porém tão efetivas na produção do ambiente construído no Novo Mundo.

3.5. DESÍGNIOS V

TEORIAS E UTOPIAS

3.5_3

Bases conceituais da morfologia urbana

Camila de Queiroz Pimentel Lopes (Universidade de Brasília – UNB; Brasil)

Palavras-chave: Bases conceituais, Morfologia Urbana, Escolas.

O presente artigo elenca as bases da morfologia urbana e os estudos emergentes a partir das tais. A escola inglesa, através de M. R. G. Conzen; a italiana, com os estudos de Saverio Muratori; e posteriormente a escola francesa, fundamentam desde a década de 1960 os estudos sobre a forma urbana e o desenvolvimento de novas frentes de pesquisa, como é o exemplo da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM), grupo regional do International Seminar on Urban Form (ISUF), que tem por principal objetivo a promoção de estudos sobre a forma urbana em países lusófonos. Os embasamentos acerca da morfologia urbana, tendo em vista sua interdisciplinaridade, buscam não apenas entender o processo evolutivo das cidades, mas também propor soluções para eventos futuros. Tendo em vista tais aspectos, o objetivo desse trabalho, além de elencar as bases conceituais da morfologia urbana, consiste em revelar seus pontos principais, semelhanças e particularidades dentro do contexto em que foram desenvolvidas.

3.5. DESÍGNIOS V

TEORIAS E UTOPIAS

3.5_4

Análise tipomorfológica Italiana e o estudo da forma urbana de cidades novas planejadas

Izabela Bombo Gonçalves (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Karin Schwabe Meneguetti (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Gislaine Elizete Beloto (Universidade Estadual de Maringá; Brasil)

Palavras-chave: Saverio Muratori, Morfologia Urbana, Gianfranco Caniggia, Derivação tipológica, Tipo

No campo da Morfologia Urbana, uma das vertentes mais reconhecidas é a da Escola Italiana de Morfologia Urbana, que em seus estudos enfoca nas relações

culturais tradicionais que são expressas e mantidas ao longo do desenvolvimento da forma urbana. Os fundamentos que sustentam sua abordagem são firmados a partir do conceito de “consciência espontânea” construído por Saverio Muratori, fundador da escola, que expressa a existência de um modo de construir que se encontra enraizado na mente da população, um modelo inserido em seu subconsciente que é reproduzido de maneira automática na construção de edificações. O modelo acompanharia os ciclos humanos e seu desenvolvimento, passando por transformações, porém, mantendo vínculos com aspectos originais do tipo básico, processo que é reconhecido pela Escola como derivação tipológica, referente a retenção de características primárias de uma forma inicial através do processo de atualização, evidenciando vínculos tradicionais que são expressos na forma urbana.

Estas análises foram realizadas inicialmente em cidades históricas, caracterizadas por ocupações orgânicas e espontâneas, de conformações vernaculares, marcadas por vários séculos de construção que compõe sua forma física. Apesar de sua origem, entende-se que a partir de seus conceitos e análises a Escola Italiana busca interpretar a história de uma civilização através do processo evidenciado em sua arquitetura, compreendendo a realidade presente através da estratificação de suas diferentes camadas temporais e identificando possíveis vínculos. Assim, os fundamentos defendidos por esta não se limitam a um modelo vernacular e podem ser utilizados na compreensão de formações urbanas mais recentes.

Partindo desta constatação, questiona-se como estes fundamentos e metodologia de análise poderiam ser aplicados em cidades novas planejadas, aquelas que tiveram sua formação de maneira não-espontânea, implantadas a partir de um plano previamente estabelecido. Assim, através da interpretação e maior compreensão dos fundamentos e abordagens que sustentam esta linha de pesquisa, pautando-se em seus conceitos-chave, escalas de abordagem, terminologias, métodos e aplicações desenvolvidos por seus seguidores, busca-se refletir de que modo a metodologia poderia servir aos estudos da forma de uma cidade nova planejada. Como resultante desta análise e referente ao conteúdo a ser apresentado neste trabalho, tem-se uma reflexão sobre as possibilidades de adaptação e adequação da abordagem em questão, trazendo uma proposta que discorre sobre as possíveis escalas de análise e ajustes de seus instrumentos de leitura que possibilitem a investigação do processo de derivação tipológica em cidades novas planejadas.

Acredita-se que a abordagem da Escola Italiana possa ser de grande contribuição para maior compreensão destas cidades e seus processos de expansão urbana e ocupação, podendo servir de apoio para planejadores e futuros planos.

3.5_5

O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as Escolas Inglesa e Italiana de morfologia urbana

Staël de Alvarenga Pereira Costa (Universidade Federal de Minas Gerais; Brasil)

Maria Manoela Gimmler Netto (Universidade Federal de Minas Gerais; Brasil)

Priscila Schiavo Gomes da Costa (Universidade Federal de Minas Gerais; Brasil)

Débora Blanda Ferreira Aires Salomão (Universidade Federal de Minas Gerais; Brasil)

Palavras-chave: Escola Inglesa de Morfologia Urbana, Escola Italiana de Morfologia Urbana, Preservação Cultural Brasileira, Conservação Urbana

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada “O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as escolas inglesa e italiana de Morfologia Urbana”, que buscou compreender a tradição dos estudos da Morfologia Urbana no Brasil. Um dos objetivos principais foi investigar a possível sincronicidade entre os instrumentos metodológicos utilizados pelo órgão de patrimônio nacional (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) e as escolas europeias tradicionais de Morfologia Urbana. A pesquisa propunha avaliar as diretrizes que foram institucionalizadas para o controle das transformações urbanas, visando à preservação cultural dos centros históricos brasileiros. Sendo assim, buscou identificar se os estudos realizados pelos arquitetos representantes do SPHAN, Lúcio Costa e Sylvio de Vasconcellos, tanto de evolução tipológica quanto de formação e evolução urbana dos primeiros povoados coloniais de Minas Gerais, representavam a possível origem da Morfologia Urbana no Brasil. Porém, durante a análise dos trabalhos desenvolvidos por estes profissionais e sua correlação entre os estudos desenvolvidos por Michael Conzen e Saverio Muratori, fundadores das escolas Inglesa e Italiana, não foram identificadas referências bibliográficas, fato comum para a época, impossibilitando, assim, comprovar a conexão que pudessem confirmar as fontes de pesquisas comuns. Embora constatada a inexistência de evidências da influência dos estudos europeus nos brasileiros, a análise e coincidência temporal na qual as metodologias foram desenvolvidas, não invalida a sugestão do fenômeno da sincronicidade das análises morfológicas acerca da evolução tipológica e urbana e sua importância para o campo de preservação patrimonial do país.

CANIGGIA, G. e MAFFEI, G. L. (2001) *Architectural composition and building typology: interpreting basic building*. Firenze: Alinea editrice srl.

CONZEN, M. R. G. (1960) *Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis*. Londres: Institute of British Geographers Publication 27, George Philip.

COSTA, L. (1995) *Lúcio Costa: Registro de uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes.

GIMMLER NETTO, M. M. e PEREIRA COSTA, S. de A. et al. (2014) *Bases Conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo, 2014. n. 33. 29-48.

LABORATÓRIO DA PAISAGEM EAUFMG. (2013) *A Sincronicidade nas Escolas de Morfologia Urbana e os Seus Paradigmas Sociais. Relatório de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte.

PEREIRA COSTA, S. A. e GIMMLER NETTO, M. M. (2015) *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte. PESSÔA, J. S. B (Org.) (2004) *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan.

SOUZA, R. C. J. (1995) Sylvio de Vasconcellos. In: *Revista AP*. Abril de 1995. Ano I, nº 1.

VASCONELLOS. S. (1947) *Como cresce Belo Horizonte*. In: *Arquitetura e Engenharia*, nº6, Ano I, nov/dez, 1947, Belo Horizonte, 52.

VASCONELLOS. S. (1956) *Vila Rica: formação e desenvolvimento-residências*. Rio de Janeiro: MEC, INL.

VASCONELLOS. S. (1977) *Formação Urbana do Arraial do Tejuco*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 1975. n 18. p. 121-140.

3.5. DESÍGNIOS V

TEORIAS E UTOPIAS

3.5_6

Liminaridade: uma Mediação sobre Percursos Intersticiais Urbanos

Saraa Al Shrbaji (Universidade do Minho; Portugal)

João Rosmaninho (Lab2PT/Escola de Arquitectura, Universidade do Minho; Portugal)

Palavras-chave : liminality, environment, urban context, space, -topia, time, dereliction

Antes de chegar à arquitetura, o termo ‘liminaridade’ foi introduzido e experimentado no campo da antropologia.

Nomeado separadamente por um etnógrafo (Arnold van Gennep), um antropólogo cultural (Victor Turner) e um arquiteto (Aldo van Eyck), e por cada um em função de uma cronologia distinta e dispersa ao longo de um século, o termo tem originado múltiplas interpretações semióticas e simbólicas. Com efeito, desde 1906 que as reflexões e relações afectas à ‘liminaridade’ têm sido caracterizadas por um efeito polissémico e, por isso, parecem ilimitadas. De um estado intermédio para um espaço intermédio, de uma fase ritual para uma zona tampão, a estrutura semântica amorfa de ‘liminaridade’ tem desafiado as normas de uma noção estável em arquitetura. Em especial, neste processo, o uso do termo tem envolvido uma clivagem entre a presença e a ausência de um envolvimento sensorial humano com o seu ambiente (tal como se aponta em *Camouflage*, de Neil Leach).

No contexto da morfologia urbana, a ‘liminaridade’ existe transitoriamente enquanto elemento de um padrão urbano mas também existe na duração da sua efemeridade patente na realidade e na ficção. De *What Time Is This Place?*, de Kevin Lynch, até *Buildings Must Die*, de Jane M. Jacobs e Stephen Cairns, a imagem-tempo da arquitetura em contexto urbano tem sido exposta na margem, com a carga limítrofe de um umbral. Termos como abandono e delapidação têm representado a ‘liminaridade’ como fenómeno gradualmente disperso no entendimento plácido e progressivo do ambiente urbano, isto para além de enfatizarem uma dicotomia que reforça a importância do seu carácter dual. Por exemplo, um espaço delapidado (cujo estado parece e permanece natural e contínuo) contém qualidades provenientes do desprendimento humano, reclamando-se tanto um lugar intocado quanto uma paisagem sobreposta. Esse estado, para nós, vem identificado como uma ‘limina-topia’, uma composição de espaços ‘liminares’ que depende da escala de delapidação. O reconhecimento de um espaço ‘liminar’ baseia-se, então, na consciência que um indivíduo tem do seu valor, da sua dimensão e da sua presença. Como um espaço de transição diferente de qualquer outro, o ‘liminar’ forma uma heterotopia ligada a segmentos no tempo e, paralelamente, a espaços de alteridade. De facto, os entendimentos espaciais, temporais e limítrofes que expõem as ‘limina-topias’ não serão mais do que uma sequência de elementos imediatos, particulares e pontuais que constroem o espaço ‘liminar’.

Embora arriscada, este artigo propõe a definição de ‘limina-topia’ (utilizando referências filosóficas relacionadas com o espaço, o tempo e a dilapidação) a partir de um ensaio fotográfico do primeiro autor e vem baseado num caso de estudo específico - a Fábrica de Cavalinho -, localizado no Quarteirão da Caldeira, em Guimarães, Portugal

Akkerman, A. (2009). Urban Void and the Deconstruction of Neo-Platonic City-Form. *Ethics, Place & Environment*, 12(2),205-218.

Cairns, S., & Jacobs, J. (2014). *Buildings Must Die: A perverse view of architecture*. MIT Press

Coleman, N. (2005). *Utopias and Architecture*. Routledge

Foucault, M. (1984). *Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias (Vol. 5)*. Architecture, Mouvement, Continuité

Leach, N. (2006). *Camouflage*. MIT Press

Lynch, K. (1972). *What time is this place?* MIT Press

3.5_7

A negação das cidades moderna e pós-moderna: uma análise da visão distópica do videogame Horizon Zero Dawn

Cláudio Valentim Rocha Leal (Centro Universitário Uninovafapi; Brasil)

Palavras-chave: Cidade futurista, Ambiente urbano, Ficção

Durante o século XX, guiadas pelo grande desenvolvimento tecnológico e científico que alteraram de forma profunda a organização social do planeta como um todo, inúmeras obras de ficção surgiram como arauto do futuro reservado à humanidade, oscilando entre visões positivas e pessimistas do que a espera, bem como influenciadas pelas teorias modernista e pós-modernista de cidade. Assim, esta pesquisa trata-se de um estudo sobre as diferentes nuances e visões que a cidade do futuro apresentou, no decorrer do século passado ao presente, na ficção. Analisar-se-ão conteúdos em diferentes plataformas, tendo como fio condutor uma revisão bibliográfica que compreende estudos urbanísticos, filosóficos e sociológicos pertinentes. Pretende-se analisar como o contexto de produção das obras fictícias consideradas para análise afetam as teorias, utópicas ou distópicas, sobre a maneira através da qual o ambiente urbano se desenvolveria a partir de determinada hipótese, observando-se o conflito entre os ideais moderno, pós-moderno e, ainda, uma negação (ou não) dessas duas linhas teóricas. Essa suposta negação advém do mundo criado para o videogame “Horizon Zero Dawn” (GUERRILLA GAMES, 2017), que traz em seu enredo uma sociedade que, embora futurista, em grande parte construiu sua própria história sem o uso da tecnologia, retornando a uma organização social que por muitos seria considerada primitiva. Essa visão suscita questionamentos: a tecnologia e o desenvolvimento social crescem de forma conjunta linear e progressivamente? Poderão as cidades do futuro, em sua morfologia, não estarem ligadas de forma indissolúvel à tecnologia? A progressão e a dependência tecnológica em crescente expansão permitirão o desenvolvimento de cidades sustentáveis? Norteadas por tais questões, este estudo visa, também, elaborar um ponto de vista para respondê-las, sem, no entanto, pretender trazer respostas definitivas ou encerrar os debates a respeito desta temática.

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

Sala G 4.3 | Moderação: Vítor Oliveira e Daniel Casas-Valle

| | |
|--|--|
| Habitar na porosidade. O caso de estudo da Ericeira | Francesca Dal Cin João Henriques |
| Forma urbana para uma mobilidade sustentável | Paulo Silvestre Paulo Pinho Vítor Oliveira |
| Cidade e caminhos-de-ferro: Análise da evolução urbana em Albergaria-a-Velha | Bruno Sousa Rita Ochoa Mafalda Sampayo |
| Lisboa e a sua Área Metropolitana: Infraestruturas de Conexão | Tiago Teixeira Mafalda Sampayo . |
| Mobilidade ativa e a satisfação dos moradores com a Vila Planalto – DF | Caroline Machado da Silva Hartmut Gunther Ingrid Luiza Neto Gabrielle Rocha Flores |
| Projeto, planejamento e paisagem: análise da urbanização pela paisagem noturna | Andrea Queiroz Rego Mariana Lima |
| A implantação do BRT (Bus Rapid Transit) na Avenida Frei Serafim: o avanço no transporte público versus a preservação da memória de Teresina | Fernanda Morais Rodrigues Isadora Lima Vieira Nívea Veras Machado Karenina Cardoso Matos |
| Caminhos paralelos: a via férrea como suporte para o planejamento | Karla Victoria da Silva Cerqueira Giovanna Braga Scalfone Vargas Virginia Maria Nogueira de Vasconcellos Izadora Oliveira |

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_1

Habitar na porosidade. O caso de estudo da Ericeira

Francesca Dal Cin (Portugal)

João Henriques (Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design - Lisbon School of Architecture; Portugal)

Palavras-chave: Metropolização, redes, cidade porosa, morfologia

A interpretação do território contemporâneo revela-se hoje uma tarefa difícil. Reconhecer a antiga relação entre o centro e a periferia, entre os limites da cidade histórica e contemporânea, é um exercício necessário para analisar os factores que actuam na produção da paisagem urbana. Como disse Aldo Rossi “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo particular da cidade.”

O objectivo do artigo é interpretar a morfogénese e a morfologia do urbano na Ericeira e perceber a Cidade contemporânea, a esta escala, para depois intervir e actuar sobre a sua transformação. Ao analisar a vila da Ericeira encontra-se a dificuldade de reconhecer um limite, no entanto descobre-se um novo valor, que é a porosidade: “ultrapassando as contraposições binárias antigas como centro e periferia.” (Viganò et al., 2017: 89)

O caso de estudo é a vila da Ericeira, situada na Área Metropolitana de Lisboa, onde são identificadas duas formas morfológicas distintas: um tecido compacto antigo e uma área de urbanização difusa contemporânea.

A cartografia do sítio, datada de 1936 (CIGeoP, escala 1:25.000), mostra que a área da Ericeira tem uma forma compacta e que a envolvente da vila está marcada por um mosaico de pequenas parcelas agrícolas. Na estrutura urbana compacta predominam as ruas estreitas e os pequenos largos, dentro da qual se destaca a rua marginal, lugar destinado a uma concepção pública da vida urbana. A principal tipologia de edifícios são as pequenas habitações de dois a três pisos orientadas pelo porto. É importante sublinhar como as cartografias militares de 1967 e 1992 (CIGeoP, escala 1:25.000) não demonstram uma variação relevante e a vila permanece com uma forma compacta.

Entre 1991 e 2011, foram construídos o dobro dos alojamentos existentes (INE, 1996 e 2013) e é por isso que se começa a observar uma urbanização difusa, sobre a matriz das pequenas propriedades agrícolas. Em 2011, a habitação secundária representava metade do stock de fogos, o que demonstra a orientação contemporânea da Ericeira para o turismo. Mas, é entre 2001 e 2011 que são adicionadas as infraestruturas de grande escala, a construção da A21, que aproxima a Ericeira da cidade de Lisboa conferindo uma maior acessibilidade ao território.

Estes factores explicam o desenvolvimento urbano da vila configurando a forma actual.

A integração metropolitana do núcleo mais antigo e das novas urbanizações na envolvente, em conjunto com a nova acessibilidade das redes infraestruturais tornam a Ericeira um lugar atrativo para habitar. Para descrever a “esponja” territorial desta paisagem será feita uma referência ao estudo de Bernardo Secchi e Paola Viganò, sobre a porosidade. A metodologia de trabalho assenta no estudo entre o vazio e o cheio do tecido urbano e do mosaico territorial para que os espaços fragmentados da Ericeira possam ser uma base qualificada para “habitar na porosidade.”

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_2

Forma urbana para uma mobilidade sustentável

Paulo Silvestre (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

Paulo Pinho (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

Vítor Oliveira (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

Palavras-chave: forma urbana, mobilidade urbana sustentável, planeamento

A exploração da correlação entre a forma urbana e os sistemas de transporte está presente na área urbanística desde os seus primórdios. No entanto, e apesar do surgimento de múltiplas propostas disciplinares para o desenvolvimento urbano - mais ou menos utópicas, mais ou menos pragmáticas -, o equilíbrio desta relação, ao longo dos últimos 150 anos, tem sido difícil de alcançar. Mobilidade e urbanidade têm-se vindo a deslassar, em grande medida por via das tecnologias de transporte e comunicação, que contribuíram para a pulverização do tecido social e material das cidades.

Hoje, somos confrontados com os custos do gigantismo da actividade de transporte - carbono-intensiva - e do desconjuntamento de um planeamento sectorizado. Exigem-se significativas alterações no governo e na gestão das cidades. Desde logo, redescobrir o planeamento como um processo integrador da inovação tecnológica e organizacional. Por outro, entender o ordenamento físico como um factor regulador do transporte e harmonizador das funções urbanas.

Com base numa revisão bibliográfica, procuraremos evidenciar as relações entre forma urbana e práticas de transporte. Mapearemos os diversos factores associados ao quadro físico das cidades que explicam a mobilidade urbana, considerando diferentes escalas: desde o território (padrões de ocupação), ao tecido construído (tipo-morfologias), atendendo ainda ao espaço público (sua geometria e relação com o edificado). Ou seja, examinaremos as várias dimensões da forma urbana que interactivam com a mobilidade, evidenciando a forte inter-relação entre o corpo da cidade e os fluxos de deslocação.

Concluiremos a comunicação explorando de que modo o ordenamento físico poderá contribuir para uma maior sustentabilidade da mobilidade urbana, não ficando presos num debate dicotómico entre urbanização compacta e difusa. Identificaremos estratégias e políticas, organizando-as com base em domínios de intervenção. Será sublinhado o papel do planeamento físico para: (i) a redução das necessidades de deslocação e das distâncias de viagem; ii) a alteração da repartição modal (em favor dos modos colectivos e dos modos não-motorizados); e iii) a qualificação do ambiente urbano, reflectindo-se na qualidade de vida dos cidadãos.

Referências bibliográficas:

Bertolini, L. (2012). Integrating mobility and urban development agendas: A manifesto. *DISP*, 48(1), 16-26.

Boarnet, M., & Crane, R. (2001). *Travel by design: the influence of urban form on travel*. Oxford: Oxford University Press.

Hickman, R., Hall, P. & Banister, D. (2013). Planning more for sustainable mobility. *Journal of Transport Geography*, 33, 210-219.

UN-HABITAT (2013). *Planning and design for sustainable urban mobility. Global report on human settlements 2013*. Routledge.

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_3

Cidade e caminhos-de-ferro: Análise da evolução urbana em Albergaria-a-Velha

Bruno Sousa (UBI - Universidade da Beira Interior; Portugal)

Rita Ochoa (CIES-IUL/UBI; Portugal)

Mafalda Sampayo (ISCTE-IUL; Portugal)

Palavras-chave: Cidade; Caminhos-de-ferro; Evolução Urbana; Albergaria-a-velha

“La interacción entre el medio urbano y el ferrocarril genera fricciones que, si bien tienen su origen en el inadecuado crecimiento urbano y en el desenfoque del planeamiento urbanístico, afectan tanto al funcionamiento urbano como al ferroviario” (Santos y Ganges, 2007: 25).

A implementação dos caminhos-de-ferro originou consideráveis transformações territoriais e veio iniciar as primeiras intervenções de planeamento urbano. Já o crescente abandono das infraestruturas ferroviárias, representa um problema nas cidades, que as vêm transformar-se em vazios gratuitos[1], onde o verde voluntariamente toma lugar e as suas construções se mantêm como objecto de memória colectiva. Mais do que estudar o seu declínio, que consideramos ser de valor menor por enquadrar problemas de ordem socioeconómica, pretendemos analisar o seu desenvolvimento e influência na evolução das novas conurbações.

É fundamental a análise da transformação da cidade a partir da construção dos primeiros caminhos de ferro, assim como é essencial: uma análise aos primeiros modelos e utopias de planeamento urbano para a compreensão da estrutura evolutiva destes aglomerados; e o entendimento da relação destes aglomerados com a construção dos caminhos-de-ferro. De igual importância é a análise da implementação dos caminhos-de-ferro em Portugal, ainda que tardia (segunda metade do séc. XIX), foi um factor determinante na transformação da mancha territorial.

Os objectos de estudo - a cidade de Albergaria-a-Velha e a sua relação com a Linha do Vale do Vouga, são observados com base nas análises anteriores, nomeadamente: 1 - a introdução dos caminhos-de-ferro no contexto global; 2 - os novos modelos de cidade, alicerçados nos caminhos de ferro; e 3 - a implementação dos caminhos de ferro em Portugal. O seu estudo compreenderá também uma análise local de modo a perceber: 1 - a relevância da infraestrutura construída dentro da cidade; 2 - a sua relação com o centro urbano; 3 - o acto confinante implícito pelo estado de conservação da estrutura; 4 - os benefícios ou implicações, e as oportunidades do vazio gratuito oferecido pelo actual abandono da linha;

Toda a análise é auxiliada com documentos cartográficos sobre a cidade e com os projectos apresentados para a construção da linha dentro dos limites urbanos.

Por fim, pretende-se perceber a influência que a linha do Vale do Vouga teve no desenvolvimento da cidade de Albergaria-a-Velha, assim como os efeitos do abandono de um elemento tão integrante e estrutural como é a linha dos caminhos-de-ferro.

Referências:

Choay, F. (1998). O urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva.

Santos, G. L. & Fundación de los Ferrocarriles Españoles (2007). Urbanismo y ferrocarril: La construcción del espacio ferroviario en las ciudades medias españolas. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles.

[1] - Termo utilizado por Françoise Choay (1998) referindo-se aos espaços devolutos nas cidades.

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_4

Lisboa e a sua Área Metropolitana: Infraestruturas de Conexão

Tiago Teixeira (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)
Mafalda Sampayo (Portugal)

Palavras-chave: áreas metropolitanas; centros urbanos; cidade-centro; cidades-satélite; infraestruturas

“uma cidade nunca é completamente isolada: tem vizinhas mais ou menos próximas com as quais mantém relações e que são concorrentes ou complementares.” (Pelletier e Delfante, 2000)

Devido a um enorme crescimento de população que procura as grandes cidades como residência, os diferentes centros urbanos tiveram a necessidade de se expandir para fora dos seus limites. Esta ação leva a um aumento exponencial da área urbanizada, tipo mancha de óleo, indo ao encontro de pequenos núcleos periféricos, resultado de um processo de conurbação. Assim, estas periferias acabam por integrar uma nova área: uma área metropolitana correspondente a uma cidade-centro. Com este fenómeno, a maneira como se vive o novo espaço urbano transforma-se, baseando-se nas relações que a grande cidade mantém com os seus subúrbios (cidades-satélite).

Estes novos subúrbios, onde a população espera encontrar melhores condições de vida, ajudam a complementar as fragilidades sentidas no centro da área metropolitana. Assim, é possível encontrar novos locais para residir, com bastante espaço disponível a um preço mais económico. Esta realidade torna-se dependente de movimentos pendulares assentes sobre redes de infraestruturas que permitem as conexões centro-periferia.

Através desta realidade, há inúmeras questões que devem ser analisadas. Os objetivos deste artigo passam por perceber de que maneira estas novas cidades foram crescendo e de que forma é que estas estruturas de conexão ajudam a homogeneizar o território urbano. Para um funcionamento correto de uma área metropolitana, é necessário ter infraestruturas que consigam corresponder às necessidades sentidas.

No caso de Lisboa, estas expansões surgiram, principalmente, na segunda metade do século XX, e esta análise irá assentar sobre cartografia e documentos, que possam explicar este crescimento urbano. É fundamental perceber como é que surgiu a Grande Lisboa, e de que maneira é que esta pode continuar a crescer de forma organizada e funcional. Ao mesmo tempo, serão analisados os diferentes meios de transporte presentes na região, pois estas redes são impulsionadoras do crescimento urbano.

Por fim, estas análises irão permitir um melhor entendimento sobre as relações existentes entre o centro e as cidades-satélite, onde as infraestruturas de conexão possuem grande relevância. Será possível detetar quais são as vantagens e desvantagens destas redes que estão presentes na paisagem urbana.

Referências:

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles – Cidades e Urbanismo no mundo. Lisboa: Instituto Piaget. 2000

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – Políticas Urbanas I – Tendências, Estratégias e Oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_5

Mobilidade ativa e a satisfação dos moradores com a Vila Planalto – DF

Caroline Machado da Silva (Universidade de Brasília; Brasil)

Hartmut Gunther (Universidade de Brasília; Brasil)

Ingrid Luiza Neto (Centro Universitário UDF; Brasil)

Gabrielle Rocha Flores (Universidade de Brasília; Brasil)

Palavras-chave: Vila Planalto, survey, mobilidade ativa, satisfação ambiental, satisfação com o bairro, neighborhood walkability environmental scale

Com o passar do tempo as cidades foram se tornando, cada vez menos, cidades para caminhar. Em Brasília principalmente, pois desde sua criação a cidade foi pensada para que os deslocamentos acontecessem com o uso de automóveis (Panerai, 2006). A grande setorização dos usos a implantação de cidades lineares principalmente nos subúrbios ocasiona grandes deslocamentos e movimentos pendulares diários (Catalão, 2008).

A falta de vivência dos habitantes de uma maneira mais aproximada da escala da cidade pode gerar danos a seus usuários (Del Rio, 1996). Seja pela falta de conhecimento de sua vizinhança, percepção diferenciada do seu bairro, falta de contato social com a própria vizinhança, criação de um senso de proximidade e conseqüentemente de cuidado mútuo entre estes membros que partilham dos mesmos lugares em comum (Jacobs, 2000). Além do que claramente a percepção que uma pessoa que utiliza caminhada como seu principal modal de transporte é completamente diferenciada da percepção de alguém que utiliza o carro como seu principal meio de transporte (Del Rio, 1996).

O objetivo do estudo foi aferir se os moradores da Vila Planalto, Distrito Federal, que se locomovem no bairro estão mais satisfeitos com a vizinhança do que os que não o fazem. O Estudo possui aprovação do Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos. Foi realizada uma seleção randômica simples com todos os endereços da vizinhança, sendo que 600 foram selecionados. Todos 343 respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e posteriormente responderam a entrevistas face a face. Os instrumentos utilizados foram NEWS e IPAQ.

Realizou-se uma análise estatística por meio do teste t independente para as duas variáveis se o participante se locomove de alguma maneira no bairro ou não e se o respondente que se locomove o faz por meio de caminhada ou faz usa bicicletas. A análise mostrou que os moradores que se locomovem na vizinhança estão mais satisfeitos (média 3,90) quando comparado com moradores que não se locomovem no bairro (média 3,88). Assim como os participantes que utilizam da mobilidade ativa indicam maior satisfação com o bairro (média 4,01) do que os que não o fazem (média 3,85).

Contudo o teste indicou que esta diferença não é significativa entre as médias.

O trabalho aferiu que moradores que se locomovem no bairro de alguma forma mostram-se mais satisfeitos com o bairro que os participantes que não se locomovem. E participantes que se utilizam da mobilidade ativa para se locomover, reportam maior satisfação do que os que se locomovem com o uso de carros, ônibus, etc. Ainda que haja um maior nível de satisfação não é possível afirmar que a satisfação dos habitantes do bairro está relacionada à maneira que eles se locomovem com a vizinhança.

Catalão, I. (2008). Reflexões acerca do centro e da centralidade urbanos em Brasília. Formação (Online), 2(15).

Del Rio, V., & de Oliveira, L. (1996). Percepção ambiental: a experiência brasileira. Studio Nobel.

Jacobs, J. (2000). Vida e morte de grandes cidades. Ed. Martins Fontes. São Paulo, SP.

Panerai, P. (2006). Análise urbana. Editora UnB.

1.13. FORMAS XIII

SISTEMAS, REDES E PAISAGENS

1.13_6

Projeto, planejamento e paisagem: análise da urbanização pela paisagem noturna

Andrea Queiroz Rego (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura; Brasil)
Mariana Lima (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Brasil)

Palavras-chave: paisagem noturna, urbanização, infraestrutura

A pesquisa - “Projeto, planejamento e paisagem: análise da urbanização pela paisagem noturna” - está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ), dentro da linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído da área de concentração Qualidade, Ambiente e Paisagem sob a coordenação das professoras Andrea Queiroz Rego (PROARQ/UFRJ) e Mariana Lima (DAU/UFRRJ).

O crescimento urbano acelerado, sobretudo a partir dos anos 1960, tem transformado as paisagens das cidades. A iluminação artificial é um fator fortemente associado à urbanização (infraestrutura de rede de energia elétrica) que está culturalmente ligada à ideia de modernidade, desenvolvimento e segurança e, também, às ilhas de calor.

A transformação da paisagem urbana não pode ser vista como uma ação natural ou descompromissada da sociedade, mas sim, como ações de representações políticas, culturais e técnicas.

O objetivo do trabalho é criar uma metodologia de análise da paisagem noturna que contribua para a compreensão da estruturação do território com uma nova abordagem. De modo específico objetiva-se

- Desenvolver um método que possibilite o estudo da ocupação do território a partir da iluminação através dos Espaços Iluminados – “luminosos” e Espaços Escuros - “opacos”;
- Analisar qualitativamente os “Espaços Iluminados” como de ocupação permanente (dia e noite) e com infraestrutura de energia elétrica;
- Identificar os diferentes “tecidos lumínicos”, a partir do nível de iluminância e da tecnologia utilizada;
- Relacionar as “Espaços Escuros” ao Sistema de Espaços Livres de Urbanização e de Edificação, ou de uso exclusivo diurno;
- Analisar os impactos dos Espaços Iluminados nos Espaços Escuros a partir do estudo das bordas – rupturas ou zonas de amortecimento.

A metodologia envolve os conceitos relacionados ao espaço – território, paisagem, estruturação, rede urbana, centralidade e os relacionados à iluminação – luminância, iluminamento, ofuscamento, poluição lumínica, dentre outros.

A oferta de infraestrutura de energia elétrica se reflete na iluminação pública e privada. A qualidade da rede é uma decisão técnica mas principalmente política que evidencia como o território é estruturado. Parte-se dessa premissa para avaliar quantitativamente e qualitativamente a ocupação do território em função das zonas de luz e de escuridão. Nas Zonas de Luz, de uso e ocupação permanente, a iluminação permite uma interpretação sobre as centralidades urbanas e diferentes tecidos lumínicos. As Zonas de Escuridão são analisadas como espaços livres de urbanização ou espaços urbanizados livres de edificação ou de uso permanente – dia e noite.

O primeiro objeto de estudo é a região metropolitana do Rio de Janeiro e as imagens fotográficas analisadas são fornecidas pela NASA, tiradas a partir de satélite. A pesquisa já aponta alguns resultados iniciais de bastante relevância, como o mapeamento de eixos estruturantes, centralidades e “ilhas de luz”.

Esta metodologia busca uma nova forma de analisar a estrutura do território urbanizado, não livre de interpretações subjetivas, mas livre de algumas abordagens já pré-concebidas que qualificam a ocupação do território, a partir de vistas aéreas diurnas, permitindo, ainda, uma análise comparada, mas também complementar, dos resultados obtidos em imagens noturnas e diurnas.

1.13_7

A implantação do BRT (Bus Rapid Transit) na Avenida Frei Serafim: o avanço no transporte público versus a preservação da memória de Teresina

Fernanda Morais Rodrigues (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Isadora Lima Vieira (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Nívea Veras Machado (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Karenina Cardoso Matos (Universidade Federal do Piauí; Brasil)

Palavras-chave: Avenida Frei Serafim, BRT, Paisagem cultural, Patrimônio histórico

Considerando-se a importância de transformar as cidades em ambientes mais sustentáveis, ricos em memória e com eficiente mobilidade urbana, o presente artigo tem como objetivo estudar a proposta de implantação do Transporte Rápido por Ônibus (BRT, do inglês Bus Rapid Transit) no canteiro central da Avenida Frei Serafim, em Teresina, capital do Piauí, localizado na região nordeste do Brasil. A via está situada no centro da cidade, sendo identificada como uma das principais artérias do município e relevante elemento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico local.

Historicamente, a avenida foi construída em 1986 para conectar a cidade até o novo templo, a Igreja de São Benedito, idealizada por Frei Serafim de Catânia. A via, caracterizada por um belo boulevard, se tornou essencialmente residencial, abrigando casarões de arquitetura eclética, estes que ainda hoje são de extrema relevância para a memória e identidade do povo teresinense. A avenida também foi essencial para direcionar o crescimento urbano para além do Rio Poti, um dos dois rios que banham a cidade, e na década de 1930 foi cenário de importantes obras de modernização no âmbito arquitetônico e urbano.

Por ser o eixo arterial da cidade, atualmente, a avenida Frei Serafim convive com o fluxo intenso de pessoas e veículos que provocam sérios problemas de trânsito. Visando a melhoria destes problemas, eficácia de mobilidade urbana e modernização, foi desenvolvido um projeto de implantação do BRT na via. Contudo, até então a proposta de implantação do novo sistema tem sido bastante controversa – não só por suas questões funcionais, mas também pela sua arquitetura –, e toda a discussão foi agravada ao ser divulgado que seriam construídos terminais de passageiros no canteiro central da avenida que guarda a memória de Teresina. Portanto, são levantados os seguintes questionamentos: como o projeto irá afetar na identidade visual do extenso boulevard e seu entorno de casarões históricos? Quanto de massa arbórea será sacrificado para dar lugar aos pontos de parada? Como lidar com o desafio de promover avanços no transporte público da capital sem colocar em risco sua paisagem histórica e cultural? Essas e outras questões são levantadas ao abordar o assunto, que é alvo de críticas e debates que envolvem não só a sociedade e a gestão local, mas também a gerência em esfera federal. O estudo baseia-se em pesquisas bibliográficas, entrevistas, fotografias, visitas in loco, e análise do projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Teresina para o novo sistema de transporte público. Acreditando na importância de tornar a Cidade Verde mais sustentável, qualificar o espaço urbano, assim como garantir a preservação do seu patrimônio e memória, manifesta-se a relevância da elaboração de um projeto adequado para vencer este desafio.

1.13_8

Caminhos paralelos: a via férrea como suporte para o planejamento

Karla Victoria da Silva Cerqueira (UFRJ; Brasil)
Giovanna Braga Scalfone Vargas (UFRJ; Brasil)
Virginia Maria Nogueira de Vasconcellos (UFRJ; Brasil)
Izadora Oliveira (Portugal)

Palavras-chave: paisagem, conforto ambiental, planejamento urbano, via férrea

Este artigo apresenta um estudo sobre o percurso e o entorno do principal ramal ferroviário de uma cidade de grande porte. O trajeto, em questão, abrange, desde a estação principal da Cidade, em sua área central, até seu subúrbio mais longínquo, fronteira com os municípios de sua chamada Região Metropolitana, a 23 km de distância. O estudo, que foi desenvolvido por alunos de graduação, tem o objetivo de levantar os aspectos biofísicos, ambientais e sociais deste corredor viário, para dar suporte ao planejamento urbano, de uma área que tem recebido menos atenção do Poder Público, no que tange, sobretudo, à infraestrutura, ao conforto ambiental e à paisagem urbana. Como resultados apresentam-se as principais características do entorno, destacando os perfis do caminho (no nível, acima e abaixo) das pistas de rolamento dos veículos automotores, que correm paralelamente à ferrovia e ratifica-se, que o limite físico espacial que a linha férrea proporciona, muitas vezes funciona como um elemento segregador social e reforça problemas de degradação de estações e áreas lindeiras, demonstrado pela insatisfação e comportamento dos usuários.

Essas deficiências refletem a falta de manutenção por meio das autoridades. Como metodologia, a pesquisa parte de levantamentos bibliográficos e de campo, com coleta de dados em publicações acadêmicas, plantas da Prefeitura, visitas in loco, com observações diretas não participativas, registros digitais e Base Google Earth. Os dados são tratados a partir da confecção de mapas biofísicos, mapas de figura e fundo, de gabarito e uso do solo, cortes e desenhos. São utilizados, ainda, programas de computador, como ArcGis, AUTO-Cad, Illustrator, Corel Draw e PhotoShop. Como resultados iniciais, apresenta o mapeamento das principais estações e sua abrangência, como: as heranças históricas e culturais dos subúrbios, suas estações e seu entorno, suas características urbanísticas, ambientais e paisagísticas, assim como, apresenta propostas de intervenção para a melhoria das questões ambientais urbanas ali registradas. Essas intervenções vão desde propostas de reintrodução da flora, nas margens das vias, o que auxiliará a recuperação de micro biomas existentes na cidade, na recomposição de sua fauna e na melhoria do conforto ambiental, até a apresentação de uma proposta de ocupação das faixas de domínio da ferrovia por vegetação de baixo porte, que favoreça a amenização térmica, aumentando o conforto ambiental, a substituição de parte dos muros de concreto, por elementos que permitam a visualização dos dois lados da ferrovia, aumentando a segurança e a permeabilidade paisagística.